mutirão
cultura

Mais Cultura na UFPR: práticas e reflexões do Mutirão no Litoral Paranaense

Reitor
Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora
Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Rodrigo Arantes Reis

Coordenadora de Cultura
Lucia Helena Alencastro

Diretor da Editora UFPR
Rodrigo Tadeu Gonçalves

Coordenadores e Coordenadoras do Projeto “Mutirão-Mais Cultura”
Claudia Madruga Cunha
Deise Cristina de Lima Picanço
Ronaldo de Oliveira Corrêa
Leandro Franklin Gorsdorf

Desenvolvimento da logomarca Mais Cultura
Wilson Moacir Voitena

Mais Cultura na UFPR: práticas e reflexões do Mutirão no Litoral Paranaense

Ana Josefina Ferrari

Leandro Franklin Gorsdorf (org.)

Editora UFPR

© *Ana Josefina Ferrari e Leandro Franklin Gorsdorf (orgs.)*

Mais Cultura na UFPR: práticas e reflexões do Mutirão no Litoral Paranaense

Coordenadora da Seção de Produção Editorial
Rachel Cristina Pavim

Revisão
Giuliana Roballo

Projeto gráfico e diagramação
Paula Cristhyne Figuerôa Ferreira

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.
Biblioteca Central. Seção da Representação da Informação.

M231 Mais Cultura na UFPR: práticas e reflexões do Mutirão no Litoral Paranaense / Ana Josefina Ferrari, Leandro Franklin Gorsdorf (org.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2020.
[266] p. : il., color. ; 20 cm.

Vários autores.
ISBN 978-65-87448-43-5

1. Cultura - Estudo e ensino. 2. Difusão cultural. 3. Política cultural. 4. Projeto Mutirão (Projeto). I. Ferrari, Ana Josefina, 1969- . II. Gorsdorf, Leandro Franklin, 1976- . II. Título.

CDD: 371.006
CDU: 371.383

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

ISBN 978-65-87448-43-5

Direitos desta edição reservados à
Editora UFPR
Rua Ubaldino do Amaral, 321
80060-195 – Curitiba – Paraná – Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

2020

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Apresentação

Mutirão: grupo de pessoas de uma comunidade que se reúne para trabalhar coletivamente. A partir desta ideia se desenvolveu o projeto na Universidade Federal do Paraná no território do Litoral paranaense.

Este livro é a síntese de algumas das experiências vivenciadas por docentes, técnicos administrativos e estudantes junto às comunidades do Litoral e da nossa comunidade acadêmica.

O Projeto Mutirão — Mais cultura na UFPR apropriou-se do questionamento formulado no documento Metas do Plano Nacional de Cultura (2012): qual cultura queremos produzir e vivenciar nos próximos dez anos? Buscou-se, dessa forma, evidenciar a vinculação do projeto da UFPR com o tema da diversidade cultural brasileira, como proposta nos documentos base para a formulação do Edital Mais Cultura nas Universidades — Portaria Interministerial MEC/MinC nº 18/2013. Tomou-se como procedimento a proposição do debate sobre o conceito de cultura, entendida como um direito fundamental da pessoa humana (PNDH-3, 2009), e como um arranjo das dimensões simbólicas, políticas e econômicas que dão base para as formas de viver e estar no mundo social (PNC, 2010).

O esforço para articular as ações planejadas e apresentadas no Projeto Mutirão teve o envolvimento de diferentes atores e coletivos culturais — entre outros indígenas, quilombolas e caiçaras — originários do território definido para a execução do projeto, o Litoral do Paraná. A partir do trabalho de articulação e mobilização de diferentes grupos e coletivos culturais que se sentem pertencentes a esse território, mobilizadores de práticas religiosas e ordinárias, de trabalho e sociabilidade e das estéticas e políticas, foi construído um coletivo heterogêneo que reflete — e, por algum momento, representa — a realidade cultural do território definido.

Ao refletir/representar a realidade cultural do Litoral do Paraná, pretendeu-se contribuir para explicitar as diferentes estratégias por meio das quais se constitui a diversidade das práticas culturais em território nacional e com-

plementar a cartografia da cultura brasileira, explicitando, de forma particular, aquela(s) do Litoral do Paraná. Com isso, no Projeto Mutirão, articulou-se o entendimento da realidade cultural a partir das especificidades do local, entendendo que a participação social consolida práticas e ações de valorização das expressões das culturas populares e, por conseguinte, da cultura brasileira.

Essa perspectiva assumida no Projeto Mutirão tem sua base no entendimento de diversidade cultural não só como a multiplicidade de formas por meio das quais os coletivos culturais (re)produzem seus imaginários e cosmologias. Ao refletir/representar a realidade cultural do Litoral do Paraná, pretendeu-se contribuir para explicitar as diferentes estratégias por meio das quais se constitui a diversidade das práticas culturais em território nacional e complementar a cartografia da cultura brasileira, explicitando, de forma particular, aquela(s) do Litoral do Paraná. Com isso, no Projeto Mutirão, articulou-se o entendimento da realidade cultural a partir das especificidades do local, entendendo que a participação social consolida práticas e ações de valorização das expressões das culturas populares e, por conseguinte, da cultura brasileira.

Essa perspectiva assumida no Projeto Mutirão tem sua base no entendimento de diversidade cultural não só como a multiplicidade de formas por meio das quais os coletivos culturais (re)produzem seus imaginários e cosmologias, mas, e acima de tudo, a partir das inter-relações e articulações em que essas formas dão base para a configuração de repertórios, memórias e histórias compartilhadas por um ou mais coletivos culturais (UNESCO, 2005), materializando-se em práticas culturais e artísticas marcadoras de identidades territorializadas, políticas e atuantes.

Dessa forma, o Projeto Mutirão vincula uma política institucional da UFPR com a participação da população na proposição, execução e fiscalização de políticas públicas e cidadania cultural, tendo por base os princípios do protagonismo social, do diálogo interinstitucional e social, da legitimidade e transparência com foco nos direitos culturais pensados como direitos humanos.

Os artigos aqui apresentados refletem a organização das ações pelos Eixos propostos no projeto Mutirão — Mais Cultura. Os Eixos assim se dividiam:

EIXO EDUCAÇÃO BÁSICA

Em relação ao Eixo Educação Básica para o desenvolvimento das ações propostas, houve uma priorização de sistematização de metodologias educativas voltadas ao Ensino Básico e materiais orientativos para professores/as das escolas no Litoral, tendo em vista o envolvimento da comunidade escolar com a comunidade e seu interesse no fortalecimento do aspecto cultural como motor de uma educação cidadã e plural.

EIXO DIVERSIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL

As ações deste eixo tiveram como foco primordial o mapeamento cultural colaborativo e a difusão das práticas culturais das comunidades tradicionais do litoral do Paraná. O acúmulo oriundo destas ações permeou e norteou todos os demais eixos, principalmente porque a principal ação foi o mapeamento que surgiu com a ampliação dos espaços e a diversificação das formas de representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos "sujeitos mapeadores".

EIXO ECONOMIA CRIATIVA, EMPREENDEDORISMO ARTÍSTICO E INOVAÇÃO CULTURAL

As ações desse eixo se ancoram principalmente na expertise e no acúmulo em trabalho com economia solidária e criativa de duas experiências: a da Rede de Turismo Comunitário do Setor Litoral e da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da UFPR (ITCP). As suas ações foram desenvolvidas com comunidades da baía de Guaratuba (Turismo Comunitário) e Guaraqueçaba (Fandango), de modo a fortalecer a organização comunitária a partir da cultura como vetor econômico.

EIXO ARTE E CULTURA: FORMAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A iniciativa deste projeto propiciou a formulação de seu Plano Institucional de Cultura (PIC), que consta como meta do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. Por outro lado, de modo complementar em relação ao Ensino e em consonância com a proposta de curricularização da Extensão, foi

amplificado o debate nos setores sobre as formas de pensar a Extensão e os currículos.

EIXO MEMÓRIA, MUSEUS E PATRIMÔNIO ARTÍSTICO CULTURAL

O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), com intuito de aproximação da arte e da ciência para aperfeiçoar a disseminação do conhecimento acadêmico, organizou exposições, mostras, palestras e ação educativa. Reforçando principalmente as práticas culturais de valor artístico ou histórico para a arte paranaense.

O projeto Mutirão — Mais Cultura por meio deste livro registra e sistematiza a reflexão destas práticas extensionistas voltadas à Arte e Cultura, de modo a colaborar para o fortalecimento das comunidades no território do Litoral. Processo que não se findou em si mesmo, mas que continua por meio dos docentes e seus projetos, seja pelas comunidades ou por agentes culturais que se apoderaram deste conhecimento construído de modo dialógico com vistas à transformação social.

Ana Josefina Ferrari
Leandro Franklin Gorsdorf
Organizadores

Sumário

PARTE 1
MUTIRÃO POR DENTRO DA UNIVERSIDADE

CAPÍTULO 1 MOVIMENTO CRIATIVO E PLURAL: A CONSTRUÇÃO DO PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA DA UFPR / 13
Claudia Madruga Cunha, Leandro Franklin Gorsdorf, Michele Camila Greuel, Rodrigo Arantes Reis e Vinicius Costa

CAPÍTULO 2 FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE CREDITAÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NA UFPR / 69
Maria Virginia Filomena Cremasco, Iara Picchioni Thielen, Deise Cristina de Lima Picanço, Dione Maria Menz e Dornelles Vissotto Junior

PARTE 2
O MUTIRÃO NAS COMUNIDADES

CAPÍTULO 3 O PROJETO DE ELABORAÇÃO DE UM GUIA METODOLÓGICO DAS CAIXAS DIDÁTICAS DO MAE UFPR / 106
Prof.ª D.ra Laura Pérez Gil e Tamara Evangelista

CAPÍTULO 4 MODOS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA MEMÓRIA: MEMÓRIA DO TRABALHO DE MULHERES QUILOMBOLAS DO LITORAL PARANAENSE / 113
Prof.ª D.ra Ana Josefina Ferrari e Vitor Pavan

CAPÍTULO 5 FANDANGUEIROS, M`BYA GUARANI E ARTESÃOS: AÇÕES ASSOCIADAS DO PROJETO COM IPHAN E ARTESANIAS CAIÇARAS / 131
Prof. Dr. Ary Giordani

CAPÍTULO 6 ASSOCIATIVISMO E DIFUSÃO CULTURAL: FANDANGUEIROS DE GUARAQUEÇABA / 155
Sandro Miguel Mendes

PARTE 3
DIÁLOGOS E INTERSEÇÕES NO PROJETO MUTIRÃO

CAPÍTULO 7 INTERCÂMBIOS: PRODUZINDO MEMÓRIAS NO LITORAL DO PARANÁ / 172
Prof.ª M.e Beatriz Cabral e Prof.ª D.ra Ana Josefina Ferrari

CAPÍTULO 8 O MAPA COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS NO LITORAL DO PARANÁ / 187
Nadyne Nikole Westephalen Matos, Rogério Reis Palacio e Sidney Vincent de Paul VIKOU

CAPÍTULO 9 CULTURA E ECONOMIA: DESAFIOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL / 203
Prof.ª M.e Beatriz Leite Ferreira Cabral, Paulo Roberto Homem de Góes, Felipe Rafael Lazoski e Aline Gonçalves

CAPÍTULO 10 MUSEUS E CULTURA POPULAR: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR NO LITORAL / 254
Prof.ª D.ra Laura Pérez Gil e D.ra Bruna Marina Portela

SOBRE OS AUTORES / 263

Mutirão por dentro da Universidade

Parte 1

Capítulo 1

MOVIMENTO CRIATIVO E PLURAL: A CONSTRUÇÃO DO PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA DA UFPR

Claudia Madruga Cunha
Leandro Franklin Gorsdorf
Michele Camila Greuel
Rodrigo Arantes Reis
Vinicius Costa

1 CULTURA E UNIVERSIDADES

A construção da Cultura como direito e por consequência objeto de políticas públicas estatais, gestionadas por um órgão público, é recente, datada da metade do último século. Considera-se que a primeira administração pública voltada para a cultura surgiu na França, em 03 de fevereiro de 1959, com a nomeação de André Malraux para o então criado Ministério de Assuntos Culturais.

No Brasil, as ações de Mario de Andrade (Departamento de Cultura — prefeitura de São Paulo) e Gustavo Capanema (Ministério de Educação e Saúde), na década de 1930, marcam o início das políticas culturais estatais. Contudo, a formação de uma estrutura administrativa estatal voltada somente para fins culturais é ainda mais recente.

Inicialmente, a cultura foi conduzida no interior do Ministério de Educação e Saúde (1937) e depois no Ministério da Educação e Cultura — MEC (1953). Em 1970 é criada uma primeira estrutura no governo federal inteiramente responsável por tratar de questões culturais — o Departamento de Assuntos Culturais (1970), vinculado ao MEC, posteriormente substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais e que foi transformada na Secretaria de Cultura em 1981, ainda atrelada ao Ministério da Educação e Cultura. Somente em 1985 tem-se a criação do Ministério da Cultura.

Em 2003, o Ministério da Cultura organizou a série de seminários “Cultura para Todos”, realizados em todo o país com o intuito de fomentar políticas culturais, conferências regionais, estaduais e municipais, bem como pesquisas na área da cultura, diretrizes gerais e debates públicos que acarretaram na construção do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Previsto no art. 215 da Constituição Federal, o PNC é constituído por um conjunto de diretrizes que estabelecem e guiam a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, visando garantir o pleno direito das manifestações artístico-culturais para toda a sociedade. Em conjunto com o PNC e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), produziram-se ações que visavam a articulação política e a participação social de forma abrangente e plural, tendo a diversidade como eixo principal para a fruição e difusão da cultura.

Nesse contexto, o Estado passava a ser o agente catalisador do exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes da cultura nacional, mediante a premissa da pluralidade.

Para pensar na dinamização e implementação das muitas diretrizes do PNC, havia necessidade de envolver os diversos agentes públicos e/ou privados relacionados ao âmbito da Cultura. Em 2012, os ministérios da Cultura e da Educação lançaram em conjunto o edital Mais Cultura nas Universidades, com a proposta de utilizar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como vetores de desenvolvimento econômico e educacional, pautados na diversidade cultural.

Neste edital um dos requisitos era se pensar territorialmente a Cultura, mas também provocar, no âmbito das Universidades, Planos de Cultura. A Universidade Federal do Paraná foi selecionada neste edital, que teve como território cultural o Litoral do Paraná. Uma das metas deste projeto era a elaboração do Plano Institucional de Cultura.

A ideia de um Plano Institucional de Cultura é que este seja uma política universitária de longo prazo, que oriente por uma década as ações da Universidade. Por isso, ela se aproxima no tocante à sua elaboração ao que chamamos de Ciclo da Política Pública.

O ciclo da política pública, em regra, pode ser identificado por:

1. Construção da agenda;
2. Formulação de políticas;
3. Processo decisório;
4. Implementação de políticas e
5. Avaliação de políticas.

Este ciclo pode ser refletido pelas perguntas: como estamos? Onde queremos chegar? Como queremos chegar? E a todo e qualquer momento pela necessidade de sempre se reavaliar o caminho percorrido.

Desta maneira às Universidades se coloca o desafio de pensar e refletir sobre as políticas públicas de cultura, sua relação e principalmente seu diálogo com o Sistema Nacional de Cultura, organizado nas instâncias da União, Estado e Municípios.

Dito de outra forma, a Universidade como agente importante na formação técnica profissional, mas também cidadã, se constitui num espaço de escuta das necessidades culturais da sociedade e motor de desenvolvimento da democratização de acesso a bens culturais.

2 UFPR E O PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA

Nos anos 80 as universidades brasileiras passaram a atuar com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — previsto no artigo 207 da Constituição Federal. Já baseado nessa premissa, em 1987 ocorreu o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a participação de representantes da UFPR. Foi esse evento que forneceu as bases para a criação da PROEC, em abril de 1990.

A PROEC surgiu da união e reestruturação das extintas Pró-Reitorias de Órgãos Suplementares (PROS) e de Assuntos Comunitários (PRAC). A turbulência política e a crise econômica durante o governo Fernando Collor de Mello — que efetuou cortes na área da cultura, levando, por exemplo, a Embrafilme à extinção — não impediram que a PROEC promovesse avanços já em sua fase inicial de atuação. Entre as medidas adotadas nesse período estão a instala-

ção da Livraria UFPR no saguão do Edifício Dom Pedro II (1987); a criação do Festival de Inverno (1991), em parceria com instituições públicas e privadas; a revitalização de espaços, como a sede do antigo MAEP (atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR — MAE) em Paranaguá, localizada em um prédio do século XVIII que abrigou um colégio jesuíta; e a incorporação à PROEC dos grupos artísticos da UFPR, visando centralizar a gestão das atividades culturais na universidade.

As reflexões que culminaram na concepção de um Plano Institucional de Cultura — PIC para a UFPR aconteceram inicialmente em 2009 — gestão 2008-2011, quando foram convocados para idealizar e redigir o PIC, em conjunto com a equipe da Coordenadoria de Cultura — COC, representantes dos 11 setores da Universidade, entre eles docentes, ex-coordenadores de cultura, representantes dos museus da UFPR, representantes discentes e representantes dos grupos artísticos da UFPR. Nesse primeiro momento foram apontadas 12 diretrizes básicas e gerais, além da avaliação sobre o então cenário da cultura na UFPR, constatando-se ausência de orientação política cultural dentro da universidade, sendo as diretrizes as seguintes:

a) Grande quantidade de ações culturais isoladas dentro da UFPR;
b) O que é cultura na UFPR?
c) Grupos artísticos institucionais;
d) Bolsa Cultura;
e) Divórcio entre a cultura e os setores da UFPR;
f) Público-alvo das ações culturais da UFPR;
g) Espaços culturais na UFPR;
h) Extensão na UFPR;
i) Atividades culturais;
j) Divulgação;
k) Valorização da cultura regional na UFPR;
l) Banco de talentos.

As políticas culturais nas universidades federais possibilitam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na preservação e disseminação da cultura do país.

Em 2012, a elaboração do PIC foi inserida entre as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016, no entanto, foi a partir de 2015, com a aprovação do projeto Mutirão Mais Cultura UFPR no edital Mais Cultura MEC/MINC nas Universidades, que o PIC começou efetivamente a tomar forma, pois sua elaboração tornou-se meta do projeto e, sendo assim, objeto de ações concretas.

No presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021, o Plano Institucional de Cultura consta da Meta EX 06.02.

A primeira fase de diagnóstico da Cultura na Universidade Federal do Paraná é o resultado de um longo processo de debates, pesquisas e participações da comunidade acadêmica na discussão da política institucional para a cultura. Emerge como um diagnóstico da organização e da vivência da cultura na UFPR, elaborado com base em dados coletados nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, por meio de diversas metodologias a partir dos seguintes Eixos:

1. Institucionalização da cultura na UFPR;
2. Recursos para a cultura;
3. Atividades de ensino vinculadas à cultura;
4. Atividades de pesquisa vinculadas à cultura;
5. Atividades de extensão vinculadas à cultura;
6. Equipamentos e espaços;
7. Atividades culturais;
8. Patrimônio cultural material/imaterial;
9. Desenvolvimento cultural;
10. Participação.

A ideia central do PIC é a consolidação da diversidade cultural como caminho para o exercício de vivência intercultural, ao identificar a multiplicidade de formas em que as sociedades encontram suas expressões. Sua construção parte do diagnóstico cultural da instituição, cujo resultado é apresentado neste documento, sendo que sua proposta metodológica foi dividida em 3 etapas, quais sejam: construção do Termo de Referência, Caravana PIC e a sistematização dos dados, análises e diretrizes. Todas as ações aqui relacionadas foram levadas a cabo pela equipe da Coordenadoria de Cultura da UFPR.

3 METODOLOGIA DO PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA DA UFPR

3.1 Construção do Termo de Referência

O Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Cultura, por meio da Comissão institucional de acompanhamento do PIC em conjunto com o Comitê de elaboração do PIC que, inspirado em metodologias de construção de diagnóstico sobre cultura de municípios, Estados e outras Universidades, compôs dez eixos temáticos, sendo que cada eixo temático possui perguntas-chave, que serviram como orientadoras para o levantamento de informações e dados sobre a cultura na UFPR. Importante ressaltar que no processo de elaboração deste diagnóstico, algumas alterações foram feitas no documento base, que foi enriquecido com complementações durante todo esse processo de reflexões e escrita.

O Comitê de elaboração do PIC era formado por docentes de setores vinculados às temáticas de arte e cultura. À época muitos deles participavam do projeto do MINC/MEC Mutirão — Mais Cultura. O Termo de Referência (ANEXO 1) foi referendado por este Comitê e pela Comissão de acompanhamento, consolidando os seguintes eixos temáticos anteriormente mencionados.

No primeiro semestre de 2018 a Comissão de acompanhamento discutiu e elaborou uma proposta metodológica para a coleta das informações para os eixos temáticos do Termo de Referência, pensando sempre a cultura dentro da universidade como mobilizadora da comunidade para reflexão e ação sobre arte e cultura. Outra estratégia importante era, a partir desta mobilização, permitir que a nossa comunidade acadêmica pudesse conhecer as ações de cultura da PROEC, isto é, da Coordenação de Cultura, do Museu de Arqueologia e Etnologia e da Editora da UFPR.

Algumas informações requeridas nas perguntas orientadoras dos eixos temáticos apenas necessitavam de pesquisas e levantamento de informações em bancos de dados, normativas dos órgãos administrativos da universidade, porém muitas informações não eram sistematizadas, estavam difusas e boa parte era desconhecida por parte da Comissão de acompanhamento.

Duas linhas metodológicas foram pensadas: uma mais direcionada para as bases documentais e de dados e outra voltada para uma pesquisa de campo, que se daria por meio da Caravana PIC.

Assim, a primeira linha contemplou a Institucionalização da cultura na UFPR:

a) Recursos para a cultura;
b) Atividades de ensino vinculadas à cultura;
c) Atividades de pesquisa vinculadas à cultura;
d) Atividades de extensão vinculadas à cultura; e
e) Patrimônio cultural material/imaterial;

A segunda linha metodológica, aquela voltada à pesquisa de campo, contemplou:

f) Desenvolvimento cultural; e
g) Participação.

Ressalta-se que a pesquisa foi embasada nas normativas (Conselhos Superiores e Pró-Reitorias), dados institucionais em sistemas de gestão (SIGA/SIGEU/SIGEA) e pedidos de informações a outras instâncias da universidade (SUINFRA/PROPLAN).

No início do texto de cada eixo encontraremos a explicação mais detalhada da metodologia, com apontamentos sobre o alcance, limites e obstáculos do diagnóstico específico. A seguir, a segunda etapa desta proposta metodológica:

3.2 Caravana PIC

E como ir a campo, com quem dialogar, com quais objetivos? O desafio era pensar na grandiosidade da universidade, com seus diversos campi, e a diversidade da comunidade acadêmica. A Caravana PIC foi a resposta para este questionamento metodológico e para a proposta de difundir as ações da PROEC.

A Caravana PIC pretendia atingir diversos objetivos ao mesmo tempo, a saber:

1. Apresentar à comunidade acadêmica as ações de cultura da Pró-Reitoria de extensão e cultura — PROEC;

2. Investigar a concepção de cultura e os meios de acesso por parte da comunidade acadêmica;
3. Identificar os espaços e as atividades culturais informais/não institucionalizados de cada campus;
4. Mobilizar a comunidade acadêmica para proposições artísticos-culturais.

A Caravana PIC se organizou por campus da universidade, territorialmente e não administrativamente, entendendo que as ações culturais rompem esta barreira institucional e se ampliam para o território, pois existe um compartilhamento de espaços e de *habitus*. A forma como docentes, técnicos administrativos e estudantes se apropriam do campus determina em última medida a convivência e compartilhamento da cultura.

Desta forma, pensando a partir de territorialidades, tínhamos à época da Caravana PIC os campi: Botânico, Santos Andrade, Reitoria, Politécnico, Agrárias, Litoral, Centro de Estudos do Mar (CEM), Palotina, Toledo e Jandaia do Sul. O Setor de Artes, Comunicação e Design (SACOD), por ser multicampi e por ser uma centralidade no tocante às ações culturais e artísticas dentro da universidade, teve ação da Caravana PIC nos campi Batel e Juvevê.

Quanto ao Hospital de Clínicas foi avaliado que, por ser um espaço o qual sua gestão foge totalmente da autonomia da UFPR por se tratar de uma empresa pública que administra (EBSERH), um espaço de prestação de serviços médicos e que envolvem situações de vulnerabilidade, seria difícil fazer a Caravana nos moldes pensados para os demais campi.

Em relação ao campus Rebouças, no semestre de realização da Caravana PIC ele ainda estava sendo ocupado paulatinamente e não em sua totalidade, e ainda havia necessidade de questões de infraestrutura que estavam sendo realizadas. Por ser uma ocupação muito recente, ainda não tinham sidos estabelecidos modos e formas de apropriação daquele espaço, importantes para as ações da Caravana. Diante desta situação optou-se por não realizar a Caravana PIC naquele momento.

Lançamento da Caravana PIC no SACOD.
Fonte: Leonardo Bettinelli.

Apresentação musical camponesa brasileira “Rios, Florestas e Violas”,
com viola caipira, flauta transversal e declamação.
Fonte: Álan Rechetelo.

Apresentação musical realizada durante a Caravana PIC no Centro Politécnico.
Fonte: Vinicius Costa — PROEC/UFPR.

A Roda de Conversa Design Editorial discutiu a produção da revista Tinteiro da Editora UFPR.
Fonte: PROEC, 2018.

Encerramento da Caravana PIC — SACOD 28/11.
Fonte: PROEC, 2018.

Para o objetivo de realizar uma escuta da comunidade acadêmica quanto ao objetivo 2, isto é, investigar a concepção de cultura e os meios de acesso a esta, a equipe de acompanhamento elaborou um questionário com apoio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade — GEPLEC. Esta interação foi importante para ampliar o entendimento de cultura, de modo a agregar a face do Lazer nas reflexões.

O questionário foi aplicado durante a realização da Caravana PIC junto aos estudantes, docentes e técnicos administrativos de cada campus, mas também permaneceu on-line para que a comunidade acadêmica pudesse responder durante todo o segundo semestre de 2018. No entanto, no processo de sistematização dos dados, no primeiro semestre de 2019, verificou-se a baixa adesão dos técnicos administrativos. Por esta razão, no segundo semestre de 2019, em especial durante a Semana do Servidor, em outubro, o questionário novamente foi disponibilizado on-line, neste caso exclusivamente para os técnicos administrativos.

Outro instrumento importante de pesquisa de campo foi o mapeamento dos espaços do campus que já eram destinados a algum tipo de atividade artística-cultural e os que tinham potencialidade para abarcar algum tipo de ação artística-cultural. Para esta finalidade utilizou-se as plantas-baixas de cada campus, que foram fornecidas pela SUINFRA. O "mapa" do campus ficava disponível durante toda a caravana para a intervenção de quem quisesse indicar estes espaços da arte e da cultura.

Apesar desses instrumentos de pesquisa já revelarem parte do perfil e cenário cultural de cada campus, a Comissão pensou em algo mais direcionado, que foi traduzido num diálogo mais aprofundado com pessoas-chave já identificadas no campus, um grupo focal sobre cultura, que garantisse não somente discutir um diagnóstico, mas incitar a debater o futuro, numa perspectiva prospectiva. A ideia se concretizou a partir das rodas de conversa, que eram orientadas pela pergunta: "Qual cultura queremos?". Garantiu-se a idealização qualitativa de cenários culturais dos mais diversos públicos da UFPR.

Com intuito de mobilizar a comunidade acadêmica de cada campus a participar da Caravana PIC com a apresentação e realização de atividades artísticos-culturais, um edital de seleção foi lançado em cada um dos campi. Esta estratégia, em alguns campi, de visibilização de iniciativas artístico-culturais até então desconhecidas superou as expectativas da Comissão e acabou sendo um instrumento de mapeamento da potência cultural em cada campus.

A Caravana do PIC era realizada em cada campus em parceria com os setores envolvidos, com a discussão sobre os espaços de ocupação por parte das atividades da caravana, além do apoio na divulgação/comunicação destas mesmas ações. A Caravana do PIC se realizava durante um dia, em horários específicos que permitissem a maior participação da comunidade acadêmica e, basicamente, consistia nas seguintes ações:

1. Apresentações artísticas dos grupos da COC e de membros da comunidade do campus;
2. Ações organizadas pelo MUSA/MAE/COEX e Editora da UFPR;
3. Mapeamento dos espaços e equipamentos culturais de cada campus;
4. Aplicação dos questionários sobre concepção e acesso à cultura;
5. Realização das rodas de conversa — grupo focal.

A Caravana PIC contou com a participação da equipe PROEC e de bolsistas, e promoveu cerca de 64 atividades artísticas, incluídas as propostas da comunidade acadêmica para cada campus, envolvendo um público estimado de 4590 pessoas. Foram aplicados 740 formulários sendo 55 respondidos por docentes, 148 por técnicos administrativos, 514 por estudantes e 23 por terceirizados.

O lançamento e encerramento da Caravana PIC ocorreram nos *campi* Batel e Juvevê respectivamente, em razão da pertinência da ação com a finalidade última do Setor de Artes, Comunicação e Design, o que pode ser observado na tabela que segue.

TABELA 1 — NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS CARAVANAS PIC EM 2018

Setor/Campi	Número de pessoas
DeArtes	200
Botânico	1000
Santos Andrade	230
SEPT	300
Agrárias	150
Politécnico	1000
Reitoria	450
Setor Litoral	300
CEM	50
Palotina	400
Toledo	30
Jandaia do Sul	300
SACOD	180
TOTAL	**4590**

Fonte: PROEC, 2018.

O diagnóstico apresentado aqui é dividido em duas partes. A primeira parte consiste nas respostas às questões que orientaram o levantamento de informações em cada um dos 10 eixos definidos no termo de referência do PIC (anexo): 1) Institucionalização da cultura na UFPR; 2) Recursos para a cultura; 3) Equipamentos e espaços; 4) Ações institucionais de cultura; 5) Atividades de ensino vinculadas à cultura; 6) Atividades de pesquisa vinculadas à cultura; 7) Atividades de extensão vinculadas à cultura; 8) Patrimônio cultural material/imaterial; 9) Desenvolvimento cultural; 10) Participação.

Na segunda parte encontram-se os resultados da Caravana PIC, divididos por campus e expressos em gráficos. Realizada ao longo do ano de 2018, a Caravana PIC percorreu os 11 campi da UFPR, mapeando as atividades culturais conhecidas e propostas em 10 desses espaços e promovendo 10 rodas de conversa com professores e alunos, com o tema "Quais culturas nós queremos?". Também aplicou um questionário específico para recolher informações e impressões de toda comunidade acadêmica acerca do cenário da arte e cultura na UFPR.

A partir deste diagnóstico pretende-se formular políticas públicas para a cultura no ambiente universitário, garantindo o comprometimento da comunidade acadêmica com a cultura, a educação e os direitos humanos, em permanente diálogo com a comunidade externa.

A seguir, a última etapa da proposta metodológica — Sistematização dos dados, análise e diretrizes.

3.3 Sistematização, análise e diretrizes

O ano de 2019 foi dedicado à escrita e sistematização dos dados coletados durante a Caravana PIC e das pesquisas desenvolvidas concomitantemente sobre os demais eixos. Durante este ínterim, a Comissão de Acompanhamento do PIC, composta pela equipe da Coordenação de Cultura, foi totalmente reestruturada e não se tinham mais os recursos financeiros para bolsas do projeto Mutirão — Mais Cultura. Desta forma, o tempo para esta tarefa foi arrefecido tendo em vista as demais atividades desenvolvidas pela equipe da Coordenadoria de Cultura.

Neste período, o Comitê de elaboração do PIC também foi sendo ampliado, pois como resultado das Caravanas, representantes/convidados de setores/campus que estiveram envolvidos durante a sua realização foram incluídos.

Após a finalização do Diagnóstico, no início de agosto, este documento foi enviado a todos os membros da Comissão de elaboração do PIC para conhecimento e análise para posterior organização em grupos direcionados à elaboração das diretrizes do Plano Institucional de Cultura — PIC UFPR.

A Comissão do PIC se organizou em 5 grupos com base em algumas diretrizes orientadoras da construção dos objetivos e ações do PIC, a partir de análise do diagnóstico. Estas diretrizes assim se organizaram: 1. Espaços culturais e de lazer; 2. Gestão da cultura; 3. Diversidade e acesso à cultura; 4. Formação, pesquisa e extensão e 5. Fortalecimento das ações estudantis.

Estas diretrizes foram organizadas em objetivos e ações necessárias para o atingimento destes objetivos. O documento integral ficou para consulta e sugestões e modificações por parte da Comissão do PIC por duas semanas.

Concomitantemente, realizamos uma última consulta pública de escuta para a elaboração do PIC. Cada membro da Comissão do PIC indicou de uma a três pessoas representantes do meio cultural do Paraná para uma reunião on-line, devido à pandemia, no final de outubro. Esta escuta complementa o mosaico de olhares sobre o papel e a missão da UFPR no contexto cultural paranaense e nacional. O conjunto de pessoas privilegiou a pluralidade de linguagens artísticas e lugares de fala institucionais e da sociedade civil.

A sistematização deste documento foi levada à apreciação pelo conjunto integral da Comissão do PIC que deliberou sobre sua aprovação e encaminhamento ao Conselho Universitário.

4 DIAGNÓSTICO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Aqui trazemos alguns elementos para pensar o retrato da cultura na UFPR neste diagnóstico e optou-se principalmente por apresentar os levantamentos a partir do tripé do ensino, pesquisa e extensão. Cada um desses eixos teve uma metodologia específica de coleta de dados que será apresentada em cada uma das seções.

4.1 Cultura e o ensino

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPR (2017-2021) traz que a UFPR é referência social e cultural para a população curitibana e paranaense. Este fator está associado principalmente em razão da missão institucional da universidade de formar pesquisadores, artistas e formadores de opinião para este ambiente cultural.

A cultura encontra-se inserida como um dos elementos setoriais da universidade por meio dos cursos de graduação ofertados, que interligam a cultura ao interesse e necessidade local e regional, e pode ser vinculada às disciplinas obrigatórias ou eletivas do curso de graduação de acordo com o interesse à formação do aluno[1].

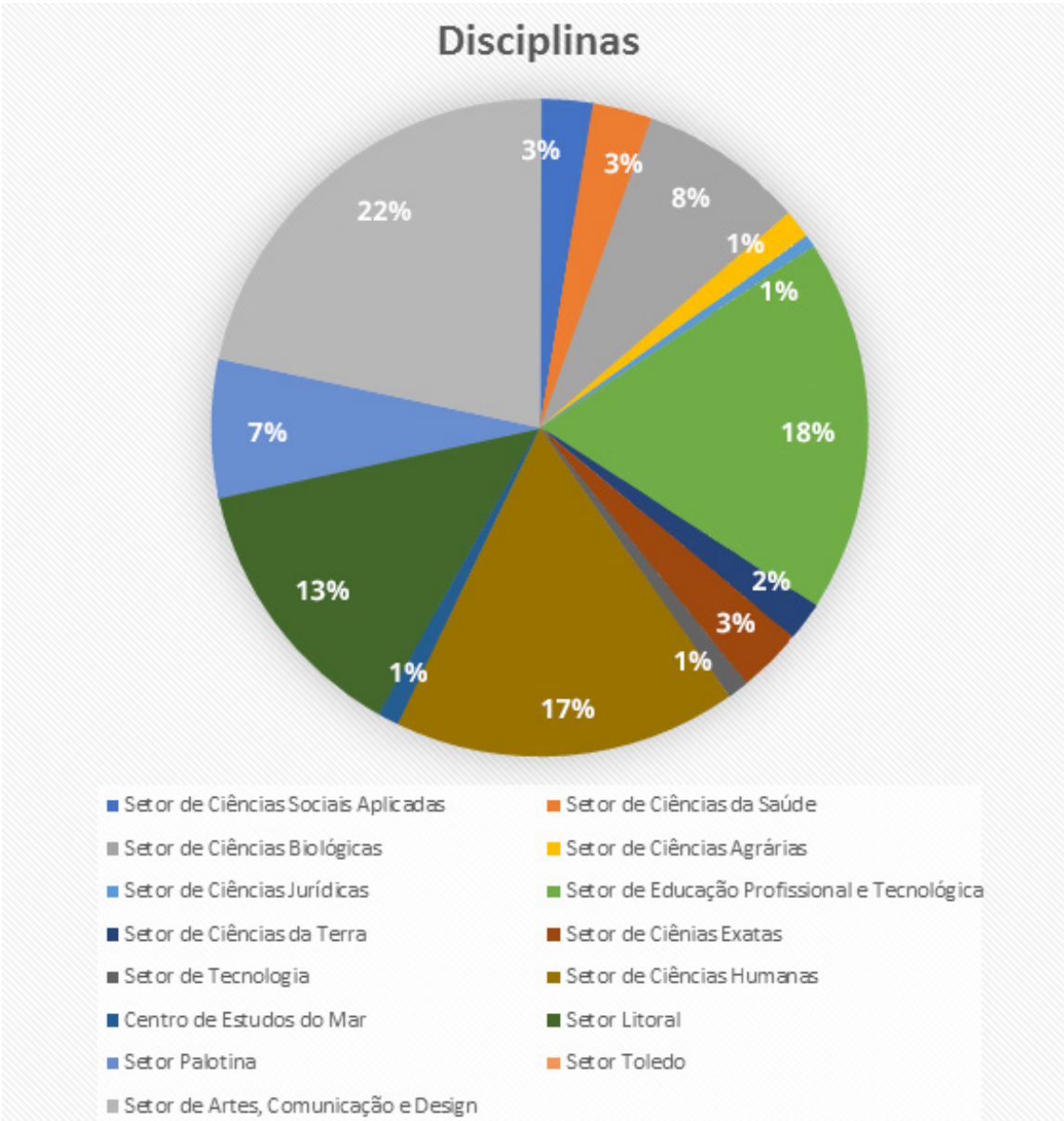
A pesquisa sobre a inserção da cultura nos cursos de graduação partiu da premissa de que um dos caminhos para identificação seria verificar a existência de disciplinas relacionadas aos temas de cultura. A busca se baseou nos documentos disponíveis nos sites dos cursos de graduação. Foram analisados ao total 136 Projetos Políticos Pedagógicos, em especial dos seus currículos para o levantamento de disciplinas. O resultado de disciplinas encontradas foi organizado por setor.

A pesquisa utilizou as seguintes palavras-chave, retiradas do Plano Nacional de Cultura: arte, cultura popular, cinema, poesia, pintura, fotografia, performances, manifestações populares, orquestra, música, canto, religiosidade, comunidades indígenas, comunidade quilombola, negros, linguagem,

[1] Art. 74. § 3º Além das disciplinas complementares optativas poderá ser facultado ao aluno cursar disciplinas eletivas que interessem à sua formação cultural, atendido o sistema de pré-requisitos e compatibilidade de horários.

etnia, pluralidade, saberes, gênero, indígenas, igualdade, literatura, artes visuais, circo, teatro, museu, patrimônio, memória, grupos artísticos, práticas corporais, música, dança, audiovisual, expressão, sociedade, políticas, ética, diversidade, cultura.

FIGURA 6 — DISCIPLINAS POR SETOR



Fonte: PROEC, 2019.

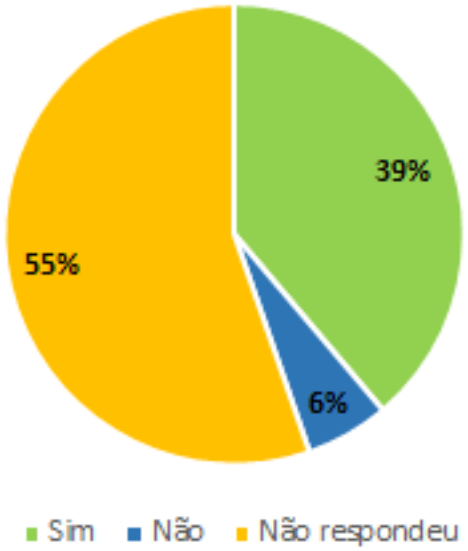
4.1.1 Projetos educacionais inovadores

Uma proposta de eixo formativo que incorpora a área de cultura que vale a pena ser apresentada como experiência pedagógica inovadora está relacionada ao Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR. Neste, o espaço das Interações Culturais e Humanísticas (ICH) representa 20% da carga horária curricular e possibilita a integração de estudantes de todos os cursos do setor, em diferentes períodos letivos, na discussão de temas que são previamente construídos coletivamente.

> O espaço curricular de Interações Culturais e Humanísticas (ICH) consiste num dos pilares do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, representando, no mínimo, 20 % da carga horária curricular em todos os cursos. Através de encontros que ocorrem semanalmente, integrando estudantes dos diferentes cursos, o ICH constitui-se num espaço de aprendizagem interdisciplinar. Possibilita a articulação de diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais) e busca um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea. Desta forma, a UFPR Litoral, através das ações e atividades que promove e sustenta, visa sensibilizar e despertar a comunidade acadêmica para compreensão da complexidade das questões sócio-político-culturais e ambientais, fazendo interlocuções com PESSOAS que fazem a diferença; colocando em discussão e aprofundamento TEMAS que instigam; preparando e desafiando competências acerca de PROCEDIMENTOS que interrogam; ocupando e promovendo ESPAÇOS e MOMENTOS que envolvem e articulam EXPRESSÕES e DESEJOS humanos. (UFPR Litoral, PPP 2008, p. 32).

Em fevereiro de 2020 foi encaminhado o Memorando nº 11/2020/UFPR/R/PROEC, por meio do SEI, aos coordenadores dos 85 cursos da UFPR, questionando se o curso possui alguma estratégia para que as atividades de cultura (produção, gestão, circulação, fruição e crítica) sejam contabilizadas nos históricos escolares como atividades complementares. Considerou-se como “sim” os cursos que mencionaram de forma explícita atividades culturais em sua resposta. Na figura 7 e tabela 4 abaixo estão os resultados das respostas.

FIGURA 7 — ESTRATÉGIAS DE CULTURA NOS HISTÓRICOS ESCOLARES DOS CURSOS DA UFPR



Fonte: PROEC, 2020.

TABELA 4 — ATIVIDADES CULTURAIS CONSIDERADAS COMO ATIVIDADES COMPLEMENTARES PELOS CURSOS DA UFPR

Cursos da UFPR que contabilizam atividades culturais como atividades complementares	Cursos da UFPR que NÃO contabilizam atividades culturais como atividades complementares
Artes Visuais	Administração
Ciência da Computação	Engenharia Ambiental
Ciências Biológicas	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
Ciências Contábeis	Medicina
Ciências Econômicas	Tecnologia em Negócios Imobiliários
Ciências Exatas — Setor Palotina	
Computação — Setor Palotina	
Design de Produto	
Direito	
Enfermagem	

Engenharia Civil	
Engenharia de Aquicultura — Setor Palotina	
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	
Engenharia de Produção	
Engenharia Elétrica	
Engenharia Mecânica	
Engenharia Química	
Estatística	
Expressão Gráfica	
Física	
Geografia	
Geologia	
Gestão da Informação	
Matemática	
Matemática Industrial	
Medicina Veterinária	
Música	
Pedagogia	
Pedagogia EAD	
Publicidade e Propaganda	
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
Tecnologia em Luteria	
Terapia Ocupacional	

Fonte: PROEC, 2020.

4.2 Cultura e pesquisa

A política institucional do Sistema de Pós-Graduação é conduzida na UFPR pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), encarregada também das relações com as agências estaduais e nacionais para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como com instituições estrangeiras relacionadas com os temas de ciência e tecnologia.

Essa Pró-Reitoria é organizada em três unidades administrativas e quatro coordenações, sendo os setores: Pesquisa e Desenvolvimento da Ciências e Tecnologia, Programas de Pós-Graduação — *Stricto sensu*, Cursos de Pós-Graduação — *Lato sensu*, Iniciação Científica e Integração Acadêmica, Orçamento e Finanças, Processamento de dados e informática e Unidade de Apoio aos Periódicos Científicos da UFPR. É a partir dela que são geridas, sistematizadas e aplicadas todas as atividades de pesquisa e pós-graduação de todos os cursos da UFPR.

Constatou-se que não existem estratégias específicas de incorporação de atividades de cultura como conteúdo ou tema de pesquisa, no entanto, algumas políticas estaduais e federais servem de diretrizes teóricas no que tange à pesquisa e sua relação com a cultura dentro da UFPR. São elas: o Plano Nacional de Pós-Graduação/PNPG; o Plano Nacional de Educação/PNE (2011-2020) e o Programa Universidade Sem Fronteiras.

Em alguns deles encontram-se menções às políticas para a cultura. Temos o PNPG (2011-2020):

> O SNPG/Sistema Nacional de Pós-Graduação deverá incluir, entre suas principais metas, a criação e o adensamento de centros de excelência em Humanidades com a missão de pensar o Brasil e o mundo. A par dos temas tradicionais da cultura humanística, estes estudos devem contemplar a relação da ciência com a sociedade, a questão da defesa nacional, estratégias de desenvolvimento sustentável, entre outros[2]. (BRASIL, 2010, p. 21).

[2] BRASIL. CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, 2010, p. 21.

O PNE, um dos documentos referenciais do PIC, também serve como referência para as ações da PRPPG. Nesse caso, porém, não há direcionamento de nenhuma política ou ação específica para a cultura na pesquisa universitária.

No âmbito da iniciação científica, a coleta de informações sobre esse eixo da pesquisa foi realizada a partir de dados da SIEPE[3]. O repositório digital das duas últimas edições do Evinci[4] está disponível na página da PRPPG na internet. A partir disso, com o uso de palavras-chave foi possível filtrar trabalhos de iniciação científica que indicam nos títulos alguma relação com cultura.

As palavras-chave escolhidas para essa pesquisa foram selecionadas a partir de referenciais do PIC, conceitos evidenciados no termo de referência e no diagnóstico, elaborados pela comissão institucional do plano, além de conceitos presentes nos documentos nacionais que serviram de referência, como o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Educação. As palavras são: arte, cultura popular, cinema, poesia, pintura, fotografia, performances, manifestações populares, orquestra, música, canto, religiosidade, comunidades indígenas, comunidade quilombola, negros, linguagem, etnia, pluralidade, saberes, gênero, indígenas, igualdade, literatura, artes visuais, circo, teatro, museu, patrimônio, memória, grupos artísticos, práticas corporais, música, dança, audiovisual, expressão, sociedade, políticas, ética, diversidade, cultura.

Por meio da pesquisa realizada junto aos documentos da SIEPE 2019, foram constatados 69 trabalhos em diversos setores da universidade relacionados à cultura, conforme tabela abaixo. No anexo F está a lista dos trabalhos localizados.

[3] UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Disponível em: http://www.siepe.ufpr.br/2019/. Acesso em: fev. 2020.

[4] UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Evento de Iniciação Científica*. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/ic/. Acesso em: set. 2019.

TABELA 5 — PESQUISA POR SETOR DE TRABALHOS APRESENTADOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2018-2019

Setores	Quantidade de trabalhos
Ciências Humanas	31
SACOD — Setor de Artes, Comunicação e Design	21
SEPT — Setor de Educação Profissional e Tecnológica	08
Litoral	03
Ciências Jurídicas	02
Ciências biológicas	01
Sociais aplicadas	01
Educação	01
Ciências Exatas	01
Total	**69**

Fonte: PROEC, 2020.

Realizando pesquisa, por meio das palavras-chave, junto ao Sistema de Gestão Acadêmica, foram localizados 400 projetos relacionados à cultura, conforme tabela abaixo. No anexo G consta a lista detalhada de projetos.

TABELA 6 — PROJETOS DE PESQUISA DO SIGA POR CATEGORIA

Categoria	**Total de projetos**
Literatura	94
Cultura	57
Políticas	44
Identidade	40
Etnia	34
Música	34
Língua	32
Sociedade	19
Gênero	18
Expressão	13
Diversidade	5
Dança	4
Ética	4
Pluralidade	1
Religião	1
Total	**400**

Fonte**:** PROEC, 2020.

Realizando consulta, também por meio das palavras-chave, dos grupos de pesquisas relacionados à cultura na UFPR na base do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), localizou-se 15 grupos na área de Linguística, Letras e Artes, 9 em Ciências Humanas, 3 em Ciências Sociais Aplicadas e 1 em Ciências Exatas e da Terra. Abaixo lista dos grupos localizados:

TABELA 7 — GRUPOS DE PESQUISA DA UFPR RELACIONADO À CULTURA

Grupo	**Área predominante**
A forma e o sentido na linguagem	Linguística, Letras e Artes
Arte, Memória e Narrativa	Ciências Humanas
Artes Visuais: Teoria, educação e poética	Linguística, Letras e Artes
Criação Musical, Gesto e Processos de Interação Artística	Linguística, Letras e Artes
Cultura e Poder	Ciências Humanas
Cultura, política e movimentos sociais na América Latina	Ciências Humanas
Cultura, Práticas Escolares e Educação Histórica	Ciências Humanas
Diálogos com a Literatura Portuguesa	Linguística, Letras e Artes
ENOTURISMO, GASTRONOMIA, PATRIMÔNIO DO VINHO E	Ciências Sociais Aplicadas
ESPACIALIDADES DA CULTURA	Ciências Humanas
Estudos Cognitivos da Composição Musical	Linguística, Letras e Artes
Expressão Gráfica	Ciências Exatas e da Terra
GILDA — Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação	Ciências Humanas
GRUME — Grupo de Pesquisa Música e Expertise	Linguística, Letras e Artes
Grupo de Estudos de Política Indígena e Indigenismo	Ciências Humanas
Grupo de estudos e prática da música dos séculos XX e XXI	Linguística, Letras e Artes
Grupo de Pesquisa em línguas estrangeiras modernas (GPLEM)	Linguística, Letras e Artes
Linguagem, comunicação e cognição	Linguística, Letras e Artes

Literatura e mobilidades sociais e culturais	Linguística, Letras e Artes
Literatura e modernidade	Linguística, Letras e Artes
Literatura e Outras Artes	Linguística, Letras e Artes
Literaturas ibero-americanas	Linguística, Letras e Artes
Mídia, Linguagem e Educação	Ciências Sociais Aplicadas
NEFICS — Núcleo de Estudos de Ficção Seriada e Audiovisualidades	Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo de Estudos da Cultura Técnica e Científica	Ciências Humanas
Núcleo de Estudos do Romance	Linguística, Letras e Artes
Processos formativos e cognitivos em educação musical	Linguística, Letras e Artes
Processos Formativos e Linguagens na Educação em Ciências da Natureza	Ciências Humanas

Fonte**:** CNPq, 2020.

4.3 Cultura e extensão

Um dos documentos referenciais para a construção do PIC é a Política Nacional de Extensão Universitária[5], que dá prioridade à prática cultural como um dos caminhos para atender as necessidades sociais, em conjunto com a educação, meio ambiente, saúde, dentre outros. O documento também considera relevantes para a afirmação do caráter nacional e das manifestações regionais as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística. Desta forma, produtos artísticos e culturais, eventos, filmes, exposições, apresentações de dança e teatro, são reconhecidos como produção acadêmica, bem como atividades de promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes.

No final do ano de 2018, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução 7/2018 que trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024.

A extensão na UFPR atua em articulação com as orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas — FORPROEX[6]. A partir das diretrizes discutidas nesse fórum, cada universidade possui autonomia para estabelecer sua forma de atuação. Na UFPR, o Comitê Assessor de Extensão (CAEX) propõe, normatiza e assessora tal política de extensão.

Os projetos de extensão são classificados como ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico, que contemplam cinco princípios: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade; indissociabilidade e impacto na formação de estudantes. Visam resultados para a sociedade e para a comunidade acadêmica, podendo estar vinculados a um programa ou serem isolados.

---

[5] Essa política teve como norteador o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999. Desde então, vem sendo amplamente discutida pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras — Forproex.

[6] A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012, p. 28).

Os programas de extensão, por sua vez, constituem conjuntos articulados de atividades que contemplam os cinco princípios da extensão. Deles participam servidores (docentes e técnicos administrativos) e discentes de diferentes formações e áreas de conhecimento, integradas ao ensino e à pesquisa, e com parcerias comprovadas com a comunidade. Um programa deve ter pelo menos dois projetos de extensão vinculados. Os projetos vinculados devem estar articulados e devem contribuir para o alcance do objetivo geral do programa. Entretanto, um programa não é constituído apenas da soma dos projetos vinculados, também deve ter um *corpus* próprio, irredutível aos projetos. O programa deve justificar a necessidade da atuação em projetos vinculados para o alcance do seu objetivo, indicando a estreita articulação entre eles e o programa.

Cabe ao CAEX estabelecer critérios e indicadores de avaliação e análise e homologar as propostas e relatórios de cursos, programas e projetos de extensão de toda a universidade. Não foi encontrada estratégia específica para fomento de cursos, programas e projetos voltados para produção, gestão, circulação, fruição e crítica para a cultura. A cultura se insere na política geral para a extensão, contando com o incentivo de bolsas para estudantes durante a vigência da atividade proposta.

Em 2019, ocorreu uma pesquisa no Sistema Integrado de Gestão da Extensão Universitária (SIGEU), antiga plataforma de registro das atividades e práticas de extensão na universidade, em busca por projetos, programas e cursos de extensão intercalados com a produção de materiais de ensino e fomento à cultura mediante as seguintes palavras-chave: arte, cultura popular, cinema, poesia, pintura, fotografia, performances, manifestações populares, orquestra, música, canto, religiosidade, comunidades indígenas, comunidade quilombola, negros, linguagem, etnia, pluralidade, saberes, gênero, indígenas, igualdade, literatura, artes visuais, circo, teatro, museu, patrimônio, memória, grupos artísticos, práticas corporais, música, dança, audiovisual, expressão, sociedade, políticas, ética, diversidade, cultura. As referidas palavras foram selecionadas a partir do questionário de diagnóstico, especificamente das questões que visavam coletar dados referentes às atividades culturais e áreas de interesse, bem como do termo de referência.

O resultado dos dados é a sistematização de informações do período de 2013 (data de instituição do SIGEU) a 2019. A tabela abaixo apresenta o resultado da pesquisa no SIGEU. No anexo G consta a lista na sua integralidade.

TABELA 8 — PROJETOS CADASTRADOS NO SIGEU

Setor	**Quantidade de projetos**
Ciências Humanas	160
SACOD — Setor de Artes, Comunicação e Design	74
Educação	70
Litoral	68
PROEC — Gabinete da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	65
SEPT — Setor de Educação Profissional e Tecnológica	55
Ciências Jurídicas	28
Ciências da Saúde	18
Palotina	10
Jandaia do Sul	8
Pontal do Paraná	8
Ciências Biológicas	6
Sociais Aplicadas	5
Ciências Agrária	3
Ciências da Terra	3
PRAE — Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	3
Ciências Exatas	2
Tecnologia	2
CELIN — Centro de Línguas	1
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas	1
CEPA — Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas	1
Coordenadoria de Desenvolvimento Social	1
COPEFOR — Coordenação de Políticas de Formação de Professores	1
DPAT — Departamento de Patologia Básica	1
PROGEPE — Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	1
PROGRAD — Pró-Reitoria de Graduação	1

PRPPG — Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	1
Reitoria	1
Toledo	1
UFPR	1
UNIMULTI — Unidade de Atendimento Multiprofissional Diagnóstico e Terapêutico	1
Total	**601**

Fonte: PROEC, 2020.

Na política extensionista da UFPR não existem editais de fomento diretamente voltados à cultura, porém no último ano, 2019, houve dois editais, um voltado a ações de articulação entre mais de um programa/projeto de extensão e outro de fortalecimento das ações de extensão em geral, no qual tivemos 04 projetos relacionados à cultura aprovados.

5 INDÍCIOS DO PERFIL CULTURAL DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFPR

Para finalizar, na sequência apresentamos a síntese do perfil da comunidade acadêmica da UFPR em relação à cultura. Ele nasce a partir da síntese dos dados recolhidos durante o segundo semestre de 2018, na ocasião da passagem da Caravana PIC em todos os campi da UFPR e durante a semana do servidor de 2019.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura estabeleceu como estratégia uma Caravana que constituísse o diagnóstico da instituição em relação à arte e à cultura. Assim, foi por meio das visitas aos campi, da escuta da comunidade acadêmica, da troca de experiências e vivências relacionadas à arte e à cultura que se revelou nosso perfil, o PERFIL UFPR — CULTURA, que traz consigo uma análise situacional da cultura na UFPR, a qual servirá como base para a elaboração do Plano Institucional de Cultura.

A passagem da equipe da PROEC pelos *campi* da UFPR consistiu em um dia de intervenções culturais para conhecer as especificidades do cenário cultural, reunir contribuições e estimular o diálogo sobre as percepções e concepções que dão forma às atividades artístico-culturais na UFPR, um verdadeiro

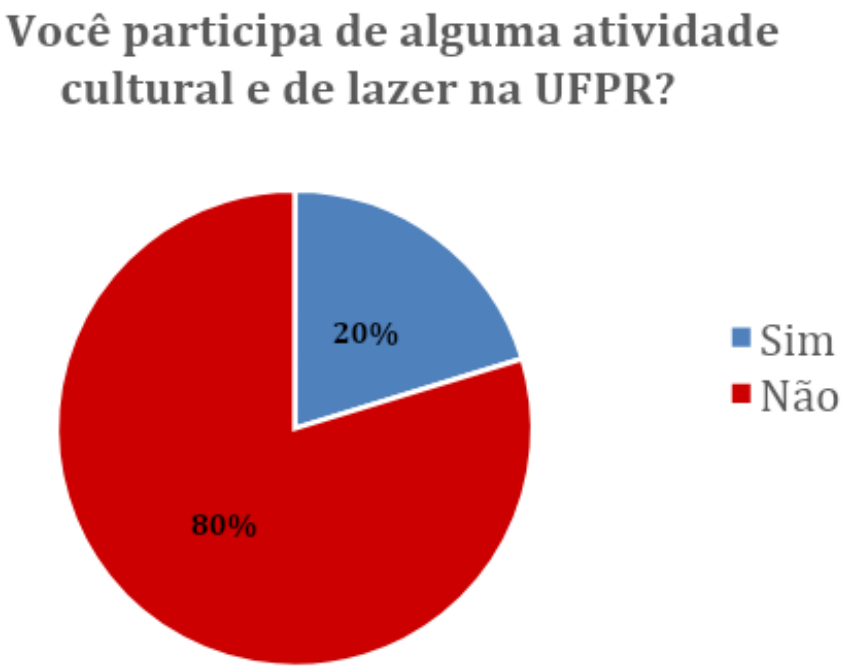
intercâmbio entre os conhecimentos e entendimentos sobre o conceito e a execução de cultura, envolvendo alunos, servidores técnicos administrativos, servidores docentes e trabalhadores terceirizados.

No total, foram 11 visitas aos *campi* com a seguinte sequência de atividades:

1) Aplicação de questionários;

2) 10 mapeamentos de atividades culturais conhecidas e propostas em espaços indicados pelos participantes; e

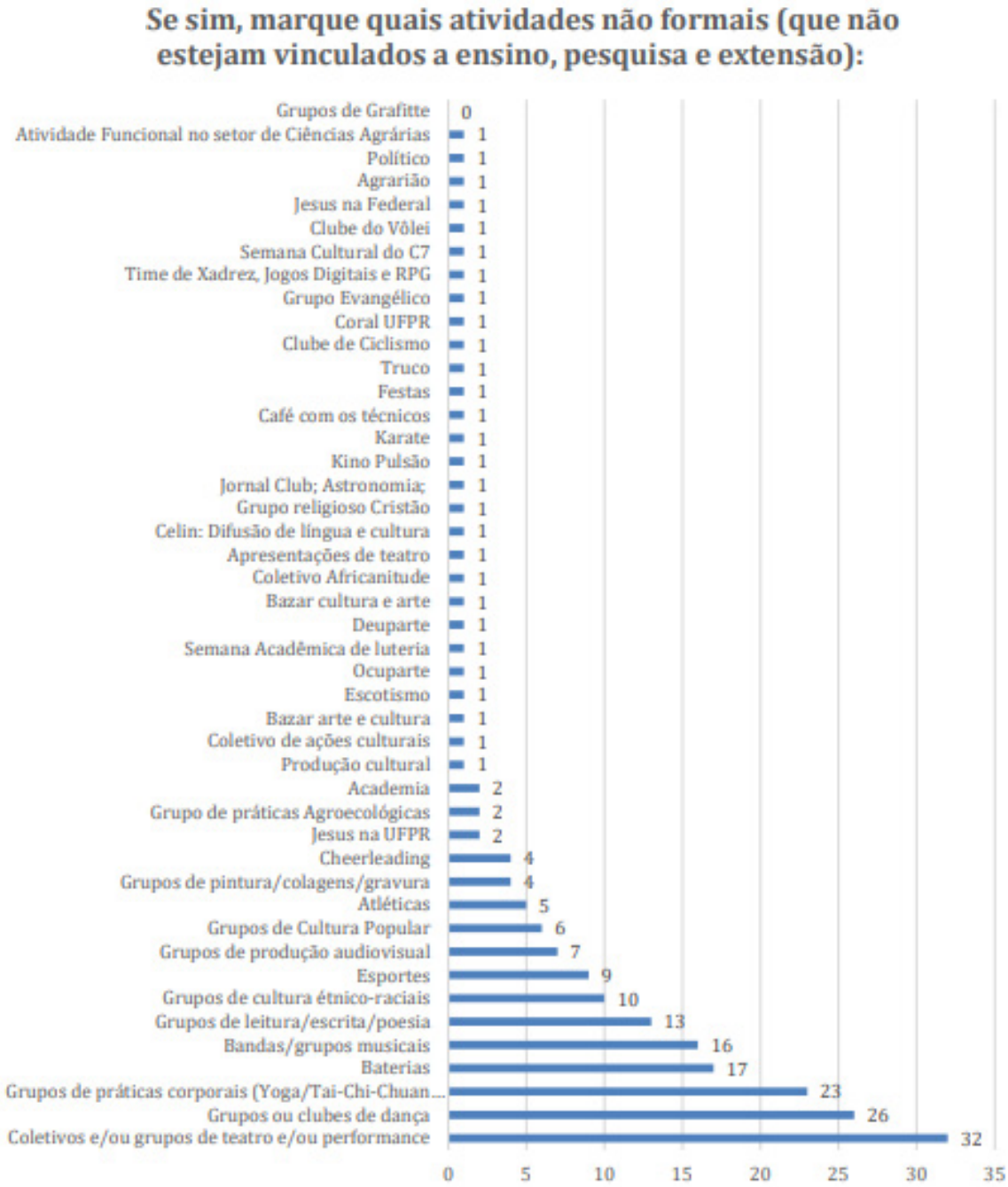
3) 10 rodas de conversas sobre "Quais culturas nós queremos?" com professores e alunos.



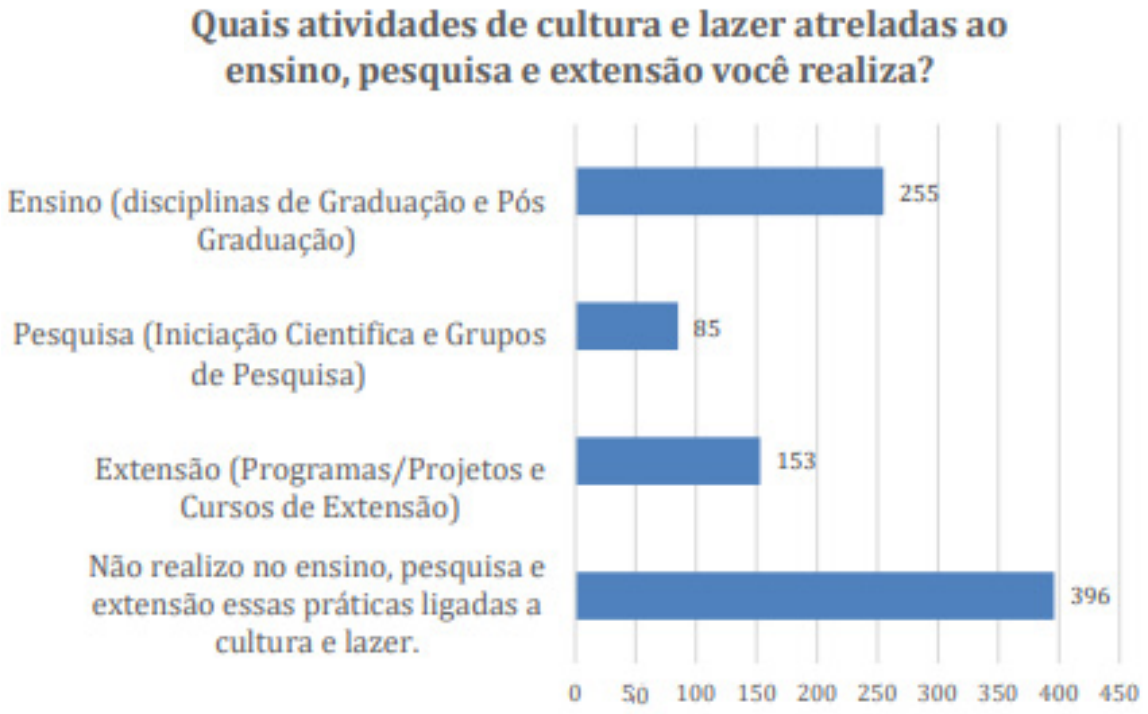
Fonte: PROEC, 2020.

No universo de 740 entrevistados, 80% afirmaram não participar de atividade de cultura e lazer na UFPR.

Entre os entrevistados que afirmaram que realizam alguma atividade de cultura e lazer na UFPR, a atividade de Coletivos e/ou grupos de teatro e/ou performance é a mais citada (32 citações), como se pode conferir a seguir:

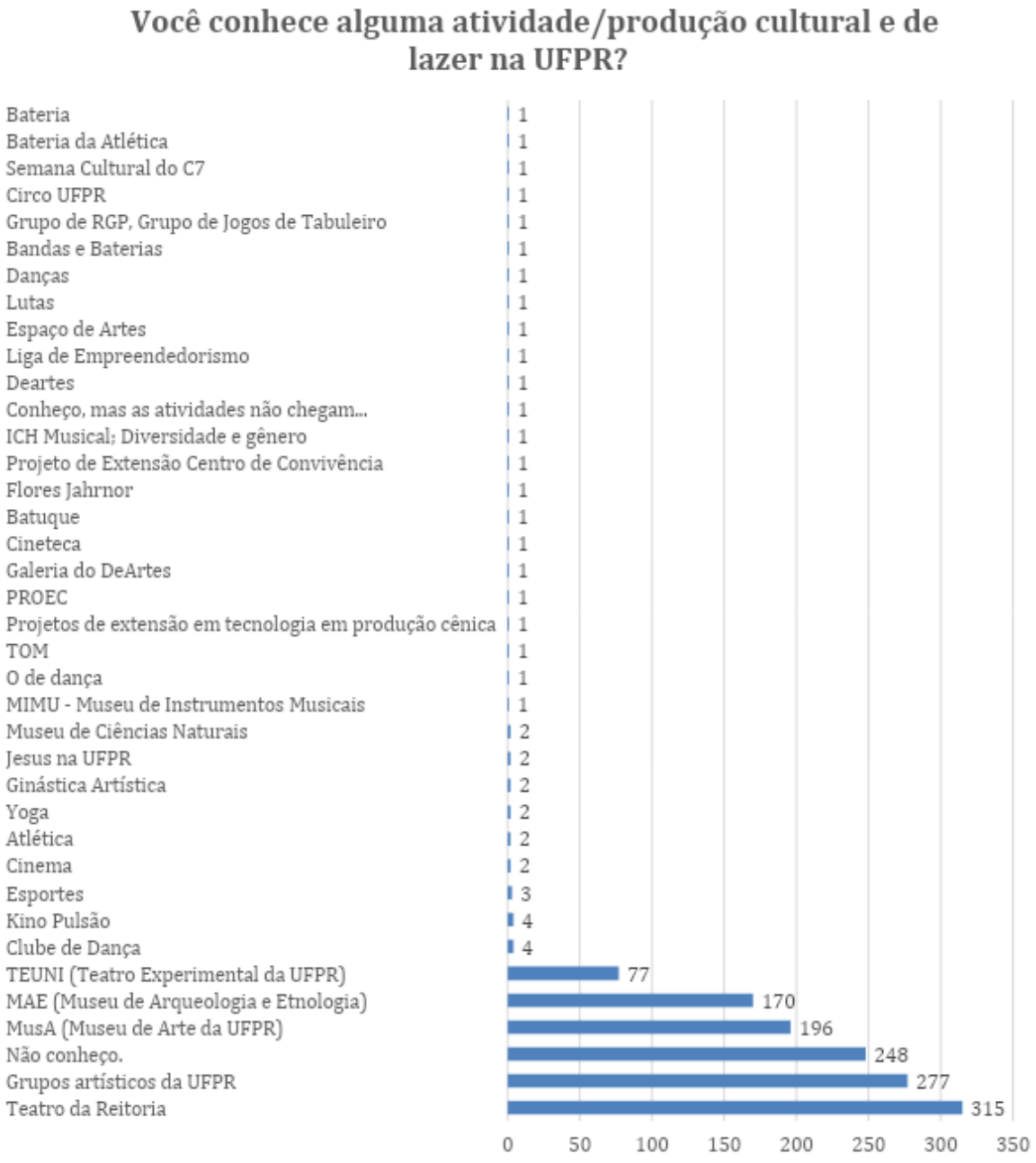


Fonte: PROEC, 2020.



Fonte: PROEC, 2020.

Acima pode-se observar que 53,5% (396 citações) dos entrevistados afirmaram não realizar no ensino, pesquisa e extensão práticas ligadas à cultura e ao lazer.



Fonte: PROEC, 2020.

Observa-se aqui que em relação à atividade cultural e de lazer na UFPR, 42,6% afirmaram conhecer o Teatro da Reitoria (315 citações), 37,4% (277 citações) conhecem os grupos artísticos, 26,5% (196 citações) conhecem o MusA, 23% (170 citações) conhecem o MAE e 10,4% (77 citações) conhecem o TEUNI.

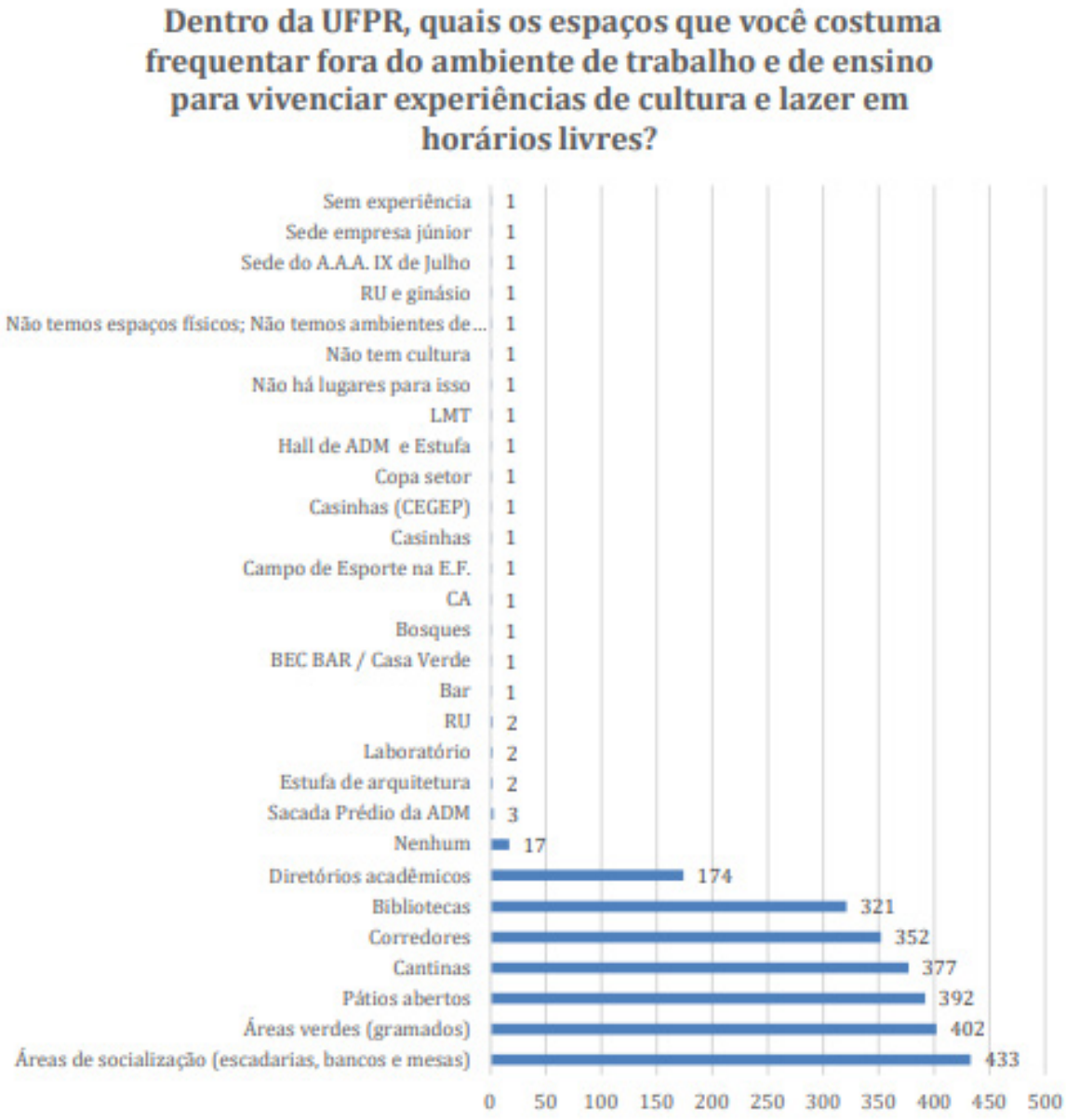
Entretanto, 33,51% (248 citações) afirmaram não conhecer atividade/produção cultural e de lazer na UFPR.

Fonte: PROEC, 2020.

Como se pode verificar, as áreas de interesse dos entrevistados são cinema e audiovisual (461 indicações) e atividades musicais, como: ópera, bandas, grupos instrumentais e orquestras (437 citações).

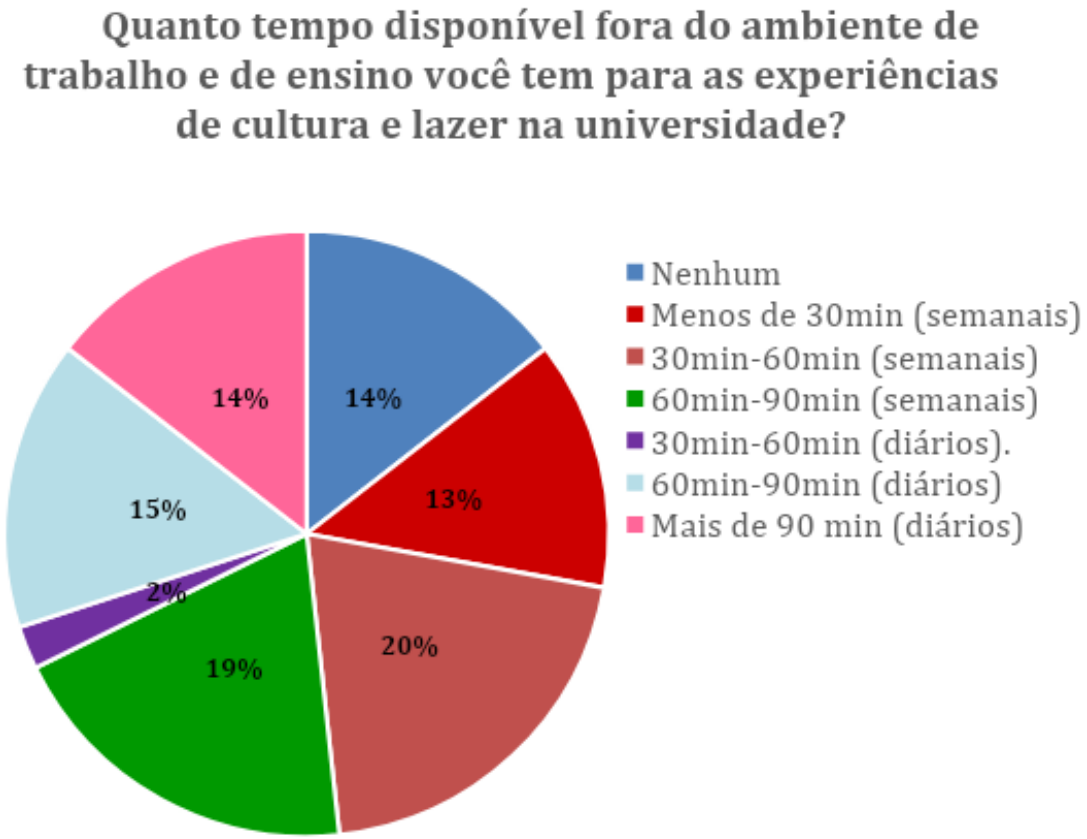
Fonte: PROEC, 2020.

Os equipamentos e espaços mais utilizados para realização de ações culturais e de lazer pelos entrevistados são bares, cafés, shoppings (546 citações) e praças, ruas e parques (538 citações).



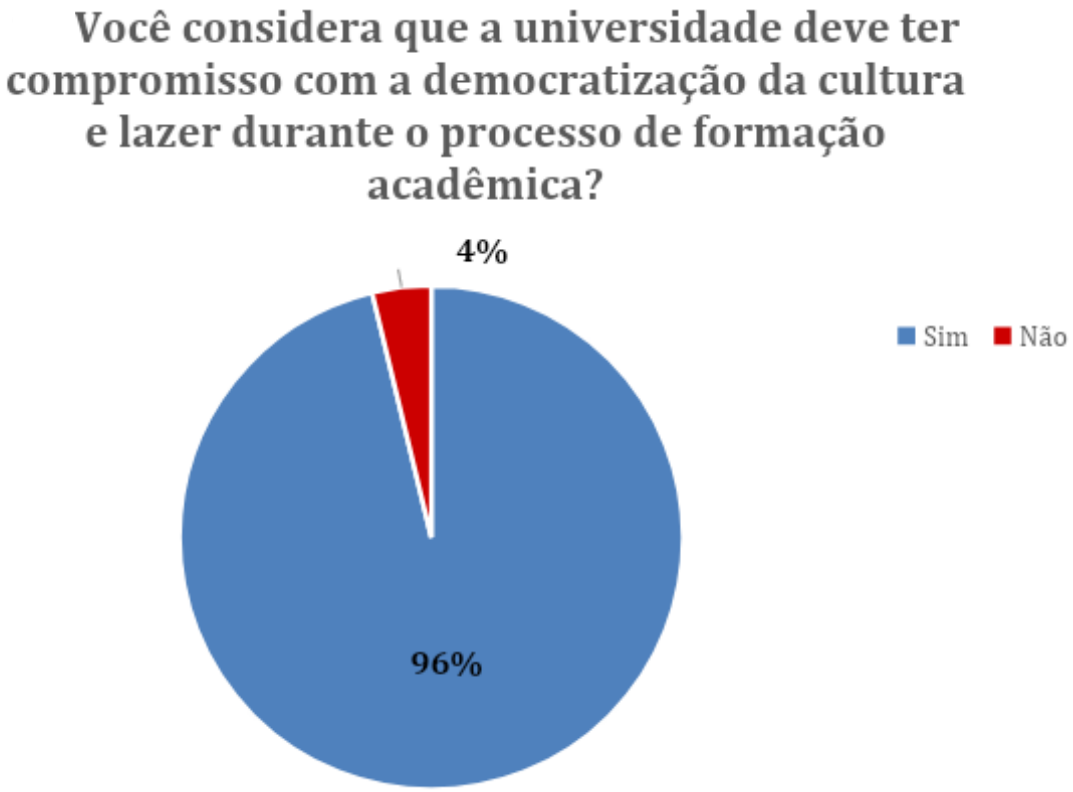
Fonte: PROEC, 2020.

Quando questionados quais os espaços que costumam frequentar fora do ambiente de trabalho e de ensino para vivenciar experiências de cultura e de lazer em horários livres, 433 entrevistados apontaram as áreas de socialização (escadarias, bancos e mesas).



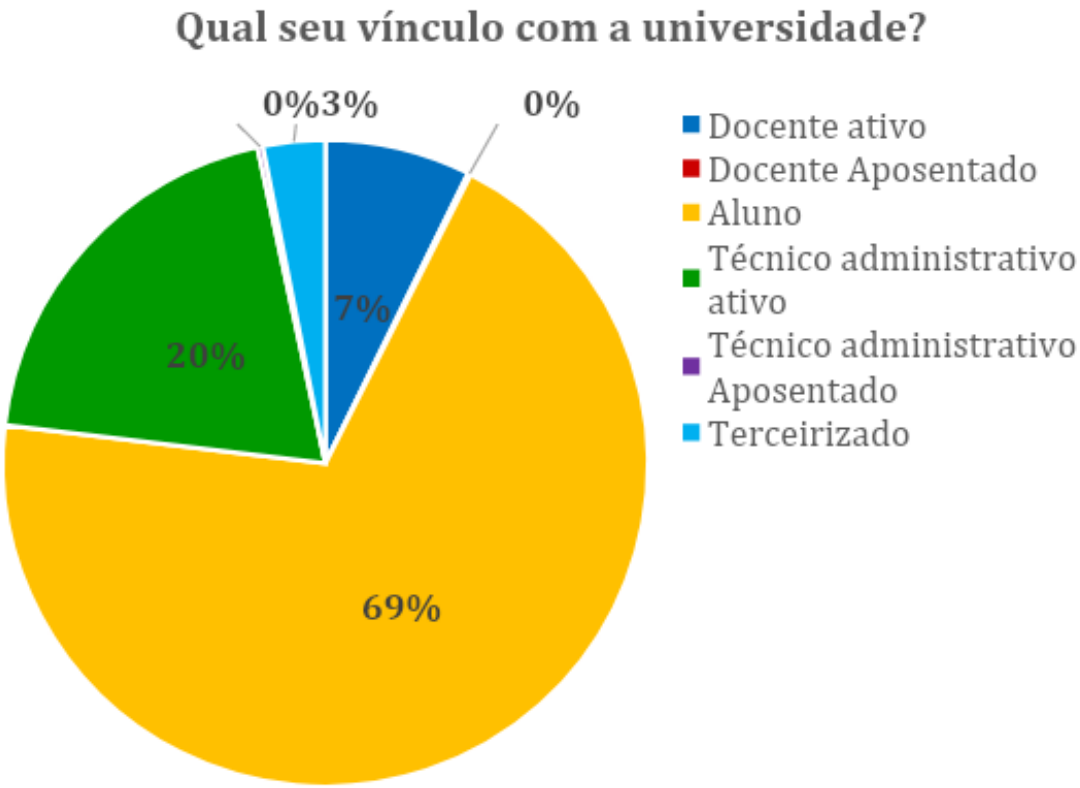
Fonte: PROEC, 2020.

Sobre o tempo disponível fora do ambiente de trabalho e de ensino para as experiências de cultura e de lazer na universidade, 20% afirmaram ter menos de 30min-60min (semanais) e 15% afirmaram não possuir tempo disponível.



Fonte: PROEC, 2020.

A maioria dos entrevistados — 96% — considera que a universidade deve ter compromisso com a democratização da cultura e do lazer durante o processo de formação acadêmica.



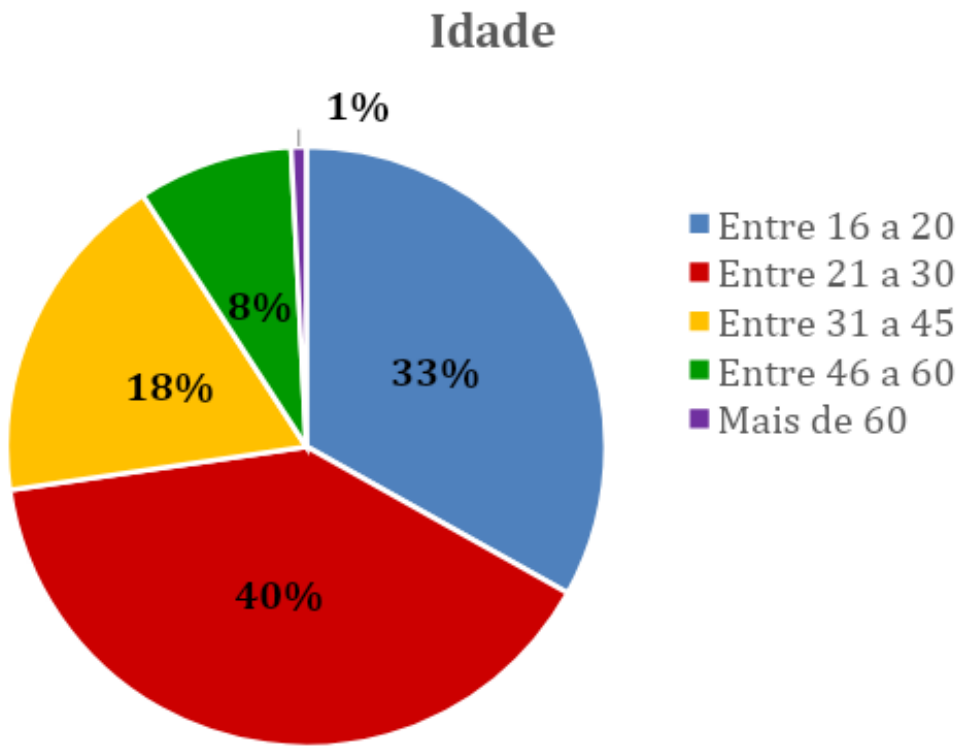
Fonte: PROEC, 2020.

O vínculo dos entrevistados com a universidade é de 70% alunos, 20% servidores técnicos administrativos ativos, 7% servidores docentes ativos e 3% terceirizados.

Servidores técnicos administrativos aposentados e servidores docentes aposentados obtiveram percentual próximo a zero, sendo 2 e 1 as respectivas indicações.

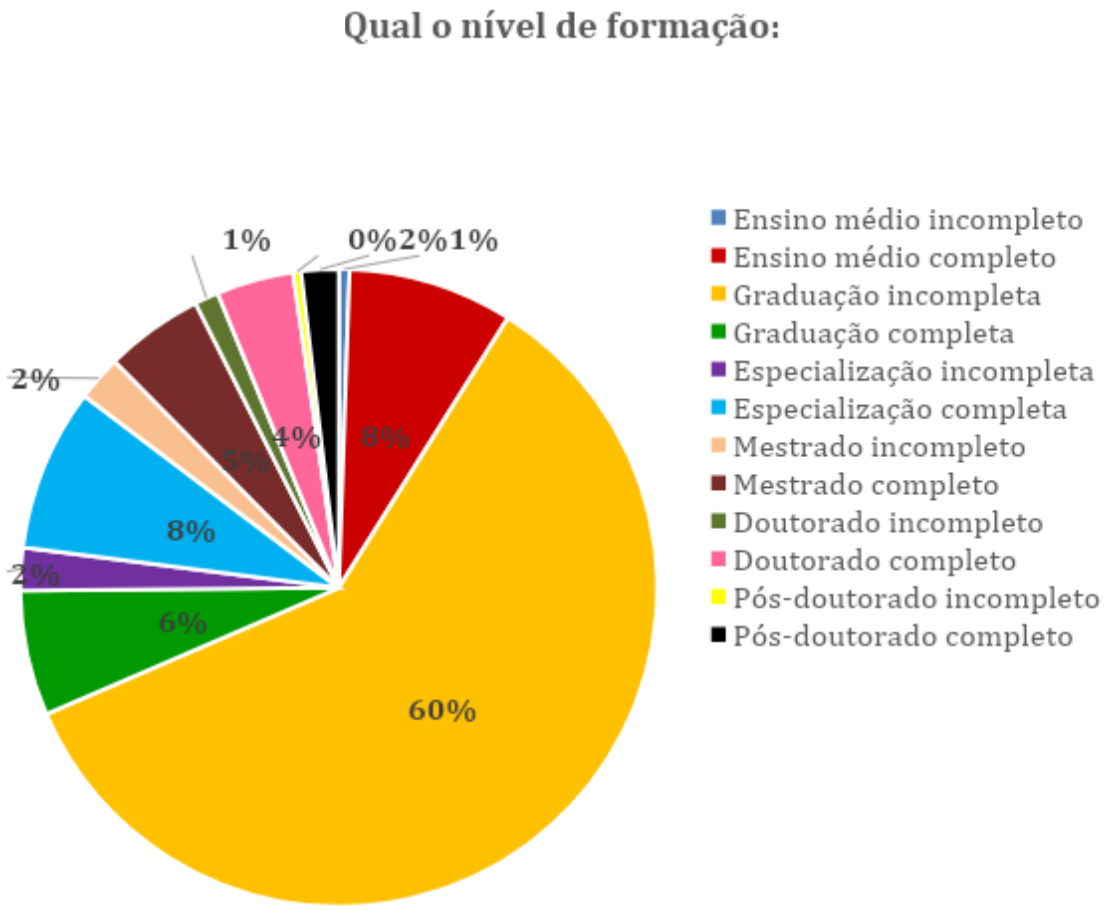
Fonte: PROEC, 2020.

Podemos verificar na figura acima que o maior número de entrevistas aconteceu no SEPT, sendo 131 entrevistas naquele setor, o que corresponde a 17,7 % dos entrevistados, na sequência temos o Setor de Ciências Agrárias, com 66 entrevistas aplicadas, ou seja, 8.9% do total e o Setor Palotina, com 65 entrevistas, correspondendo a 8,8% do total.



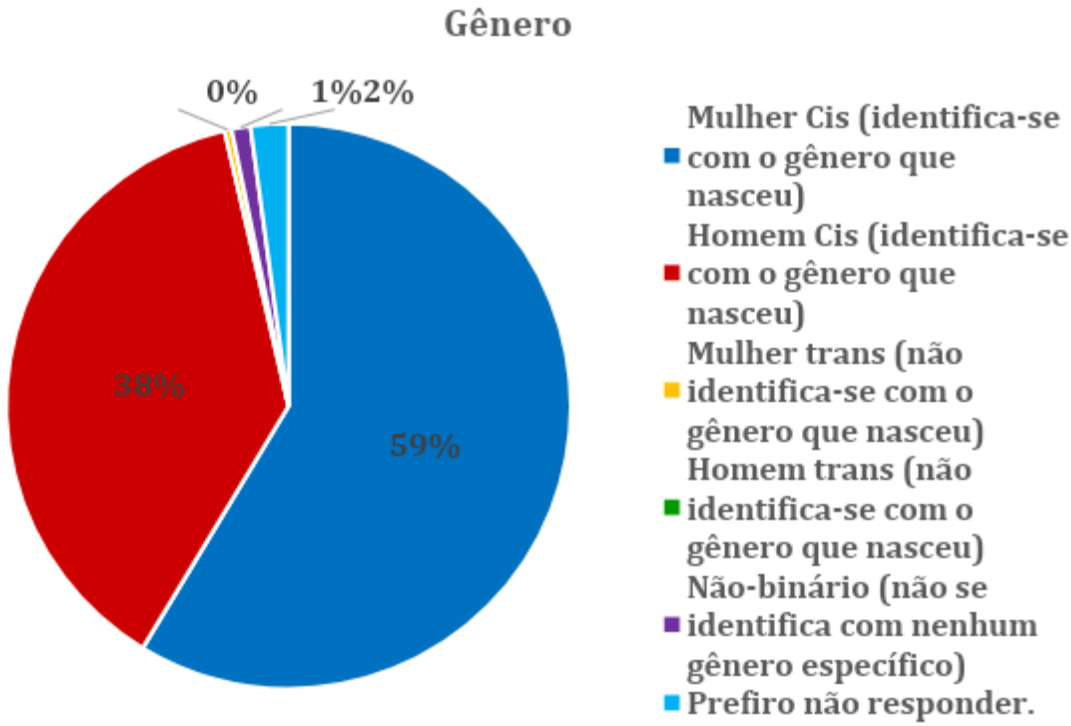
Fonte: PROEC, 2020.

Como nota-se ao observar o gráfico, a maioria dos entrevistados, 73%, está na faixa de idade de 16 a 30 anos.



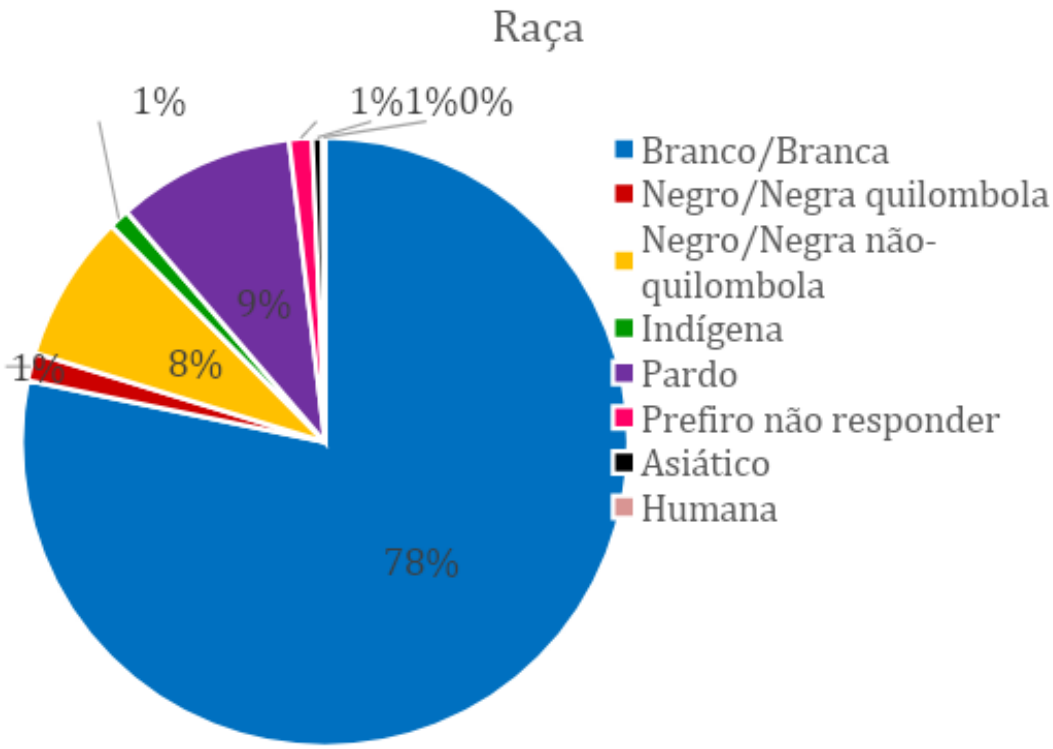
Fonte: PROEC, 2020.

Sobre o nível de formação acadêmica podemos concluir que a maioria, ou seja, 60% dos entrevistados, tem a graduação incompleta.



Fonte: PROEC, 2020.

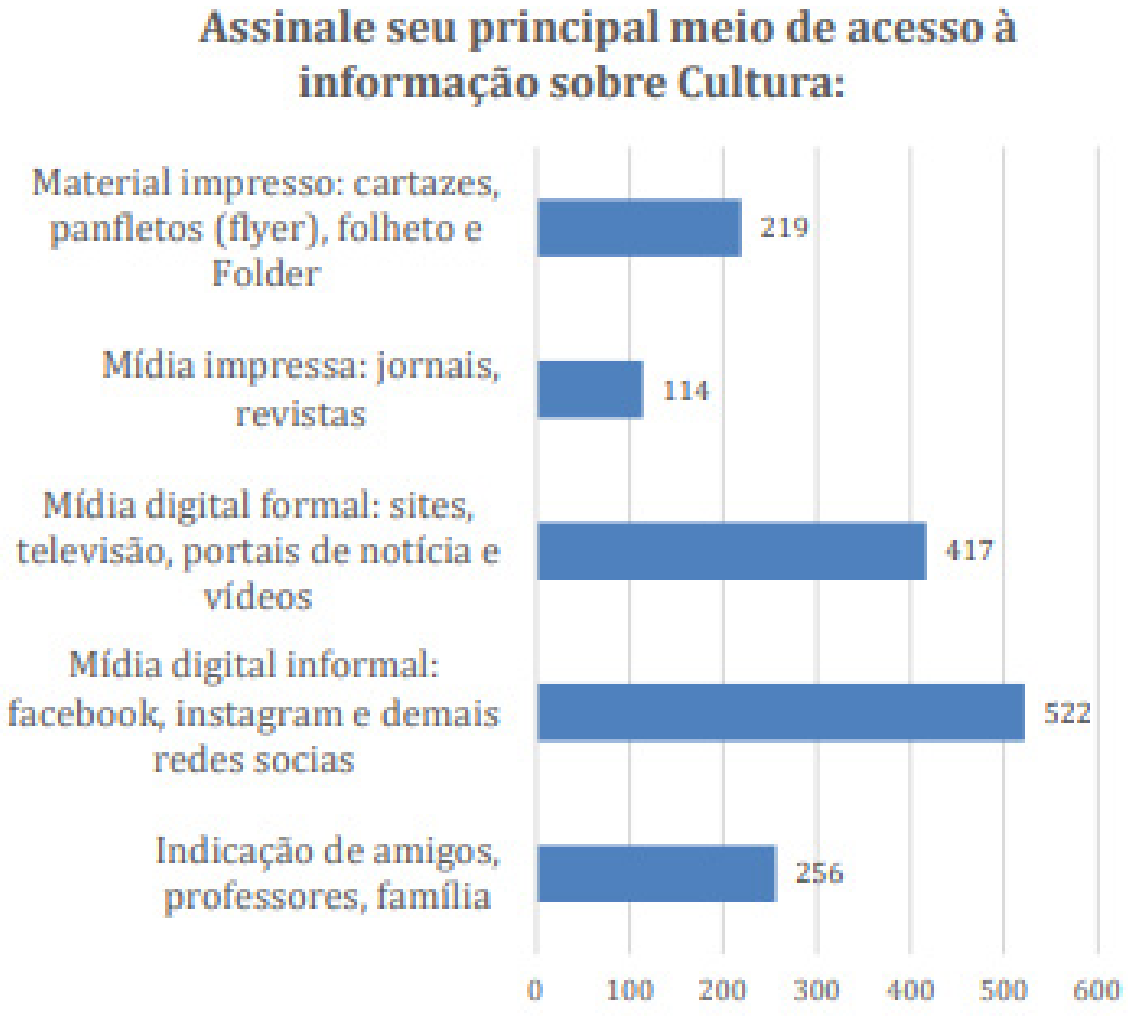
Dos dados recolhidos podemos inferir que: 59% são mulheres cis, 38% homens cis e 1% não binário. Mulher trans teve percentual próximo a zero, tendo a indicação de 3 entrevistados. 2% preferiram não responder. Não houve indicação de homem trans.



Fonte: PROEC, 2020.

Quando questionados sobre a que raça pertencem, 78% dos entrevistados indicaram branco/branca, 9% pardo, 8% negro/negra não quilombola, 2% negro/negra quilombola, 1% indígena, 1% asiático e 1% preferiu não responder.

Houve uma citação de raça humana no gráfico e essa indicação aparece próximo a zero.



Fonte: PROEC, 2020.

Em relação ao meio de acesso à informação sobre Cultura, 70,5% (522 citações) dos entrevistados indicaram a mídia digital informal.

6 CONSIDERAÇÕES PARA O FUTURO

O processo do PIC é resultado de todo o esforço coletivo em diferentes frentes de atuação a partir de um processo participativo e democrático, sempre em consonância com o planejamento estratégico institucional e com um conjunto de marcos legais balizadores: o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Educação, o Programa Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Num momento de retrocessos institucionais no âmbito da Cultura em nosso país, um documento que expressa a vontade coletiva da comunidade acadêmica em diálogo com a sociedade é sinônimo de resistência.

Mas esta é uma ação que reflete o próprio fortalecimento da Cultura nos últimos anos nas Universidades, um desses sinais é a recente constituição de um Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior — FORCULT. Além disso, nos últimos 5 anos temos visto as crescentes mobilizações e elaborações de planos de culturas nas Instituições Federais.

O documento no qual constam os Eixos, Objetivos e Ações é um ponto de partida, que deve na medida de sua implementação ir sendo reavaliado a partir da conjuntura social-econômica e política da UFPR.

O diagnóstico deve ser um documento colaborativo, o qual permanentemente deve ser aprimorado com novas informações, um movimento em que docentes, técnicos administrativos e estudantes sejam contínuos coconstrutores, orientando e reorientando continuadamente o Plano Institucional de Cultura.

REFERÊNCIAS

BERGONSI, Sandra Suely. Extensão Universitária: Institucionalização Tardia. *In*: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). *Reflexões UFPR 100 anos*: 1912-2012. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 158.

BRASIL. CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF, 2010, p. 21

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012*. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF, 2010, p. 21.

BRASIL. Decreto N° 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis /L9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura — PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais — SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei n° 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 19.135, de 28 de setembro de 2017. Instituiu o Plano Estadual de Cultura (PEC-PR). Brasília, DF, 2017.

BRASIL. *Metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. *Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação — PNE*. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, DF, 2009.

CARDOSO, Gabriela Resende *et al*. Lazer na universidade espaços e equipamentos possíveis?. *Licere (Online) — Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer — UFMG*, p. 289-315, 2020. Disponível em: https://periodicos. ufmg.br/index.php/licere/article/view/24041/19371. Acesso em: 20 jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.

UNESCO. *Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Proposta Metodológica para Elaboração de Planos Estaduais de Cultura. Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura*. Florianópolis, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Projeto Político Pedagógico/Litoral*, 2008. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Evento de Iniciação Científica.* Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/ic/. Acesso em: set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Disponível em: http://www.siepe.ufpr.br/2019/. Acesso em: fev. 2020.

Anexo I

ÁNALISE SITUACIONAL DAS POLÍTICAS PARA A CULTURA NA UFPR

APRESENTAÇÃO

O roteiro que se propõe a seguir tem por objetivo realizar o levantamento de informações sobre as Políticas para a Cultura na UFPR. Esse roteiro articula o levantamento e a organização dos dados, a análise e o mapeamento do cenário cultural (as políticas, práticas/atividades e bens/conteúdos para a cultura) no âmbito da UFPR. A análise permitirá definir as oportunidades e os desafios — estabelecendo as prioridades — que a UFPR enfrentará na formulação de objetivos e diretrizes para o Plano Institucional de Cultura (PIC-UFPR).

1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA NA UFPR

Pergunta-Chave: Quais instrumentos legais (resoluções, normativas, outros) que regulam a Política Cultural na UFPR?

a. Quais os documentos aprovados nos conselhos e/ou colegiados, no âmbito dos departamentos e setores ou da universidade, que regulam as políticas culturais na UFPR?

b. Quais instâncias deliberam sobre as políticas culturais na UFPR?

c. Quais instrumentos legais (políticas públicas) dialogam com esses documentos internos?

Pergunta-Chave: Como está organizada a estrutura institucional para a gestão da cultura na UFPR?

a. Quais as instâncias na UFPR responsáveis pela formulação, execução e fiscalização das políticas, ações e gestão cultural?
b. Quantos técnicos e técnicas estão envolvidos nessas instâncias (lotados ou cedidos)?
c. Quantos docentes estão envolvidos nessas instâncias (lotados ou cedidos)?
d. Quais os cargos atribuídos a essas instâncias?
e. Há alguma gratificação destinada a esses cargos? Quais (CD ou FG)?
f. Existem grupos, associações, cooperativas, fóruns ou observatórios que realizam o acompanhamento das políticas culturais na UFPR?

2 RECURSO PARA A CULTURA

Pergunta-chave: Quais os instrumentos de financiamento e apoio para a cultura existentes na UFPR?

a. Qual o orçamento definido anualmente pela gestão superior da UFPR para as ações/atividades culturais?
b. Quais outros instrumentos para financiamento interno de ações/atividades culturais estão disponíveis na UFPR (Editais internos, programas de bolsa, prêmios, outro)?
c. Quais instrumentos para financiamento externo de ações/atividades culturais são utilizados na/pela UFPR (Editais, prêmios, doação, patrocínio, outro)?
d. Como os recursos são empregados?

3 EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS

Pergunta-chave: Quais os equipamentos e espaços de cultura existentes na UFPR?

a. Quais e quantos equipamentos e espaços de cultura institucionais existem na UFPR (no âmbito dos departamentos e setores, outro)?

b. Qual a localização e nível de concentração (geográfica ou por campi) desses equipamentos e espaços de cultura?

c. Esses equipamentos e espaços de cultura possuem termos de uso ou regulamentos aprovados nas instâncias colegiadas (departamento, setor, conselhos)? Caso sim, encaminhar o documento.

d. Há, no âmbito da UFPR (departamentos, setores, outro), outros espaços onde as atividades de cultura são realizadas? Caso sim, listar.

e. Os equipamentos e espaços de cultura na UFPR atendem à premissa de fortalecimento e descentralização da oferta presencial e à distância de atividades e ações artístico-culturais?

4 ATIVIDADES CULTURAIS

Pergunta-chave: Quais as manifestações culturais mais relevantes na UFPR?

a. Quais atividades artístico-culturais são produzidas e circulam na UFPR?

b. Quais atividades artístico-culturais são institucionais?

c. As atividades artístico-culturais no âmbito da UFPR estão orientadas pelas premissas que orientam as políticas públicas para a cultura, como por exemplo: a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior?

d. As atividades artísticos-culturais no âmbito da UFPR são formuladas e executadas, tendo como premissa a articulação entre educação, arte e cultura?

e. Quem são os atores que participam em atividades artístico-culturais como produtores de bens e conteúdos culturais, no âmbito da UFPR?

f. Quem são os atores que participam em atividades artístico-culturais como fruidores/consumidores de bens e conteúdos culturais, no âmbito da UFPR?

g. Há, no âmbito da UFPR (departamentos, setores, núcleo/grupo de pesquisa, outro), a produção e circulação regular de outras atividades artístico-culturais não institucionalizadas? Caso sim, listar.

h. Quais as estratégias de registro/acompanhamento das atividades artístico-culturais (institucionais e/ou informais) produzidas e que circulam na UFPR?

i. Há algum registro/cadastro, ou levantamento, já realizado dessas atividades?

5 ATIVIDADES DE ENSINO VINCULADAS À CULTURA

Pergunta-Chave: Quais políticas para o ensino estão vinculadas às políticas de cultura na UFPR?

a. A UFPR possui alguma estratégia para que as atividades de cultura (produção, gestão, circulação, fruição e crítica) sejam contabilizadas nos históricos escolares (disciplinas, iniciação científica, atividades complementares, outra)?

b. A UFPR possui alguma estratégia de incorporação dos conteúdos artístico-culturais e/ou gestão cultural nos currículos dos cursos de graduação (como tema transversal, outra)?

c. A UFPR tem como premissa a formação artística, cultural, cidadã e crítica de estudantes do ensino superior (graduação, pós-graduação, outro)?

6 ATIVIDADES DE PESQUISA VINCULADAS À CULTURA

Pergunta-chave: Quais políticas para a pesquisa estão vinculadas às políticas de cultura na UFPR?

a. A UFPR possui alguma estratégia para que as atividades de cultura (produção, gestão, circulação, fruição e crítica) sejam incorporadas como tema e/ou conteúdos no âmbito da pesquisa na pós-graduação (linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, outro)?

b. Há, na UFPR, um repositório ou estratégia de registro das pesquisas nos diferentes níveis que tomam as atividades e temas, políticas e gestão da cultura como objeto de pesquisa?

c. A UFPR possui políticas específicas para o incentivo à pesquisa sobre os temas e atividades, políticas e gestão da cultura (projetos de pesquisa, editais de fomento à pesquisa, concursos, prêmios, outro)?

7 ATIVIDADES DE EXTENSÃO VINCULADAS À CULTURA

Pergunta-chave: Quais políticas para a extensão estão vinculadas às políticas de cultura na UFPR?

a. A UFPR possui alguma estratégia para que as atividades de cultura (produção, gestão, circulação, fruição e crítica) sejam temas nas práticas de extensão?

b. Há, na UFPR, um repositório ou estratégia de registro das práticas de extensão onde as atividades e temas, políticas e gestão da cultura possam ser registradas/acompanhadas?

c. A UFPR possui políticas específicas para o incentivo à extensão sobre os temas e atividades, políticas e gestão da cultura (programas, projetos, atividades de extensão, editais específicos, concursos, prêmios, outro)?

d. Há, no âmbito da extensão na UFPR, a formalização de documentos (resoluções, normativas, outro) nos quais se encontra a relação entre as políticas culturais e de extensão?

8 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL/IMATERIAL

Pergunta-chave: Identificação e estado de conservação e preservação do patrimônio cultural da UFPR e da existência de registros.

a. A UFPR possui bens e/ou conteúdos identificados como patrimônio material/imaterial? Caso sim, listar.

b. Os bens e/ou conteúdos são registrados ou tombados? Caso sim, quais os procedimentos institucionais para o registro.

c. Com quais instrumentos legais nacionais, estaduais, municipais (normativas, leis, orientações, outro) servem de diretrizes para os procedimentos de registro ou tombamento no âmbito da UFPR?

d. A UFPR participa de programas de conservação nacionais ou internacionais?

9 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Pergunta-chave: Existem estratégias (formais/informais) para a formação de agentes/profissionais na área de cultura (políticas/gestão cultural)?

a. Há cursos de graduação relacionados à política/gestão cultural?

b. A UFPR possui cursos técnicos ou profissionalizantes nesta área?

c. Nos últimos anos foram ofertados cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento para a comunidade?

d. Existe alguma linha de pesquisa de grupos vinculados à pós-graduação *stricto sensu*?

10 PARTICIPAÇÃO

Pergunta-chave: Existem práticas de interlocução e controle social sobre as políticas e programas culturais na UFPR?

1. Há no âmbito da UFPR espaços de discussão sobre as políticas culturais da UFPR?
2. Existe participação de estudantes e técnicos administrativos na construção de políticas culturais da UFPR?
3. A UFPR possui algum tipo de colegiado (comissão, conselho, grupo de trabalho) que discuta temas afins à área da cultura?
4. Existe algum tipo de participação da comunidade externa em algum nível nas políticas culturais da Universidade?

5. Há algum tipo de espaço coletivo informal para debate sobre as políticas culturais da UFPR?

Capítulo 2

FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE CREDITAÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NA UFPR

Maria Virginia Filomena Cremasco
Iara Picchioni Thielen
Deise Cristina de Lima Picanço
Dione Maria Menz
Dornelles Vissotto Junior

O PNE 2014-24, implementado por meio da Lei 13.005/2014, contempla diretrizes de desenvolvimento para a educação em seus diferentes níveis. Neste sentido, nosso foco está acerca da meta 12, que diz respeito à educação superior, em específico a estratégia 7, sobre a creditação da extensão nos cursos de graduação.

> Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, p. 73).

A Estratégia 12.7 consiste em "assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social." (BRASIL, 2014[1], p. 74)

[1] BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

O processo de creditação da Extensão é orientação definida no Plano Nacional de Educação de 2014, que define a participação de estudantes de graduação em atividades integrantes de Programas e Projetos (P/P) de Extensão e indica que essa participação deve ocorrer em 10% da carga horária do currículo. Isso significa que em um currículo com três mil horas o aluno deverá concluir 300 horas nessas atividades. Portanto, creditar a Extensão significa atribuir créditos curriculares para essas atividades. Como implantar a creditação na Universidade Federal do Paraná (UFPR)? Quais são os fundamentos que orientarão a implantação?

Há várias experiências em diversas universidades que indicam alguns caminhos para a creditação que podem ser orientadores tanto na escolha de métodos ou na trajetória para implantação. Para as definições na UFPR, foram selecionadas algumas estratégias e este artigo indica os principais aspectos que foram considerados e registra essa experiência, abordando principalmente os fundamentos que podem orientar reflexões

Este texto está estruturado em oito tópicos. O primeiro deles apresenta o contexto da creditação, situando as definições propostas no PNE e o contexto da Extensão Universitária. O segundo descreve os cinco princípios extensionistas que fundamentam todas as discussões empreendidas ao longo do texto. O terceiro tópico discute a necessidade de compreender que a creditação da Extensão significa transformar a concepção de currículo e de formação do estudante. O quarto faz referência a algumas das dificuldades comumente apontadas pelos céticos e críticos. O tópico seguinte apresenta informações sobre a Extensão na UFPR. O sexto discorre sobre a criação da Comissão de Creditação da Extensão na UFPR e o sétimo sobre os resultados do diagnóstico institucional sobre a extensão nos cursos de graduação. Finalmente, são apresentadas estratégias para a consolidação do processo na UFPR, bem como as metas a serem atingidas para a implantação curricular da extensão na UFPR até 2024.

1 O CONTEXTO DA CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014) da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos, vem apresentar à comunidade acadêmica os fundamentos para uma proposta de Resolução para a creditação curricular da extensão nos cursos de graduação da UFPR.

A importância para tal proposta fundamenta-se no que esclarece o documento 'Planejando a Próxima Década — conhecendo as 20 metas do PNE', elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que assim esclarece sobre a importância dessas metas:

> Sabemos que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. Vivemos atualmente um momento fecundo de possibilidades, com bases legais mais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário. É possível realizar um bom trabalho de alinhamento dos planos de educação para fazermos deste próximo decênio um virtuoso marco no destino do nosso País. (MEC/SASE, 2014, p. 6).

O PNE tem, assim, como compromisso, o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no país. As metas do PNE são, sobretudo,

> orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um PNE não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias. (MEC/SASE, 2014, p. 9).

A atividade extensionista na universidade foi considerada durante muitos anos como um assistencialismo, tendo um caráter de filantropia. Nesse sentido, mantinha-se uma relação assimétrica entre universidade e sociedade na qual a primeira, suposto saber, oferecia à segunda seus serviços: a universidade nessa concepção era, sobretudo, uma prestadora de serviços.

A responsabilidade social da universidade demanda ações que não estejam limitadas a prestar serviços à comunidade. A própria história de luta pela universidade pública e autônoma exige que esta sirva à sociedade na qual ela se insere, e é certamente razoável que os beneficiários dos recursos investidos retribuam uma parte do seu valor à sociedade.

A concepção da extensão como assistencialismo significa a detenção do conhecimento pela universidade, que teria o poder de mudança, oferecendo soluções sem necessariamente ter que participar delas ou mesmo criticá-las pelos seus efeitos, ou seja, uma via de mão única que mantém a desigualdade social que a própria universidade tenta combater.

É preciso combater a hegemonia da academia na construção dialógica com a sociedade, buscando superar as desigualdades e o compartilhamento de soluções, como preconizado pela Política Nacional de Extensão, que é pactuada pelas Instituições Públicas de Educação Superior, reunidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), tendo como referência o PNE.

Foi com o reconhecimento legal da extensão como atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição (Art. 207) e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 1980, que se deu à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Brasília, 1987): a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

No Fórum de Pró-Reitores de Extensão de 2010, a dimensão política foi acrescentada à definição acima garantindo assim, à extensão, seu engajamento com as transformações sociais: a extensão universitária é "um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a

interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2010).

As metas do PNE são resultado das demandas do FORPROEX, que entende que as atividades de extensão, quando indissociadas do ensino e da pesquisa, tornam acessíveis à sociedade o conhecimento produzido na universidade e contribuem diretamente na formação cidadã de seus estudantes. Além disto, reafirma a autonomia universitária reconhecendo seu papel de comprometimento com as políticas sociais, independentemente de governos.

Portanto, a partir das discussões no FORPROEX, a dimensão social da Extensão é compreendida a partir do diálogo que se estabelece com grupos, com comunidades, com entidades parceiras, que, ao mesmo tempo em que apresentam as demandas, estão integradas aos processos de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das ações extensionistas, contribuindo para a formação dos estudantes que integram as equipes.

A Extensão é, sobretudo, uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* do seu conhecimento acadêmico. O conhecimento teórico é, assim, enriquecido pela *práxis,* pela vivência dos atores envolvidos.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizar esse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada da sociedade.

A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior e tem como documento referencial o Plano Nacional de Extensão, que estabelece diretrizes para a extensão universitária. Segundo o Plano, essas diretrizes podem ser expressas em cinco princípios: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade, intersetorialidade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e impacto na formação do estudante.

Cada um desses cinco princípios e a integração entre eles torna possível reconstruir as ações formativas de maneira a atribuir novos significados para aprendizagem que permitem aos estudantes compreender a relevância social das diferentes áreas de conhecimento, bem como compreender a importância da articulação entre elas.

2 OS PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Os cinco princípios da Extensão Universitária definidos pelo FORPROEX são os balizadores de qualquer proposta de creditação que possa ser definida, pois são esses princípios que definem as ações extensionistas e revelam o caráter formador e, sobretudo, político das ações extensionistas, que articulam a relação entre a universidade e a sociedade. A elucidação de cada um deles é tarefa básica para iniciar a discussão sobre a creditação que é desejável na UFPR.

2.1 Impacto e transformação social

A Extensão universitária tem como princípio a atuação junto à sociedade, com o intuito de gerar impactos e produzir transformações sociais que possam reduzir desigualdades e enfrentar a exclusão social. O Impacto e Transformação Social como princípio extensionista estabelece o norteador da atuação extensionista em direção ao respeito pelas características, necessidades e interesses da comunidade onde as ações se realizam, visando criar condições para consolidar atividades que contribuam para seu desenvolvimento, para o desenvolvimento regional e para o fortalecimento de políticas públicas.

A intervenção deve focalizar as questões prioritárias, com abrangência suficiente que permita atuar de forma integrada com a comunidade, tornando-a autônoma e capaz de manter ações comprometidas com a mudança social.

Conforme a Política Nacional de Extensão Universitária, a expectativa é que

> a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Social imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO, 2008, p. 08).

2.2 Interação dialógica

O princípio da Interação Dialógica privilegia ações integradas, a partir da compreensão de que a relação transformadora que se pretende com as atividades extensionistas deve considerar as demandas dos parceiros, das comunidades interna e externa, das diferentes áreas de conhecimento e do contexto onde as ações são desenvolvidas. Significa que todas as ações devem articular conhecimentos e expectativas da comunidade parceira e da UFPR. Portanto, o planejamento, a execução e a avaliação das ações devem ser realizados de forma compartilhada e, sobretudo, obedecendo aos preceitos éticos envolvidos nas intervenções com seres humanos ou animais.

Esse princípio reafirma que não é a Universidade que transfere conhecimentos, mas os conhecimentos são compartilhados e ambos contribuem para o fortalecimento e consolidação da ciência e da tecnologia, tornando-as acessíveis aos participantes dos projetos e programas.

2.3 Interdisciplinaridade, interprofissionalidade e intersetorialidade

A articulação entre diferentes áreas ou setores de conhecimento é compreendida em sentido amplo e considera, principalmente, a contribuição de áreas e metodologias complementares para o alcance dos objetivos das atividades extensionistas. Para promover mudanças sociais, a intervenção na realidade deve permitir a interação de conceitos e metodologias advindos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, e também fomentar parcerias intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

A atuação na sociedade e junto aos grupos menos favorecidos exige a contribuição de áreas de conhecimento que precisam dialogar para atender a demandas que envolvem uma multiplicidade de necessidades. Essa interação entre diferentes áreas e setores propicia ao estudante a oportunidade de confronto com as limitações disciplinares e com a imposição interdisciplinar para a compreensão dos fenômenos cuja natureza é múltipla.

2.4 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

A Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico, vinculado ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). A indissociabilidade permite atuar a partir dos pilares da formação acadêmica, compreendendo que a intervenção (característica da Extensão) não pode prescindir de sólidos fundamentos teóricos, advindos do conhecimento gerado pela Pesquisa e integrante das atividades de Ensino.

Uma intervenção transformadora depende da Pesquisa e do Ensino integrados nas atividades formativas e, ao mesmo tempo, as intervenções despertam novas perguntas que direcionam a investigação, fomentando pesquisas que contribuam para a transformação social; e os conhecimentos, metodologias e resultados advindos das atividades extensionistas devem ser estruturados como unidades de ensino, incrementando as atividades didáticas e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes.

2.5 Impacto na formação do estudante

As atividades de Extensão Universitária são decisivas para a formação do estudante, por instigarem a ampliação dos referenciais teóricos, metodológicos e interdisciplinares no contexto das comunidades onde atuam e, principalmente, por fomentar o contato direto com os grandes problemas contemporâneos. Conforme expresso pela Política Nacional de Extensão Universitária (2008, p. 19):

> Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pelo PNE, a participação do estudante nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária.

O impacto na formação do estudante, como princípio extensionista, reafirma a diretriz da participação dos alunos em Programas ou Projetos como

exigência intrínseca da Extensão como atividade formativa. Isso significa dizer que a Extensão tem um papel importante na formação do estudante, por permitir que a articulação com a sociedade esteja presente não apenas nos processos de intervenção, mas, sobretudo, como fundamento e justificativa das pesquisas que fornecem as bases para aprimorar a atuação profissional, além de permitir que o ensino esteja integrado com a realidade social.

3 CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO COMO TRANSFORMAÇÃO DE CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E DA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Tendo como base esses cinco princípios, o FORPROEX define as atividades extensionistas em seis tipos: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços[2] e produção e publicação. O FORPROEX estabelece oito grandes áreas temáticas para caracterizar as ações extensionistas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Portanto, as ações extensionistas devem estar classificadas em um desses macroeixos e se constituírem em uma das atividades. Embora a amplitude de atividades indique os seis tipos, apenas dois deles foram contemplados no PNE de 2012: Programas e Projetos de Extensão.

É possível compreender a escolha desses dois tipos de atividades por suas características em termos de duração, objetivos, interação social, articulação entre áreas e setores, e pelo atendimento aos princípios extensionistas. Tanto os Programas quanto os Projetos devem ser propostos considerando o respeito pelas características, necessidades e interesses da comunidade onde as ações são realizadas, visando criar condições para consolidar atividades que contribuam para o desenvolvimento da comunidade, articulados ao desenvolvimento regional e ao fomento de políticas públicas.

A intervenção deve focalizar as questões prioritárias, com abrangência suficiente que permita atuar de forma integrada com a comunidade, tornando-a autônoma e capaz de manter ações comprometidas com a mudança social.

[2]Considera-se Prestação de Serviço Extensionista o estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social, o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como a transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade, nos quais ocorra financiamento externo à Universidade, previsto na origem da proposta.

Programas e Projetos devem planejar ações contínuas ao longo de um período definido, não se caracterizando como uma ação pontual, mas, sendo integrada em grupos, comunidades ou entidades parceiras que participam de todo o processo, desde sua concepção até a avaliação de resultados. Portanto, os Programas e Projetos de Extensão têm uma duração que extrapola um período letivo e, no caso da UFPR, pode se estender por quatro anos, no caso de Projetos, ou de quatro a oito anos no caso de Programas.

Baseados nos cinco princípios que fundamentam e definem a extensão universitária, e considerando que a implantação da creditação da Extensão tem que focalizar a atuação em Projetos e Programas, a UFPR iniciou a discussão sobre as possibilidades de implementar a estratégia do PNE, a partir de uma política extensionista que privilegiasse as características peculiares da UFPR, considerando a estreita relação do processo de creditação com as definições curriculares, gerenciadas pela Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante.

Para isso, a reflexão sobre as relações, os limites e a interação entre o conceito de disciplina e seus avanços e o princípio da interdisciplinaridade deve ser empreendida de forma exaustiva e com diversos enfoques, permitindo que a comunidade universitária se aproprie dos conceitos e das variadas formas de estruturação do currículo.

O princípio da Interdisciplinaridade reafirma a interação entre duas ou mais disciplinas, ou seja, a ideia é evitar a compartimentalização dos saberes, para além da 'disciplina', que é a forma de organizar, delimitar, representando um conjunto de estratégias organizacionais e seleção de conhecimentos que são ordenados quando ensinados. Ou seja, a ênfase na interdisciplinaridade como princípio da extensão é, justamente, o caminho para superar a disciplinarização do conhecimento, pois significa a necessidade de intervenção numa determinada realidade cuja compreensão não se esgota no olhar disciplinar.

Essa ideia de ampliar o entendimento para além de uma disciplina também é reafirmada nas discussões acerca dos parâmetros curriculares, pois

> tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado

> ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender (BRASIL, 2000).

Portanto, essa transformação na concepção de ensino e de disciplina instiga a compreensão do papel da Extensão na formação dos alunos, atribuindo a ela a potencialidade de materializar a contextualização e a interdisciplinaridade, pela imposição de diálogo com a sociedade, de forma a produzir e criar conhecimento. A Extensão é, por suas características, capaz de integrar o processo formativo, estabelecendo a articulação entre a pesquisa e o ensino.

A creditação da extensão universitária não é, portanto, a sua disciplinarização como parte do currículo. Representa, sobretudo, a superação da compartimentalização dos saberes disciplinares e da massificação da sala de aula. Creditar não é disciplinarizar. Trata-se, sobretudo, de definir, com a creditação, uma política de extensão na UFPR que promova a melhoria da formação cidadã de todos os envolvidos com base nos cinco princípios que a definem.

É neste fluxo de mão dupla, no qual não há pesquisa sem extensão que não se relacione com o ensino, que a universidade encontra a elaboração de sua *práxis* enquanto possibilidade de extensão inovadora e, a partir disso, amplia suas teorias e, consequentemente, seu ensino.

Atualmente muitos dos currículos da graduação na UFPR contemplam atividades extensionistas caracterizadas como Atividades Complementares, reconhecendo sua parcela de contribuição para a formação, e “creditando” diversas atividades extensionistas, não apenas aquelas definidas como Programas ou Projetos. Para atender ao que define o PNE a necessidade de regulamentação é impositiva, tanto no sentido de reconhecer as especificidades dos Programas e Projetos, bem como suas características na UFPR, quanto para definir de que maneira poderão ser contemplados no currículo, mas, principalmente, a regulamentação define parâmetros orientadores de práticas e registros para a integralização curricular.

Essa regulamentação deve ser ao mesmo tempo genérica o suficiente que possa acolher todas as especificidades presentes na universidade, e específica o suficiente para orientar a inserção de Projetos e Programas de Extensão que

permitam a formação integrada do estudante: o ensino estaria articulado com questões sociais, com necessidades da população, e ao mesmo tempo instigaria e implementaria pesquisas e diálogos formativos em constante interação com a *práxis*. Uma política de creditação poderia garantir sua efetivação.

Atualmente os cursos estão organizados disciplinarmente, e a extensão deve ser integrada de maneira a propiciar uma nova forma de aprender e ensinar que supere a dicotomia da teoria descolada da prática, mas que, ao mesmo tempo, seja propulsora e instigadora da aprendizagem criativa e produtiva de novos conhecimentos articulados com as necessidades sociais. Isso significa compreender que a Extensão é parte do processo formativo e não uma atividade separada da grade curricular.

A estrutura curricular vigente deve ser analisada para que qualquer proposta de creditação da extensão não seja a mera justaposição de mais uma disciplina no currículo: a disciplina denominada Extensão. Da mesma forma, com a creditação da Extensão não se pretende retirar carga horária de disciplinas já existentes, mas o objetivo é reinventar as disciplinas e o currículo, a partir da sua articulação com a Extensão. É essa a direção do PNE: integrar a Extensão como intrínseca à formação do estudante. É permitir, de fato, que a aprendizagem seja significativa, contextualizada, criativa, interdisciplinar, dialogada com os grupos e comunidades. Ao mesmo tempo, é permitir que todo conhecimento possa ter um espaço de articulação social, imprimindo sentido e integração de saberes, seja de diferentes áreas, seja de diferentes grupos.

A Extensão permite que as áreas de conhecimento possam dialogar, produzindo propostas que atendam a diferentes formações: de um mesmo projeto participam estudantes de diferentes cursos. Na UFPR há várias experiências exitosas de integração de Programas e Projetos como parte da formação dos estudantes, revelando que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão já é realidade e reafirma a viabilidade da creditação da Extensão na UFPR.

4 DIFICULDADES E CRÍTICAS

Há críticas ao processo de creditação que podem ser agrupadas em duas perspectivas: de um lado focaliza o desempenho docente com todas as exigências que sobre ele incidem e de outro lado, focaliza a retirada de horas que estão destinadas a tópicos curriculares "importantes" que não podem ser excluídos do currículo vigente.

Em relação ao desempenho docente o discurso crítico aborda a suposta precarização do trabalho docente, a partir da imposição de novas exigências: o docente além do ensino e da pesquisa terá que se dedicar a mais uma tarefa que é a extensão. Essa crítica não resiste à leitura do artigo 207 da Constituição Federal que impõe a indissociabilidade no âmbito da Universidade, ou seja, a formação do estudante deve estar permeada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. E neste caso, o sentido da creditação da extensão é tornar real aquilo que a Constituição preconiza.

Como argumento adicional, é importante retomar o sentido da precarização, que retira do trabalhador docente a possibilidade de crescimento ou de realização pelo trabalho, por exigências que se situam além de suas funções. Mas não é esse o caso da inserção de atividades de extensão como integrante da tarefa docente. É justamente o contrário: a extensão permite que a atividade docente se torne significativa da mesma maneira que a aprendizagem discente, ou seja, a extensão inserida no conjunto de mecanismos formativos permite que o conhecimento possa ser produzido em estreita vinculação com a sociedade e não separada dela, não restrita aos laboratórios e salas de aula.

Os Programas e Projetos de Extensão permitem reconstruir metodologias de ensino de disciplinas tradicionais, incorporando o diálogo, a interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo que o docente torne significativa sua participação social na formação de profissionais cidadãos. É esse o escopo do impacto na formação do estudante. Portanto, é o oposto da precarização. Não há novas tarefas que se sobrepõem àquelas já existentes; há uma reconfiguração das disciplinas e da articulação entre elas, há uma nova forma de pensar e fazer o currículo.

E essa nova forma supõe uma nova concepção do papel da formação discente cidadã, que é diferente da formação técnica ou especializada. Quando a ênfase é na formação cidadã é impositiva a articulação de conhecimentos e de ações num contexto real onde a vida acontece. É necessário o confronto com o mundo real, com a necessidade real, com a demanda real. Ou, com o mundo "lá fora" (embora haja muita Extensão também "dentro" da UFPR). E é a Extensão que propicia esse contato com a sociedade (externa ou interna).

É a Extensão que impõe metodologias participativas que demandam reflexão sobre os limites do conhecimento, sobre o alcance do conhecimento, sobre a necessidade de partilhar conhecimento, sobre a necessidade de criar conhecimento que atenda a parcela da população que tem sido excluída da ciência. Sem dúvida alguma a Extensão é uma ação política que permite a imersão do conhecimento no mundo real, produzindo níveis superlativos de investigação comprometida com o desenvolvimento social. Esse é o papel da Extensão. E fazer isso jamais precariza o trabalho docente.

Fazer Extensão permite às pessoas, como docentes, compreender seu papel social, permite anular ou minimizar a alienação imposta pela exigência parcial de atividades limitadas ao ensino e à pesquisa. Isso não significa que essas duas atividades não sejam relevantes ou que não possam ser significativas. Esta reflexão considera que ambas são fundamentais para que a Extensão seja realizada com níveis elevados de qualidade, pois, sem sólidos fundamentos advindos da Pesquisa não pode haver Extensão de qualidade, sem a Pesquisa o Ensino também não será de qualidade. Portanto, o que se afirma é a indissociabilidade, tão necessária entre os três eixos da formação universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, não há precarização em integrar a Extensão às demais atividades. Trata-se de criar metodologias para viabilizar essa integração. E a criatividade para atender a esse desafio é o limite.

Na UFPR não há uma maneira certa de fazer a creditação e estão sendo indicadas inúmeras alternativas, reportadas por variados integrantes de Programas e Projetos de Extensão, que descortinam possibilidades criativas e múltiplas para dar conta dessa tarefa indelegável. O que se pretende com uma política de creditação é tornar não apenas a formação integrada, mas, sobretudo, tornar o exercício docente uma atividade integrada e integradora que reafirme a importância social dessa tarefa.

É possível que alguém se pergunte se todos os docentes se sentem aptos a realizar a extensão nessa perspectiva de interação transformadora com a sociedade. Parece ser evidente que essas transformações requerem também mudanças ainda mais radicais quanto à concepção de universidade e suas prioridades. Requerem compreender o que é a indissociabilidade e o significado profundo inscrito na Carta Magna e requerem, acima de tudo, compreender que é também no processo de construção da creditação na UFPR que se pode aprender como fazer melhor, como aprender com a alteridade.

Para além da profissionalização ou transmissão de informações e técnicas, trata-se, sobretudo, da comunidade acadêmica desenvolver a capacidade de compreender e transformar a realidade. Daí a necessidade de se pensar em como se pode criar condições para que isso possa acontecer, de acordo com as necessidades inerentes a cada curso. É preciso tratar de forma especial cada um dos cursos de graduação e compreender os aspectos que favorecem a inserção da Extensão no currículo, as dificuldades, a estrutura do curso, as competências docentes, as disponibilidades, os empecilhos e a vontade de transformar. Essa compreensão das particularidades de cada caso pode contribuir para que a política da creditação possa ser uma tarefa empreendida coletivamente, com a disposição para aprender e mudar.

A segunda principal crítica, reside na compreensão equivocada que a creditação da Extensão vai retirar horas das disciplinas “importantes”. Programas e Projetos sendo desenvolvidos pelos estudantes, com orientação do docente, devem necessariamente contribuir para o incremento do conhecimento. Aprender a partir do contato com uma dada realidade vai tornar a aprendizagem significativa e pode (deve) se dar a partir dos mesmos conhecimentos definidos na “antiga” maneira de desenvolvê-los.

No entanto, essa limitação disciplinar terá que ser ultrapassada porque a realidade vai exigir ampliação de conhecimentos, que não estarão mais restritos apenas à disciplina tradicional. Isso significa que as disciplinas “importantes” devem ser articuladas com uma nova forma de desenvolver o ensino e a aprendizagem, mediada pelas diferentes atividades desenvolvidas nos projetos e programas de Extensão.

Também é importante salientar que esse processo deve ser gradativo, dialogado e, principalmente, refletido sobre as melhores maneiras de incremen-

tar a qualidade do ensino. É possível que uma parte da disciplina possa ser executada em integração com a extensão. É possível que só algumas disciplinas possam atuar de forma integrada no início do processo de transição. Cada curso deve encontrar esses caminhos que conduzam a níveis superlativos de engajamento de discentes e docentes.

A creditação da Extensão não pode retirar nada de importante dos cursos, exatamente porque é importante. A creditação da Extensão vai incrementar aquilo que é importante, estabelecendo o diálogo daqueles conhecimentos com as demandas sociais. Ela vai permitir que docentes e discentes encontrem formas criativas de partilhar conhecimentos, aprofundar investigações e formar cidadãos comprometidos com a realidade social.

A mesma disciplina importante pode ser ministrada de diferentes maneiras e uma delas é por intermédio de atividades num projeto ou programa de extensão, que demandam tanto conhecimento quanto pode haver. Mas esse conhecimento deverá estar integrado a uma realidade. Isso torna significativo o conhecimento e, ao mesmo tempo, instiga a superação de limites e a transformação do diálogo com diferentes comunidades. As habilidades de comunicação do conhecimento deverão ser desenvolvidas, ampliando as competências dos estudantes.

Sem esgotar as críticas nem os argumentos que colocam a creditação como forma de superação do ensino tradicional, os aspectos abordados são suficientes para a compreensão do processo de creditação como possibilidade de crescimento e de formação mais completa e integrada.

5 A EXTENSÃO NA UFPR

Para compreender cada caso situado no contexto da Extensão na UFPR é importante apresentar o funcionamento da Extensão tal como está estruturada.

A Extensão na UFPR atua com base nas orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX). A partir das diretrizes do FORPROEX, estabelece sua forma de atuação, definindo normativas e sistemas de gerenciamento. Na UFPR foi constituído o Comitê Assessor de Extensão (CAEX) que propõe, normatiza e assessora a Política de Extensão da

UFPR, estabelece critérios e indicadores de avaliação, analisa, referenda e homologa as propostas e relatórios de Cursos, Programas e Projetos, estabelece critérios de distribuição das bolsas Extensão e toma as decisões em relação à Extensão na UFPR.

O CAEX mantém a representação de todos os setores e conta com os Comitês Setoriais de Extensão que mantêm a representação de cada departamento que compõe os setores. Portanto, a estrutura da Extensão na UFPR conta com representação de todos os níveis, que têm oportunidade de acompanhar, decidir e propor mudanças na Extensão.

O CAEX tem trabalhado para melhorar procedimentos e está atuando com uma comissão para a revisão das Resoluções da Extensão, para atender às demandas setoriais. Foi disponibilizado o novo Sistema Integrado de Gestão da Extensão Universitária (SIGEU 2.0), em setembro de 2016, atendendo aos indicadores avaliativos do sistema em uso desde 2012, portanto, após quatro anos de funcionamento do SIGEU, com monitoramento permanente pelo CAEX e pelos Comitês Setoriais de Extensão, além dos coordenadores de propostas. A equipe da Coordenadoria de Extensão (COEX), reestruturou-se para atender e orientar docentes, discentes, técnicos e técnicas para as diversas atividades de extensão.

Os dados da extensão, em números, podem ser retirados dos relatórios de atividades da PROPLAN e podem ser visualizados na tabela 1.

TABELA 1 — DADOS DO CENSO DA EXTENSÃO UFPR

	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Programas	38	34	30	35	33
Projetos vinculados	99	91	92	92	100
Projetos isolados	206	198	170	345	415
Cursos	67	81	213	137	242
Eventos	204	57	345	283	452
TOTAL	**614**	**461**	**850**	**892**	**1242**

Fonte: PROPLAN.

Os Programas e Projetos podem contar com financiamentos internos, como o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (FDA) e as Bolsas Extensão, e com financiamentos externos, como as Bolsas da Fundação Araucária, patrocinadas pelo governo estadual e Bolsas e financiamento do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), patrocinado pelo governo Federal.

Foram financiadas 40 Bolsas com recursos do PROEXT — Programa de Extensão Universitária (ProExt), e foram inscritas 45 propostas em 2015, maior número dos últimos anos. O ProExt, que foi criado há 11 anos, abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

O Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (FDA) destinou em 2015 R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para ações que envolvem ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2016 foram destinados R$ 107.000,00 (cento e sete mil reais) para atividades específicas de extensão que submeteram propostas ao FDA 2016: para o Curso de Agronomia em Palotina, para o Departamento de Teoria e Prática de Ensino e para projetos de extensão coordenados ou desenvolvidos por professores do Departamento de Biodiversidade do Setor Palotina.

O Programa Bolsa Extensão tem por objetivos: apoiar a participação em Programas e Projetos de Extensão universitária, de alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da UFPR; incentivar na prática acadêmica a contribuição para o desenvolvimento de uma consciência social e a política; apoiar a integração do ensino e da pesquisa com demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao saber dos demais segmentos da sociedade para a construção do conhecimento científico.

Esses objetivos reafirmam o compromisso social da Extensão e destacam o diálogo e o comprometimento com a sociedade como intrínsecos às atividades dos bolsistas. O compromisso social é reafirmado nos objetivos dos Programas de financiamento de Bolsas da Fundação Araucária e do PROEXT que ressalta o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

O Programa de Bolsas da Coordenadoria de Extensão, com recursos do Tesouro Nacional, atendeu a 516 Bolsas de extensão no ano de 2016. No ano de 2016, as Bolsas da Fundação Araucária atenderam a 141 alunos integrados ao Programa de Ações Afirmativas para desenvolver atividades de pesquisa ou extensão vinculadas à Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante (PROGRAD/Núcleo de Estudos Afro Brasileiros — NEAB), à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG/IC) e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/Programas e Projetos de Extensão e Cultura). A Fundação Araucária destinou 15 Bolsas para alunos vinculados a Programas e Projetos de Extensão Universitária.

6 COMISSÃO DE CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFPR

Com o objetivo de fomentar o debate sobre a extensão e sua inserção institucional nos diversos níveis da universidade, definindo linhas de ensino e pesquisa em função das exigências e dos limites impostos pelas variáveis pertinentes a cada um dos cursos de graduação, e priorizando a promoção de ações para viabilizar a creditação da Extensão na UFPR, foi constituída uma comissão, no âmbito do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR, para planejar estratégias e apresentar proposta de Resolução para a creditação da extensão na UFPR.

Em 21 de agosto de 2015, pela Portaria nº 1971 do Gabinete do Reitor, foi designada “comissão responsável pela proposta institucional de creditação de extensão”, composta por membros do CEPE, entre eles, o Presidente do Fórum de Coordenadores de Curso de Graduação e Educação Profissional, e representantes das Pró-Reitorias de Extensão e Graduação.

Os trabalhos da comissão, com prazo de conclusão em outubro de 2016, partem do pressuposto que a curricularização das atividades de projetos e programas de extensão não deve implicar em acréscimo de carga horária nos cursos, mas em redimensionamento das matrizes curriculares para incorporar os programas e projetos extensionistas. Tal inserção deverá ser objeto de normas específicas e implementada de modo gradativo, a partir de reflexões e discussões com toda a comunidade acadêmica.

Das atividades já realizadas pela PROEC desde 2015 e pela comissão, a partir de sua implementação, destacam-se: apresentação dos fundamentos e estratégias da creditação para o Fórum de Coordenadores; reunião sobre Licenciatura na Coordenação de Políticas de Formação de Professores (COPEFOR/PROGRAD); reunião com Coordenadores de Cursos de Graduação; reunião com representantes do Conselho de Representantes da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR-CRAPUFPR); apresentação dos trabalhos da comissão no FORPROEX SUL; apresentação para o Centro de Estudos do Mar (CEM); reunião com APUFPR; debate no CRAPUFPR; realização de questionário institucional para mapeamento dos programas e dos projetos de extensão nos cursos de graduação. Foi inserido no site da PROEC um link sobre creditação da extensão, com um e-mail institucional para dúvidas e sugestões.

Foi realizado no dia 2 de setembro de 2016 o Seminário sobre Creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da UFPR, que reuniu a comunidade acadêmica para amplo debate sobre o tema e apresentação dos resultados do diagnóstico institucional, e durante o qual foram realizados grupos de trabalho com os participantes que, ao final, apresentaram elementos para fundamentar as bases da proposta de Resolução a ser apresentada ao CEPE em outubro.

A atual Gestão, a partir da PROEC e PROGRAD, acordou que em 2017 aconteceriam diversos diálogos com a comunidade universitária em torno da proposta de creditação da extensão. Reuniões entre PROEC e PROGRAD possibilitaram a construção de estratégias e planos de ação para condução do processo da creditação da extensão na UFPR, na perspectiva de dar visibilidade, mobilizar internamente e construir um processo democrático envolvendo diferentes segmentos da UFPR (professores, estudantes e técnicos). Nesse sentido o estímulo à participação e ao debate é visto como primordial para construção de propostas que envolvam as partes interessadas. Portanto, a minuta construída em 2016 não seguiu para a apreciação dos conselhos superiores, para que em 2017 mais pessoas fossem agregadas ao debate.

Entre os dias 05 a 07 de março, aconteceu em Belo Horizonte — UFMG — o 48º Forproex Sudeste, na ocasião a Professora Doutora Maria Virgínia Cre-

masco compôs a mesa sobre creditação da extensão, discorrendo sobre as perspectivas deste tema na UFPR.

No mês de maio, houve a participação da PROEC/Creditação na reunião constituída com coordenadores de cursos de Licenciatura para esclarecimentos e informes sobre a proposta da creditação da extensão na UFPR.

Duas tarefas primordiais, iniciadas ainda no primeiro semestre, foram estabelecidas: a primeira consistiu em fazer um estudo sobre as instituições de ensino superior que elaboraram alguma proposta referindo-se à creditação da extensão de acordo com a proposta do PNE. A segunda tarefa, de caráter interno, compreendeu mapear programas e projetos de extensão da UFPR, desta forma construiu-se um diagnóstico da extensão na UFPR (programas e projetos) a partir dos relatórios SIGEU 2016, identificando-se os campi, cursos, docentes e discentes envolvidos em programas e projetos de extensão na Universidade.

No decorrer do segundo semestre, a equipe PROEC esteve envolvida direta e indiretamente em diversas atividades e ações, dentre elas a 15ª Feira de Cursos e Profissões da UFPR com participação no espaço PROEC da equipe vinculada às ações extensionistas e de creditação. Durante a Feira, o Pró-Reitor da PROGRAD realizou reunião com professores e coordenadores de curso, discutindo sobre a temática da creditação da extensão.

Foram promovidos dois seminários para tratar a temática da Creditação. O primeiro realizado em 15 de agosto, tendo como público alvo representantes dos Comitês Assessores de Extensão (CAEX) e coordenadores de projetos e programas de extensão. Destaca-se, entretanto, que o evento foi gravado e transmitido para os campi de Jandaia do Sul, Palotina, Litoral, Centro de Estudos do Mar e Toledo, possibilitando a participação daqueles interessados que porventura não puderam se fazer presentes no local do evento. Este seminário contou com a participação de 86 pessoas, de 33 cursos distintos. O segundo seminário aconteceu em 13 de setembro, tendo como público alvo os estudantes da UFPR. Em ambos os espaços, o diálogo e a colaboração coletiva nortearam os trabalhos.

A equipe da PROEC/UFPR participou do 35º Seminário da Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), realizado nos dias 30 de outubro a 01 de novem-

bro, na Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA). O evento propiciou estabelecer contato com outros Pró-Reitores, em especial com as equipes da UNILA e da UTFPR vinculadas à creditação naquelas instituições.

No mês de setembro, a PROEC realizou reunião junto aos servidores da PROGRAD, sobre a creditação da extensão.

O Pró-Reitor (PROEC), Leandro Gorsdorf, participou do 41º Encontro Nacional do FORPROEX, realizado na Bahia entre os dias 17 e 20 de maio. E entre os dias 16 e 18 de novembro, aconteceu o 42º Encontro Nacional do FORPROEX, em Florianópolis. Neste segundo encontro a diretriz acordada foi a elaboração da resolução que reforça a creditação nos currículos.[3]

Ressaltamos que o site da PROEC[4] armazena as informações e contribuições acerca dos encontros realizados da creditação da extensão.

Desde maio de 2017 a PROEC tem estabelecido agenda com o curso de Nutrição, com o propósito de estruturar as demandas do referido curso em torno da creditação da extensão, tendo em vista a reforma curricular que passa o curso. Este processo já recebeu parecer da equipe responsável pela Creditação na PROEC (Professora Dione Menz e Eduardo Sousa). O curso de nutrição iniciou o ano letivo de 2018 com o novo currículo. No mês de outubro de 2018 a PROEC recebeu outro processo de avaliação da creditação no currículo do curso de Física.

A partir de abril de 2018 a PROEC designou nova Coordenadoria de Creditação para a implantação do processo de creditação da extensão na UFPR. Uma das primeiras tarefas da nova Coordenação foi retomar as atividades da Comissão de Creditação da Extensão UFPR que não estava mais vigente. Em reuniões com a PROGRAD, nomeou-se uma nova Comissão de Creditação conjunta PROEC/PROGRAD, visto a necessidade destas duas Pró-Reitorias caminharem juntas no processo de implantação da creditação.

A nova Coordenação também alinhou os objetivos de representação nacional da PROEC, que participou com representantes nas mesas de discussão sobre creditação nos principais eventos nacionais. Esteve presente no 43° Encontro Nacional do FORPROEX de 25 a 27 de junho de 2018 em Natal/RN, no

[3] https://www.ufmg.br/proex/renex/.
[4] http://www.proec.ufpr.br/links/extensao/creditacao.html.

Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) de 28 a 30 de junho de 2018 em Natal/RN, no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) de 28 a 31 de agosto de 2018, na Audiência Pública sobre as Diretrizes ou Referenciais regulatórios para a política de extensão na educação superior brasileira no Conselho Nacional de Educação (CNE) em 17 de setembro de 2018 em Brasília/DF e no 44° Encontro Nacional do FORPROEX de 12 a 14 de dezembro de 2018 em Vitória/ES.

A Coordenadoria de Creditação também organizou alguns eventos para ampliar a discussão e a captação de experiências dos diversos cursos de graduação da UFPR, no intuito de implantar a Cultura da Creditação. Foram organizados o 1° Seminário de Avaliação da Extensão Universitária na UFPR dia 16 de agosto de 2018, o 3° Encontro de Creditação da Extensão na UFPR dia 17 de agosto de 2018 e o 1° Encontro Regional do FORPROEX-SUL de 26 a 27 de novembro de 2018 em Curitiba/PR.

A Coordenadoria de Creditação também participou em 2018 em rodas de conversas com todos os setores da UFPR, aproveitando o movimento da Caravana PIC. Iniciando no dia 28 de agosto no Campus Botânico, dia 11 de setembro no Campus Santos Andrade, dia 25 de setembro no Setor de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR-SEPT, dia 09 de outubro no Campus Agrárias, dia 17 de outubro no Campus Politécnico, dia 31 de outubro no Campus Reitoria, dia 07 de novembro no Campus Litoral/CEM, e dias 10 a 14 de novembro no Setor Palotina, Campus Toledo e Campus Jandaia do Sul.

7 SÍNTESE DOS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL SOBRE A EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Com o objetivo de identificar as potencialidades e as dificuldades para o processo de implantação da creditação da extensão nos cursos de graduação da UFPR, em 2016 foi realizado um diagnóstico por intermédio de questionário abordando o conhecimento sobre Programas e Projetos de Extensão pelos diversos coordenadores. Foram 69 respondentes num total de 92 cursos, significando adesão elevada, mas ainda insuficiente para que o retrato seja fiel às expectativas de todos.

Em relação à existência de Programas e Projetos, 87% dos coordenadores responderam afirmativamente, indicando que a Extensão já se faz presente, e essa presença pode ser facilitadora do processo, pois foram identificadas as oito áreas temáticas nas quais os Projetos e Programas se inserem. Em relação à existência de disciplinas obrigatórias que desenvolvam atividades de extensão, 36% dos coordenadores responderam afirmativamente, o que pode significar que já existe disposição para a integração da extensão nesses cursos.

Em relação à participação dos professores, há indicação que grande parte deles participa de Programas e Projetos que atendem a outros cursos, sinalizando para a interdisciplinaridade e para o trabalho interprofissional; 49% dos coordenadores indicam que os professores atendem a Projetos e Programas de outros cursos, 18% dos coordenadores indicam que não há extensão relacionada ao curso e 33% dos coordenadores indicam que os professores participam de Programas e Projetos que atendem ao seu curso.

Foi indagado se os coordenadores consideravam que os Programas e Projetos existentes atenderiam à formação dos alunos de seu curso e as respostas revelam um cenário favorável à creditação, pois 56% dos coordenadores responderam afirmativamente e apenas 5% responderam de forma negativa, no entanto, 39% dos coordenadores não responderam a essa questão.

As respostas dos coordenadores sobre a relevância da atuação em Programas e Projetos de Extensão para a formação dos alunos indicam que há um cenário favorável à creditação, pois a maioria destaca a importância do exercício da cidadania sensibilizando para os aspectos sociais e indica também a ampliação da formação e o desenvolvimento de habilidades que favorecem o desenvolvimento de pensamento reflexivo e crítico contextualizado com a realidade social.

Os coordenadores indicaram que o exercício das atividades de extensão permite romper com a visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento, contribuindo com a exploração de recursos pessoais, técnicos e profissionais para a elaboração de ações e atividades numa perspectiva interdisciplinar e também com a inserção dos estudantes em diferentes cenários de prática, além de propiciar o conhecimento sobre as políticas a eles associadas.

Foi enfatizada a possibilidade de absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, indicando que essa atuação considera aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Os coordenadores também destacaram a importância da interface com outras áreas de conhecimento, ampliando a visão da realidade e permitindo o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe. É relevante registrar que os coordenadores se referiram ao envolvimento com atividades de extensão como motivo para redução na evasão.

Os coordenadores também indicaram as principais dificuldades ou problemas para a implantação da creditação da extensão, desde o funcionamento do SIGEU, a necessidade de financiamento, a realização da extensão por alunos de cursos noturnos, até a necessidade de ampliação da oferta para atender a todos os alunos. Curiosamente, a "falta de professores" foi indicada como um problema; esse é outro equívoco comum, pois a creditação não demanda mais professores, já que o foco é a recriação das atividades formativas e não a criação de atividades que devem ser executadas por outros professores. Também houve referência à definição de 10% da carga horária total do curso como sendo muito elevada.

Como fatores facilitadores para a implantação curricular da extensão foi ressaltado que os estudantes "adoram ir a campo", que há apoio institucional aos projetos/programas, que há disciplinas associadas a projetos e atividades do PET realizadas em escolas, que o Setor Litoral já possui atividades de extensão integradas aos cursos e, também, foi destacado que há aumento do rendimento em sala.

As principais sugestões para a implantação curricular da extensão abordam aspectos administrativos do processo: fim da dupla creditação disciplina/extensão; facilitar o registro no SIGEU; usar o modelo das atividades formativas; vinculação de horas de extensão nas disciplinas já existentes; os projetos de extensão podem ser desenvolvidos em comunicação com disciplinas já existentes; o SIGEU deve manter o controle e identificação das atividades; as atividades de extensão devem ser avaliadas por semestre, pelo colegiado do curso, através de uma comissão permanente e pelo SIGEU.

Outro aspecto abordado nas sugestões apresentadas pelos coordenadores indica o processo para a implantação ressaltando a necessidade de ampla participação da comunidade universitária envolvendo conselhos setoriais, docentes e discentes, com participação do DCE. Outras sugestões abordaram o financiamento da extensão e a capacidade de oferta para atender a todos, além da análise dos PPCs e a possibilidade de organização de oferta de extensão por curso, intercursos e institucional, com a justificativa de que a articulação entre os cursos e áreas enriquecerá o repertório formativo dos estudantes. Além disso, foi sugerida a inserção dos mestrandos nos projetos de extensão indicando que isso gera uma sinergia com os graduandos.

Dado o objetivo de o questionário ser descritivo, avaliamos que os resultados revelaram um retrato muito positivo da situação da extensão nos cursos de graduação, pois a grande maioria já possui programas/projetos, sendo a maior parte dos que responderam na área de educação, tecnologia e produção. Um terço desses cursos já possui disciplinas obrigatórias que desenvolvem ações de programas/projetos. O caráter interdisciplinar aparece contemplado em metade dos cursos com professores atuando em programas/projetos de outros cursos, sendo que as ações desses outros cursos atenderiam à formação dos alunos do curso de origem.

Os resultados qualitativos quanto à relevância bem como problemas, dificuldades e riscos da implantação da creditação da extensão nos cursos revelaram aspectos que puderam ser contemplados na estratégia de implantação, discutida pela Comissão. As sugestões, que foram ao encontro das apresentadas no Seminário de Creditação de setembro, também foram contempladas, principalmente no que diz respeito a uma Minuta de Resolução ampla que proporcionasse autonomia aos cursos para regulamentar suas especificidades, por intermédio de instruções normativas.

Embora seja possível uma reflexão aprofundada a partir desses resultados, eles servem de orientadores para as intervenções junto aos diversos cursos, balizando ações importantes de esclarecimento sobre o que é Extensão e identificando aspectos relevantes para cada um dos cursos. É importante destacar um desses aspectos, que diz respeito à concepção equivocada de que “o estágio é extensão”. Não é. O estágio tem uma função específica que é permitir ao estudante o contato com a atividade profissional num campo de estágio

delimitado em sua área de formação, com a supervisão no local de estágio e na UFPR e se caracteriza como atividade de ensino, na área profissional.

Portanto, os resultados do diagnóstico indicam que a maioria dos coordenadores aborda condições favoráveis para a implantação da creditação no âmbito da UFPR, cada um deles destacando variáveis importantes a serem consideradas em cada um dos diferentes cursos. Para cada um deles pode ser definida estratégia específica facilitando o processo e incrementando ações para viabilizar a creditação.

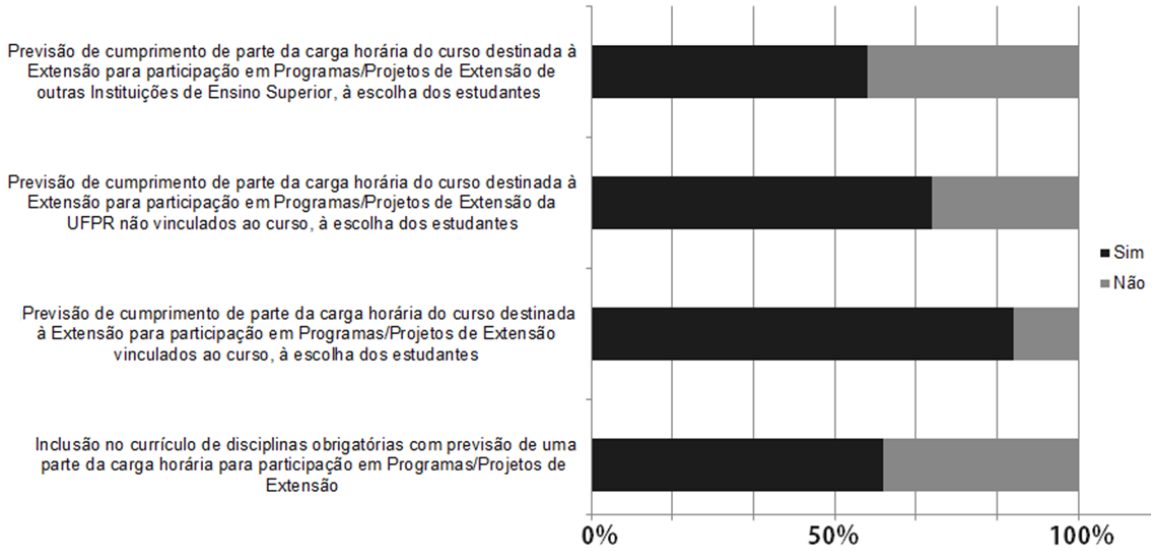
Com o objetivo de resgatar este histórico, durante o período de julho a agosto de 2018 foram aplicados 2 outros questionários junto aos docentes da UFPR, um a respeito do processo de avaliação das atividades de extensão atual e outro especificamente sobre o processo de creditação da extensão. Deste último questionário três aspectos fundamentais foram identificados:

- Existe um conhecimento sobre a necessidade e importância de curricularização da extensão.
- A maioria dos cursos desconhece como integrar extensão ao currículo.
- A maioria dos cursos pensa a extensão como disciplina e NÃO como uma nova prática pedagógica.

O primeiro demonstra o aspecto positivo do reconhecimento da importância de se implantar a curricularização da extensão para os cursos de graduação, reflexo do trabalho de conscientização iniciado pela comissão ainda em 2015. Os outros dois reforçam aqueles pontos centrais que precisam ser trabalhados: definir os critérios de curricularização para os cursos de graduação e capacitar os docentes para entender a extensão como uma prática pedagógica de formação do estudante realizada fora da sala de aula.

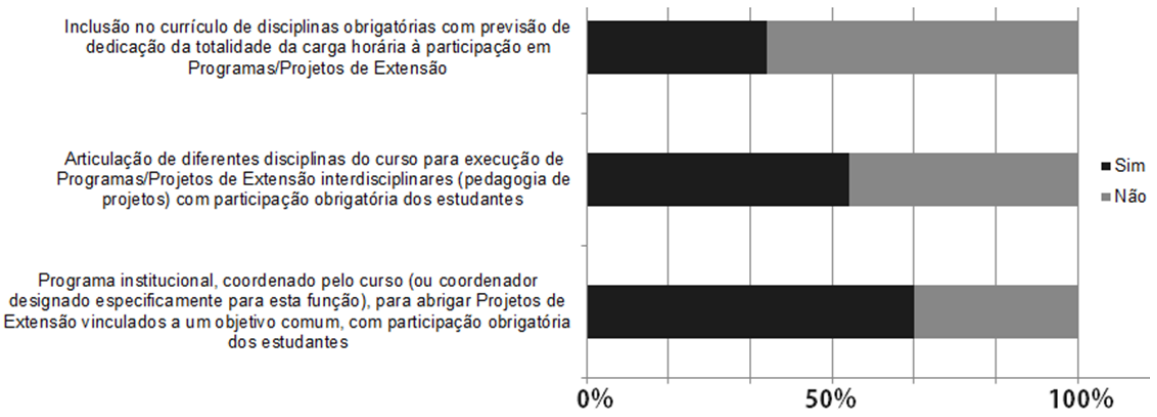
Uma síntese das principais interpretações realizadas pelos docentes pode ser visualizada nos quadros 1 e 2 abaixo:

QUADRO 1 — PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A CREDITAÇÃO NOS CURRÍCULOS



Fonte: PROEC.

QUADRO 2 — PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A CREDITAÇÃO NOS CURRÍCULOS



Fonte: PROEC.

Com base nos levantamentos realizados, foi possível estabelecer para os próximos anos um plano de ações para cada um dos eixos analisados, que pode ser visualizado nas tabelas 2 a 6 abaixo:

TABELA 2 — DIAGNÓSTICO DO CORPO DOCENTE

Diagnóstico — Corpo Docente	
RELATOS DOS DOCENTES	PLANO DE AÇÕES
• Número insuficiente de docentes para atender a todos os alunos com projetos e programas de extensão. • Falta de interesse/resistência dos docentes pelo tema extensão. • De quem seria a gerência da carga horária dedicada à extensão?	• Conduzir as discussões: fomentar o debate. • Formação da extensão: estímulo aos docentes.

Fonte: PROEC.

TABELA 3 — DIAGNÓSTICO DO CORPO DISCENTE

Diagnóstico — Corpo Discente	
RELATOS DOS DOCENTES	PLANO DE AÇÕES
• Dificuldade em envolver todos os alunos do curso em atividades de extensão. • Alunos de cursos noturnos — obrigatoriedade de algumas atividades diurnas? • Aos sábados não há acesso às instalações na UFPR e nem a muitas instituições/pessoas que poderiam ser parceiras. • Já fazem extensão de forma paralela nas AFC e estágio. • Duração das bolsas menor que as de IC, desestimulando a participação.	• Política de formação discente, nova estrutura pedagógica. • Matriz Orçamentária.

Fonte: PROEC.

TABELA 4 — SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Situação dos Cursos de Graduação	
RELATOS DOS DOCENTES	PLANO DE AÇÕES
• Já existe extensão sendo realizada nas disciplinas, falta documentar. • Não é possível criar mais disciplinas/atividades obrigatórias — a duração do curso ficaria longa demais. • Dedicar 10% à extensão tomaria o lugar de 5-6 disciplinas essenciais ao curso. • Não é possível submissão de Programas e Projetos pelos cursos, a articulação com os departamentos para esta submissão é muito difícil. • Muitas dúvidas sobre como operacionalizar a extensão e construir um novo currículo. • Calendário dos projetos incompatível com o ano letivo.	• Dialética com as Coordenações. • Definir normatização para os cursos poderem agir.

Fonte: PROEC.

TABELA 5 — SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Situação da Extensão	
RELATOS DOS DOCENTES	PLANO DE AÇÕES
• 10% de carga horária de extensão nos cursos é grande demais. • Inexistência de uma cultura extensionista nos cursos. • A extensão é desconhecida e mal definida na UFPR. • Necessidade de qualificar a discussão sobre extensão. • Algumas áreas de conhecimento têm muita dificuldade em implementar ações de extensão pela própria regulamentação da área. • Extensão tem menos peso/reconhecimento no ambiente acadêmico, que privilegia a pesquisa.	• Diminuir burocracia, sem excesso de legislação. • NOVO Sistema de Gestão da Extensão.

Fonte: PROEC.

TABELA 6 — FATORES LOGÍSTICOS E OUTROS

Fatores Logísticos e Outros	
RELATOS DOS DOCENTES	PLANO DE AÇÕES
• Os cursos, departamentos e setores não têm recursos financeiros, transporte etc., para atender a esta demanda tão grande. • Necessidade de debate mais produtivo PROEC/ PROGRAD. • A extensão precisa de mais divulgação e esclarecimento.	• Matriz Orçamentária. • Portal de Divulgação das ações.

Fonte: PROEC.

8 ESTRATÉGIAS PARA A CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFPR

A proposta, que foi amplamente debatida pela comissão, visa criar, no âmbito dos currículos plenos de graduação, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes obrigatórios dos Projetos Pedagógicos de Curso, tendo por finalidade contribuir para a efetiva indissociabilidade entre as funções básicas da Universidade. A indissociabilidade é o critério de qualidade que pode garantir às pessoas acesso, permanência, socialização, bem como transformação dos saberes e das ações universitárias.

As ACE devem estar vinculadas a programas e projetos de extensão orientados prioritariamente para áreas de grande pertinência social e ao âmbito de formação dos cursos de graduação. Com vistas à integração no processo de ensino-aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares sem implicar, necessariamente, no aumento de carga horária total dos cursos.

As cargas horárias das ACE devem constar do currículo pleno do curso e podem ser creditadas de duas formas: vinculadas às disciplinas (como parte da carga horária) ou como atividade específica denominada Programas e Projetos de Extensão (PPEX).

1. ACE I — atividades específicas da formação no curso de graduação, como componente de qualquer unidade curricular do curso, contabilizadas parcialmente na categoria Extensão (EX) desde que vinculadas a programa(s) e/ou projeto(s) de extensão proposto(s) por servidores ou servidoras docentes, técnicos administrativos ou técnicas administrativas vinculado(s) ao curso e por demanda ou articulação com a coordenação do curso, e que atendam às especificidades da formação.
2. ACE II — como atividade de Programas e Projetos de Extensão, contabilizadas integralmente na categoria Extensão (EX), que versem sobre temáticas da área de formação no curso de graduação ou sobre áreas de grande pertinência social, cumprindo necessariamente o disposto no artigo 2º da Resolução.

As atividades de extensão, decorrentes da participação de estudantes do curso em programa(s) e/ou projeto(s) de extensão das ACEs II, podem ser desenvolvidas no âmbito geral da UFPR, ou no âmbito específico da formação dos cursos.

As metas a serem atingidas para a implantação da creditação da extensão nos cursos de graduação, até 2024, envolvem:

- implantar um Plano Institucional de Creditação (Plano Institucional Curricularização da Extensão: Eu (a)Credito!;
- desenvolver e implantar uma Resolução de Curricularização, visando a construção colaborativa de conhecimento a partir das atividades de extensão;
- oferecer Capacitação aos técnicos, estudantes, seniores e docentes sobre elaboração de atividades, programas e projetos de extensão, bem como projetos e programas de extensão institucionais;
- realizar seminários com coordenações sobre a incorporação da creditação curricular no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, dando ênfase à creditação de programas e projetos de extensão que articulem linhas de ensino e pesquisa em função das exigências sociais;
- valorizar a extensão na carga horária docente;
- consolidar uma Política de Publicação e Visibilidade das produções da extensão: revista, livros, calendário de grandes eventos e debates. Implementação e divulgação midiática de resultados na constituição de uma Universidade Solidária;
- desenvolver e implantar uma Política de Monitoramento e Avaliação: sistema de monitoramento das atividades de extensão, desenvolvimento de indicadores de extensão adequados e auditáveis, para captação de recursos;
- consolidar uma Política de Valorização do Trabalho Acadêmico da Extensão como instrumento de mudança institucional e social, visando ampliação de bolsas para estudantes, definição de recursos para docentes, seniores e técnicos;

- implementação de uma sistemática de participação em Editais;
- garantir a participação de técnicos e seniores na coordenação de ações extensionistas.

A ação transformadora deve possibilitar uma universidade autônoma, voltada para os problemas sociais e assim referenciada, que encontre soluções por intermédio de suas pesquisas e que realmente seu ensino focalize as reais necessidades da sociedade. Para que isso seja possível é necessário implementar, efetivamente, ações que integrem a universidade na comunidade onde está inserida, acolhendo e se dando a acolher, no espaço dialógico com a sociedade e na melhoria da qualidade de ensino.

Esse é o desafio atual da UFPR na creditação da extensão nos cursos de graduação: tornar possíveis as ações transformadoras de ensino, pesquisa e extensão, as quais visem uma ampliação necessária da democratização dos saberes institucionais que, em contrapartida, transformará criticamente a universidade. Para tal, a sistematização da extensão será tema central de trabalho. A partir da sistematização da extensão (quadro 3) será possível estabelecer critérios bem definidos para a política de creditação da UFPR.

QUADRO 3 — CENTRALIZAÇÃO NA SISTEMATIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Como Proposta de Trabalho para o próximo biênio 2019-2020 a Coordenadoria de Extensão estabeleceu o seguinte organograma, conforme o quadro 4:

QUADRO 4 — ORGANOGRAMA DO PLANO DE TRABALHO

A estruturação do Plano de Trabalho está alinhada com o Plano Institucional de Creditação, para o qual foi proposto o seguinte objetivo geral:

Implantar os mecanismos para a Creditação Curricular obrigatória na UFPR para o atingimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024); e os seguintes objetivos específicos:

- Implantar legislações pertinentes:
- Nova Resolução de Extensão.
- Nova Resolução de Creditação.
- Elaborar sistemática de operacionalização para os Coordenadores de Cursos:
- Instruções normativas (PROEC, PROGRAD, PRPPG).
- Manual de Implantação da Creditação Curricular.
- Desenvolver cursos de formação extensionista (MOOC, presenciais, à distância):
- Docente.
- Discente.
- Implementar novo Sistema Integrado de Gestão da Extensão.
- Desenvolver novo Portal de Extensão Integrado.
- Criar nova sistemática de Comunicação Interna e Externa.

Com estes objetivos pretende-se implantar um Plano Institucional de Creditação que possibilite que os cursos de graduação da UFPR cumpram com a meta 12.7 do PNE 2014-2024 e, mais do que isto, que a curricularização da extensão possibilite reduzir os índices de evasão e reprovação, aumentando a qualidade da formação pretendida para os alunos formados pela UFPR.

O Mutirão nas Comunidades

Parte 2

Capítulo 3

O PROJETO DE ELABORAÇÃO DE UM GUIA METODOLÓGICO DAS CAIXAS DIDÁTICAS DO MAE UFPR

Prof.ª D.ra Laura Pérez Gil
Tamara Evangelista

1 INTRODUÇÃO: AS CAIXAS DIDÁTICAS DO MAE

Entre 2006 e 2009 o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR passou por um processo de revitalização que foi ao mesmo tempo arquitetural, estrutural e conceitual. O antigo Colégio dos Jesuítas, que apresentava sérios problemas estruturais colocando em risco a integridade de trabalhadores e visitantes, foi reformado e foram criadas a Reserva Técnica e a Sala Didática em Curitiba. Nesse contexto de transformação, uma das medidas impulsionadas pela então diretora Ana Luisa Sallas foi a de fortalecer as Ações Educativas do MAE, política que foi amplamente aprofundada na seguinte gestão de Márcia Cristina Rosato. Um dos produtos educativos mais destacados do MAE foram as Caixas Didáticas, sendo a primeira delas produzida em 2008. Trata-se de caixas que contêm objetos, inicialmente do acervo, a partir dos quais são tratados temas específicos relacionados com o Patrimônio e com as áreas científicas do Museu: Arqueologia, Etnologia indígena e Cultura Popular. A partir dos objetos contidos, são propostas atividades a serem realizadas em sala de aula pelos professores. Duas motivações iniciais orientaram a sua fabricação. De um lado, sendo que o museu estava em reforma e não havia exposições para serem visitadas, as Caixas Didáticas eram uma forma de continuar levando o acervo ao público escolar durante esse período. De outro lado, constituem uma metodologia inclusiva, pensada para atender, de forma especial, crianças com visão reduzida, já que os objetos que fazem parte delas

podem ser pegos, apalpados ou cheirados, diferentemente daqueles exibidos em exposições. O sucesso das Caixas se reflete na procura dos professores, mas também no fato de elas terem recebido menção honrosa em 2010, no Prêmio Darcy Ribeiro de Ação Educativa da UNESCO/MinC/IBRAM.

Ao longo dos anos, o MAE foi desenvolvendo Caixas sobre diferentes temáticas. Atualmente 09 estão à disposição para empréstimo com as seguintes temáticas: Adornos, Alimentos, Arqueologia, Beleza, Brincadeiras, Músicas e Jogos da Cultura Africana, Brinquedos Populares, Música, Nos Tempos da Vovó, Paraná na Caixa.

A ideia de fazer um guia para a sua elaboração surge a partir de uma monografia de final de curso de uma estudante de Ciências Sociais. Sob a orientação da Profa. Edilene Coffaci de Lima, do Departamento de Antropologia da UFPR, Marisa Cristina Rodrigues realizou uma pesquisa sobre as Caixas Didáticas do MAE e defendeu a sua monografia em 2014. Além de historiar o surgimento da ideia e sua materialização no MAE, Marisa pesquisou junto a alguns professores para descrever e analisar como as Caixas são usadas em sala de aula. Uma das conclusões dessa experiência, apontada por alguns professores, é que a Caixa poderia ser uma forma eficaz de tratar determinados temas, e de que seria possível fazê-lo por meio da produção da "Caixa" por parte da turma sob a orientação do professor. As crianças poderiam trazer objetos de casa e a partir deles, certos temas poderiam ser abordados, estabelecendo-se uma conexão entre os objetos, a realidade concreta dos alunos e a realidade social mais ampla. Dessa forma, temas que são tratados de forma um tanto abstrata poderiam ser conectados à realidade dos estudantes por meio da intermediação dos objetos. É a partir desses apontamentos dos professores com os quais Marisa trabalhou que começa a se definir no MAE a possibilidade de desenvolver uma metodologia para a elaboração das Caixas Didáticas, não tanto para substituir as que existem já no MAE e as que serão ainda desenvolvidas, mas como ferramenta pedagógica à disposição dos professores. Se as Caixas são fruto, inicialmente, de uma ideia surgida no MAE, seu aperfeiçoamento e seus desdobramentos se nutrem da experiência dos professores. Este é o contexto no qual a proposta de desenvolver uma publicação que sirva como guia aos professores para a elaboração de caixas didáticas próprias é incluída no Projeto Mutirão Mais Cultura.

1.1 Os primeiros passos: as caixas didáticas e os bolsistas do MAE

Na época em que o Projeto Mutirão foi aprovado, havia já um grupo amplo de bolsistas no MAE desenvolvendo novas Caixas Didáticas. O processo de elaboração segue várias etapas. Em primeiro lugar, se faz uma discussão sobre os temas que poderiam ser tratados, que, no geral, estão intimamente relacionados com projetos mais amplos do museu ou com exposições. Cada tema é assumido por uma equipe formada por dois ou três bolsistas, sob orientação do coordenador, que se responsabiliza pela pesquisa sobre o tema, elencando alguns elementos que poderiam ser incluídos na Caixa. Uma vez escolhidos os objetos a serem incluídos, é elaborado o "catálogo das peças", no qual são oferecidas algumas informações de cada um, e posteriormente se idealizam algumas atividades que o professor pode realizar junto aos alunos.

Inicialmente, eram usados objetos do próprio acervo do museu: aqueles dos quais há mais de um exemplar, que estão descontextualizados ou que, pelo material do qual são feitos, não são facilmente quebráveis. Com o tempo, o MAE foi constituindo uma coleção manipulável cujos objetos não são parte do acervo e ela que é usada nas Caixas. O objetivo é retirar todas as peças que tenham sido registradas como acervo das Caixas e deixar apenas os objetos que pertencem à coleção manipulável. Quando há peças do acervo que são únicas e apresentam um especial interesse para os temas que devem ser desenvolvidos, os alunos bolsistas realizam réplicas. Dessa forma conseguimos conciliar o fato de que as crianças possam ter uma experiência mais íntima dos objetos com a preservação do patrimônio. Essa política demonstra que os objetos não precisam ser patrimônio ou ter se tornado acervo de um museu para ter o potencial de desencadear pensamentos, reflexões e sentimentos que levem ao aprofundamento intelectual, estético e afetivo sobre um determinado tema no contexto escolar. Esse é um elemento fundamental a levar em consideração ao se ponderar o potencial pedagógico das Caixas Didáticas produzidas pelos professores junto com as suas turmas.

Quando começamos a pensar na ideia de produzir um guia para que os professores pudessem, como técnica de ensino, produzir suas próprias caixas com as turmas a partir dos temas que considerassem pertinentes, tratamos de transpor a metodologia já usada no MAE para a realidade das escolas de ensino básico e médio. Vários dos bolsistas tinham experiência já dando aula em escolas ou tinham acompanhado oficinas baseadas no uso das Caixas realizadas junto ao público escolar. Dessa forma, conheciam de primeira mão vários dos condicionantes com os que se enfrentam os professores: o tamanho das turmas, a necessidade de incluir a atividade nos planos pedagógicos anuais, o tempo que poderia ser dedicado a essa atividade sem comprometer outras exigências, a limitação de recursos materiais etc. Foi a partir dessa experiência prévia na confecção das caixas e do conhecimento da realidade das escolas públicas que uma primeira metodologia base foi redigida.

Por causa de certas limitações burocráticas enfrentadas pelo Projeto Mutirão Mais Cultura, não foi possível dar continuidade ao desenvolvimento da proposta por vários meses. Quando finalmente ela foi retomada, uma nova equipe tinha se formado, o que deu passo a novas ideias e modos de ação.

1.2 As oficinas: modos colaborativos de produção de conhecimento

Nesse segundo momento a equipe foi formada por dois bolsistas: uma aluna do curso de Pedagogia e outro aluno do curso de Licenciatura em História. Todo o processo foi orientado pela museóloga responsável no MAE pelas Ações Educativas. Iniciaram o andamento das atividades pesquisando o conteúdo das caixas já elaboradas pelo MAE e disponíveis para empréstimo, e de outras que se encontravam em processo de construção. Igualmente, se debruçaram sobre os relatos e experiências compartilhados por antigos alunos bolsistas que trabalharam anteriormente nas ações educativas do MAE, e pelos chefes de cada unidade que tinham orientado a elaboração das Caixas tematicamente associadas ao acervo do qual eram responsáveis.

Após esse primeiro mapeamento, chegou-se à conclusão de que era necessária a realização de uma oficina com professores atuantes nas escolas da rede de ensino público para construir a metodologia de forma colaborativa, de forma que estivesse realmente adaptada às condições de sala de aula. O objetivo final das oficinas seria, portanto, a construção do guia para a elaboração de Caixas Didáticas a partir das experiências e reflexões suscitadas ao longo das mesmas com os professores do ensino fundamental e médio da rede pública de Curitiba e região metropolitana.

Os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo MAE têm o objetivo de subsidiar a educação patrimonial de acordo com princípios estabelecidos pelas políticas públicas, especialmente aqueles intimamente relacionados com suas áreas de atuação do museu, como a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Entendemos que o museu constitui um espaço de educação não formal, e que, portanto, não existe a necessidade de que esses materiais respondam às exigências do currículo escolar. Contudo, as Caixas Didáticas que os professores iriam construir deveriam, sim, estar em consonância com ele. Por essa razão, durante a oficina de construção da metodologia de Caixas Didáticas, foram usados exemplos concretos de diferentes possibilidades do uso desse material dentro das diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio.

Dado que o MAE é multilocalizado, e considerando que o Projeto Mutirão Mais Cultura tem como foco de atuação o Litoral Paranaense, as oficinas foram propostas em dois locais: a Reserva Técnica do MAE em Curitiba, e sua sede expositiva em Paranaguá.

Em relação à oficina proposta em Curitiba, houve um grande número de interessados. A divulgação foi realizada digitalmente através da página do Facebook do MAE. A oficina foi oferecida em dois turnos com 25 vagas em cada turma e tivemos um total de 60 inscrições, mas somente 8 pessoas de fato compareceram. O curso transcorreu ao longo de quatro encontros, totalizando uma carga horária total de oito horas. Durante o primeiro encontro, foram apresentados aos participantes os materiais lúdicos pedagógicos desenvolvidos pelo MAE. Eles tiveram a oportunidade de conhecer as Caixas Didáticas, mexer nas peças e fazer algumas das atividades propostas nelas. Foi acordado que ao final do curso se construiria um “protótipo” de caixa didática com a

turma e que os professores iriam testar a metodologia apresentada em sala de aula e nos dar um retorno. Com esse intuito foi distribuído aos professores um questionário avaliativo da oficina que eles deveriam entregar preenchido no último encontro. Durante o segundo encontro foi apresentada a nossa metodologia de construção e em seguida uma sugestão dessa metodologia para a construção de uma caixa em sala de aula. No terceiro encontro começamos a definir o tema e os subtemas dessa caixa e a discutir de que forma esses temas poderiam ser representados de forma material, ou seja, quais os possíveis objetos que poderiam compor a caixa. Igualmente foram discutidas diversas possibilidades de como o professor poderia incorporar a construção da Caixa Didática dentro do currículo escolar e utilizar o processo de construção como uma das avaliações de turma. No quarto dia, os professores deveriam ter trazido os questionários preenchidos e um retorno sobre a metodologia apresentada. Nesse encontro quase todos os participantes faltaram e os que vieram não preencheram o questionário e não testaram a metodologia com seus alunos.

Em Paranaguá, em função de já estarmos, desde o começo do ano, realizando uma atividade de extensão na Escola Municipal Sully Vilarinho da Rosa, optamos por realizar o curso com os professores que trabalham nessa escola. Foram abertas 28 vagas no turno da manhã, já que à tarde estávamos realizando as atividades com os alunos. Também foram disponibilizadas vagas para os alunos que participaram da seleção de bolsistas voluntários para trabalhar no MAE, de forma que 2 alunos de Licenciatura em Ciências Sociais do IFPR em Paranaguá se inscreveram. A metodologia desenvolvida em ambos os cursos foi a mesma, porém os professores em Paranaguá não terminaram o curso.

Durante os primeiros encontros da oficina, enquanto estávamos na fase de exposição da metodologia, a participação dos professores foi ativa, mostrando-se interessados pelo processo metodológico de construção de Caixa. Contudo, na parte final que tinha uma abordagem participativa, nenhum dos professores realizou as atividades propostas, o que implicou a não obtenção do retorno esperado.

1.3 Os resultados da ação

Apesar das oficinas não terem os resultados esperados em termos de envolvimento dos professores, várias das discussões e opiniões que foram apontadas durante as mesmas vieram a se unir à nossa experiência prévia, e essa foi a base para a construção do texto para o guia metodológico. Por outro lado, esse fato deixou claro que se alguns professores poderiam considerar frutífero desenvolver as próprias caixas, outros poderiam não se sentir tão confortáveis com essa atividade, preferindo emprestar aquelas que o MAE coloca à disposição. Devemos levar em consideração ainda que as caixas desenvolvidas pelos professores com suas turmas são especialmente apropriadas para tratar questões associadas à região onde se encontra a escola, ou realidades e problemáticas próprias do contexto sociocultural onde está inserida. Entretanto, as Caixas Didáticas do MAE propõem tratar assuntos que, sem estarem desconectados da realidade, são mais distantes ou possuem uma abordagem que traduz conhecimentos desenvolvidos em áreas muito específicas de conhecimento que, frequentemente, encontram-se fora da área de conhecimento e atuação dos professores.

Em qualquer caso, o guia não pretende substituir as caixas feitas pelos professores por aquelas propostas pelo MAE, mas é antes um desdobramento, decorrente do sucesso e aceitação que as Caixas Didáticas tiveram entre o público escolar. O objetivo é o de promover a educação do e por meio do patrimônio; promover a reintrodução da materialidade dos objetos no cotidiano na ação pedagógica; incentivar os alunos a se tornarem produtores reflexivos, e não meros receptores do conhecimento; e gerar ações pedagógicas que estimulem o desenvolvimento da consciência cidadã e a valorização da diversidade social e cultural.

Capítulo 4

MODOS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA MEMÓRIA: MEMÓRIA DO TRABALHO DE MULHERES QUILOMBOLAS DO LITORAL PARANAENSE

Prof.ª D.ra Ana Josefina Ferrari
Vitor Pavan

Semeei o sempre-vive
Sempre-vive não nasceu
Quero que sempre viva
Meu coração com o seu
Ai ai largue de luxo que é melhor.

No presente capítulo falaremos sobre algumas das atividades extensionistas desenvolvidas com a comunidade quilombola de Batuva no escopo do Eixo 4 "Diversidade Cultural" do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR. O conjunto de atividades que na continuação relataremos, é o fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos anos, elas não foram propostas como uma atividade extemporânea e sim como a consequência e continuação de trabalhos iniciados em 2010. Esta modalidade se corresponde com o Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR desde sua gênese.

Quando em 2015 a UFPR se propõe participar do Edital Mais Cultura nas Universidades, surge a proposta, dentre os participantes deste momento inicial, de escolher um espaço específico para trabalhar com a cultura. O território proposto foi o Litoral do Paraná. A UFPR trabalha no Litoral do Paraná faz muitos anos e vários projetos se desenvolviam na época, propondo trabalho com as comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas. Por esse motivo, a proposta de elaboração do projeto Mutirão Mais Cultura da UFPR, levou em consideração a existência de projetos de extensão prévios à publicação do

Edital do Ministério da Cultura. A lógica que guiou esta proposta foi a de fortalecer o trabalho já encaminhado nas comunidades e de intensificar o diálogo entre os docentes e proponentes de projetos do/no Litoral paranaense, neste território. Desse modo, as propostas que estavam sendo desenvolvidas na comunidade quilombola se inseriram no Mais Cultura.

1 MEMÓRIA DAS AÇÕES COM BATUVA

As ações que realizamos com a Comunidade quilombola de Batuva tiveram sua origem no ano 2010 com o projeto de extensão "Memória na escola, memória na Universidade". Este projeto propunha trabalhar com as comunidades do Litoral presentes no município de Guaraqueçaba, especificamente com as comunidades quilombolas de Batuva e Rio Verde.

Usando como marco metodológico a Pesquisa Ação Integrada, o projeto propunha auxiliar em projetos que os professores das escolas municipais, do município acima mencionado, tivessem em funcionamento ou que desejassem pôr em funcionamento. Assim, os professores da comunidade de Potinga, Rio Verde e Batuva propuseram projetos que executamos conjuntamente. Cabe destacar que estas escolas atuam com estudantes de primeiro a quinto ano do ensino básico e todas elas funcionam no regime multisseriado. Desse modo, os estudantes de todas as séries, que convivem na mesma sala de aula, participaram ativamente.

A partir da memória de enunciações presentes, até esse momento, de que a Universidade só chegava nas comunidades para extrair conhecimentos sem dar retornos visíveis para as mesmas, iniciamos nosso processo de escuta. O retorno demandado deve ser, no entendimento das comunidades, constituído por algum elemento comum com as práticas culturais desenvolvidas na própria comunidade. Portanto, como atividade inicial, a partir da escuta dos dizeres das Comunidades, organizamos as diferentes atividades conjuntamente. Destarte, procuramos trabalhar com essa memória em funcionamento, guiando nosso trabalho a partir de uma noção de memória que propõe a possibilidade de construção de novas sequências enunciativas que se desloquem das já existentes. As sequências naquela atualidade eram:

"a universidade tira nosso conhecimento para seu uso próprio"

procuramos, então, que fosse produzido um deslocamento da sequência inicial para a sequência

"a universidade trabalha com a comunidade para produzir conhecimento em conjunto".

Este deslocamento no campo da fala só se sustenta no campo da prática, portanto ele só pode ser trabalhado no escopo da extensão com subsídios da pesquisa. Afirmamos, assim, que são as práticas sociais que levam os falantes a produzirem as afirmações/sequências na fala. Partindo deste pressuposto, procuramos criar condições de possibilidade para produzir falas, baseadas em memórias, que tragam à tona o trabalho colaborativo entre Comunidade e Universidade, ancorados na noção teórica de "memória de futuro", como aquela memória que dá a condição de possibilidade de um *dizer outro* no presente que ecoa no futuro.

Os projetos dos docentes das escolas municipais de Guaraqueçaba, especialmente de Potinga, Batuva e Rio Verde, transcorreram com atividades nas quais colaboramos na execução sem produzir um projeto *a priori*, fora da comunidade e sem consulta à mesma, como historicamente a universidade fez. A finalização dos projetos dos professores resultou em uma visita ao Setor Litoral da UFPR onde as crianças e as mães das comunidades citadas vivenciaram os diferentes espaços e projetos que no Setor se desenvolviam. Nas rodas de conversa do fechamento de cada projeto, foram distribuídos o que denominamos " instrumentos de memória". Estes consistiam em uma foto dos participantes na universidade.

A partir deste projeto inicial, conseguimos estabelecer um diálogo mais fluido com a Comunidade de Batuva. Este diálogo produziu, como efeito de materialização, outro projeto que se chamou "Arquivo e memória quilombola". No mesmo, procuramos elaborar um site onde armazenar as diferentes produções das comunidades quilombolas do Paraná, em geral, e de Batuva em particular. Nesta esteira, foram agrupadas as poesias de um dos moradores da comunidade, o Professor Ilton Gonçalves, que foram organizadas em um volume que se chamou "Minha triste alegre história de vida". Este livro conta a história de Batuva e seus movimentos, na voz de um quilom-

bola, e forma parte de uma coleção de Educação do Campo, publicado pela Editora UFPR.

Os efeitos de sentido da publicação do livro do líder quilombola Ilton Gonçalves, traduzidos em práticas, produziram a nomeação do mesmo e de seu irmão como cidadãos ilustres do município de Guaraqueçaba. No município de Guaraqueçaba, existia, e ainda existe, uma resistência considerável ao convívio com a Cultura quilombola. Por ser uma comunidade distante da Sede do município, em muitas oportunidades não tinha sido, até o momento, acolhida em muitas de suas demandas. Este funcionamento dos órgãos públicos causava um grande desconforto e, em momentos, revolta nos moradores de Batuva. A partir da publicação do livro, considerado como marco enunciativo significante, esta relação começou ao percorrer alguns caminhos mais fluidos. O município percebeu, em alguns aspectos, a importância desta centenária comunidade e começou a modificar algumas de suas práticas consideradas exclusivas e excludentes.

O projeto "Arquivo e memória" continuou funcionando e sua inserção no projeto Mutirão Mais Cultura foi de vital importância para a consolidação de uma memória da comunidade quilombola relacionada com a UFPR. Desse modo, associado ao projeto "Memória e arquivo quilombola", desenvolvemos o projeto de pesquisa "Memória de Mulheres quilombolas". Este projeto fortaleceu a base teórica relacionada à noção de memória e propôs-se analisar as entrevistas realizadas com mulheres quilombolas de Batuva como levantamento de memória por um lado, e como observação da constituição subjetiva das mulheres quilombolas por outro. O corpus de análise deste projeto, foi construído junto com a comunidade e várias mulheres idosas da comunidade foram entrevistadas tanto pelos pesquisadores quanto pelos próprios moradores da comunidade, a partir de guias de entrevista elaboradas em conjunto. Os nomes das possíveis entrevistadas foram propostos pelos integrantes da comunidade. Neste diálogo com elas e entre elas, a comunidade sentiu a necessidade de produzir suas próprias memórias a serem divulgadas em diferentes espaços. Surgiu, então, a demanda de oficinas de informática para compreender o funcionamento da internet e seus efeitos, e de oficinas de audiovisual que tragam suporte para a elaboração de vídeos com os antigos. Também se propôs divulgar o conhecimento quilombola de Batuva em cursos

de formação de Professores do Litoral. Desse modo, aconteceu a oficina de audiovisual que relatamos à continuação e a participação como ministrantes do Curso de Extensão de Educação para as Relações étnico-raciais.

2 AS OFICINAS DE AUDIOVISUAL COMO MODO DE MATERIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

A comunidade de remanescentes de quilombos de Batuva, localizada no município de Guaraqueçaba, foi palco de oficinas de audiovisual, cujo intuito era o de capacitar alunos para a criação de autorregistros em formato audiovisual. As atividades do bolsista e aluno de Artes Vitor Pavan iniciaram-se um mês antes da primeira visita, com o planejamento das aulas e atividades, que foram aplicadas aos colegas bolsistas tanto como teste prático, quanto para a capacitação dos alunos, gerando ao propositor uma chance de ajustar e afinar os conteúdos a serem oferecidos.

Em outubro foram planejadas as aulas que seriam realizadas na comunidade de Batuva. A proposta seria a de facilitar oficinas de audiovisual com intuito de capacitar os alunos para a criação de autorregistro no formato audiovisual. Antes de iniciarmos as aulas na comunidade, através do módulo curricular ICH no Quilombo o ministrante visitou a comunidade duas vezes. Isso estreitou laços e gerou confiança com os habitantes de Sítio Coqueiro em Batuva que participaram do curso. Desse modo, se organizaram sete encontros de carácter teórico, cujo intuito foi formar uma base para o pensamento audiovisual que viria a seguir. Assim, os temas partiram dos inícios da fotografia e seus conceitos chave, chegando ao vídeo, sua história e, por fim, estudando a questão da produção audiovisual em si, conceitos e técnicas pertinentes a esse universo: captação das imagens, paisagem sonora, movimentos de câmera, luz, roteiro, edição.

As aulas seguiram uma ordem cronológica, para poder demonstrar como os conceitos e descobertas se ligaram conduzindo os avanços na questão da construção e captação das imagens. Foram reunidos textos de apoio para as aulas, eles serviram como atravessamento e estimulariam o olhar poético. Partimos do pressuposto de que seriam necessárias aulas de informática, de como utili-

zar, salvar, encontrar arquivos no computador e rudimentos do uso da câmera, entendendo como aplicar os conceitos estudados na teoria. Era necessário, também, que desenvolvêssemos um pensamento visual e um espaço de dizer, a capacidade de ver por imagens, e contar aquilo que a comunidade pretendia através das imagens. Assim, separamos alguns vídeos em que veríamos tanto os movimentos de câmera quanto as questões fundamentais de um roteiro de documentário (que fato vamos abordar? Como iremos abordá-lo? Qual é o nosso objetivo?), como se constrói a *storyline* de um documentário (introdução ao tema, argumentação do tema e conclusões finais) bem como questões técnicas (temos o equipamento necessário? Podemos cumprir nosso cronograma?). Feito isso, captamos o material, e tivemos alguns encontros para vermos e discutirmos nosso trabalho. Então partimos para nosso estudo de edição de vídeo, com o intuito de gerar um produto audiovisual.

FOTO — REGISTRO DA OFICINA DE AUDIOVISUAL
NA COMUNIDADE DE BATUVA

Fonte: Os autores.

Foram exibidos filmes relacionados à temática quilombola e de comunidades tradicionais, muitos deles produzidos pelas próprias comunidades. Na sequência, foram exploradas através de dinâmicas e conversas as áreas de interesse da comunidade no âmbito audiovisual. Temas foram levantados para um possível projeto, através das respostas às 3 perguntas lançadas pelo ministrante do curso: O que gostaria de filmar? Por que gostaria de filmar isso? E como filmaria?

“Era importante para a oficina, que os próprios alunos tomassem as decisões sobre o rumo que o trabalho seguiria, utilizando das ferramentas e do processo da produção para que realizassem um produto autêntico, correspondendo as suas visões e necessidades”

O trabalho seguiu com aulas sobre arquivamento digital, trabalhando as maneiras de como salvar arquivos no computador, criar pastas, nomeá-las, pesquisar por arquivos e da importância dos *backups*. Em seguida, partindo para a parte prática com a câmera, todos tiveram a oportunidade de testar e praticar. Uma videoaula sobre o funcionamento da câmera foi gravada para consulta.

FOTO — REGISTRO DA OFICINA DE AUDIOVISUAL NA COMUNIDADE DE BATUVA

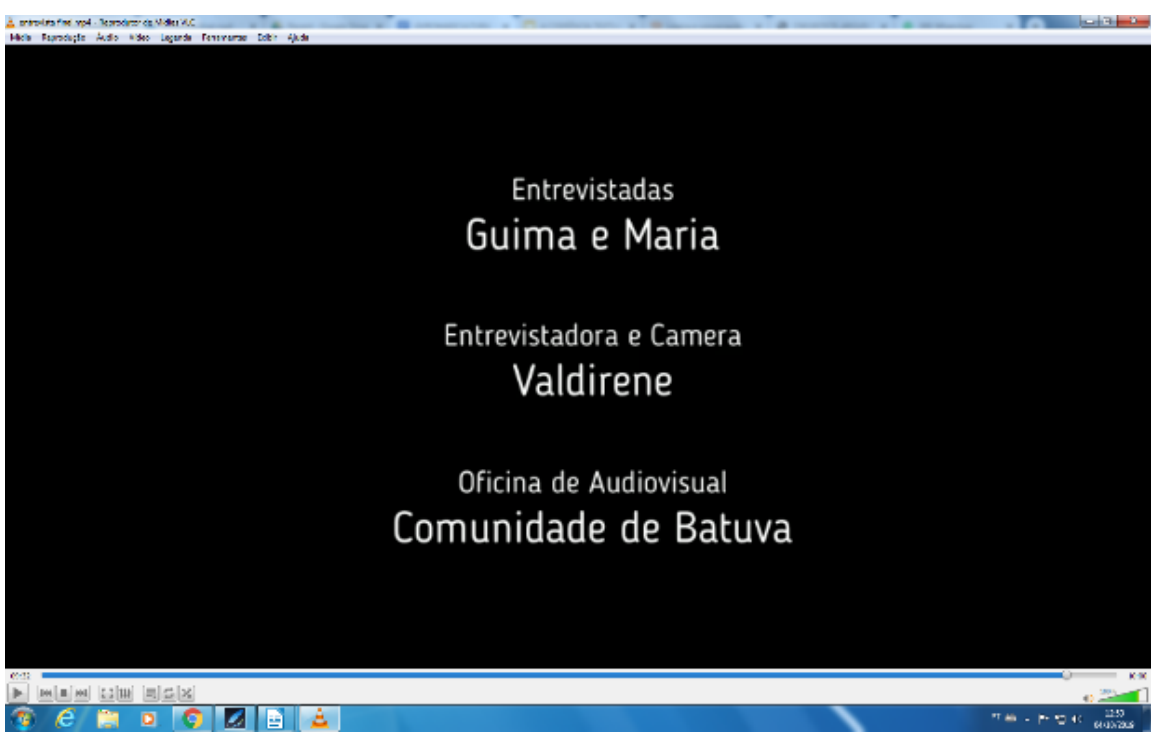
Fonte: Vitor Pavan.

Também, foi criado um grupo do WhatsApp para a comunicação, e alunos ficaram responsáveis por captarem imagens e planejarem cenas que precisavam gravar já com a intenção de criar um produto audiovisual. Nos seguintes encontros que na comunidade ocorreram, os vídeos produzidos foram visualizados e foi decidido que seria feita uma edição de uma entrevista gravada pela Valdirene com dona Guima e Maria, parteira e conhecedora de medicinas tradicionais. O material editado foi projetado à noite, quando se discutiu o que fora produzido, e ficou decidido que a comunidade começaria a gravar vídeos para a construção de uma apresentação em formato audiovisual.

FOTO — REGISTRO DA OFICINA DE AUDIOVISUAL NA COMUNIDADE DE BATUVA

Fonte: Os autores.

FOTO — REGISTRO DA OFICINA DE AUDIOVISUAL NA COMUNIDADE DE BATUVA



Fonte: Os autores.

3 CURSO DE EXTENSÃO ERER: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A formação docente é um dos objetivos do Ministério de Educação e das Secretarias estaduais e municipais de Educação do nosso Estado. Há a necessidade de atualização e formação daqueles que atuam diretamente sobre a base da nossa sociedade: os professores. Uma dessas necessidades de formação é produzida a partir da promulgação, no ano 2003, da Lei que determina a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino público e privado e que estipula o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. No entanto, a partir de um levantamento realizado na cidade de Matinhos, observamos desde 2015, no projeto Licenciar "Mutirão das memórias", que a lei está sendo atendida de modo parcial, ou seja, somente é realizada a comemoração do dia 20 de novembro, mas não se trabalha nas salas de aula com conteúdos de História e Culturas afro-brasileiras de modo transversal. O motivo, aduzido pelos docentes na cidade de Matinhos é a falta de formação de professores na área. Ouvindo esta demanda da Educação Básica matinhense, consultamos o Núcleo Regional de Educação que constatou nossos dados. Por este motivo, em conjunto com a SEPOL (Secretaria de Políticas Afirmativas) da UFPR Litoral, o NEABi+ Litoral, docentes do Estado, o Conselho pela Igualdade Racial de Pontal do Paraná, a equipe do Projeto Licenciar Mutirão das Memórias e a equipe do Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR, decidimos oferecer um curso de extensão de 120h/a direcionado a professores de escolas públicas e privadas do Litoral do Paraná e a licenciados e licenciandos. O curso teve uma inscrição inicial de 250 professores e licenciandos. Essa grande demanda no Litoral do Paraná indica a necessidade de trazer a temática para a região e nos leva à reflexão que pretendemos apresentar. Nosso objetivo foi apresentar esta ação afirmativa realizada a partir da ação colaborativa e apresentar os resultados da mesma. Partimos da hipótese de que é preciso reforçar e traçar mais e melhores estratégias para que consigamos livrar o Brasil, através da educação, do racismo que o assola. O Erer também visou propor metodologias de trabalho em sala de aula na temática da História e Cultura Afro-Brasileira, eixo obrigatório de acordo com a lei 10639; apresentar diferentes perspectivas da História

e das Culturas Afro-brasileiras; estudar, analisar e problematizar as políticas públicas relacionadas com a educação para as relações étnico-raciais.

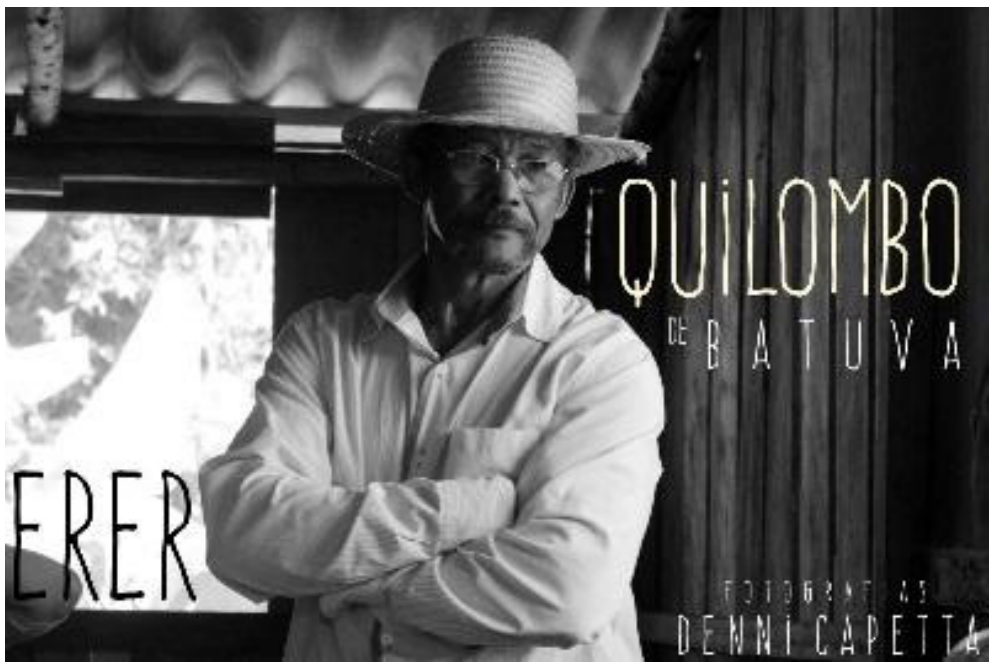
O curso trabalhou diretamente em colaboração com o projeto Mutirão Mais Cultura em dois momentos relevantes: a aula na Comunidade quilombola e a construção das "sacolas didáticas". No primeiro momento os moradores da comunidade de Batuva ministraram 8 horas/aula do Curso ensinando aos professores e licenciandos participantes a história quilombola do Litoral do Paraná. Eles organizaram o tempo e as atividades que foram desenvolvidas na comunidade de Batuva no dia 11 de agosto de 2018.

FOTO — REGISTRO DA VISITA DE CAMPO DOS ESTUDANTES DO CURSO ERER-LITORAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BATUVA

Fonte: Os autores.

Ao chegar na comunidade, após quatro horas de viagem das quais 3 horas foram de estrada de chão, fomos recebidos pelo Presidente da Associação de moradores Prof. Ilton Gonçalves que encaminhou todos à sede da Associação de moradores da comunidade e explicou as dinâmicas de vida daquela comunidade quilombola. Ele palestrou sobre os modos de plantio e de processamento dos produtos elaborados pela comunidade. Também contou a história da fundação da comunidade e como ela foi mudando ao longo das décadas.

FOTOS — REGISTRO DA VISITA DE CAMPO DOS ESTUDANTES DO CURSO ERER-LITORAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BATUVA



Fonte: Odenilson Capetta Pinto.

Após o almoço, retornamos à Associação e o professor Ilton Gonçalves da Silva palestrou sobre o papel do educador do campo, das lutas raciais e sociais e da importância da educação para preservação e revitalização da história quilombola. A palestra contou com a participação do Prof. Dr. Antônio João Galvão de Souza do IFPR e do professor da comunidade quilombola de Rio Verde, Antônio Gonçalves da Silva.

No meio da tarde a comunidade havia programado atividades que retomam as suas práticas culturais, as que foram desenvolvidas no território da comunidade pelos professores participantes do curso. As atividades consistiram no trabalho na roça e a contação de histórias que foram encabeçadas pelo Prof. Ilton Gonçalves. Foi feita também a moenda de arroz no pilão e a produção de garapa, atividades também quotidianas em Batuva.

FOTOS — REGISTRO DA VISITA DE CAMPO DOS ESTUDANTES DO CURSO ERER-LITORAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BATUVA. AULAS MINISTRADAS PELOS MORADORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA AOS ESTUDANTES. TEMA: MODO DE VIDA QUILOMBOLA

Fonte: Odenilson Capetta Pinto.

Os professores do Litoral do Paraná que conheceram a comunidade da mão dos quilombolas ressignificaram sua visão sobre estas populações e suas histórias. Até o momento do curso, as histórias a respeito da escravidão no Brasil, as populações quilombolas, os costumes e modos de vida, tinham sido contados pelos livros de história que, parcamente, traziam informações a respeito de quando ela era presente. A metodologia do curso seguiu os objetivos e metas do projeto Mutirão Mais Cultura, no sentido de divulgar as práticas Culturais do Litoral do Paraná nas escolas para que os estudantes conheçam e valorizem a cultura regional.

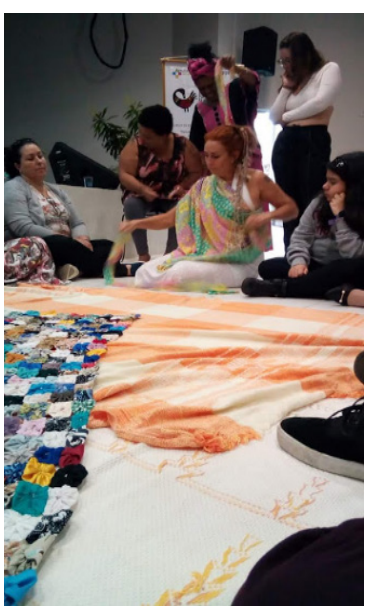
O processo de ressignificação, porém, não foi somente para os professores/estudantes do ERER. Ele foi para a comunidade quilombola que, ao invés de ser dita, de ser contada por outros, contou-se, contou sua própria história, sem mediações, ocupando seu espaço enunciativo como enunciador e já não como enunciado. Este deslocamento na posição enunciativa que já vinha sendo realizado desde a publicação do livro “Minha triste alegre história de vida” ganhou maior consistência na visita realizada pelos cursistas do ERER na qual foram professores de professores.

FOTO — REGISTRO DA VISITA DE CAMPO DOS ESTUDANTES DO CURSO ERER-LITORAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BATUVA

Fonte: Odenilson Capetta Pinto.

A segunda ação em diálogo com o Mutirão Mais Cultura UFPR foi a confecção das “sacolas didáticas”, uma releitura das “caixas didáticas” e sua metodologia elaborada pelo Eixo 1. Esta construção abarcou as últimas cinco semanas de curso. Nas mesmas foram confeccionados os elementos que constituiriam as sacolas a partir da temática da Educação étnico-racial. Desse modo, máscaras, turbantes, mestres grió, bonecas abayomi, todos estes materiais, acompanhados por suas metodologias específicas, foram elaborados no escopo do curso para irem compondo, aos poucos, as sacolas didáticas. Além disso, o NEAB UFPR doou livros de metodologia de Educação para as relações étnico-raciais, que foram incluídos nas sacolas que foram distribuídas entre todos os docentes participantes do curso.

FOTOS — ATIVIDADES DO CURSO ERER: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, CONSTRUÇÃO DE MÁSCARAS, BONECAS ABAYOMI



Fonte: Os autores.

CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos com a Comunidade quilombola de Batuva trouxeram, para todos seus integrantes, um crescimento profissional e pessoal e um deslocamento. Embora tenha sido pensado, inicialmente, o deslocamento em relação com as sequencias produzidas na Comunidade, este deslocamento produziu-se em muitos outros âmbitos que ultrapassaram os limites da comunidade e da Universidade. O trabalho do Mutirão, como mesmo significa o termo nas comunidades, foi um realizado a muitas mãos: mãos quilombolas, mãos docentes, mãos matinhenses, mãos parnanguaras, mãos estudantes, mãos artistas. Esta construção conjunta nos ajudou a crescer como cidadãos, vivendo na diversidade ao longo de todos os meses de seu desenvolvimento. Os objetivos iniciais propostos pelos diferentes projetos e cursos foram longamente ultrapassados. Podemos concluir que este tipo de trabalho em Mutirão é uma das melhores oportunidades para o crescimento humano diverso. Se pensarmos no seu acontecimento na sua relação com a atual tendência de curricularização da extensão, este formato de Projeto Institucional é o mais apropriado para a materialização da proposta, a partir de projetos encadeados, relacionados, em diálogo intenso, em que docentes, comunidades e discentes trabalhem de modo entrelaçado.

Capítulo 5

FANDANGUEIROS, M`BYA GUARANI E ARTESÃOS: AÇÕES ASSOCIADAS DO PROJETO COM IPHAN E ARTESANIAS CAIÇARAS[1]

Prof. Dr. Ary Giordani

Para falarmos um pouco sobre as atividades extensionistas levadas a cabo junto a comunidades indígenas e caiçaras de nosso litoral, vale um breve histórico de ações anteriores à submissão da proposta Mutirão Mais Cultura junto ao Ministério da Cultura e ao Ministério da Educação no ano de 2015. Nossa análise compreensiva e compartilhada da conjuntura sociopolítica, na qual estão imersas estas populações, pretende compartilhar experiências vivenciadas, cujo fim se resume na sustentabilidade de suas práticas culturais e no bem-estar de seus detentores.

Em 2005, a partir de ações financiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que visavam metas como a elaboração de diagnósticos participativos, cursos sobre coletas de sementes, intercâmbio entre comunidades, cursos para aprimoramento de técnicas artesanais e desenvolvimento de quintais agroflorestais, pudemos nos aproximar do cotidiano parnanguara, naquele momento com foco na comunidade Mbya Guarani Pindoty, terra indígena localizada na Ilha da Cotinga.

As ações possibilitaram um contato estreito com os moradores da ilha, além de possibilitar o diálogo com instituições como a FUNASA, a então Fundação de Cultura de Paranaguá e a Associação de Cultura Popular Mandicuera.

[1] Este texto foi elaborado e entregue para compor este livro em 2018.

A proposta piloto denominada Projeto Cotinga — Implantação de Tecnologia em Sistemas Agroflorestais e Revitalização Cultural em Terra Indígena do Paraná teve desdobramentos como no caso da composição da equipe pedagógica do Projeto Fandango na Escola (que atendeu a totalidade das escolas estaduais nos municípios do litoral do estado), com a formação de professores da rede pública e monitores selecionados junto aos grupos de fandango da Ilha dos Valadares, monitores estes que auxiliavam os professores em sala de aula nas atividades relacionadas ao fandango caiçara, coreografias, marcas batidas, marcas bailadas, elaboração de versos e ampliação de repertório.

Serra acima, outro desdobramento do projeto piloto deu-se no auxílio para melhor assentar as famílias Mbya, Kaingang e Xetá que viviam em condições de insalubridade na Reserva Biológica do Cambuí, localizada entre as cavas de escoamento do Rio Iguaçu, altamente sujeita a alagamentos.

Fato marcante na implementação colaborativa de Kakané Porã se deu nos primeiros contatos com Verá Popygua (Rivelino Gabriel de Castro) em busca por um intérprete para auxiliar nas atividades de coleta de sementes na Ilha da Cotinga. A necessidade em realocar os indígenas que residiam no Cambuí, à época, também era planejada pela Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Paraná, representada na pessoa do Sr. Evídio Batistelli, sob constante diálogo junto à associação ORCCIP CURIM (Organização de Resgate Crítico da Cultura Indígena de Curitiba e Região Metropolitana), mas sem nenhuma alternativa plausível à demanda. Sensibilizado pela conjuntura, o arqueólogo Miguel Gaissler, à época presidente do Instituto Indigenista e de Estudos Sócio-Ambientais Terra Mater (instituição responsável pela gestão do projeto piloto), também se juntou ao pleito buscando parcerias outras. Nos casos da Prefeitura Municipal de Curitiba e da COHAB, fomos acolhidos pelo vereador Tito Zeglin e pela arquiteta Teresa Elvira Gomes de Oliveira, então diretora da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, os quais prontamente nos auxiliaram, indicando as possíveis áreas disponíveis e elaborando os projetos das edificações e do loteamento, visando que aqueles indígenas pudessem gozar de melhores condições de vida.

***

Em vista de um novo culturalismo, percebe-se que as populações locais se adaptam continuamente ao sistema mundial; essas populações manipulam suas identidades, e delas fazem uso de modo auto reflexivo. Podemos assim afirmar que uma das chaves para analisarmos a inserção de indígenas e caiçaras na cena urbana contemporânea pode acontecer através da máxima pela qual os povos locais estariam se inserindo dentro do "Sistema Mundial", vivendo em comunidades multilocais de dimensões globais, continuamente englobando a ordem mundial em suas próprias ordens cosmológicas. (SAHLINS, 1997 e 1988).

Tal englobamento pode ser identificado em outros contextos, em que jovens lideranças, detentoras conscientes de seu capital cultural, tornam-se defensores da "tradição" e responsáveis pela sua manutenção e/ou renascimento, mediando assim as relações entre estes dois universos, o local e global, elementos que, no caso das ações extencionistas, atravessam continuamente o diálogo entre atores diversos, advindos de diferentes contextos, mas com objetivos em comum.

A conjuntura política, que ao menos idealmente se propôs progressista, vivenciada no Brasil na primeira década de nosso novo milênio retirou as comunidades tradicionais e suas manifestações culturais da invisibilidade vivenciada por grande parte delas, resultado direto do desenvolvimento das Políticas Públicas para as Culturas Populares, fomentados pela gestão de Gilberto Gil, Juca Ferreira e Sérgio Mambert no Ministério da Cultura.

A implementação das novas tecnologias e suas derivações ao campo inter-relacional se estabelece a par e passo aos processos dinâmicos de afirmação identitária. Neste recorte, atentando a uma parcela das populações de nosso litoral paranaense no intuito de tirar melhor proveito para consolidação de políticas públicas para as culturas populares.

José Jorge Carvalho (2005, p. 34) em conferência no Seminário Nacional de Políticas Públicas Para as Culturas Populares, bem argumenta que "ainda que tendo que passar por hibridismos, as culturas populares conseguiram sobreviver e avançar constantemente", salvo as limitadas condições de fruição, as sementes frutificaram: conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura, encontros e seminários nacionais e sul-americanos voltados às políticas públicas para as culturas populares, elaboração e implementação do

plano nacional de cultura, de prêmios para as culturas populares, dos editais para estabelecimento e apoio aos pontos de cultura. “Uma coisa, portanto, é pensar no possível e celebrar isso, e outra, é lembrar idealmente quanto poderemos alcançar, vendo as culturas populares como um lugar de demanda de cidadania, de igualdade e de equidade.” (CARVALHO, 2005, p. 35).

Outras ações de interesse para esta narrativa foram os cursos de aprimoramento de técnicas artesanais e as viagens de intercâmbio realizadas pelo projeto piloto financiado pelo MDA. A primeira acabou por nos familiarizar com o *mbaraka*[2]*,* instrumento utilizado cotidianamente nas casas de reza guarani, a segunda por proporcionar a visitação de aldeias Mbya e Ava Guarani em localidade no interior paraguaio, e nos estados do sul do Brasil, possibilitando o acesso a iniciativas associativistas e cooperativistas de alto potencial agregador intercomunitário.

A apropriação e o desuso, a incorporação de novos materiais e a desqualificação de outros, são movimentos que integram os processos dinâmicos de inter-relação entre grupos humanos e de hibridismos resultantes da miscigenação de componentes étnicos, aspectos estes discutidos por Canclini (1998, p. 89), em que o conceito de “formas híbridas” pressupõe “procedimentos pelos quais as culturas tradicionais dos indígenas e dos camponeses unem-se sincreticamente a diversas modalidades de cultura urbana e massiva”.

A partir do mbaraka nos aproximamos dos estudos sobre as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani. Valéria de Assis (2006) acena à perspectiva de que aquilo que é feito configura-se em imitação; associa-se a

[2] Instrumento apropriado pelas populações *mbya* a partir da viola de cinco ordens ibéro-al-andaluza, utilizado ritualmente de modo percussivo, somando apenas cinco cordas de ordem simples tensionadas sobre o espelho sem trastes, preferencialmente de cedro. A transformação metonímica do *mbaraka* em *mbaraka miri* e da viola em *mbaraka* vai além da simples apropriação de um objeto da cultura “alienígena”; “neste caso, dá-se pela consubstancialização do instrumento, que é agregado a significações múltiplas em uma intrincada rede de signos rituais”. (GIORDANI, 2009, p. 77). Em atividades realizadas pelo projeto piloto em 2006 nos municípios de Punta Porã e Nueva Esperanza no Paraguai, demonstraram a utilização de *mbarakas* manufaturados artesanalmente. Em território brasileiro é comum a incidência de violões industrializados produzidos em série, subtraída a sexta corda e mantidos os trastes, mesmo que via de regra, os trastes não sejam utilizados durante os cânticos na casa de reza. O uso ritual do *mbaraka* ocupa papel de destaque na morfologia sonora do *jeroky mbya.* Cabe ressaltar que o chocalho globular, generalizadamente denominado *maracá* ou *mbaraka*, entre os falantes da língua tupi é denominado *mbaraka-miri* pelo subgrupo Mbya Guarani.

concepção de que a produção — de objetos, de pessoas e da sociabilidade — é resultado de processos de incorporação, apresentando os objetos e sua estética como expressões desta perspectiva. Sob esta ótica, Assis dialoga com Nancy Munn (1971), que "tematiza o estabelecimento de uma relação entre pessoas e coisas, Munn coloca que nas relações sociais as pessoas trocam-se ao efetuarem trocas de objetos, pois as coisas também têm agência, estão imbuídas também com a noção de pessoa." Ambas concordam que as pessoas podem estar expressas nos objetos e estes formam partes de sua personalidade. (ASSIS, 2006, p. 141).

***

As ações financiadas pelo MDA encerraram-se no ano de 2010. Reelaborado a fim de ampliar o escopo das ações e integrar também comunidades caiçara na proposta, o Projeto Cotinga — Cultura, Tecnologia e Etnodesenvolvimento foi submetido à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR em 2013, ano que recebeu seu primeiro aporte institucional da Universidade Federal do Paraná, contando inicialmente com quatro bolsistas, dois voluntários e apoio logístico no deslocamento dos envolvidos entre Curitiba e o litoral do estado. De caráter inter e transdisciplinar, desde 2013 o projeto tem contado com bolsistas e voluntários de cursos como Produção Cênica, Luteria, Engenharia Florestal, Agroecologia, Design e da Pós-Graduação em Antropologia.

Nos primeiros anos de execução da proposta, além dos contatos com as instituições parceiras, capacitação de bolsistas, atividades de trocas de experiência entre comunidades e da realização de seminários temáticos, o projeto ouviu comunidades indígenas e caiçaras nos municípios de Paranaguá, Guaraqueçaba e Antonina, no intuito de se adequar, e na medida do possível, auxiliar as comunidades em relação às suas demandas, percebendo a extensão universitária como processo de comunicação dialógica entre comunidades beneficiárias e a academia, como já discutido por Freire (2015).

Já nas primeiras conversas, foram levantadas duas temáticas a serem trabalhadas: 1) a organização e atualização das pessoas jurídicas, sejam grupos de fandango ou associações indígenas e 2) a elaboração de projetos voltados

para salvaguarda do patrimônio imaterial, fossem estes patrimônios acautelados ou não. Nesse sentido as ações foram e vêm sendo dimensionadas.

No tocante aos ajustes institucionais, o projeto Cotinga avançou quanto a regularização e atualização de dados das seguintes associações: Associação de Cultura Popular Mandicuera, Grupo de Fandango Ilha dos Valadares (mestre Brasílio) e ACIGULPA, Associação Comunitária Indígena Guarani do Litoral Paranaense, e também de modo embrionário auxiliou na criação da Associação Indígena Mbya Guarani Kuaray Haxá, que conta com indígenas da comunidade Kuaray Haxá e Cerco Grande (Kuaray Guatá Porã) em seu quadro diretor.

No tocante à elaboração e submissão de projetos, os de maior envergadura foram aqueles formulados em conjunto ao então Comitê Provisório de Salvaguarda do Fandango Caiçara, à Associação de Cultura Popular Mandicuera e ao Grupo Folclórico Mestre Romão, a saber: a) convênio 813661/2014 IPHAN — Projeto Artesanias Caiçaras, a Sustentabilidade do Fandango Através da Construção de Instrumentos Musicais — que teve como objetivo multiplicar os sujeitos detentores e artífices dos conhecimentos que produzem a musicalidade caiçara, promovendo o aprendizado da luteria do fandango, bem como a difusão da multiplicidade de seus saberes, por meio da troca de conhecimentos de mestres construtores de diferentes escolas e localidades. Por somar aos conhecimentos e técnicas caiçaras de fabricação de instrumentos os elementos técnicos e tecnológicos inerentes ao curso superior de Luteria da UFPR, a proposta teve a participação de alunos e egressos do curso em todas as fases de sua execução, seja como instrutores, seja como bolsistas aprendizes; b) o termo de colaboração nº 820928/2015 IPHAN, que teve como principal objetivo mobilizar fandangueiros para a construção do Plano de Salvaguarda do Fandango Caiçara, assim como para consolidação do Comitê Gestor de Salvaguarda do Fandango Caiçara, bem registrado desde 2012 como Patrimônio Imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN; e c) a Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá, que desde sua V Edição (2014) conta com a parceria do Projeto Cotinga na organização e execução do evento.

As atividades extencionistas levadas a cabo pelo projeto antes da submissão e aprovação da proposta Mutirão Mais Cultura geraram inúmeros resultados de interesse, como a participação expressiva de detentores e alunos nas conferências municipais de Cultura de Paranaguá, cujos grupos de trabalho auxiliaram na construção do Plano Municipal de Cultura de Paranaguá; auxílio logístico e consultoria em tecnologia de áudio na gravação do disco Fandango Festa Popular; participação em eventos culturais e de extensão, em oficinas, em fóruns de cultura, e em reuniões com coletivos artísticos e órgãos da administração pública para planejamento de eventos e assistência nos encaminhamentos jurídicos inerentes à atualização das associações culturais beneficiárias.

Em todos os casos, o diálogo interinstitucional envolvendo o IPHAN, o Comitê de Salvaguarda do Fandango Caiçara, Associações, grupos artísticos e a UFPR (inicialmente por via do Projeto Cotinga e posteriormente via Projeto Mutirão), possibilitou a complementação orçamentária para diferentes fins, seja custeando oficinas voltadas para construção e acabamento de instrumentos musicais e artefatos artesanais de usos múltiplos, seja no aporte complementar para participação de fandangueiros e indígenas nas duas últimas edições da Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá nos anos de 2016 e 2017. Momentos intensos de trocas, diálogo e aprendizado, tendo sempre em vista que um dos pontos proeminentes na elaboração da proposta Mutirão mais Cultura na UFPR foi o envolvimento de atores culturais diversos do litoral paranaense, assim como o fortalecimento das ações extensionistas já em curso.

Também sob os auspícios do projeto Mutirão, foram realizadas ações de intercâmbio entre comunidades tradicionais celebradas nos I, II e III encontros de comunidades tradicionais do litoral do Paraná. O processo de mobilização já em andamento, não apenas pelo Projeto Cotinga, mas também por outras ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à UFPR, UFPR Litoral e o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, realizou ações que foram fundamentais na construção da proposta submetida ao MINC/MEC, cujo conveniamento se deu em meio a um conturbado cenário social e político, apresentado pelo golpe jurídico-midiático vivenciado pela população brasileira no ano de 2016.

A partir do ideal de futuro compartilhado junto às populações de nosso litoral, pensemos por hora no possível e celebremos cada conquista, como sugeriu José Jorge, ações cuja reverberação possam nos trazer algum alento.

Reflexo do traquejo junto ao poder público e da participação ativa de colaboradores e pesquisadores, a Associação de cultura Popular Mandicuera é um dos exemplos de como as políticas públicas para as culturas populares podem render bons frutos, revelando um terceiro viés de institucionalização, concentrando suas atividades tanto no universo artístico, quanto em ações de salvaguarda e militância política em prol da cultura caiçara.

Em respeito ao chamamento público nº 03/2014 proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o projeto Artesanias Caiçaras contou também com a parceria do Instituto Federal de Educação do Paraná, desenvolvendo atividades para salvaguardar o fandango caiçara, neste caso, especificamente no que diz respeito à construção de instrumentos musicais próprios para sua realização.

FIGURA 1 — MOLDES PARA LATERAIS NO ATELIER RODRIGO DOMINGUES NA ASSOCIAÇÃO MANDICUERA

FOTO: Flávio Rocha.

Para compor a equipe de aprendizes/multiplicadores do projeto, foram selecionados, por meio de edital público, oito bolsistas, cujo contrato previa que vivenciassem todas as etapas de construção de violas, rabecas, machetes, adufos e caixas, construindo junto com os mestres *luthiers* Aorelio Domingues (Paranaguá — PR), Cleiton do Prado (Iguape — SP) e Filipe Souza (Curitiba — PR) sete conjuntos de instrumentos e um *mbaraka*, a serem distribuídos para grupos e tocadores do Fandango Caiçara e indígenas Mbya, tanto na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá, quanto em regiões mais remotas do litoral norte paranaense, paulista e sul fluminense, localidades onde se evidencia a carência de tais instrumentos.

Os conhecimentos que produzem as musicalidades caiçaras são também aqueles que as podem traduzir, materializando formas de ser e entender o mundo por meio de instrumentos que sonorizam um universo pautado pela circulação e socialização destes saberes. Com atividades circunscritas no município de Paranaguá — Ilha dos Valadares —, o projeto levou este saber fazer a um público majoritariamente jovem, alunos da UFPR, do IFPR, fandangueiros, ilhéus da Ilha dos Valadares e indígenas Mbya Guarani, no intuito de replicá-lo de forma ampla e consciente, compreendendo suas práticas e interações sociais para além das práticas de construção de instrumentos musicais.

Durante a elaboração da proposta para o chamamento público, as demandas foram lançadas e dimensionadas: sete *kits* somando mais de quarenta e dois instrumentos. Neste sentido, o apoio recebido pelo projeto Mutirão Mais Cultura, fomentado pelo Eixo Diversidade Artístico-Cultural, foi providencial para finalização das atividades do Projeto, proporcionando aos aprendizes a oportunidade de realizar oficinas voltadas ao acabamento das peças, ministradas por Aorélio Domingues e Cleiton Prado, onde foram trabalhados conteúdos como aplicação de marchetaria e o envernizamento das peças, assim como a permanência desses aprendizes para auxiliar nestes procedimentos durante os últimos dois meses de execução das atividades.

Na atual conjuntura, também se faz pertinente e necessário pautar a relação sócio-histórica destas comunidades com o meio ambiente em que vivem, trazendo à tona o debate sobre o acesso e o uso sustentável de seus recursos por parte das populações tradicionais que habitam este território. O “fazer” dos artefatos destinados à manutenção da cultura caiçara transcende a mera

manufatura, arraigado que está a um território específico, assim como às matérias primas disponíveis nessas áreas.

Como postulado por Ingold, o fabricante junta forças com a matéria ativa e dinâmica que está sendo trabalhada, a fim de participar do seu surgimento. Este processo se realiza em detrimento do estado estático da matéria inerte, que toma forma e significado, considerando as coisas em termos de fluidez e de solidez. A construção teórica e metodológica que permeia o projeto acima citado vai ao encontro das ponderações propostas por Ingold, de maneira que a ênfase incida na emergência dos processos e não nos artefatos acabados. (INGOLD, 2013, p. 21).

A dinâmica estabelecida durante o processo fez uso de ferramentas industrialmente manufaturadas como fresas, plainas, serra fita, serra circular, lixadeiras elétricas e demais utensílios disponíveis no Atelier Rodrigues Domingues (implementado pelo programa Pontos de Cultura entre 2009 e 2011 na sede da Associação Mandicuera), assim como possibilitou a inter-relação de *luthiers* formados pela UFPR fomentando a utilização de novas tecnologias pelos mestres construtores: arqueadores térmicos de laterais e lixadeiras horizontais capazes de adequar e perfilar a madeira nas bitolas necessárias ao feitio dos instrumentos, entre outras traquitanas funcionais. A transferência de tecnologia e a apropriação destas tecnologias pelos fabriqueiros[3], assim como a própria criação de ferramentas variadas, revela a dinâmica inerente a estas práticas, vinculada à necessidade de produzir uma quantidade considerável de instrumentos em um curto espaço de tempo. O estado de fluidez elencado por Ingold toma novos contornos, dá-se já na reelaboração do instrumental, na organização do atelier e na seleção das matérias primas, dos agenciamentos múltiplos com uma finalidade comum. Tais agenciamentos se somam as expectativas individuais na manutenção do folguedo, como nos propôs Aorélio Domingues:

[3]Modo como são conhecidos os artífices artesãos da luteria caiçara.

Eu gosto daquele acorde mais fechado, que a gente fala bufo né, uma viola com mais bufo!

Pelo meio [afinação de viola] não, pelo meio é mais aberta as cordas, tem uma que não fica presa, as cordas são mais finas... A minha necessidade é que as violas tenham sempre um grave mais forte, agora eu troquei a guarda do tampo da viola, troquei a guarda de dentro que era uma guarda só para leque! Agora tem leque no tampo, por dentro e a viola tem menos madeira, ela tem menos madeira para puxar mais o grave, coisas que to buscando para mim. Deixar o fandango que eu quero naquela cara assim!

Isso sempre me chamou atenção no Canarinho [bar de Pedro Pereira na Ilha dos Valadares], quando eu morava ali na maior parte da minha infância, me chamava atenção no Canarinho era justamente o bufo da viola. "Intaivada" [tipo de afinação usual nos estados do Paraná e de São Paulo].

Quem tocava ali era Vitorino, que era mestre folião também, Seu Anibá (outro, não o da vila Fátima), seu Julio Pereira, Pedrinho Pereira, Zeca, e tinha uma figura que vocês não conheceram: tio Aires que tinha uma voz fininha, que era tipe de bandeira, mas tocava um fandango que Meu Bom Jesuis!!! Fazia uma rabeca!!! Não que ele era meu tio, mas conhecido por tio Aires por todo mundo ali, ele era Pereira, era irmão... acho que era irmão de Pedro Pereira. Fazia artesanato ali, por aquela parte ali todo mundo mexia com artesanato, trabalhava fazendo violinha, espingardinha de caxeta, colher de pau... A gente trabalhava com isso daí.

Aprendi muito nessa época, meu avô também fazia, foi quando migrei para o "intaivado", mas era muito pequeno, o pessoal não deixava pegar na viola [...], daí morreu tio Aires, morreu Vitorino, morreu Aniba [...].

Eu vivia com esses velho aí, ia pro mato lenhar, ia pro mato matar passarinho, ia pescar, tirava madeira com eles, foi aí que eu peguei o gosto de trabalhar com madeira, cortar lenha, cortar madeira. (Aorélio Domingues, caderno de campo 25/07/2015).

No caso do projeto Artesanias Caiçaras, o processo de transferência de tecnologia ocorreu de modo informal e prático. Como chegar a resultados satisfatórios fazendo uso de técnicas e ferramentas que estão à mão, ou ainda, buscando soluções alternativas e inovadoras para efetivação destas demandas, como no caso do “bufo” da viola?

Envergadores de ilharga[4] confeccionados com resistências de ferros de solda ou uma base para carvão adaptada a tubos metálicos são práticas ainda comuns no universo caiçara. Nas etapas iniciais do projeto, visitas aos ateliers do Curso de Luteria da UFPR, assim como nos ateliers de alunos egressos, serviram de inspiração para as adaptações necessárias para criação de ferramentas com a finalidade de curvar as laterais dos instrumentos de modo mais ágil e simples, neste sentido também podemos citar a lixadeira cilíndrica para perfilhamento de tampos, fundos e laterais ou o mecanismo para curvar ferro, adaptado para modelagem de aros para caixas e adufes.

FIGURA 2 — ENVERGADOR DE ILHARGA, LIXA CILÍNDRICA E CURVADOR DE ARO

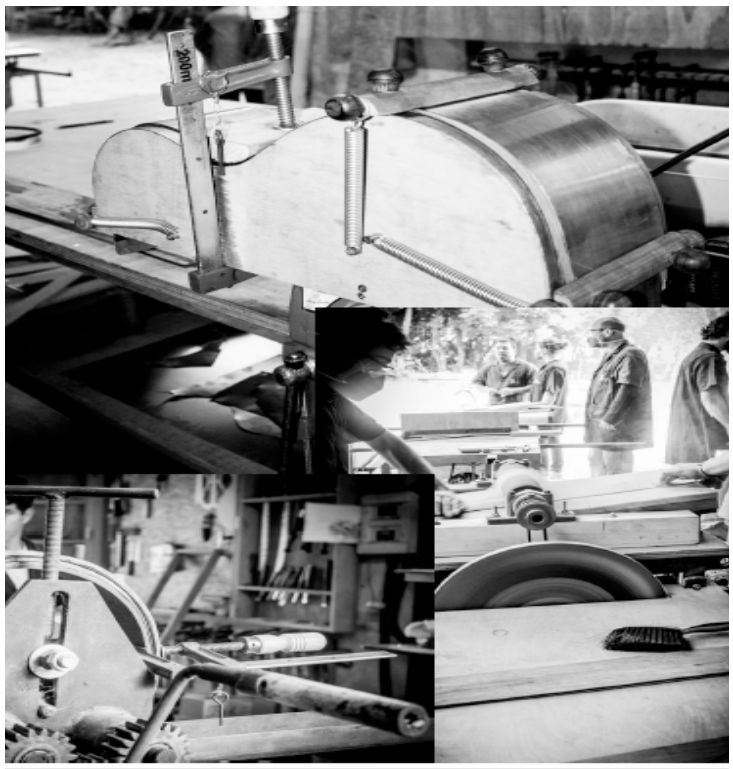


FOTO: Flávio Rocha.

[4]Ferramenta utilizada para envergar as laterais de violas, machetes e rabecas, também conhecido como dobrador de faixa.

> Não foram feitas inovações, foram feitas adaptações de ferramentas das necessidades, nós não criamos nada, só adaptamos ferramentas que foram desenvolvidas no universo da luteria tradicional. A gente fez o envergador de ilharga, que é um curvador de lateral, tanto da rabeca, da viola e do machete, também adaptamos as formas, o cortador e moldador de platinelas que foi desenvolvido e que foi criado por alunas do curso de Mecânica do IFPR, que nos ajudou muito, uma ferramenta excelente. Também inovamos no acabamento, a gente tem aplicado um acabamento mais fino para nossas violas, a gente usou muito o que Felipe trazia do curso de luteria, do que Cleiton também trouxe das práticas dele lá. (DOMINGUES *apud* MARTINS, 2018, p. 136)

Aorélio Domingues, Cleiton Prado e Filipe Souza concordam que o uso deliberado de ferramentas não altera o fator artesanal das peças, que mesmo confeccionadas em um processo serial guardam em si peculiaridades em sua construção, sobretudo nos detalhes de marchetaria e acabamento, que inserem no artefato as marcas pessoais de cada artesão *luthier*.

FIGURA 3 — DETALHES DE MARCHETARIA

FOTO: Ary Giordani.

Durante o processo, técnicas tradicionais e contemporâneas foram mescladas, buscando a qualidade na sonoridade, na estética e na durabilidade dos instrumentos.

Um exemplo aqui nos poderia exemplificar as questões acima mencionadas, seja na inventividade quanto às soluções possíveis, ou quanto à singularidade da identidade que o artesão insere em suas peças. O Sr. Genézio Pontes, batedor de tamancos e "matador de onças", participou ativamente de todas as ações de construção dos instrumentos. Em meio aos instrumentos tidos como metas da ação, iniciou outros instrumentos por conta própria, marcando diariamente presença na sede na Associação Mandicuera, extrapolando o tempo de permanência proposto pela ação e se valendo de inventividade para contornar contratempos no trato de artesão.

Uma das soluções propostas pelo Sr. Genézio foi o recurso encontrado para solucionar um problema que teve com a roseta[5] de uma de suas violas, além de auxiliar na construção dos instrumentos do projeto, seu Genézio fez mais 3 violas, 2 machetes e duas rabecas, as últimas utilizando peças de instrumentos desmontados que estavam no atelier aguardando reparos e montagem.

Poderíamos dizer que se tratou de uma meta-solução: Genézio se valeu de um disco compacto do grupo Manema de Iguape "Pixé de Manema", onde a imagem da "bolacha" do disco é justamente a foto de uma roseta de uma das violas confeccionadas por Cleiton Prado. A emergência dos processos (nos termos de Ingold) se dá também pelo atravessamento tecnológico que pode ocorrer nas mais diversas e improváveis situações, demonstrando adaptabilidade às situações-problema. Vale lembrar que seu Genézio na época já somava 73 anos de idade, sem dúvida esbanjando bom humor e criatividade.

[5]Roseta ou rosácea é o nome que se dá aos detalhes em marchetaria que ornamentam o orifício da boca do instrumento.

FIGURA 4 — ROSETA DA VIOLA DE GENÉZIO

FOTO: Ary Giordani.

***

Concomitante à finalização dos instrumentos do projeto Artesanias, foi realizada na sede da Aldeia Mbya Kuaray Haxá em Antonina a Oficina de Artesanato Tradicional Mbya Guarani, cujo público alvo foram indígenas Mbya Guarani das localidades de Antonina (Kuaray Haxá), Guaraqueçaba (Kuaray Guatá Porã), Piraquara (Araçaí) e Pontal do Paraná (Guavirá Ty), reunindo aproximadamente 40 participantes entre indígenas, bolsistas e professores.

A oficina teve por objetivo capacitar indígenas das comunidades supracitadas em técnicas artesanais tradicionais Mbya Guarani, sobretudo na confecção de peças zoomórficas "*vicho ra'anga*" cuja principal matéria-prima é a caixeta, trazida pelos indígenas da comunidade de Guavirá Ty (Pontal do Paraná), pela escassez da mesma na aldeia sede do curso.

Além das atividades de corte e entalhe na madeira, os participantes passaram por todas as etapas de produção das peças, como os detalhes nos acabamentos e o modo tradicional de dar cor aos artefatos, queimando-os com ferro aquecido na brasa.

As atividades foram conduzidas pelos indígenas Paulo Acosta e pelo Sr. João Acosta, ancião Mbya detentor de técnicas ancestrais.

Nas comunidades guarani visitadas tanto no Paraguai quanto no oeste do estado (no ano de 2006), pudemos perceber o uso do entalhe em madeira de forma funcional, como em pequenos bancos, denominados *apiká,* construídos com madeiras diversas e zoomorfos, tatus, quatis, pacas, cotias, onças entre outros. Adelino Gonçalves, mbya que reside na aldeia Yynn Moroti Whera no município de Biguaçu (SC), comenta da importância do artesanato em madeira, tanto na valorização de sua tradição cultural, quanto como alternativa para geração de renda entre as famílias da aldeia. Apesar de muitos grupos tupi utilizarem pequenas esculturas de animais como brinquedos para as crianças ou como peças rituais, as dinâmicas de troca com as sociedades englobantes acabaram por gerar novos sentidos para estas práticas, inserindo também estes artefatos na lógica mercantil de valoração monetária, mas sem perder de vista os conhecimentos tradicionais envolvidos, assim como a estreita vinculação com o ambiente no qual estão inseridos:

> O Fabiano Benites fala que ele não sabe realmente como surgiu a escultura na cultura, mais relata que os avós dele contavam que primeiramente faziam os artesanato de madeira para usar no dia a dia. Faziam banquinhos em forma de animais para sentar, utilizados no opy — casa de reza. Depois que tiveram contatos com os brancos que começaram a fazer os bichinhos de madeira pequenos para vender. [...]
> Timóteo de Oliveira conta que antigamente os guarani faziam todos os tipos de artesanatos: alguns bonecos de madeira no formato de homens e mulheres que deixavam no caminho por onde passavam, assim por diante. Antigamente faziam para deixar como marca de caminho. Hoje os artesãos fazem os artesanatos em madeira no formato de pequenos bichinhos, para vender. Antigamente não vendiam, faziam para mostrar para os outros, para as crianças e os mais jovens. Ele fala da importância dos jovens aprenderem a fazer, porque assim vai continuando o conhecimento dos passados, porque os bichinhos que existiam por aqui, muitos já não conhecem mais. [...]
> Timóteo também fala que quando vai ao mato colher a madeira para fazer

> os bichinhos, primeiramente tem que pedir permissão ao espírito da natureza e da árvore. Essa, é cortada bem baixa para que possa brotar de novo, pois se não souber cortar ela não brota mais.
>
> [...] Assim, além de registrar as técnicas de esculpir, falar sobre a importância de preservar essa riqueza cultural guarani, devemos também proteger as matas e demarcar terras para que se possa preservar o ambiente natural dessas espécies tão importantes para o povo guarani. (GONÇALVES, 2015, p. 12, 13, 18).

É consenso o fato de que sejam respeitadas as fases da lua para o corte da madeira: "Tem que observar a lua para colher, porque a madeira só pode ser cortado na lua minguante ou crescente para que os artesanatos não se estraguem" (GONÇALVES, 2015, p. 9). Consenso também entre *luthiers* caiçaras que observam os mesmos princípios de fases da lua e de tipo de corte, por um lado, visando a qualidade e durabilidade dos artefatos, por outro, da sinergia homem-natureza imanente a estas práticas tanto no caso Mbya quanto caiçara. Como sugere Freire:

> O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento "experiencial"), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 2015, p. 6).

FIGURA 5 — OFICINA DE ARTESANATO MBYA

FOTOS: Ary Giordani.

A dificuldade da extração da matéria-prima e as problemáticas territoriais vivenciadas pelos Mbya na contemporaneidade foram assuntos recorrentes nas rodas de mate e nas refeições coletivas realizadas ao pé do fogo na *Opy*. Reflexões sobre a institucionalização dos coletivos indígenas e sobre a necessidade de enfrentar entraves burocráticos no intuito de acessar recursos e de participar propositiva e ativamente tanto no dia a dia das comunidades, quanto para além delas, foram recorrentes. Questões muitas vezes distantes do cotidiano da aldeia, mas que vêm se tornando ferramentas importantes na manutenção das práticas culturais Mbya na atualidade.

No terceiro dia de atividades, por solicitação das lideranças da aldeia, os presentes estiveram reunidos com o Sr. Denílson Passim, contador de larga experiência junto a comunidades tradicionais, associações e cooperativas da região, esclarecendo dúvidas e auxiliando nos encaminhamentos que a recém instituída associação Indígena Mbya Guarani Kuaray Haxá deveria realizar para usufruir de benefícios e ampliar as atividades da comunidade de modo associativista. Devido ao fato da associação contar com indígenas da comunidade Kuaray Haxá e Cerco Grande (Kuaray Guatá Porã) em seu quadro diretor, o momento foi essencial para que parte das discussões sobre o futuro da associação fosse pautada. Foram mencionadas também as atividades de intercâmbio realizadas junto às comunidades quilombolas da região, iniciadas pelo encontro de comunidades fomentado pelo projeto Mutirão Mais Cultura, havendo expectativa quanto à continuidade das atividades de capacitação em técnicas artesanais envolvendo caiçaras, quilombolas e indígenas.

Os encontros de Comunidades e povos Tradicionais realizados no decorrer do projeto Mutirão Mais Cultura — sendo o primeiro para traçar diretrizes das ações e apresentar o projeto aos participantes, realizado em Paranaguá no ano de 2015, o segundo voltado à coleta de depoimentos, delimitação e planejamento das ações, realizado em maio de 2016 em Antonina e o terceiro realizado paralelamente à VIII edição da Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá no ano de 2017 — possibilitaram a interação de populações indígenas, quilombolas e caiçaras em eventos que contaram com rodas de conversa, oficinas, conferências, seminários, mesas redondas, exposições fotográficas e apresentações artísticas.

Um dos pontos altos da VIII edição da Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá foi a entrega dos instrumentos construídos pelo projeto Artesanias Caiçaras, aproveitando a oportunidade em reunir representantes de diferentes localidades paranaenses, paulistas e fluminense formalizando a entrega dos instrumentos a esses representantes. O apoio logístico no transporte, hospedagem e alimentação dos participantes em parceria com o projeto Mutirão foi essencial para o desenvolvimento cabal das ações propostas.

Além dos quarenta e dois instrumentos previstos, foram confeccionados mais quinze instrumentos, totalizando cinquenta e sete instrumentos doados

para mestres e grupos de Fandango, Folia do Divino e Ciranda Caiçara. Entre os beneficiários, representantes das localidades de Paranaguá, Guaraqueçaba, Superagui, Barra do Ararapira, Antonina e Guaratuba, no Paraná, Ubatuba, Iguape, Cananeia e Pontal do Leste, no estado de São Paulo e ainda do município de Paraty no estado do Rio de Janeiro.

FIGURA 6 — ENTREGA DE INSTRUMENTOS DO PROJETO ARTESANIAS CAIÇARAS

FOTO: Flávio Rocha.

A partir das experiências vivenciadas junto às comunidades Mbya no projeto piloto (MDA/2006-2010), deu-se também a construção de um *mbaraka* destinado à comunidade Kuaray Haxá em Antonina. Durante as oficinas fomentadas pelo projeto Mutirão Mais Cultura em parceria com o projeto Artesanias Caiçaras, Cleiton Prado, Aorélio Domingues e os demais participantes direcionaram seus esforços para confecção peculiar do instrumento, que, apesar de apresentar as mesmas dimensões das demais violas da série, manteve particularidades inerentes à organologia do *mbaraka* (cinco cordas simples e o espelho sem trastes), além de ser ornamentado com motivos plumários na mão do instrumento, uma alusão aos padrões da cestaria mbya em sua roseta e a imagem de um arco e flecha formado pela estrutura do cavale e do rastilho.

FIGURA 7 — MBARAKA

FOTO: Ary Giordani.

Sabendo que o violão chega ao Brasil apenas no início do século XIX, e que mesmo na Europa o violão de seis cordas não surgiu antes do final do século XVIII, as evidências indicam ter sido a viola de cinco ordens ibero Al-andaluza, e não o violão, o artefato inicial apropriado por parcialidades guarani, dinâmicas de interação interétnica cuja reverberação perpassa nossa contemporaneidade.

***

Fomentar o diálogo entre diferentes atores, detentores e artífices das manifestações culturais do litoral de nosso estado diz respeito à prática extencionista e à percepção dos desdobramentos destas ações em múltiplas redes de interação.

Que cada vez mais possamos nos aproximar dos ensinamentos ancestrais, compartilhando angústias e alegrias num ciclo continuo de aprendizado mútuo. Que as reminiscências ibéricas al-andaluzas, apropriadas e ressignificadas, se somem ao devir de nosso híbrido e conturbado tempo, que se reconheçam e fortaleçam nossas culturas, tão caras à constituição do que denominamos brasilidade.

Mutirão, sorrisos, afagos, encontros, articulações, dons, dádivas e resistência. Viva nossa rica e plural Cultura Popular!

Segue o baile...

REFERÊNCIAS

ASSIS, Valéria Soares de. *Dádiva, mercadoria e pessoa*: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani. Tese (doutorado) – PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARVALHO, José Jorge. Culturas Populares: contra a pirâmide de prestígios e por ações afirmativas. *In*: *Seminário Nacional de Políticas Públicas Para as Culturas Populares*. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria. Análise Sobre As Populações Guarani Contemporâneas: Demografia, Espacialidade e Questões Fundiárias. *Revista de Índias*, v. 64, n. 230, p. 35-54, 2004.

GIORDANI, Ary. *Mbaraka*: Metonímia Musical Mbya. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Música da UFPR, 2009.

GONÇALVES, Adelino. *MBA' EREI REI RA ANGA*: As esculturas de madeira e seus aprendizados. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica com ênfase em Linguagens, 2015.

INGOLD, Tim. *Making anthropology, archaeology, art and architecture*. London/ New York: Routledge, 2013.

MARTINS, Patricia. *Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeca:uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara.* Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na UFSC. Florianópolis, 2018.

MUNN, Nancy D. The Transformation into Objects in Walbiri and Pitjantjatjara Myth. *In*: BERNDT, Ronald M (ed). *Australian Aboriginal Anthropology:* Modern studies in the social anthropology of the Australian Aborigines. Nedlands University of Western Australia Press, 1971. p. 141-163.

SAHLINS, Marshal. Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do 'Sistema Mundial'". *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 16., 1988, Campinas. *Anais...* Campinas, SP, 1988. p. 47-106.

_____. O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em extinção. *Mana*, Rio de Janeiro. v. 3, n. 1, p. 41-74; v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

Capítulo 6

ASSOCIATIVISMO E DIFUSÃO CULTURAL: FANDANGUEIROS DE GUARAQUEÇABA

Sandro Miguel Mendes

PROGRAMA DE EXTENSÃO ITCP UFPR

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi formada em junho de 1998 e instruída pelo Plano Nacional de Extensão, que atesta a "Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 05).

A ITCP/UFPR trabalha com uma estrutura teórica e metodológica do conceito de Economia Solidária (SINGER, SOUZA, 2003), do Desenvolvimento Local (PREVOST, 2011) e com as Tecnologias Sociais (DAGNINO, 2011). Ela age usando-se de processos de formação em autogestão, organização, educação, cidadania, entre outros pedidos apresentados pelos empreendimentos, aumentando o foco para as famílias dos beneficiários, suas propriedades e a comunidade na qual estão inseridos. A ITCP não somente é atuante no processo de incubação, mas também procura o fortalecimento do sentido de comunidade, por meio do desenvolvimento local.

Integram a ITCP/UFPR bolsistas extensionistas e de iniciação científica e voluntários, da graduação e da pós-graduação, de diferentes áreas do conhecimento — agronomia, turismo, produção cênica, ciências sociais, administração, meio ambiente e desenvolvimento, gestão e empreendedorismo,

ciências contábeis, dentre outros –, um professor, um técnico da UFPR e professores colaboradores internos e externos à UFPR.

No ano de 2008 a ITCP/UFPR foi convocada a aliar o tema da economia solidária ao turismo, assim sendo convidada a realizar o projeto, financiado pelo Ministério do Turismo através da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, denominado Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo. Dentre os objetivos propostos pelo Ministério do Turismo constavam: (i) Incubação dos Empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo; (ii) Construção de referencial conceitual e metodológico; (iii) Articulação de políticas públicas de turismo, de Economia Solidária e de promoção do desenvolvimento local e regional e (iv) Produção de conhecimento e formação de discentes.

Estes propósitos, juntos à experiência da ITCP em incubação de empreendimentos de Economia Solidária, bem como os princípios que regem a sua filosofia de ação, foram a base da ideia elaborada para a execução do projeto: (i) Elaboração do Diagnóstico dos empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia do Turismo nos dois destinos indutores; (ii) Constituição e formação de uma equipe de incubação local; (iii) Incubação de empreendimento de economia solidária na cadeia produtiva do turismo e (iv) Sistematização e divulgação do resultados do projeto. A incubação, inicialmente somente prevista para Foz de Iguaçu, foi contemplada em um segundo projeto concentrando ações no litoral do Paraná — Projeto ETUR-Litoral. Passada esta fase, foi elaborado um diagnóstico do destino indutor Paranaguá.

Além do comum levantamento socioeconômico e cultural, o diagnóstico contou com etapas de articulação com as principais entidades de pesquisa, de governo, e/ou representativas do turismo na região. Ao mesmo tempo a equipe participava de reuniões articuladas com: a Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) e Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Paranaguá, a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR), a UFPR Litoral (participação no III Colóquio Turismo e Comunidades — agosto 2013) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além da comunicação com estes setores, deu-se início a visitas a outras comunidades e experiências do Litoral norte do Estado do Paraná. Do

resultado desse processo se chega ao Município de Guaraqueçaba, à Secretaria de Turismo e Cultura e Cooperativa de Artesãos Arte Nossa.

Nesse sentido busca-se tornar acessível uma forma de tecnologia para o trabalhador rural. Busca-se uma forma que não haja hierarquização e ampliação do trabalho e sim, esteja focada no bem-estar social, direcionando-os para o mercado interno, como incentivadora do potencial e da criatividade do produtor e do usuário direto.

A ITCP UFPR foi convidada a integrar o Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR em setembro de 2017. Este projeto apresenta como objetivo:

> criar Planos de Cultura das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da concessão de apoio financeiro a programas, projetos e ações em espaços culturais que articulem a formação, inovação e difusão em arte e cultura, inclusive equipando e reestruturando espaços e ambientes de ensino e pesquisa já existentes, voltados para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, podendo contar com a participação de outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional. (PROEC, 2016)

Outro produto esperado é a elaboração de um Plano de Cultura Institucional da Universidade Federal do Paraná. Entende-se por Planos de Cultura os programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior (PROEC, 2018).

Integrando os eixos 4 — Diversidade Artístico-Cultural — e 6 — Economia Criativa, Empreendedorismo Artístico e Inovação Cultural (PROEC, 2018) —, a ITCP UFPR recebeu como missão desenvolver ações para o resgate e valorização cultural no Município de Guaraqueçaba e na Ilha de Superagui.

Neste contexto, a partir da experiência e conhecimento obtido pela ITCP UFPR em outros projetos desenvolvidos na localidade, como os projetos: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo e Projeto de Economia Solidária e Turismo — ETUR (VIEIRA et al, 2018), optou-se por empreender as ações do Projeto Mutirão Mais Cultura na

UFPR em duas frentes: Fandango Caiçara e artesanato tradicional do Município de Guaraqueçaba.

CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO: GUARAQUEÇABA E A ILHA DE SUPERAGUI

Guaraqueçaba, vocábulo advindo do tupi que significa Guairá, o local de pouso e dos ninhos de uma garça, é um município litorâneo do Paraná, região protegida por diversas leis ambientais, federais e estaduais, que junto com municípios vizinhos formam a APA de Guaraqueçaba (Área de proteção ambiental). Em 1995 parte do município fora decretada como Parque Nacional de Superagui, tendo também Unidades de Conservação e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A cidade também é um marco histórico, ela é uma das primeiras ocupações do Paraná pelos colonizadores portugueses, em 1545, os primeiros habitantes datados são comunidades indígenas Tupiniquins e Carijós. Seu povoamento por europeus se iniciou no século XVII. Com a chegada dos missionários jesuítas em torno da capela foram sendo construídas novas habitações, e logo uma nova vila fora criada. A partir disso o desenvolvimento agrícola se deu presente na ilha, a produção de arroz, uvas, café e mandioca progredia, a prosperidade das terras se deu presente até 1929. Com a chegada da crise a economia que era focada para exportação sofreu, nos anos 50 a problemática dos palmitos se iniciou e as primeiras fábricas voltadas para extração e corte desses se instalaram. Nessa época também foi aberta uma nova via de acesso, a única terrestre, entre Guaraqueçaba e Antonina, dando espaço para um novo processo de ocupação. O governo também liberou créditos e reduziu impostos para aqueles que tinham interesses no cultivo de café, palmito e criação de búfalos, o que degradou as florestas de planície da região. A situação só foi reconhecida em 1980, quando a degradação e descaracterização da região já estava avançada, junto a isso o empobrecimento da população local. Desde então se iniciou a valorização da região a fim de resguardar seu uso e a criação das unidades de conservação a fim de disciplinar e orientar as atividades do patrimônio natural.

Em 1938 a vila foi extinta e anexada à Paranaguá como um Distrito. Só voltou a ser reconhecida em 1947 e desmembrada de Paranaguá no mesmo mês.

A região abriga a Reserva Natural Salto Morato (RPPN), região reconhecida pela UNESCO em 1999 como Patrimônio Natural da Humanidade, essa foi a primeira área privada de preservação no Brasil a receber essa distinção. A reserva conta com 2340 hectares e tem papel de extrema importância para a preservação da área de Mata Atlântica, por abrigar uma rica biodiversidade e expressivo número de espécies animais e vegetais, assim como mais de 30 nascentes. Apesar de sua grande extensão, apenas 2% de seu total é acessível ao turismo.

Hoje o território é habitado majoritariamente por comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras, sendo uma região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As principais atividades econômicas se resumem em pesca e agricultura de subsistência e extrativismo. Estima-se que a população seja de 7.679 pessoas, sendo somente 3.397 que possuem renda fixa. O artesanato é muito presente para alguns grupos, sendo sua principal fonte de renda, como no caso da fibra da bananeira e no uso das escamas de peixe. Para os artesãos ligados ao Fandango acaba por ser uma atividade secundária.

Diversas ilhas fazem parte do Município, entre elas Superagui, onde o projeto também se deu presente. Esta foi tombada em 1985. A região é conhecida pela sua ampla diversidade e múltiplos sambaquis, abrigando o Parque Nacional de Superagui, declarado Reserva da Biosfera em 1991, e em seguida Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, também em 1991. Assim como no município, a cultura fandangueira era extremamente presente, mas foi se perdendo e hoje não possui nenhum mestre fandangueiro habitante do local.

Presente em Guaraqueçaba, a cooperativa Arte Nossa é uma transformação, a partir do apoio do governo do estado em 2004, do que antes era Associação de Artesãos de Guaraqueçaba, fundada em 1997. Para isso foi utilizada uma metodologia similar ao processo de incubação, e o trabalho contou com oficinas de qualificação profissional de cooperativismo. Esse processo possibilitou a participação da cooperativa em diferentes eventos regionais e nacionais relacionados com o artesanato, cultura e turismo, trazendo visibilidade e premiação de peças e trabalhos. A Cooperativa de Artesãos Arte Nossa é composta por artesãos locais que confeccionam peças tradicionais a partir

de recursos naturais como argila, caxeta, fibra da bananeira e açucena e por representantes indígenas locais.

O Fandango Caiçara

O Fandango é um agrupamento de várias danças e músicas populares. Ele tem como raiz a dança Flamenca espanhola, sendo trazida para o Brasil pelos portugueses. Os cantos e as danças, normalmente, contam histórias de amor e namoro, criando um jogo entre casais.

Hoje o fandango se encontra no folclore brasileiro, tendo grande força no sul. A sua chegada no continente americano se deu pelos portugueses, por volta de meados do século XVIII. A partir desse tempo, ele começou a fazer parte das comemorações das comunidades locais no litoral do Paraná. Assim, assumido pelos caboclos do litoral paranaense, sendo atribuído certo caráter folclórico, é preservado até os dias atuais como um patrimônio cultural da sociedade brasileira.

Pode ser visto um grande movimento da cultura do fandango no litoral sul do Estado de São Paulo, se estendendo até o litoral norte do Estado do Paraná. É muito forte essa cultura nas comunidades caiçaras, assim surgindo o conceito de “fandango caiçara”. Porém, o fandango caiçara não se refere à toda região que é habitada pelas comunidades caiçaras.

Os locais onde podemos encontrar comunidades mais sólidas praticantes do fandango caiçara são nos municípios de Iguape e Cananeia, que se encontram no litoral sul do Estado de São Paulo, e nos municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes, no litoral norte do Estado do Paraná.

Pode-se dizer que o termo “Território do Fandango Caiçara” é o que melhor define a região onde o fandango é a principal expressão cultural das comunidades caiçaras, compreendendo melhor as ações desenvolvidas por todos os envolvidos (fandangueiros, associações culturais, artesãos, pesquisadores, alguns representantes do poder público local).

Usando a denominação de “fandango caiçara”, apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podemos ver essa ma-

nifestação cultural como: um conjunto de práticas que envolvem mutirões, festa, dança coreografada e batida com tamancos pelos homens, dança de casais bailada sem coreografia, um universo musical e poético específico, com o uso de instrumentos como a viola fandangueira (ou viola branca, como é conhecida em Iguape/SP), com suas afinações e toques característicos, juntamente com adufos e rabecas.

O fandango tem como um dos seus principais ensinamentos o prevalecimento da constante construção de suas técnicas e saberes no decorrer da vida de um fandangueiro.

Para falar da cultura do fandango caiçara no litoral paranaense podemos começar por Paranaguá. Essa cidade sempre teve um estilo próprio de fandango. Devido ao seu caráter portuário, Paranaguá trouxe várias pessoas de municípios próximos. Em razão desta diversidade que foi resultada pela grande variedade de indivíduos, a cidade possui vários estilos e trejeitos de dançar e tocar o fandango.

No Paraná podemos encontrar formações de grupos amplos, reunindo sapateadores e músicos. Temos como exemplo o grupo Pés de Ouro, que reúne músicos e batedores experientes. Também Guaraqueçaba como um dos berços do fandango paranaense.

Devido à escassez de oportunidades de empregos no município de Guaraqueçaba e região, houve um êxodo de tocadores que saíram de seus sítios em busca de melhores oportunidades de emprego e vida. Fenômeno que se agravou na década de 80 com a criação da reserva ambiental, afetando diretamente a cultura fandangueira com a proibição da retirada de árvores para construção de instrumentos. Hoje restou apenas a família Pereira que resiste e representa a principal expressão do fandango paranaense. Isto é, a salvaguarda desta cultura esbarra em desafios advindos das transformações socioambientais e econômicas. A redução das práticas agrícolas e de pesca trouxe também uma diminuição na sociabilidade das comunidades, e logo da cultura fandangueira.

Apesar dos problemas enfrentados o cenário é promissor e descrito como “fértil”, o tema tem sido foco de muitas discussões e os fandangueiros que resistiram estão determinados a não deixar a cultura morrer.

O Fandango Caiçara foi registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um dos bens imateriais que compõe o Patrimônio Cultural do Brasil em novembro de 2012 (IPHAN, 2012).

O baile de fandango é uma confraternização dos caiçaras como pagamento pelos mutirões, tradicionalmente acompanhado de comida e bebida, como a cataia. É dançado com tamanco de madeira, calçado utilizado exclusivamente pelos homens, construindo um som de sapateado, enquanto as mulheres dançam graciosamente com suas longas saias.

Os instrumentos utilizados são fabricados artesanalmente pelos fandangueiros utilizando principalmente a madeira conhecida como caxeta. A formação instrumental é composta basicamente por dois tocadores de viola, um tocador de rabeca, chamado de rabequeiro ou rabequista e um tocador de adufo ou adufe. O machete, instrumento de cordas mais simples e menor que a viola, foi bastante utilizado no passado, mas sua utilização atualmente é rara. Outros instrumentos utilizados por alguns grupos são o violão, o cavaquinho e instrumentos de percussão, como o pandeiro, surdos e tantãs.

As músicas cantadas no fandango caiçara falam sobre a vida dos caiçaras, contando histórias sobre o cotidiano, seus amores, sua fé, a natureza, os desejos humanos, retratando o que é mais importante na vida dos caiçaras.

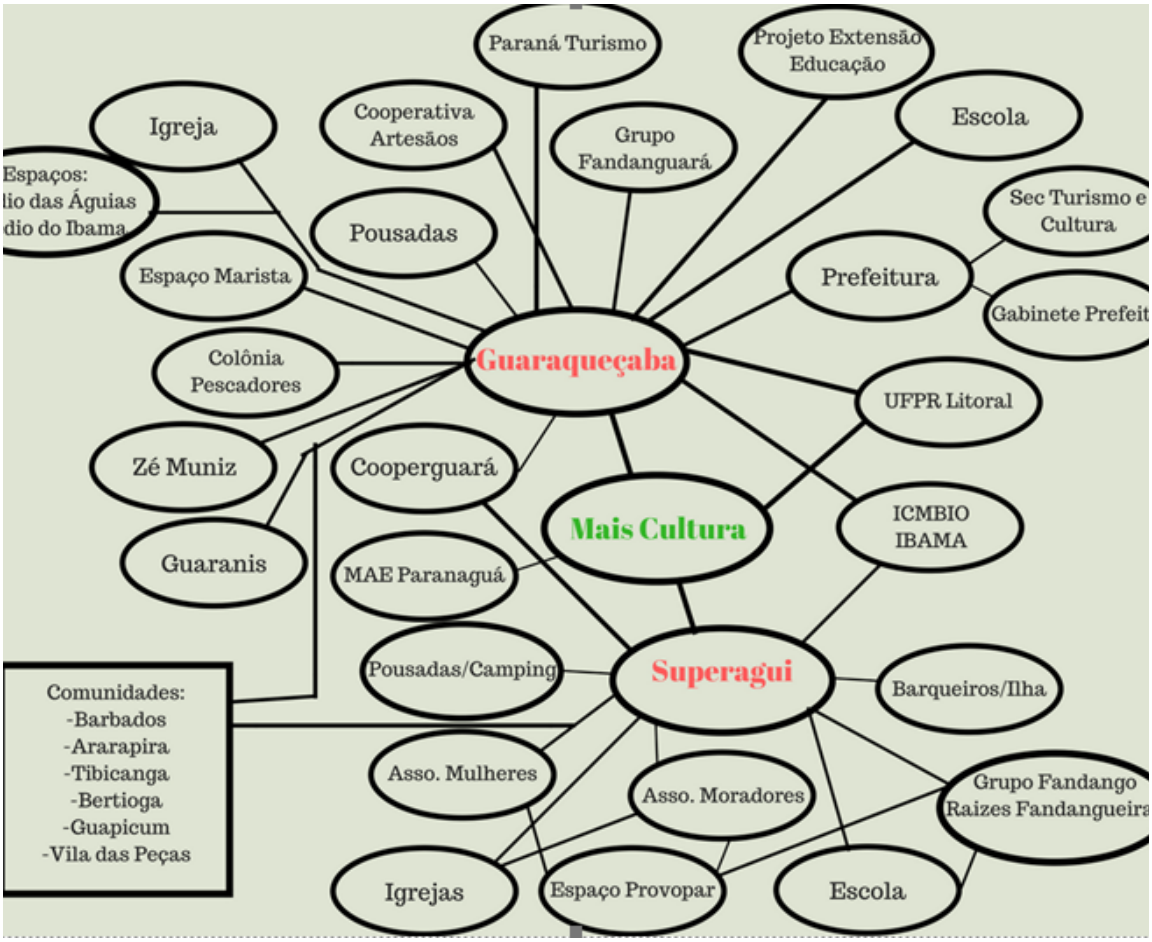
O fandango figura um universo musical particular que transita entre fé, parentesco, trabalho e festa. Seu conjunto de coreografias, dançadas por homens e mulheres, auxilia na construção da sociabilidade caiçara.

A cultura do fandango está presente nos diferentes momentos da vida social das comunidades, como casamentos, batizados e aniversários, ocupando papel importante e, algumas vezes, decisivo na inserção social do sujeito nas comunidades caiçara. A partir do fandango, criam-se laços de solidariedade e até mesmo de rivalidades. Assim, o fandango continua como essencial na sociabilidade caiçara e seus mestres, batedores e compositores são muito admirados e aclamados.

Articulação dos atores no território e ações realizadas

Para a realização das ações no âmbito do Fandango Caiçara e do artesanato tradicional de Guaraqueçaba, inicialmente, realizou-se um diagnóstico do território do Município de Guaraqueçaba e da Ilha de Superagui, que resultou em um mapa mental onde podem ser observadas as articulações entre os atores no referido território. (FIGURA 1).

FIGURA 1 — ARTICULAÇÕES MUTIRÃO MAIS CULTURA UFPR EM GUARAQUEÇABA



FONTE: ITCP UFPR, 2018.

Observa-se a complexidade para realização de ações de extensão em territórios como Guaraqueçaba devido à necessidade de articulação de boa parte dos atores do território, senão todos. Cita-se como exemplo, além dos grupos de Fandango de Guaraqueçaba e Superagui e da Cooperativa de Artesãos de

Guaraqueçaba, os órgãos públicos, privados, organizações de terceiro setor, órgãos ambientalistas, escolas, instituições religiosas e a própria comunidade local. Nesse sentido, em cada ida a campo foram realizadas reuniões e conversas com diferentes atores do território, no intuito de, a partir do diálogo, envolver a comunidade nas ações do projeto, promover e instigar a valorização cultural pelos residentes da localidade.

Para apresentação do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR e da equipe da ITCP UFPR, executora do projeto, foram realizadas inicialmente reuniões com diferentes atores do território do Município de Guaraqueçaba.

Realizaram-se reuniões com a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, com a participação do prefeito, do secretário de turismo e de uma secretária, com os grupos de Fandango Fandanguará na sede de Guaraqueçaba e Raízes Fandangueiras na Ilha de Superagui, com a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, com a equipe do Colégio Marista, que se apresenta como agente articulador e apoiador de ações que promovam a valorização e resgate cultural do Litoral do Paraná, além de conversas pontuais com moradores locais.

Cabe destacar que no decorrer das reuniões e conversas para apresentação do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR, foram coletadas informações que compuseram o diagnóstico do território, bem como, em algumas situações, culminaram no direcionamento de algumas das ações a serem empreendidas durante o projeto.

Na sequência apresentam-se as descrições referentes ao diagnóstico e às ações empreendidas no âmbito do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR, destacando-se o Grupo de Fandango Fandanguará e a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, que foram os principais protagonistas do referido projeto.

Cooperativa de Artesãos Arte Nossa de Guaraqueçaba

No decorrer dos diálogos com a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, apresentou-se a proposta de criação de uma loja para comercialização de artesanato local no MAE — UFPR. Os cooperados relataram que a maior dificuldade no momento não se encontra na comercialização dos artesanatos, mas em

sua produção, e afirmaram que não estão conseguindo suprir nem a demanda necessária para comercialização na Cooperativa.

Os cooperados apontaram a necessidade prioritária de organização interna da cooperativa ao informarem que o forno se encontra estragado, a documentação está com pendência de pagamento e a cooperativa não possui conta bancária. Os cooperados indicaram ainda a ausência de comunicação entre os cooperados e a necessidade de fortalecimento dos vínculos dos artesãos com a comunidade.

Ouviram-se relatos dos cooperados que indicaram que a cooperativa se encontrava em um momento de conflito de identidade, onde alguns cooperados apresentavam o objetivo do lucro financeiro, enquanto outros objetivavam a valorização da cultura local, representada pelo artesão e não pelo artesanato (produto) em si. Os relatos dos cooperados mencionavam, neste contexto, a necessidade de ressignificação da cooperativa através da realização de oficinas e encontros para transmissão do saber tradicional para a comunidade, principalmente aos mais jovens.

No decorrer das ações do projeto, a Associação de Artesãos de Guaraqueçaba constituiu uma loja de artesanatos no prédio onde encontra-se a secretaria de turismo de Guaraqueçaba, localizado no trapiche do município, considerado um local propício para a construção da loja devido ao fluxo de turistas que passam pela localização.

A Cooperativa de Artesãos Arte Nossa passou por um período de reestruturação, com a eleição de nova diretoria. Nesse sentido, o projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR, juntamente com a equipe da ITCP UFPR, apresentou papel importante na realização de capacitação e suporte na reorganização da cooperativa, com vistas ao resgate dos princípios do trabalho cooperativo.

Grupo de Fandango Fandanguará de Guaraqueçaba

O grupo de fandango Fandanguará é composto por mais de 30 jovens e adolescentes da comunidade de Guaraqueçaba, sob a coordenação de Leandro Diéguiz, e apresenta como principal objetivo manter viva a cultura do Fandango Caiçara.

Este grupo apresenta papel importante para o resgate e valorização da cultura caiçara, visto que os mestres fandangueiros chamados por eles de "mais velhos" estão com idades avançadas e até mesmo debilitados, impossibilitando que continuem a tocar, cantar e bailar ao som do fandango caiçara. Nesse sentido, a cultura fandangueira vem se perdendo, pois os jovens e adolescentes, vivenciando o contexto da modernidade com destaque para as tecnologias, não apresentavam interesse em conhecer e manter viva a tradição.

No decorrer dos diálogos com o Grupo Fandanguará, foram levantadas, de maneira participativa, algumas demandas que pudessem ser supridas ou auxiliadas a partir das ações do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR.

As reuniões contaram com a presença da equipe ITCP UFPR, do coordenador do Grupo Fandanguará e de seus jovens integrantes que demonstraram comprometimento com o grupo e interesse na manutenção da cultura fandangueira.

Uma das demandas identificadas pelo grupo foi a realização de uma roda de conversa dos integrantes do grupo com mestre fandangueiro para que os jovens tivessem a oportunidade de aprender com quem é referência no assunto e considerando a idade avançada dos mestres fandangueiros, que dali um tempo, infelizmente, não estariam mais entre eles.

Na perspectiva de valorização da cultura fandangueira, foram demandadas pelo grupo de fandango a realização de oficinas com as atividades que ensinassem os integrantes do grupo a confeccionar os instrumentos utilizados no fandango, bem com a tocá-los.

Por fim, o grupo relatou que não possui figurinos para a realização das apresentações e que o tablado que utiliza é emprestado, por isso demandou a realização de um mutirão para a confecção dos figurinos femininos e masculinos do grupo e para a construção de um tablado.

Encontro de Comunidades Tradicionais e o Turismo de Base Comunitária

O Encontro de Comunidades Tradicionais e o Turismo de Base Comunitária foi realizado em Guaraqueçaba e direcionado a representantes de comuni-

dades do Litoral do Paraná interessados em desenvolver o turismo de base comunitária em suas comunidades e/ou que já o realizam sem saber que o estão praticando.

Participaram do encontro representantes das comunidades de Antonina, Paranaguá, Cabaraquara em Matinhos, Caieras em Guaratuba, Barbados, Tagaçaba, Açungui, Potinga, Serra Negra, Pedra Chata e Cerco Grande em Guaraqueçaba. Participaram, ainda, representantes do Grupo Guarapés, que desenvolvem o turismo de base comunitária na Baía de Guaratuba, relatando suas experiências na atividade e trocando conhecimentos com os demais participantes sobre o assunto.

Na palestra de abertura apresentou-se o contexto de transformações socioeconômicas do litoral do Paraná, destacando a importância da manutenção e preservação da cultura local pelas comunidades.

Pôde-se observar que as comunidades participantes do encontro apresentam consciência da importância da preservação de suas culturas e identidades e que o turismo de base comunitária se constitui como uma ferramenta para tal feito, pois gera, inicialmente, a valorização da cultura local pela própria comunidade e consequentemente por seus visitantes e turistas.

Na ocasião do Encontro das Comunidades realizou-se ainda uma visita à Sede da Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba para que os participantes pudessem conhecer e/ou rever os artesanatos produzidos pela comunidade e realizar o intercâmbio cultural.

Colégio Marista e o Projeto Artesanias Caiçaras

Outro ator considerado como importante para o trabalho de resgate e valorização cultural do litoral do Paraná é o Colégio Marista de Guaraqueçaba, representado por seu Coordenador Pedagógico que, em parceria com o Setor de Educação da UFPR, promoveu com os jovens da comunidade um curso para captação de técnicas artesanais locais a partir da fotografia capturada com celular, o qual foi intitulado como Artesanias Caiçaras.

O curso obteve como resultado mais de mil fotografias que retratam 25 técnicas artesanais locais que vão desde a produção da coxinha de siri até a confecção da rabeca, instrumento tradicional utilizado no Fandango Caiçara.

Mutirão Mais Cultura na Ilha de Superagui

Na Ilha de Superagui, que já foi palco de ações da ITCP UFPR em outros projetos de extensão, o diálogo para apresentação do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR e realização das ações envolveu: a Associação Cristã de Mulheres, o Grupo de Fandango Raízes fandangueiras e a Associação de Moradores da Ilha de Superagui, além do diálogo com outros atores da Ilha como proprietários de pousadas e restaurantes, pescadores e os moradores locais.

As conversas apontaram para a participação e contribuição da comunidade de maneira geral para o fortalecimento, o resgate e a valorização da cultura local e apoio à equipe executora das ações, principalmente no que se refere ao fandango na Ilha de Superagui, visto que, conforme os relatos da comunidade, não há mais pessoas que toquem fandango na Ilha de Superagui, tendo a necessidade da vinda de fandangueiros e mestres fandangueiros de outras localidades.

Outras demandas identificadas referentes ao fandango na Ilha de Superagui são a obtenção de um espaço físico para que o grupo possa ensaiar e se encontrar, a necessidade de formalização do grupo de Fandango e a possibilidade da vinda de um mestre fandangueiro que ensine os mais jovens a tocar para que a cultura fandangueira permaneça viva na localidade.

Intercâmbio cultural em Superagui — Giro de Estudos Brasil-Chile

A experiência Giro de estudos Brasil-Chile teve sua primeira edição durante a realização das ações do projeto Economia Solidária e turismo, tendo no ano de 2018 sua nona edição.

Ela acontece a partir de uma parceria com o colégio Cervantino localizado em Putaendo no Chile, na qual estudantes do ensino médio têm a oportunidade de fazer uma viagem de finalização de curso para o Brasil. O grupo varia

de vinte e cinco a trinta pessoas contando com dois ou três professores que acompanham os alunos. Entre o roteiro estão inclusas cidades do Sul do Brasil como Florianópolis e Curitiba, incluindo uma visita à Ilha de Superagui no litoral paranaense.

A ITCP promove uma mediação entre os estudantes e os moradores da ilha, facilitando a comunicação por conta da barreira linguística. A visita proporciona uma experiência internacional e interdisciplinar para os bolsistas da ITCP, onde pode-se acompanhar o fenômeno do turismo, sua estruturação, realização e possíveis problemáticas a serem resolvidas, visto que os bolsistas deslocam-se junto com os chilenos.

Além de agregar conhecimento de forma interativa aos estudantes em questão, que interagem a todo momento com a natureza e comunidade local, eles participam de uma experiência de turismo de base comunitária na comunidade, que utiliza serviços locais e gera renda para as famílias residentes na Ilha.

Algumas considerações sobre a extensão universitária e sobre a experiência no Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR

A extensão universitária consiste em um elemento importante, senão o mais importante, do tripé ensino, pesquisa e extensão, por propiciar a articulação entre as três vertentes e possibilitar vivenciar na realidade aquilo que se aprende em sala de aula. Por outro lado, a partir da extensão, a realização da pesquisa é estimulada, retroalimentando o tripé.

A ITCP UFPR, enquanto um programa de extensão universitária, se apresenta como fundamental para a formação acadêmica, por proporcionar ao estudante vivenciar a realidade e refletir sobre ela a partir do que se aprendeu em sala de aula, fato que em alguns casos não seria possível.

Observa-se que a ITCP UFPR se apresenta enquanto ator importante no que se refere ao desenvolvimento local e territorial comunitário no Município de Guaraqueçaba e na Ilha de Superagui, principalmente no que se refere à organização comunitária e articulação dos atores no território.

Nesse sentido, a experiência obtida a partir do projeto de extensão universitária Mutirão Mais Cultura na UFPR proporcionou o conhecimento de um mundo novo, o mundo da cultura do Litoral do Paraná. Foi possível dialogar com representantes das comunidades e aprender com eles sobre suas histórias, conhecimentos, experiências e sobre como eles gostariam que suas culturas fossem perpetuadas.

Uma lição apreendida com a extensão é a do respeito e da valorização dos diferentes saberes. De que não existe um saber mais importante que outro, mas que todos têm sua importância.

Diálogos e interseções no Projeto Mutirão

Parte 3

Capítulo 7

INTERCÂMBIOS: PRODUZINDO MEMÓRIAS NO LITORAL DO PARANÁ

Prof.ª M.e Beatriz Cabral
Prof.ª D.ra Ana Josefina Ferrari

Foram realizados quatro intercâmbios entre as comunidades. Eles iniciaram-se com as reuniões propiciadas entre as Comunidades no MAE, em Antonina e em Matinhos. Ao todo foram realizadas 5 reuniões gerais nas quais todas as comunidades participantes do projeto discutiram sobre o Mutirão e seus diferentes caminhos. A partir destas reuniões foram organizados diferentes intercâmbios que consistiram na visita de uma comunidade na outra com um objetivo comum: conhecer a realidade do outro e (re)conhecer a própria realidade e seus alcances, práticas e costumes, a partir de uma flexão sobre si e (re) flexão sobre o outro. A metodologia utilizada nestes intercâmbios foi o diálogo participativo. Cada comunidade preparou o encontro com total liberdade e o projeto Mutirão deu suporte estrutural para estes acontecimentos.

PRIMEIRO INTERCÂMBIO

Um momento que podemos considerar fundamental para estas atividades foi o Encontro de Comunidades na cidade de Antonina que ocorreu durante o festival de Antonina de 16 a 23 de julho de 2016. Nesta oportunidade, comunidades caiçaras de Guaratuba, comunidades Guarani de todo o litoral e comunidades quilombolas de Guaraqueçaba se reuniram e apresentaram com ênfase este desejo de conhecer de perto a realidade dos colegas de projeto.

Deste modo, o primeiro intercâmbio aconteceu entre a comunidade quilombola de Batuva e a comunidade M´bya Guarani de Kuaray Haxá. Os quilombolas manifestaram o interesse de conhecer a comunidade M´bya já que, embora no mesmo município, nunca um tinha ido na comunidade do outro. Este olhar sem chegar perto fez com que, ao longo dos anos, se gerasse uma grande curiosidade por conhecer o modo de vida e as práticas culturais do outro. Já na conversa entre eles em Antonina, o bom humor e a parceria se estabeleceram entre quilombolas e guaranis.

Em um dia chuvoso de setembro de 2016 os integrantes da Comunidade quilombola de Batuva e Rio Verde se deslocaram até a Kuaray Haxá no limite do município de Guaraqueçaba com Antonina. O cacique Rivelino recebeu o Prof. Ilton Gonçalves, seu filho maior Valdemar e seu tio Prof. Antônio Gonçalves. A equipe da TV da UFPR realizou as entrevistas e, após os depoimentos gravados, foi servido um farto almoço. O mate e a conversa rolaram soltos e, entre a fumaça que soltavam os *petynguá* guaranis, se encontraram em muitas das dificuldades comuns, que um sofria e eram semelhantes às do outro, por exemplo o cultivo das terras e as condições como eram tratados pelas instituições. Outras das coincidências entre eles foram as receitas de comidas típicas. Muitas receitas que os guarani preparam, os quilombolas também, como por exemplo o *biju* que consiste em uma massa de farinha de mandioca com água cozida na brasa. A única diferença entre as receitas é que, algumas vezes, os guaraní cozinham em troços de bambu e os quilombolas em folhas de bananeira.

Para finalizar o encontro, o cacique e outros membros da comunidade tocaram músicas para os quilombolas. O dia transcorreu em uma alegria regada de abundante chuva e muita risada.

SEGUNDO INTERCÂMBIO

O segundo intercâmbio realizado foi entre a comunidade quilombola de Batuva e as comunidades caiçaras de Guaratuba. O Prof. Ilton Gonçalves, o Prof. Antônio e Valdemar foram recebidos com afeto e puderam ouvir dos colegas suas experiências no desenvolvimento do Projeto de Turismo de base Comunitária coordenado pela Profa. Beatriz Cabral. Eles foram per-

correndo as diferentes propostas pelo bairro de Cabaraquara, iniciando na casa do Sr. Haroldo, continuando nas farinheiras e finalizando na fazenda de ostras do Sr. Belém. Novamente a alegria tomou conta e as experiências sobre a confecção de canoas e a feitura de farinha foram o eixo das conversas. Já Seu Belém ensinou a delícia das ostras e seu plantio, uma experiência totalmente nova para os quilombolas. Fechou-se a tarde aprendendo a comer ostras *in natura* direto do produtor. O resultado foi surpreendente. Os professores convidaram os membros das comunidades de Cabaraquara a conhecer sua comunidade.

Após esta reunião, os membros da comunidade quilombola relataram sua experiência em Batuva e a partir deste momento surgiu, nos quilombolas, o interesse de participar do projeto coordenado pela Profa. Beatriz.

Fonte: As autoras.

TERCEIRO INTERCÂMBIO

O terceiro intercâmbio aconteceu nos dias 18 e 19 de setembro de 2017. No mesmo, as comunidades de Cabaraquara visitaram a Comunidade quilombola de Batuva.

Foi o primeiro encontro do curso de extensão Anfitriões de Batuva, coordenado por duas docentes: Ana Josefina Ferrari e Beatriz Cabral, com o apoio dos estudantes dos projetos de extensão a elas vinculados.

Com o objetivo de propiciar o diálogo entre os moradores de Batuva com pessoas que já estão envolvidas em proposta de turismo de base familiar

no litoral, o encontro contou com a presença de representantes do Grupo Guarapés, constituído por pessoas que participaram do curso de extensão Anfitriões da Baía de Guaratuba em 2016, vinculado ao projeto de extensão Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão do turismo de base familiar da Baía de Guaratuba.

Inicialmente, foi realizada roda de conversa sobre o papel do anfitrião; apresentação de conceitos básicos sobre turismo e da importância da organização comunitária para que o turismo ocorra. Em seguida o grupo de Batuva conduziu o grupo de Guaratuba em uma caminhada até o marco da divisa entre o estado do Paraná e São Paulo. Nesta ocasião, os moradores de Batuva apresentaram histórias da cultura quilombola e relatos de como vivem e o que produzem, como por exemplo arroz, pupunha, banana, bala de banana, banana desidratada, farinha de mandioca, hortaliças, alguns artefatos de cipó, entre outros, seguindo pelo caminho de mata, belas paisagens e quedas d'água.

A segunda atividade foi uma dinâmica de grupo onde foram formadas duplas entre as duas comunidades, o integrante quilombola tinha os olhos vendados e sua dupla era responsável por guiá-lo por um pequeno trajeto, a dinâmica fazia parte da capacitação e tinha o objetivo de provocar a reflexão a respeito da importância do guia.

As refeições foram preparadas no local por mulheres da comunidade com suas tradições quilombola, no fogão a lenha e com ingredientes da região, café coado com caldo de cana, bolo de aipim, cuscuz de arroz, pão caseiro, bala de banana, insumos produzidos na comunidade.

No dia seguinte, dia 19, o grupo realizou a atividade Nossa Cultura nossa comunidade, em que os moradores tiveram que organizar atividades na comunidade, de valorização cultural e interação com os visitantes de Guaratuba. Para tanto, o grupo foi dividido em duas equipes, uma delas participou de atividades na roça e a outra realizou caminhada por trilha da comunidade.

Na roça, acompanhado pelos irmãos Sr. João e Sr. Antônio, nascidos e criados na comunidade, o grupo realizou atividade de preparo da terra para plantio, podendo ter proximidade com a rotina da agricultura local, orientado pelo saber quilombola e acompanhado de muitas histórias e causos relatados pelos irmãos.

Parte do grupo optou por realizar atividade de trilha, acompanhado por Waldemar, morador de Batuva, até os locais onde eles praticam a roça, passando por morros da comunidade, de onde foi possível ter uma vista panorâmica da região.

Voltando das atividades do turno da manhã, o grupo pôde aprender todo o processo do preparo do caldo de cana, cortando a cana, raspando sua casca, extraindo o caldo no moedor manual, caldo esse que acompanhou o almoço tradicional com os ingredientes da comunidade: galinha caipira, paca (carne de caça), ensopado de peixe com banana verde, lambari frito, salada de pupunha, alface, arroz com torresmo, suco de limão, farinha de mandioca, feijão preto.

No período da tarde, o Sr. Ilton realizou a atividade: tecendo palhas no modo antigo, em que compartilhou as técnicas de preparo de telhados trançados de palhas herdadas de seus pais, ensinou todo grupo sobre a palha da região adequada para esse fim, chamada de Guaricana, seu período de colheita — sempre na lua minguante para que a palha não crie fungos — e as técnicas de trançado para um telhado sem goteira com duração aproximada de dez anos, com possibilidade de dobrar essa duração caso trate o telhado depois de pronto com fumaça de fogueira ou fogão a lenha na parte interna da casa, criando uma camada escura da fumaça no telhado garantindo maior durabilidade.

Ao final da tarde foi realizado fechamento do encontro, em que foi apresentado um vídeo sobre a comunidade quilombola de Ivaporonduva (SP), onde ocorre ações de turismo comunitário desenvolvido, seguido de roda de conversas em que as pessoas manifestaram sua opinião sobre o encontro, que foi avaliado como satisfatório por todos ali presentes.

Considera-se que a aproximação entre o Grupo Guarapés e pessoas de Batuva possibilitou a troca de experiências e perspectivas sobre o turismo comunitário, na medida em que as pessoas de Guaratuba já tiveram esta formação com o projeto de extensão e possuem experiência em receber visitantes. Conforme relatos dos moradores de Batuva, a participação deles nesta atividade propiciou a reflexão e valorização de práticas culturais associadas ao grupo. Todos relataram o sentimento de satisfação com a atividade.

Em termos quantitativos, a atividade propiciou a realização de três refeições que valorizam a culinária da comunidade quilombola, a organização de 04 atividades por parte dos anfitriões, as quais poderão ser configuradas em atrativos turísticos; possibilitou a experiência de hospedagem familiar de cerca de 13 pessoas, em casa dos moradores da comunidade.

Após a primeira etapa do curso de Anfitriões de Batuva, outros encontros deverão ser realizados para que o processo formativo seja continuado. Considera-se que a estratégia de possibilitar a formação das pessoas de Batuva através do encontro com outro grupo comunitário foi bastante enriquecedora, pois possibilitou que o diálogo entre eles ocorresse de forma horizontal; além de propiciar a valorização do conhecimento de ambos os grupos, seja daqueles que foram anfitriões e propuseram atividades que valorizam sua cultura e território, como daqueles que partilharam com os anfitriões seus conhecimentos e experiências sobre turismo de base familiar.

Fonte: As autoras.

MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO JACUPIRANGA
PARQUE ESTADUAL
LAGAMAR DE CANANÉIA
TRILHA DO TELÉGRAFO
Proibida a passagem de veículos motorizados

adidas

QUILOMBOLA

Fonte: As autoras.

QUARTO INTERCÂMBIO

O quarto intercâmbio foi realizado na Comunidade quilombola de Mandira, uma comunidade que pratica o turismo de base comunitária faz 15 anos, nos dias 02 e 03 de outubro de 2017. Os integrantes do grupo Guarapés e as comunidades do Cabaraquara, Antonina e Paranaguá participaram da visita técnica à Reserva Extrativista do Mandira e Ilha do Cardoso em São Paulo, coordenada por duas docentes: Ana Josefina Ferrari e Beatriz Cabral, com o apoio de três bolsistas dos projetos de extensão.

Tendo o objetivo de propiciar o contato e o diálogo entre os moradores de Cananeia com pessoas que já estão envolvidas em proposta de turismo de base familiar no litoral, o encontro contou com a presença de representantes do Grupo Guarapés, constituído por pessoas que participaram do curso de extensão Anfitriões da Baía de Guaratuba em 2016, vinculado ao projeto de extensão Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão do turismo de base familiar da Baía de Guaratuba, e com alguns integrantes das comunidades locais do litoral paranaense.

Ao chegarmos à comunidade de Mandira (SP), no dia 02 de outubro, fomos informados sobre as peculiaridades da comunidade, por estar inserida, em partes, em Reserva Extrativista do Mandira, a qual é uma Unidade de

Conservação da Natureza de Uso Sustentável, e ainda em Comunidade remanescente de Quilombo. Na porção aquática onde está situada a Reserva Extrativista do Mandira é praticado o manejo sustentável da ostra nativa *Crassostrea brasiliana* e, desde 2004, o turismo de base comunitária, como renda complementar.

Em palestra proferida por Francisco Mandira, com o apoio de outros integrantes da comunidade, foram apresentados o local e o modo de cultivo da ostra nativa, apreciada pelos participantes do grupo pela novidade nas técnicas de manejo das ostras.

No período da tarde foi realizada oficina, sob responsabilidade de ministrantes do grupo Cheiro do Mato, de produção de sabonetes artesanais elaborados com óleos, plantas e glicerina. Ao final, cada participante recebeu uma amostra dos sabonetes confeccionados.

A seguir foi realizada visita a uma antiga ruína construída por antigos escravos e que revela importantes aspectos históricos da comunidade. No final da tarde, foi realizada roda de conversa para relatos sobre os resultados das atividades desenvolvidas durante o dia. Todos alegaram que ficaram satisfeitos e que a visita foi muito proveitosa para o intercâmbio cultural.

No outro dia, 03, seguimos de barco em direção ao Parque Estadual Ilha do Cardoso que fica a aproximadamente 67 km de Cananeia, para realizar visitação à unidade de conservação estadual, para contato com condutores de turismo que possuem experiência com a cultura e modo de turismo comunitário vivido na região. O grupo pôde explorar parte da ilha onde foi construída uma sede para ser usada pela comunidade, mas que foi interditada por não estar de acordo com as normas de segurança e estruturas apropriadas para o local.

A ilha atualmente é habitada por aproximadamente 400 pessoas, incluindo uma tribo indígena.

Seguimos até um restaurante que é dirigido por 5 irmãos, dos quais 2 eram nossos guias, e nos foi apresentado outro tipo de cerco de pesca que é utilizado para captura de peixes sem a necessidade de uso direto de redes, pudemos aprender como armar o cerco com a visualização de uma maquete elaborada pelos caiçaras locais.

Finalizamos as atividades com o retorno de barco de volta ao continente.

RESULTADOS OBTIDOS (IMPACTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA AÇÃO REALIZADA)

A vivência foi muito positiva para o Grupo Guarapés e integrantes de outras comunidades que puderam participar. Visto que o grupo esteve recentemente participando de outra visita técnica, houve muito aproveitamento por parte de todos já que estavam empenhados em absorver o máximo de informações nas trocas de saberes e conhecimentos. Os relatos dos moradores de Cananeia e da Ilha do Cardoso também mostraram ser de grande importância esse contato entre as comunidades que praticam o turismo de base comunitária e das atividades tradicionais da região e do seu povo.

Em termos quantitativos, a atividade conteve 3 refeições que integraram os saberes locais, valorizaram a culinária da comunidade quilombola e fortaleceram os elos entre o passado e presente, trazendo o fortalecimento dessa ligação. Fortalecemos também o comércio local, ficando hospedados em uma pousada em Cananeia com todos os trinta e cinco integrantes do nosso grupo.

As atividades foram de grande efeito para todos os envolvidos, pois pode aproximar modos de vida semelhantes com histórias diferentes de forma horizontal com muito respeito de ambas as comunidades do litoral paranaense e paulistano.

FOTO 1 — RODA DE CONVERSA SOBRE HISTÓRIA DA COMUNIDADE E RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA

Fonte: As autoras.

FOTO 2 — FALA DE UM DOS ANFITRIÕES

Fonte: As autoras.

FOTO 3 — OFICINA DE PRODUTOS ARTESANAIS

Fonte: As autoras.

FOTO 4 — INTERAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E O PROJETO MUTIRÃO MAIS CULTURA

Fonte: As autoras.

FOTO 5 — VISITA DOS ANFITRIÕES E GRUPO GUARAPÉS À RUÍNA PRÓXIMA AO QUILOMBO

Fonte: As autoras.

FOTO 6 — RUÍNA

Fonte: As autoras.

FOTO 7 — OFICINA DE CONFECÇÃO DE SABONETES

Fonte: As autoras.

Capítulo 8

O MAPA COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS NO LITORAL DO PARANÁ

Nadyne Nikole Westephalen Matos
Rogério Reis Palacio
Sidney Vincent de Paul VIKOU

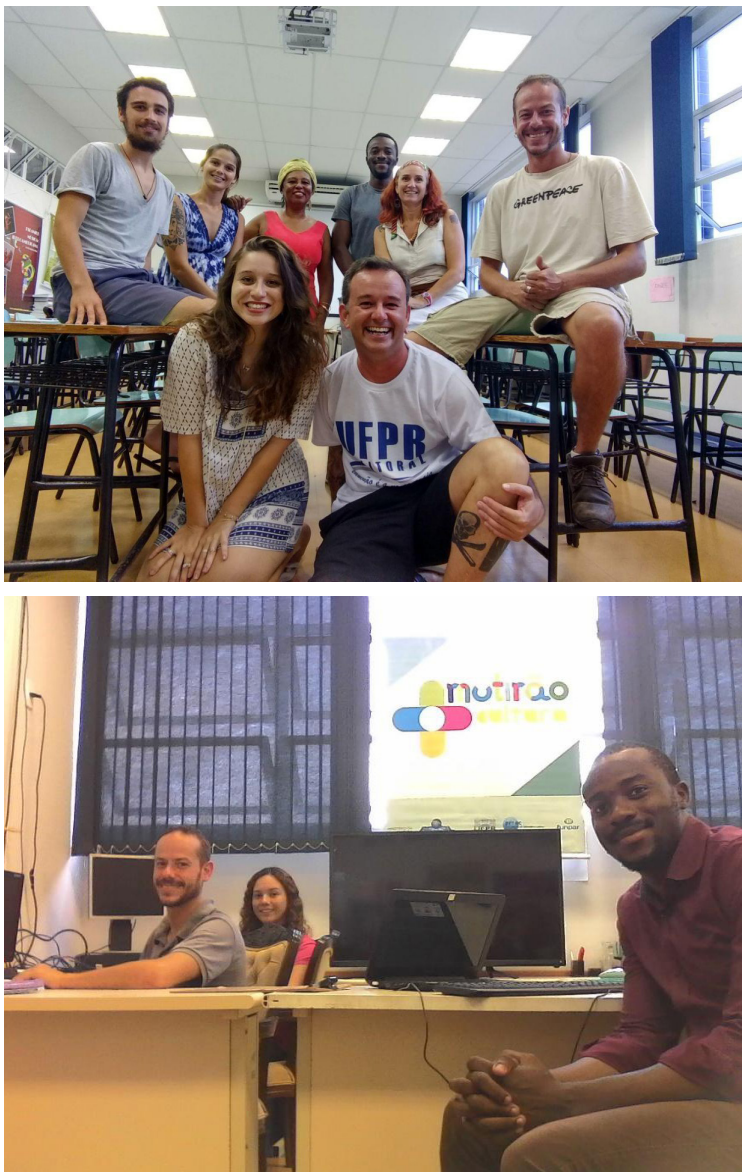
O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Eixo 4 (Diversidade Artístico-Cultural) cujo um dos objetivos é identificar as expressões culturais e artísticas do Litoral do Paraná, em especial nas comunidades subalternizadas, com a finalidade de mapear o patrimônio material e imaterial e as necessidades culturais, isso a partir dos atores sociais.

Para o desenvolvimento das ações referentes a este eixo, a equipe a ser futuramente formada teria como principal objetivo trabalhar com o Geoprocessamento dentro do projeto. Por Geoprocessamento entende-se, conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):

> Conjunto de tecnologias voltadas a coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico. As atividades envolvendo o geoprocessamento são executadas por sistemas específicos mais comumente chamados de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Um Sistema de geoprocessamento é o destinado ao processamento de dados referenciados geograficamente (ou georeferenciados), desde a sua coleta até a geração de saídas na forma de mapas convencionais, relatórios, arquivos digitais etc.; devendo prever recursos para sua estocagem, gerenciamento, manipulação e análise (INPE, 2010, p. 3).

As nossas atividades se iniciaram pela apresentação da equipe de Geoprocessamento ao conjunto dos demais membros do projeto que já atuavam dentro do eixo 4. No decorrer deste encontro, os membros que já estavam participando do projeto apresentaram os trabalhos que estavam desenvolvendo, bem como os resultados obtidos. Essa reunião foi muito importante por ter permitido um entrosamento e aclimatação melhores com os demais colegas com quem atuaríamos conjuntamente e uma apresentação mesmo que breve de como o Geoprocessamento contribuiria para o alcance dos objetivos.

FOTO — REUNIÕES DA EQUIPE



Fonte: Os autores.

Na sequência, junto com os membros da equipe, estabelecemos, de comum acordo, quais seriam os termos e compromissos para a realização das atividades, definindo assim como tarefa a criação de uma plataforma para o armazenamento e alimentação da base de dados, bem como para a comunicação com colaboradores internos e externos (por meio do uso da ferramenta do Google Drive). Foi realizada a construção das grandes linhas de planejamento das atividades, a metodologia a ser adotada e, posteriormente, a forma de desenvolvimento das atividades, assim como o conjunto dos materiais a serem usados nas ações. De forma sintética, as atividades desenvolvidas pela equipe articularam-se em:

- Levantar dados e informações a serem mapeados;
- Editar e disponibilizar os dados coletados;
- Realizar visitas a campo com o intuito de realizar o mapeamento das práticas culturais nas comunidades;
- Elaborar mapas temáticos de acordo com a demanda do Projeto.

Para fim de seguir um caminho metodológico para o alcance dos resultados esperados, as nossas ações foram realizadas a partir de três etapas complementares: levantamento bibliográfico (Etapa 1), coleta e sistematização de dados cartográficos (Etapa 2), tratamento e confecção de produtos cartográficos (Etapa 3). O levantamento bibliográfico realizado identificou trabalhos, dentre os quais artigos, dissertações e teses desenvolvidos por professores e pesquisadores sobre os mais variados temas ligados às práticas culturais do litoral paranaense. Para realização da coleta, iniciamos uma pesquisa dos programas e projetos de extensão existentes no Setor Litoral da UFPR, a fim de compartilhar os materiais/dados que apresentassem informações sobre as atividades culturais desenvolvidas no litoral do Paraná. Após a pesquisa e análise dos projetos, a equipe entrou em contato (tanto pessoalmente como por meio de e-mail) com os coordenadores dos seus respectivos projetos com o objetivo de apresentar o projeto Mutirão Mais Cultura e para possível compartilhamento dos materiais produzidos pelos mesmos. Além desses, a equipe entrou em contato com outros professores que já tiveram produções acadêmicas sobre a região sem necessariamente serem coordenadores de projetos de extensão.

Conforme apresentado de forma resumida no quadro a seguir, dentro dos materiais coletados e utilizados para os mapeamentos, pode-se enumerar os dados obtidos através de projetos ligados à Universidade Federal do Paraná, como o Projeto SIG Matinhos (2015) do Professor Ricardo Rodrigues Monteiro, Farinheiras (2009), Cultimar (2005), e os demais Eixos do Projeto Mutirão (Eixos 1 e 8). Foram realizadas duas reuniões com a equipe do NEPTUR do Projeto Turismo de Base Comunitário Guarapés. Nessas, foram debatidas quais categorias de atividades culturais seriam mapeadas, a forma de apresentação dos mapas (modelo acadêmico, turístico, interativo) além do compartilhamento de materiais já produzidos pela equipe.

TABELA 1 — ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE E REFERÊNCIAS

Contato/Professores/Fontes	Tipo de dado	Detalhamento
RICARDO MONTEIRO	Arquivos vetoriais- base cartográfica do litoral do Paraná	Hidrografia Rede viária Municípios Litoral Arruamento (Matinhos, Guaratuba, Paranaguá, Pontal) Sambaquis Unidades de conservação Trilhas (Salto Paraty; Ilha do Mel) População Litoral 2010 Áreas Indígenas no Litoral Área Indígena Não Demarcada Fitogeografia
MARCOS LUIZ FILIPPIM		A Invenção De Uma Tradição Carnavalesca: O Carnaval De Matinhos — Paraná (Brasil) sob A Perspectiva Dos Organizadores
MARCOS GERNET	Fotografias	Fotografias antigas (Litoral)
VALDIR FRIGO DENARDIN	Artigo/ localização das farinheiras	Agroindústria familiar no Litoral paranaense: o caso das casas de farinha

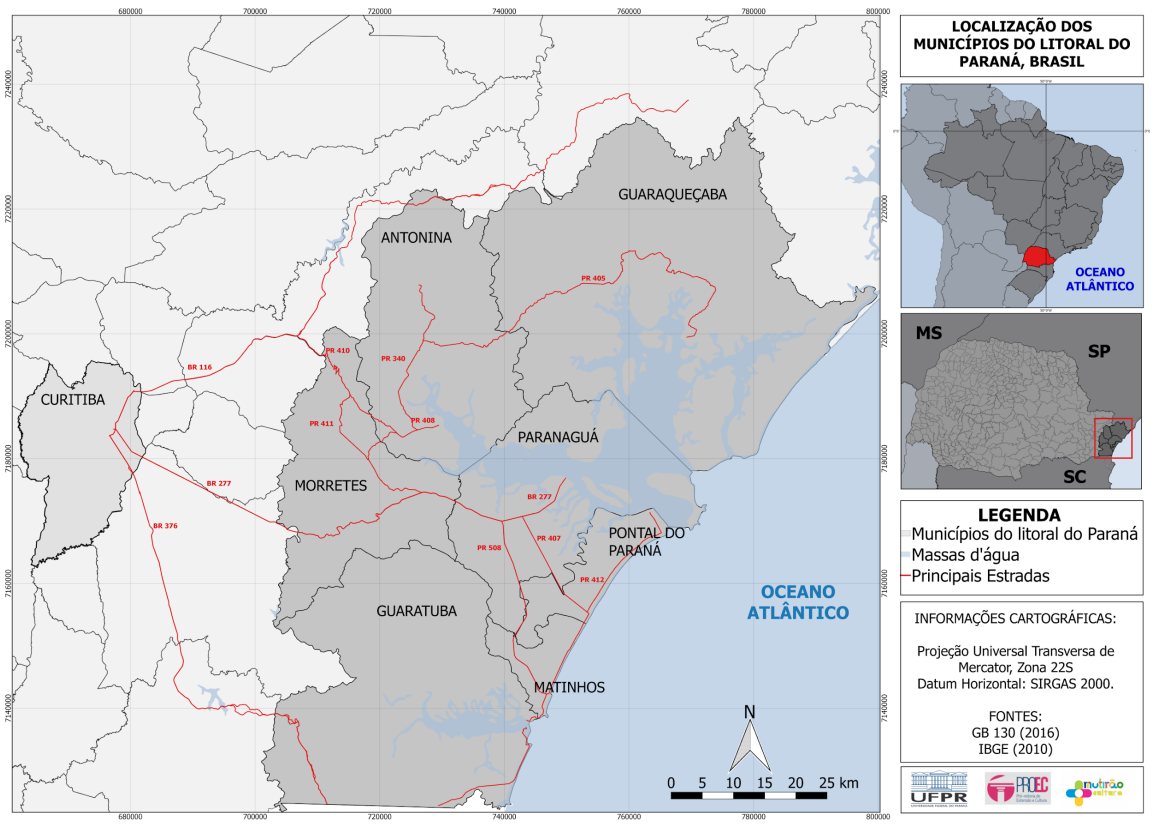
MARCIA ROSATO	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR)	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR)
EDUARDO HARDER	Tese	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS NO BRASIL E OS SENTIDOS DE UMA PERSPECTIVA PATRIMONIAL
DEISE CRISTINA DE LIMA PICANÇO	Pontos de coleta	Capelas Estandartes Fotografias
LAURA NAWA	Pontos de coleta	Aldeias Fotografias
BRUNA PORTELA	Acervo Cultura Popular MAE — Litoral PR	Artefatos
BEATRIZ CABRAL	Pontos de coleta	Comunidades de Guaraqueçaba, Paranaguá e Guaratuba

Fonte: Equipe do projeto.

Adicionalmente, recorreu-se a coleta de dados nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Terras, Cartografias e Geociências (ITCG), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ao Google Earth. As informações cartográficas coletadas nessas fontes auxiliaram também na produção dos mapas. Toda a parte cartográfica, seja edição, sobreposição de camadas, *layout*, entre outros foram realizados no *software* livre QGIS 2.18 Las Palmas junto com o uso do *software* livre GIMP 2.8 utilizado para auxiliar no *design* final dos mapas. Com o intuito tanto de averiguar os dados coletados como de estabelecer um contato maior com as comunidades envolvidas no projeto, foram realizadas visitas a campo junto com as comunidades (Comunidade Quilombola de Batuva). Visitas também foram realizadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE/UFPR), às secretarias municipais de Cultura (e/ou Turismo), bem como encontros com colaboradores externos ao projeto.

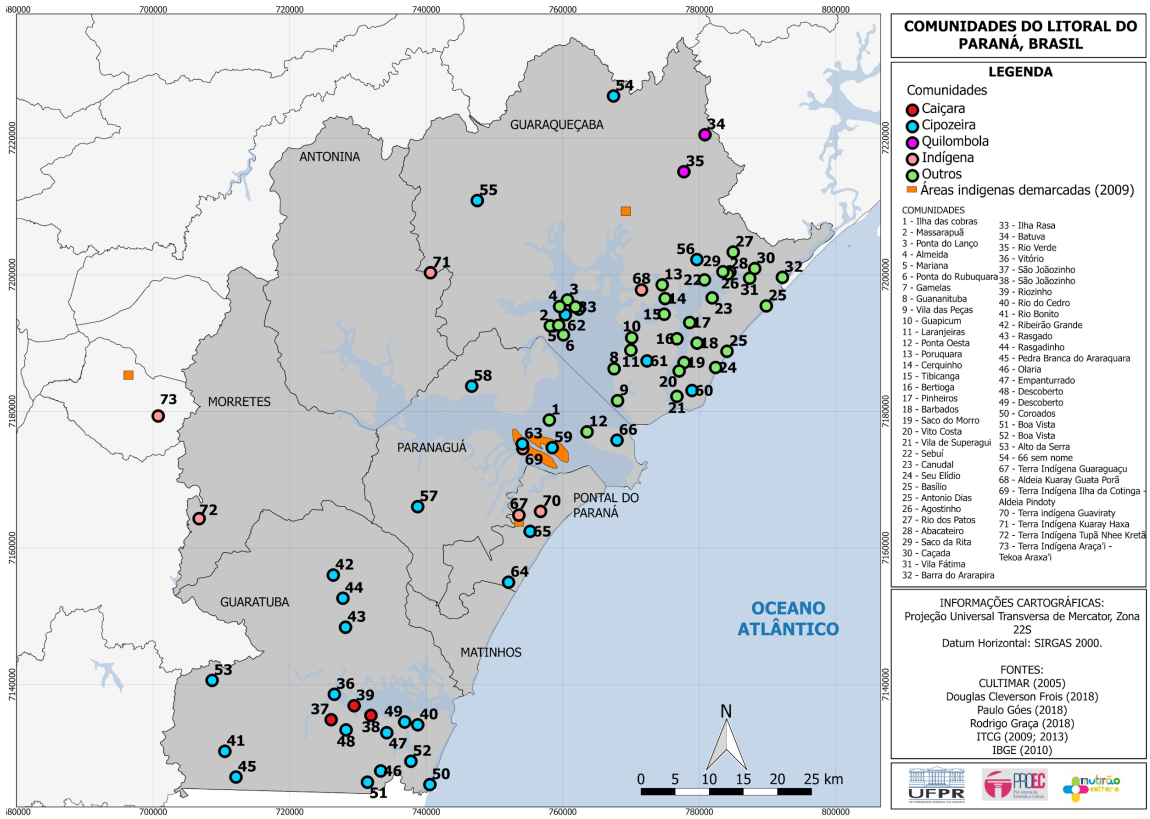
As atividades desenvolvidas contaram também com pesquisas sobre modelos de mapas-base e mapas interativos, entre outros, para identificar qual modelo poderia ser mais viável para as propostas de mapas. O conjunto de mapas confeccionados em um primeiro momento englobou:

Mapa 1 — Localização da área de desenvolvimento do projeto (os municípios do litoral do estado do Paraná)



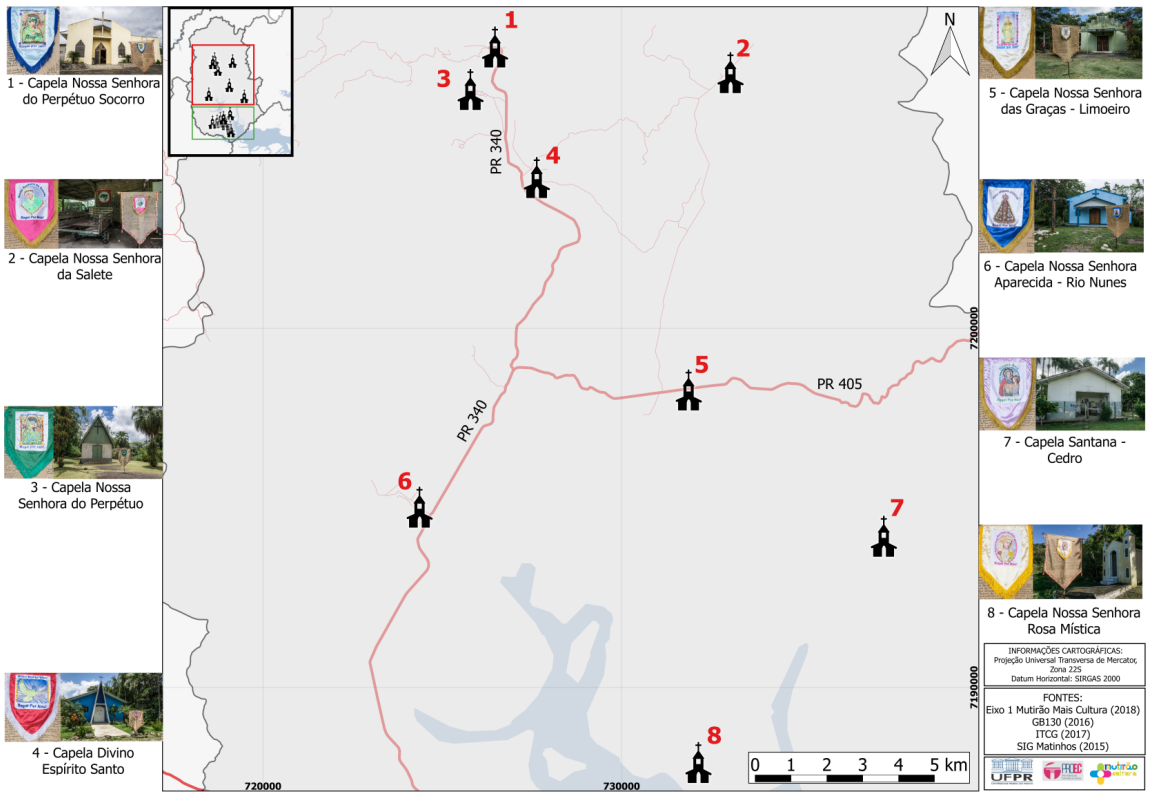
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 2 — Localização das comunidades tradicionais da região



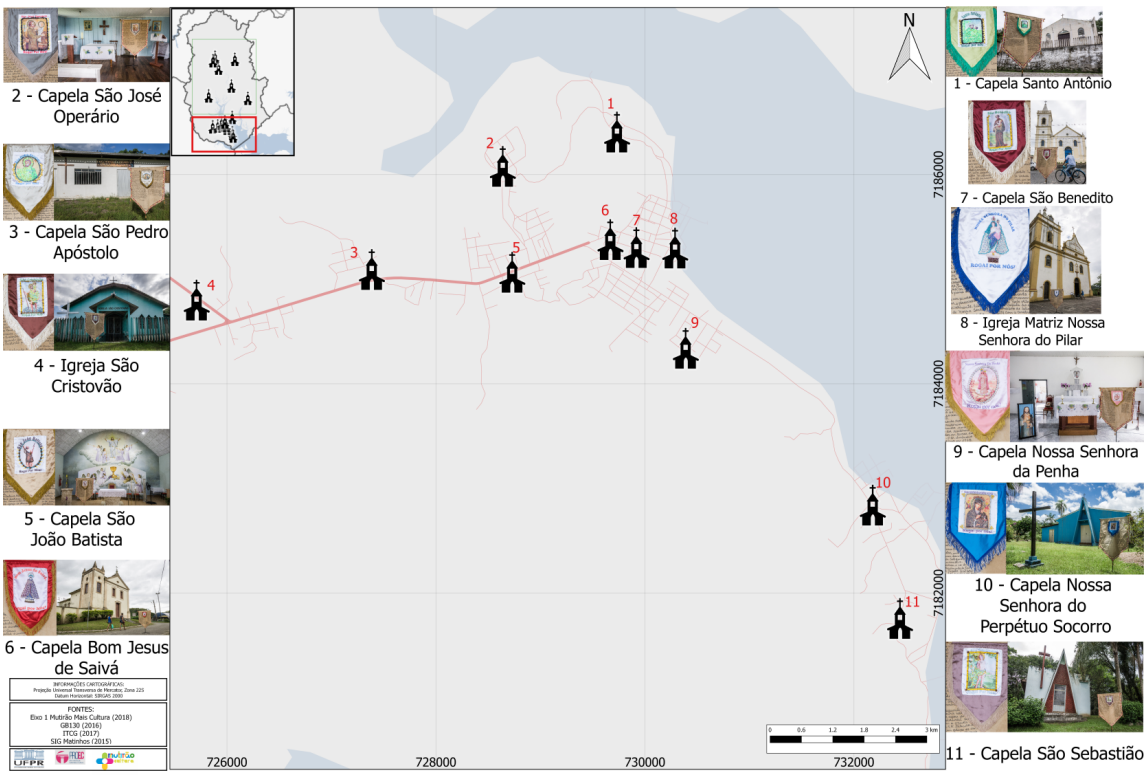
Fonte: ITCG.

Mapa 3 — Localização das capelas de Antonina que participam da Exposição “Rogai por Nós”



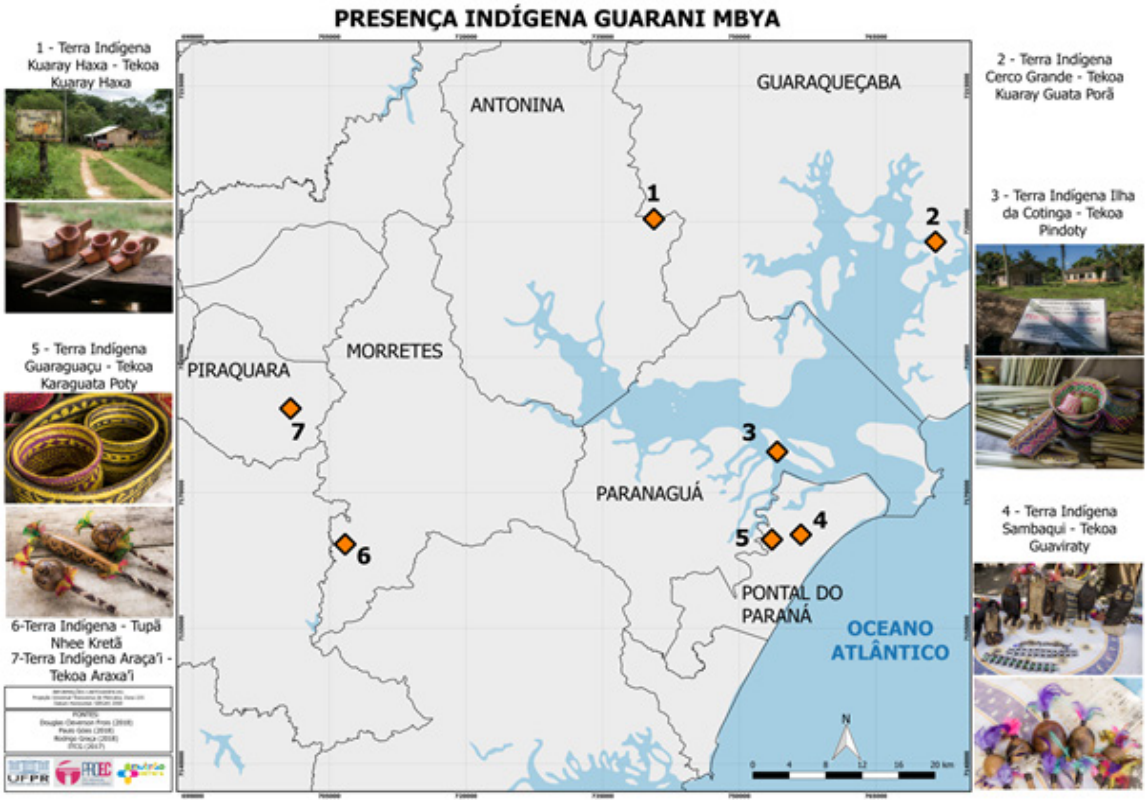
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 4 — Localização das Capelas da Exposição “Rogai por Nós” no Município de Antonina no Litoral do Paraná



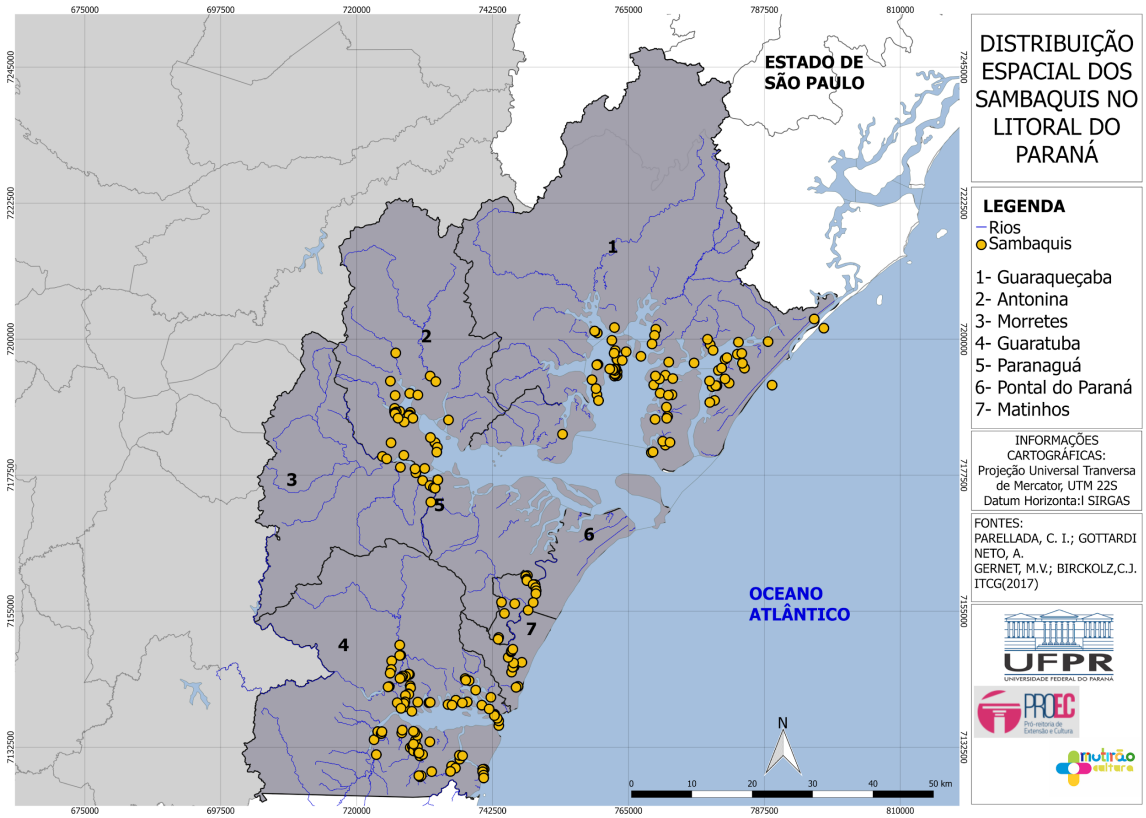
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 5 — Localização de Terras Indígenas



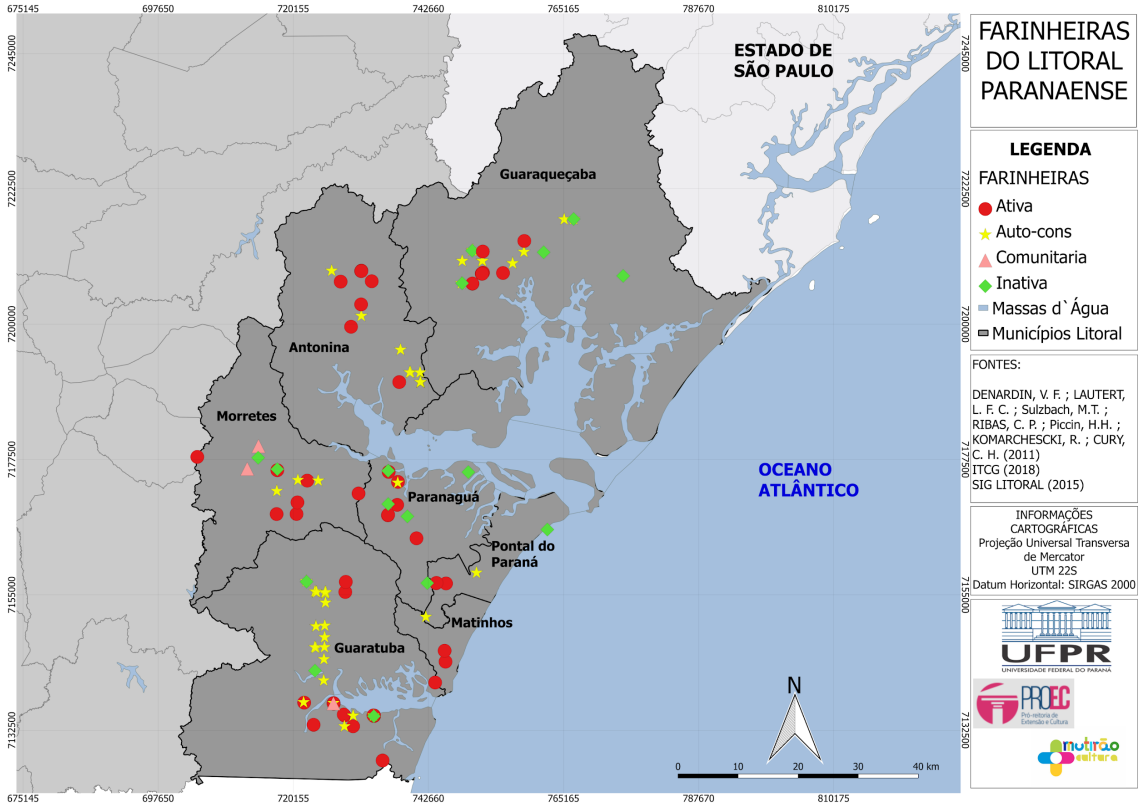
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 6 — Localização dos Sambaquis



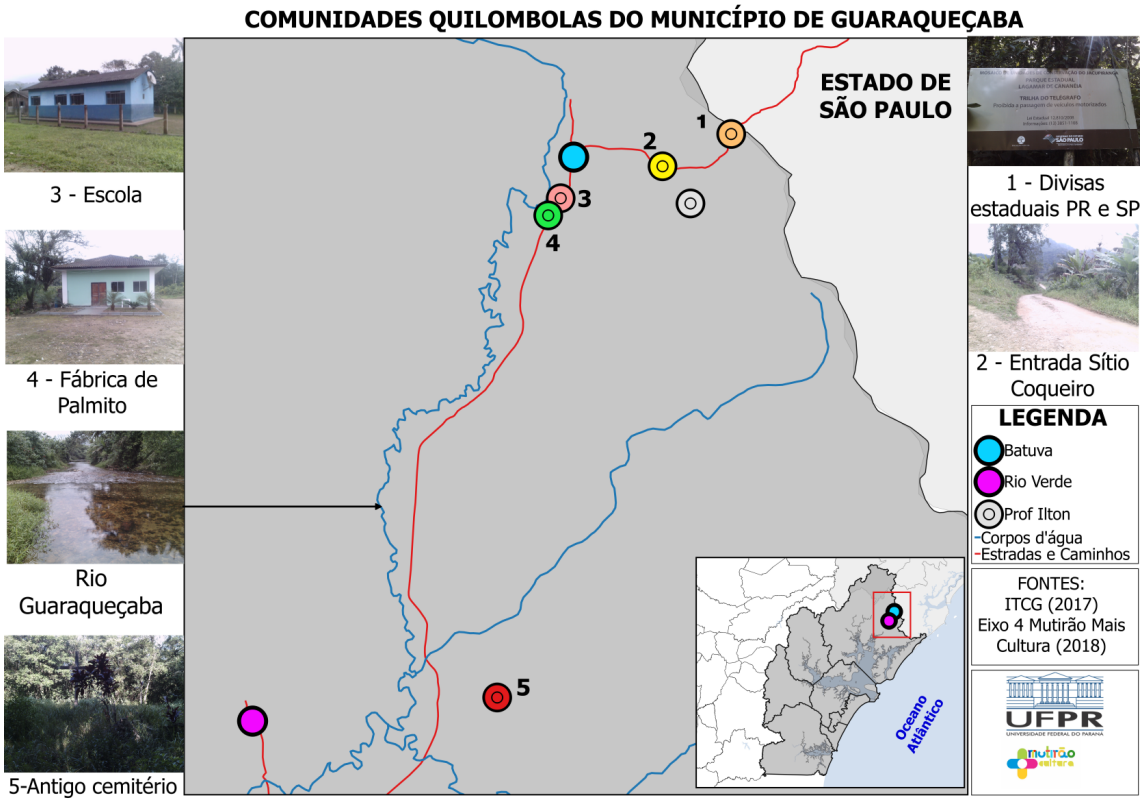
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 7 — Localização das Farinheiras



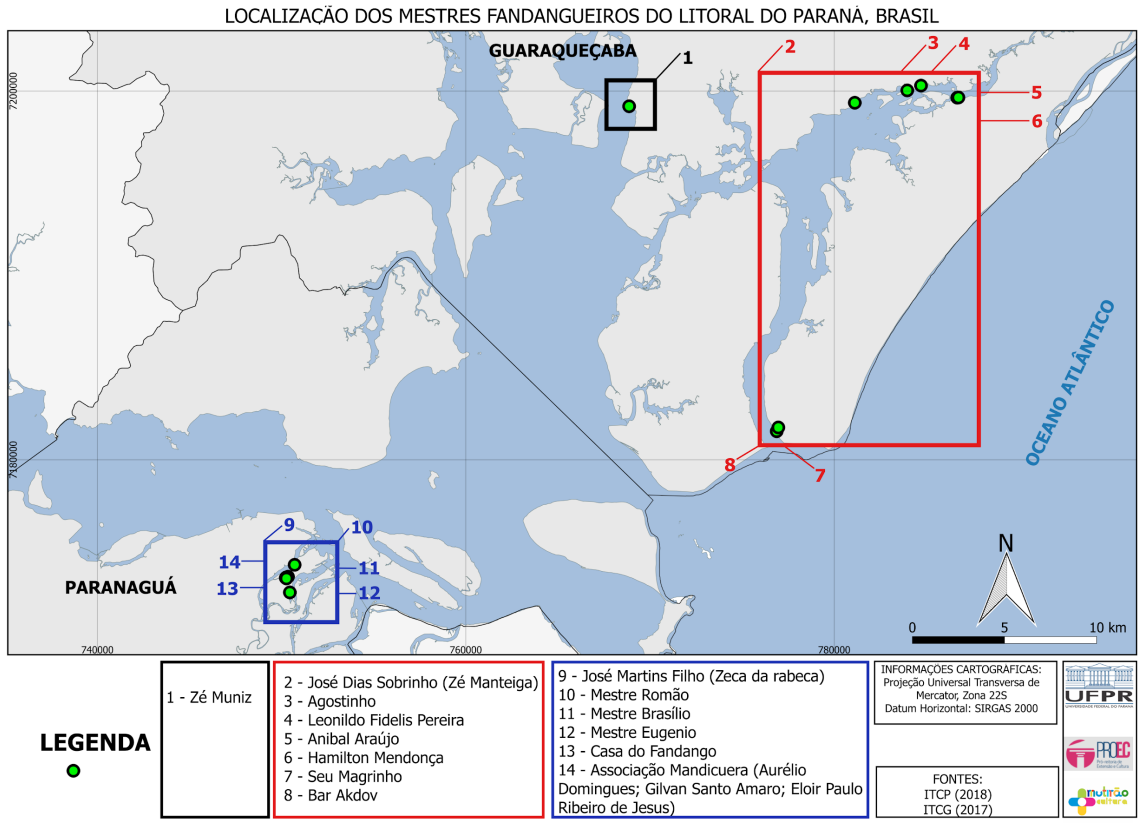
Fonte: Equipe do projeto.

Mapa 8 — Localização de Terras Quilombolas



Fonte: ITCG e equipe do projeto.

Mapa 9 — Localização do Fandango



Fonte: ITCG, ITCP e equipe do projeto.

É importante ressaltar que a organização e participação de reuniões também contribuíram para o desenvolvimento das nossas atividades. Não se pode descartar que nas reuniões com os colaboradores do projeto, vários foram os momentos de esclarecimentos, questionamentos e dúvidas no sentido de qual caminho percorrer para atingir da melhor maneira os resultados pré-estabelecidos pelas propostas de mapeamento. Por esse motivo, foi de grande importância a presença e participação de pessoas ligadas às comunidades e aos movimentos culturais dentro do litoral paranaense, que contribuíram para lapidar o conteúdo do nosso trabalho. E neste sentido, um destaque muito especial se sobressai no desenvolvimento do projeto e que está intimamente ligado à questão de colaboração e trabalho onde equipes multidisciplinares e conhecimentos de diversas áreas se integraram na tentativa de fomentar uma visão holística sobre a cultura do litoral do Paraná.

Em outras palavras, os encontros realizados no âmbito do projeto Mutirão Mais Cultura auxiliaram na integração e identificação dos demais participantes do projeto. A exemplo da reunião organizada no Setor Litoral, com todos os representantes dos diversos eixos que compõem o mencionado Projeto, nossa equipe conheceu pessoalmente os integrantes de cada eixo e soube um pouco mais sobre quais as pesquisas, desenvolvimento e resultados de cada eixo do Projeto. Da mesma forma, foram apresentadas as expectativas com o surgimento do projeto e quais os objetivos almejados pelos coordenadores, sendo assim nossa equipe pôde compreender as ações e demandas de cada linha de trabalho do projeto, pudemos perceber e trabalhar com a integração de cada eixo e sua equipe para com um objetivo em comum. Esse encontro favoreceu a aproximação das relações e melhor entendimento da interdependência que existe entre cada um dos nossos trabalhos, bem como a complementaridade das ações desenvolvidas por cada eixo.

O encontro contribuiu também para o estabelecimento de contatos da nossa equipe com os coordenadores e membros dos demais eixos, auxiliando assim na alimentação, compartilhamento de dados, materiais e experiências com os colaboradores e representantes de outros eixos. Foi por meio desta colaboração entre os eixos que foi possível realizar os mapas das capelas de Antonina e das terras indígenas localizadas no litoral.

Assim, através da participação no Projeto Mutirão Mais Cultura, pudemos ampliar a compreensão sobre as multidimensões culturais existentes nos territórios que compõem o riquíssimo litoral paranaense, para muito além do turismo sazonal. A breve passagem dentro de um projeto de extensão acadêmica foi de extrema importância e relevância, tanto pessoal quanto profissional, e para o amadurecimento sobre a complexidade e o reconhecimento das peculiaridades, singularidades e especificidades das multiculturas e dos diversos territórios tradicionais do litoral paranaense que se mantém “praticamente irreconhecíveis” perante o olhar dos representantes públicos e da sociedade civil em geral. Em comparativo com as dimensões territoriais do nosso país, o litoral do Paraná representa insignificante tamanho, porém dentro desse “pequeno espaço” é enorme a diversidade ambiental, cultural e social, onde ainda resistem comunidades e culturas tradicionais seculares, que, se não reconhecidas e incentivadas ainda correm o risco de desaparece-

rem em meio a homogeneização cultural ocidental contemporânea. Projetos como o Mutirão Mais Cultura são fundamentais para dar visibilidade e reconhecer os diversos modos e meios de se fazer em sociedade.

A divulgação da riquíssima diversidade cultural do litoral do Paraná passa também por seu reconhecimento e autoidentificação pelos moradores que são os protagonistas dessa cultura e desse modo de vida. Falar de práticas culturais remete à falar de identidade cultural, saberes locais e manifestações culturais que se enraizaram na região por várias gerações. Nesta ótica, o projeto Mutirão Mais Cultura cria o elo para a divulgação dessa cultura que, por muito tempo, foi e continua sendo pouco conhecida. Não se trata de uma mera divulgação superficial, mas uma divulgação que possa despertar o reconhecimento e o encanto para comunidades e culturas distintas que durante sua história buscam se harmonizar com o meio em que vivem onde desenvolvem e aperfeiçoam suas práticas e tecnologias locais de acordo com suas tradições, crenças e necessidades.

Desta forma, a atuação neste eixo por meio do geoprocessamento e, especificamente, por meio do mapeamento das práticas culturais representou uma outra forma de trabalhar a questão da visibilidade das práticas culturais. Colocar em um mapa os ensejos das comunidades, sobre a forma como elas gostariam de aparecer. Não se tratou de uma relação vertical de trabalho onde a equipe foi apenas trabalhando desconhecendo as vontades dos verdadeiros atores da cultura do litoral que presenciam e vivem diariamente suas fragilidades e os conflitos regionais. O georreferenciamento e mapeamento realizados no presente trabalho constituem uma ferramenta de suma relevância para dar visibilidade e buscar reconhecimento às comunidades presentes no litoral do Paraná, bem como às suas práticas culturais através das distintas tecnologias sociais.

Capítulo 9

CULTURA E ECONOMIA: DESAFIOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL

Prof.ª M.e Beatriz Leite Ferreira Cabral
Paulo Roberto Homem de Góes
Felipe Rafael Lazoski
Aline Gonçalves

O Eixo de Economia Criativa teve como foco principal a estruturação do Turismo de Base Comunitária (TBC) no litoral do Paraná. A escolha desta linha de ação emergiu como uma opção estratégica para esta região, na medida em que associa e valoriza os conhecimentos e modos de vida tradicionais e a geração de renda associada ao turismo de baixo impacto ambiental.

Ao longo de mais de três anos de execução do projeto a equipe vem desenvolvendo ações de extensão universitária no Eixo de Economia Criativa da seguinte forma**:**

(1) Princípio da promoção de gestão democrática do turismo de base comunitária: as ações educativas tiveram como objetivo a formação dos anfitriões para organização da oferta dos roteiros e serviços turísticos, visando a autogestão dos grupos de turismo de base comunitária constituídos.

(2) Turismo de base comunitária como alternativa de geração de renda: ações com viés educativo valorizaram os possíveis benefícios econômicos que o turismo pode gerar para aqueles que trabalham diretamente com a atividade, tanto para os que praticam a agricultura, pesca e artesanato cujas produções passam a ser consumidas para o turismo de base comunitária.

(3) Turismo de base comunitária como valorização dos territórios tradicionais: incentivo à concepção de roteiros e atividades turísticas e serviços

que valorizem os modos de vida e conhecimentos locais e a exuberância dos ambientes naturais do litoral paranaense.

(4) Inovação no mercado turístico regional: construção de parceria entre o Projeto Mutirão e redes de turismo de base comunitária em localidades onde esse tipo de turismo não está consolidado, como forma de diversificação das opções de viagem na região do litoral paranaense.

Conforme será apresentado no presente texto, a execução das ações do Projeto Mutirão ocorreu ininterruptamente durante os anos de 2015 e 2018. O entendimento de que o turismo de base comunitária encontra um ambiente favorável no litoral paranaense é fruto de pesquisas realizadas desde os anos de 2014 e 2015, a partir das quais, através de consultas à bibliografia disponível e de sucessivos levantamentos de dados em campo, foi possível traçar um diagnóstico das potencialidades e desafios da região e de suas comunidades. Tais ações foram iniciadas durante a execução do Projeto de Extensão parceiro: Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba, mais conhecido como Projeto Turismo na Baía de Guaratuba.

Em 2017, o projeto Mutirão expandiu suas ações para outras localidades do litoral, contemplando alguns integrantes do Núcleo Rede Caiçara e da comunidade quilombola de Batuva, em Guaraqueçaba. Foram ofertadas algumas atividades formativas e de marketing, em encontros das comunidades e a realização do curso Anfitriões do Litoral. Em 2018, o projeto desenvolveu ações direcionadas para o município de Guaraqueçaba, dando origem ao Grupo Guaraguatá, ainda em processo de construção, com a realização do curso Anfitriões do Litoral (120 horas).

Antes de adentrarmos no detalhamento dessas ações, vale, a título de contextualização, analisar cada um dos aspectos ressaltados como característica do litoral paranaense e que justificam a escolha do Turismo de Base Comunitária como tema central das ações desenvolvidas no Eixo de Economia Criativa.

LITORAL PARANAENSE SITUADO NO MAIOR CORREDOR CONTÍNUO DE MATA ATLÂNTICA

No Brasil, a maior parte das iniciativas de turismo de base comunitária está situada no interior ou entorno de unidades de conservação, especialmente em parques nacionais[1]. A conservação de ambientes naturais propicia não apenas o desenvolvimento do turismo de base comunitária como também do ecoturismo ou turismo ecológico[2]. O litoral do Paraná e a região do litoral Sul de São Paulo compõem, juntos, o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica. Esse patrimônio foi reconhecido pela UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura —, que em 1992 declarou a região como a primeira reserva da Biosfera do Brasil, posteriormente outras seis regiões adquiriram o mesmo *status* no país.

Podemos dimensionar a importância estratégica desta região para conservação ambiental, por exemplo, considerando a existência de mais de cinquenta (50) Unidades de Conservação (UCs) de diferentes categorias que formam o Mosaico Lagamar. Tais unidades de conservação contribuíram para frear o avanço de muitas atividades ambientalmente impactantes no litoral, assegurando a continuidade da região enquanto *hotspot* da biodiversidade. Ao mesmo tempo, porém, o processo de criação e implementação de tais áreas de proteção ambiental interferiu na dinâmica econômica e sociocultural de comunidades tradicionais, gerando desafios significativos para a reprodução física, social e simbólica das mesmas.

Nesse contexto, considerando o singular patrimônio ambiental da região e seu potencial turístico, o fortalecimento das organizações sociais que apoiam famílias e pequenos empreendimentos para o turismo nas unidades de con-

[1] Tal constatação é decorrente da pesquisa de Bursztyn e Sansolo (2010), em que revelam que, dentre as iniciativas de turismo de base comunitária analisadas, 54% delas são realizadas no interior ou no entorno de Unidades de Conservação.

[2] O ecoturismo ou turismo ecológico é o "segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações". A definição foi cunhada pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o EMBRATUR — Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf.

servação, considerando o baixo impacto ambiental envolvido nestas atividades, se torna fundamental para assegurar e reconhecer a presença das famílias tradicionais enquanto parceiros da conservação.O turismo de base comunitária emerge, portanto, como uma via conciliatória entre as demandas de subsistência das comunidades tradicionais e a preservação da biodiversidade no litoral do Paraná.

Grande quantidade e diversidade de comunidades tradicionais

Atualmente são mais de oitenta comunidades no litoral paranaense, dentre essas seis comunidades indígenas e duas quilombolas, dezenas de comunidades caiçaras e outras dezenas de comunidades de agricultores familiares. A região é território de comunidades humanas há mais de seis mil anos, se considerarmos os povos dos sambaquis; há mais de dois mil anos é povoada pelos povos Guarani; e há mais de quinhentos anos pelos povos originados no Velho Mundo e por seus descendentes que, mistura de europeus, africanos e indígenas, produziram a sociedade caiçara.

Independentemente da vocação principal de cada comunidade, há uma característica comum que as perpassa que é a expressiva polivalência de atividades exercidas. Via de regra há uma atividade principal, que produz parte significativa da renda, como é o caso da “safra” da tainha, na comunidade da Encantadas na Ilha do Mel; o caranguejo, em Almeida e Barbados, em Guaraqueçaba; o siri, no São Miguel, em Paranaguá; a produção de ostras, no Cabaraquara, em Guaratuba. De forma complementar, essas comunidades praticam várias outras atividades para “o gasto”, como dizem. Destacam-se algumas: a coleta de marisco, a agricultura de coivara, a pequena criação de galinhas, a coleta de frutos, mas também o trabalho como diaristas na construção civil, na limpeza de terrenos, chácaras e residências, como piloteiros de embarcações etc. Esta polivalência das atividades produtivas é uma característica do modo tradicional de produzir territórios.

No caso dos guarani, a renda é, fundamentalmente, originada pelo manejo da caxeta e cipós, os quais são beneficiados e transformados em peças de artesanato para comercialização. Este tipo de artesanato que praticam os Guarani é uma economia de “floresta em pé”, uma vez que a geração de parte

significativa da renda familiar deriva diretamente do manejo florestal. A caça, a coleta, as pequenas criações de aves e a coivara são, neste sentido, complementares e destinados exclusivamente ao consumo.

Embora habitem o litoral há séculos, gradativamente, essas comunidades tradicionais sofreram, e ainda sofrem, restrições fundiárias, em alguns casos sendo impedidas de exercer seus direitos básicos de cultivar alimentos. Outras são alvo de grande pressão por parte de setores empresariais, da especulação imobiliária e do turismo de massa. Essas diferentes situações produzem consequências diretas para a economia e sociabilidade destes grupos e impõem desafios significativos para o futuro destas comunidades.

Verificamos no início das ações do eixo que a prestação de serviços, com base nos princípios e características do turismo de base comunitária, ainda é incipiente. Tal situação apontou para a necessidade de qualificação profissional e ações educativas sobre este tipo de turismo. Considerando que a economia dessas famílias é constituída por essa grande diversificação de atividades, as quais são exercidas de forma sazonal, quaisquer ações relacionadas ao Turismo de Base Comunitária precisam, portanto, estar inseridas em conformidade com esses ritmos. Acresce-se à sazonalidade dos ciclos econômicos e ambientais que são manejados pelas comunidades, a oscilação diária do clima, com destaque aos ritmos das marés, ventos e chuvas, pois interfere diretamente nas condições de navegação e, consequentemente, nas atividades turísticas.

Potencial do turismo nas e com as comunidades tradicionais

O turismo no litoral paranaense é uma atividade de extrema importância para a economia local (IPARDES, 2008; PARANÁ, 2010). Em termos quantitativos predomina o chamado “turismo sol e mar” e o turismo náutico. Essas formas de turismo concentram elevada quantidade de pessoas nas praias dos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, em um curto período de tempo, sobretudo entre dezembro e janeiro. A sazonalidade bem marcada do turista na “temporada” produz efeitos importantes em toda dinâmica regional, havendo grande discrepância entre as ofertas de trabalho para os moradores entre os períodos de inverno e verão.

As atividades relacionadas ao Projeto e à estruturação do turismo de base comunitária têm por objetivo mitigar os impactos desta dinâmica, incentivando o desenvolvimento de atividades turísticas de menor amplitude, mas ao longo de todo o ano.

Devemos considerar que, além das belas praias próprias para banho, o litoral é um local com vasta diversidade de atrativos turísticos que ofertam opções de lazer variadas. Podemos elencar alguns:

- O patrimônio histórico e cultural;
- As baías e ilhas de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba e Guaratuba;
- Os rios, sítios e propriedades rurais de Morretes, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba;
- Os centros e caminhos históricos;
- A cadeia de montanhas da Serra do Mar.

Embora a região seja detentora de potencial para muitas possibilidades de turismo durante o ano todo, faltam, no entanto, políticas públicas, capacitação e ordenamento do turismo do litoral do Paraná. Ao mesmo tempo que dinamiza a economia litorânea, o turismo nem sempre tem favorecido as populações locais da região, na medida em que, por exemplo, interfere na dinâmica de vida das famílias que tiram seu sustento da pesca (BETTI, 2014 e CABRAL, 2015).

Neste escopo, o turismo de base comunitária é um possível caminho para formas de geração de renda que tenham como princípio o compromisso de desenvolvimento e envolvimento das comunidades receptoras e sua autonomia no planejamento do turismo. A conjunção de diversidade ambiental e geográfica, de espécies da fauna e flora, aliadas à possibilidade de contato com pessoas de comunidades que exercem uma relação cotidiana com esses ambientes, fazem do litoral paranaense um território fértil para o turismo de base comunitária. Neste sentido, é um turismo diferente do “turismo de ano novo” ou daquele que acontece no carnaval, em que muitos moradores do litoral estão habituados a trabalhar, quando há intenso movimento de pessoas que frequentam a praia.

Nestas formas hegemônicas de turismo no litoral, os moradores são co-adjuvantes nas atividades, na medida em que trabalham como piloteiros, faxineiros ou pedreiros. A proposta do projeto agrega possibilidades de as comunidades tradicionais serem protagonistas no turismo, constituindo-as enquanto anfitriãs no litoral paranaense.

Entre 2014 e 2015, identificamos que os serviços geridos por famílias "nativas" são comercializados por meios rudimentares, individuais e com uso restrito da internet. Considerando o que foi exposto e no sentido de fornecer mecanismos para valorizar os modos de vida tradicionais, sem desconsiderar o contexto contemporâneo, o Projeto buscou incentivar e estruturar o turismo de base comunitária.

Organizações de turismo de base comunitária

A principal transformação decorrente dos três anos do Projeto Mutirão e Projeto Turismo na Baía de Guaratuba foi a constituição de duas organizações (ainda informais) de turismo de base comunitária: Grupo Guarapés, em Guaratuba; e Grupo Guaraguatá, em Guaraqueçaba; bem como o fortalecimento da Rede Caiçara, existente desde 2013 em Paranaguá.

São quinze as comunidades onde foram desenvolvidas ações vinculadas ao Projeto Mutirão e que estão inseridas em algum destes grupos de turismo de base comunitária. A organização destas comunidades se distribui da seguinte forma, contemporaneamente:

- Grupo Guarapés (município de Guaratuba): comunidades de Parati, Porto de Passagem, Cabaraquara, Prainha e Caieiras.
- Rede Caiçara (município de Paranaguá): comunidades de Valadares, São Miguel, Piaçaguera, Europinha e Encantadas.
- Grupo Guaraguatá (município de Guaraqueçaba): comunidades do Costão, Almeida, Engenho, Kuaray Guata Porã, Barbado e Batuva.

A localização dessas comunidades pode ser visualizada no Mapa Anfitriões do Litoral.

Mapa de Grupos de Turismo de Base Comunitária

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão- Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

GRUPO GUARAPÉS

> Guarapé significa...entrando pelos manguezais, aquela água que fica dentro dos manguezais que fala guarapés, que você entra lá dentro e a água não vai até o corpo vai até o pé. Então a gente colocou o nome de Guarapés aqui... Esse é o nome, que significa os manguezais alagados. (Marisa Gonçalves da Silva, agosto, 2017, Guaratuba).

Marisa Gonçalves da Silva, pescadora de quase 50 anos, nascida e moradora de Guaratuba, foi quem deu nome ao Grupo. Assim como o nome da cidade onde o grupo atua, o nome Guarapés remete aos bandos de guarás, aves bastante conhecidas por sua beleza ímpar e que podem ser avistadas nas ilhas da Baía de Guaratuba.

O Grupo Guarapés foi constituído em 2016, por aproximadamente 15 pessoas que vivem em diferentes comunidades da porção norte da baía de Guaratuba e envolve as seguintes comunidades: Parati, Porto de Passagem, Cabaraquara, Prainha e Caieiras.

Como resultado do Curso de Extensão: Anfitriões da Baía de Guaratuba foram constituídos os seguintes roteiros turísticos: Caieiras Cultural; Cabaraquara Cultural; Parati Para nós; Marisco e Manguezais; Caminho das Conchas; Barreiro e Parati; Caieiras e Parati; e Praias e cultura na Baía. O conjunto de atrativos turísticos associados aos roteiros e atividades divulgadas pelo Grupo Guarapés está associado aos elementos que constituem a logomarca do Grupo, em que estão representados a água, os guarás e a canoa caiçara, ou seja, remetem às belezas paisagísticas, à biodiversidade e à cultura tradicional.

A logomarca foi criada por William Leal, com inspiração na arte criada por Bruna Lyze, em que ela justifica a escolha das cores da seguinte forma:

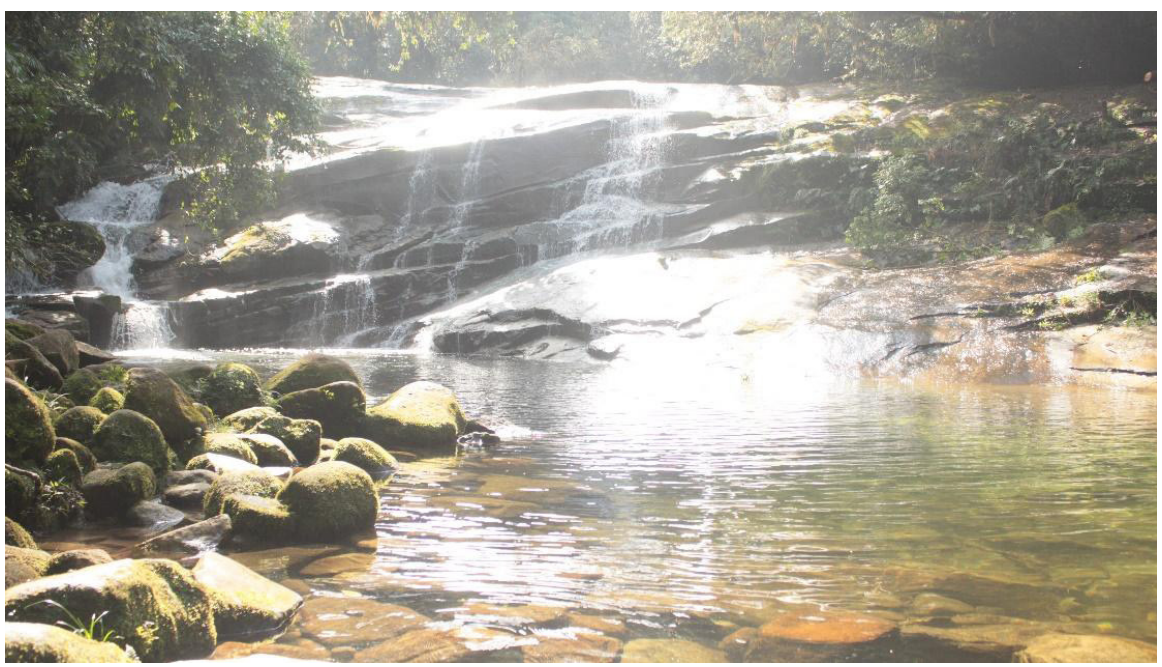
> A combinação cor quente-cor fria foi inspirada na própria praia. O azul do céu, do mar, dos morros. O vermelho de pores-do-sol fantásticos, do Guará, do calor o verão que nos abençoa no sul do Brasil. O mesmo sul que amanhece azulado de geada no inverno, que no alto de seus muitos morros fica ainda mais bonito.(Entrevista cedida aos autores em 2017.)

Como fruto das ações desenvolvidas pelo projeto Mutirão, o Grupo Guarapés possui uma página do *Facebook* e um site do Guarapés, material impresso de divulgação e quatro (4) vídeos promocionais. A reportagem sobre o turismo do Guarapés no programa PLUG da RPC promoveu grande visibilidade para o grupo. Pelo *Facebook*, o grupo Guarapés compartilha constantemente informações sobre a baía de Guaratuba, sobre o turismo de base comunitária, acontecimentos das comunidades que integram o grupo; fotos e vídeos das atividades e roteiros que o grupo realiza.

Os atrativos e serviços, nas palavras dos anfitriões do Grupo Guarapés

Os principais atrativos ofertados pelo Grupo Guarapés são os caminhos históricos, a possibilidade de observação da flora, dos manguezais, sambaquis e fauna, sobretudo as aves, a participação em atividades culturais e os passeios na baía de Guaratuba, como embarcações motorizadas ou em canoas caiçaras. Entre os serviços geridos pelos anfitriões, apontam-se os seguintes: taxi náutico, serviços de alimentação, pesca guiada, aluguel de canoa ou de caiaque; passeios guiados em canoa ou caiaque e trilhas guiadas na Mata Atlântica. O atrativo com maior visitação é o Salto Parati, apresentado na imagem a seguir

FOTO — SALTO PARATI



Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

A anfitriã Marisa, exemplifica a riqueza da fauna e o vasto conhecimento que possuem sobre as aves do local, indicando para a possibilidade de a região atrair observadores de aves:

> Aqui na baía tem várias coisas, passear de barco, você vê várias garças, você vê os socós, a revoada dos guarás (que agora eles tão saindo pra fora, pra

> ir chocar, porque agora é a época deles chocar ne em outubro, já tão tudo fazendo ninho, geralmente eles vão lá pra baía de Paranaguá, divisa de Paraná com São Paulo, geralmente eles reproduzem lá ne, não reproduzem aqui ainda, não estão pra cá), mas as garças reproduz aqui, as garças brancas. Elas chocam lá em cima, lá em cima tem uma ilha que chama ilha das garças, lá se você subir lá agora, elas já tão tudo no ninho já, botando já. Dá pra ouvir os barulhos delas lá no ninho, das garças.

O conhecimento dos moradores que habitam a baía sobre as aves evidencia o diferencial que os turistas podem ter, ao realizar passeios acompanhados de um(a) anfitrião(ã). Denilson, maricultor da região, reforça a possibilidade das aves da baía serem um atrativo diferenciado, além de outras coisas da natureza: “A gente que já nasceu e se criou aqui na baía já acha que coisa fantástica, imagina pra esse pessoal que vem de fora, né?, que não tem conhecimento de nossa baía”.

Tanto Denilson como Elvisley, maricultor da região — mais conhecido por “Belém” — comentam sobre a importância da natureza como um diferencial da região. Para ele, o turismo contribui para o lugar continue preservado, pois dá mais retorno do que “derrubar a floresta”.

Além da natureza, a singularidade da história e cultura constituem atividades de convívio com os anfitriões e interação com a natureza. A exemplo deste viés, tem-se caminhos históricos, tal como a Trilha das Farinheiras, que se inicia em propriedade de uma família anfitriã, situada na comunidade da Prainha — Guaratuba, dentro do Parque Nacional Saint Hilaire Lange, o casal Marilda e Delaías explica:

> Então, por quê Trilha das Farinheiras? Por que a minha vó meus parentes aqui no bairro a gente subia aqui, e o que acontecia, a gente ia lá arrancava mandioca, fazia aquele mutirão arrancava mandioca, aí ralava a mandioca com a faca, raspava, depois pegava colocava no ralador, minha vó ralava, a gente pegava , era uma roda gigante com eixo, a gente ficava rodado ela e minha vó ficava prensando, tinha uma correia que ficava girando lá, ali caia a massa, depois fazia o procedimento, ia pro tipiti, era um balaio de taquara do mato que meu tio Manequinha, falecido Manequinha que fazia e a gente tinha uma prensa que prensava ali, que ficava prensado, ia prensando e

> ficava uma goma que ficava seca e depois a gente botava no forno, fazia o fogo no forno e ficava forniando ela. E o que eu acontecia, depois dividia aquela farinha, cada um da família pegava cada farinha e minha vó pegava, bisavó, minha outra vó, ela botava o saco de farinha na cabeça e descia o morro, por isso a história da farinheira.

A esposa de Delaías Pereira Silva, Marilda Bach, liderança da comunidade da Prainha de família alemã que veio para Guaratuba — Prainha, é sobrinha da primeira professora do local, que deu nome à escola construída posteriormente na Prainha. Sobre a Trilha das Farinheiras, ela comenta que o caminho histórico se tornou uma possibilidade de geração de renda para a família:

> E o que fez a gente criar aqui a história da farinheira foi porque eu cresci vendo essas mulheres guerreiras, mães de família, descendo essa trilha com aqueles sacos enormes de farinha na cabeça com os filhos agarrados na saia, e ali elas vinham com cacho de banana, saco de farinha, até aipim nas sacos e com aquela filharada debaixo da saia, eu cresci vendo isso e achava muito bonito e devido a situação do bairro a gente acabou vendo a necessidade de desenvolver alguma coisa que trouxesse renda para a comunidade devido eu ter me tornado uma líder comunitária, e lembrei da história da farinheira já que a trilha está aqui dentro do nosso terreno, acabei tendo a ideia de criar a trilha... entramos nesse curso de turismo devido ao desenvolvimento local e a história da trilha que faz parte da nossa vida aqui.

Para atividades no meio aquático, recentemente o Grupo Guarapés lançou os passeios com uso turístico das canoas caiçaras, construídas pelo mestre canoeiro, Sr. Aroldo Cordeiro de Freitas, anfitrião do Grupo Guarapés. O passeio em canoa possibilita que os visitantes observem as aves, o ecossistema de manguezais; cultivos de ostras; entre outros. As canoas confeccionadas por sr. Aroldo foram inauguradas no evento Bike+Canoa, realizado no dia 6 de maio de 2018, na comunidade do Cabaraquara. Esse evento incluiu apresentações culturais com artistas locais durante o dia todo, barracas com comidas típicas caiçaras (peixe assado, arroz lambe lambe, ostras, porção de peixe frito, açaí da Juçara e doces). No *Facebook*

do Grupo Guarapés foram divulgados os passeios de canoa, possibilidade de aluguel das embarcações ou pesca esportiva. Também foi realizada produção de um vídeo promocional para divulgação de passeio turístico realizado com as canoas na Baía de Guaratuba.

GRUPO GUARAGUATÁ

O núcleo Guaraguatá foi constituído em agosto de 2018, quando participantes do curso Anfitriões do Litoral optaram por constituir um grupo que abarcasse somente as comunidades de Guaraqueçaba, que contempla dez (10) pessoas das seguintes comunidades: Costão, Almeida, Engenho, Kuaray Guata Porã, Barbado e Batuva[3].

A escolha pelo nome ocorreu no início de setembro, quando algumas anfitriãs de Guaraqueçaba comentavam que a região conta com elevada quantidade da bromélia "guaraguatá", um jeito que muitas pessoas se referem como caraguatá ou gravatá. Além disto, as pessoas passaram a valorizar ainda mais o nome escolhido, ao descobrirem que em Guarani o nome pode ser entendido como: Guara oguata, que significa "caminho do Guará". Ambos os significados remetem à biodiversidade que é uma das principais marcas da Mata Atlântica de Guaraqueçaba.

A logomarca criada por Marília Flores representa o movimento das águas da Baía de Paranaguá e as bromélias das matas conservadas de Guaraqueçaba. A seleção da cor vermelha está vinculada ao guará, às atividades de movimento nas trilhas e água; e pores do sol na baía. O azul está relacionado às águas da baía e o verde remente aos morros e floresta da região.

Guaraqueçaba é uma cidade histórica, dentro do município há várias ilhas, sendo que a ilha de Superagui é onde há maior fluxo de visitantes, sobretudo no verão. Há uma diferença significativa entre a estrutura disponível na cidade e a estrutura e serviços ofertados nas ilhas. O município pode ser acessado por via terrestre ou marítima, através de embarcações que saem diariamente de Paranaguá.

[3]Cerca de 06 pessoas das comunidades quilombolas de Batuva e Rio Verde realizaram o curso em 2017 e ainda não estão formalmente inseridos no Grupo Guaraguatá.

Ao término do curso Anfitriões do Litoral, foram constituídos dez (10) roteiros/atividades que poderão ser divulgadas para os visitantes interessados. Entre elas: refeições, caminhadas na comunidade, passeios até ruínas históricas, alimentação caiçara, passeio de canoa a remo, passeio para observação de botos e aves, participação em rodas de danças e cantos, participação de atividades que fazem parte do cotidiano da comunidade. Os roteiros estão em fase de teste, para aprimoramento da qualidade dos serviços. Serão confeccionadas camisetas do grupo, folheteria, placas de sinalização, grupo do *Facebook*, vídeos promocionais, entre outros.

Os atrativos e roteiros, nos desenhos e palavras dos anfitriões do Guaraguatá

Costão e Centro histórico

Em Guaraqueçaba foram selecionados os seguintes atrativos, que poderão ser visitados em um roteiro a pé, caminhando no centro histórico da cidade por cerca de 2 horas, com parada para piquenique no Costão.

Destacam-se os seguintes atrativos que comporiam uma espécie de *city tour*:

Local Ponta do Morretes, um atrativo turístico já consolidado, mas sem a devida valorização em termos de sinalização (SOUZA, 2014, p. 119). A anfitriã conta que antigamente, na década de 1980, havia sido construída uma passarela na região e o local era amplamente frequentado para passear e pescar.

O Morro do Quitumbê até 1997 era chamado de Morro da Caixa D' água, da Sanepar ou simplesmente da Igreja, porque a Capela Nosso Senhor Bom Jesus do Perdões fica no sopé o morro e é um excelente local para uma vista panorâmica do município e para observação de aves.

Na descida do Costão a anfitriã pretende levar os turistas até o bairro onde mora, o Costão, uma das regiões mais importantes para a história do município e que possui uma vista privilegiada do pôr do sol, além da hospitalidade da comunidade, lá: "Pescadores artesanais que complementavam sua economia com pequenas lavouras, faziam do Morro do Costão uma vertente repleta de lavouras e solo nu exposto, além do capim que cobria as áreas de pousio (rotação da terra). O precário caminho, muitas vezes barrento, com

muita lama e cursos d'água temporários que cavavam sulcos dificultando a passagem formavam áreas inclinadas com ladeiras íngremes, as chamadas 'barrocadas'. O trajeto para o centro era muito mais tranquilo pela baía, ou 'por fora'. A construção de uma via segura, com muro de arrimo, no qual pode transitar pessoas e veículos melhorou bastante a qualidade de vida da população." (SOUZA, 2014, p. 117).

FOTO — BARBADO

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

Barbado é uma comunidade situada na Ilha de Superagui, no Parque Nacional de mesmo nome, em Guaraqueçaba. Segundo as moradoras participantes do curso, existem duas versões sobre a origem da comunidade de Barbado. Uma que remete a presença do macaco bugio no morro da comunidade. Antigamente as pessoas queriam fazer uma cooperativa de peixes e mudaram o nome de Superagui para Barbados. Foi formada por colônias da Europa que lá chegaram no século XIX (Suíça e França) e da África. Atualmente alguns moradores foram para Paranaguá, Betioga, Superagui, Ariri, Ilha Rasa e a para a localidade sede de Guaraqueçaba.

A professora da comunidade de Barbado indicou os seguintes atrativos da comunidade: casa de farinha, trilha na comunidade e culinária caiçara, segundo ela esses atraem visitantes durante o ano todo. Complementarmente à gastronomia, foram indicados 14 atrativos potenciais, que precisam ser organizados na comunidade para que possam ser divulgados aos turistas.

Dentre os principais festejos de Barbado destacam-se a Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo, Festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada da Conceição; corrida de canoa a remo e motor, entre outras. Na comunidade ainda existe parteira e pessoas com conhecimento de plantas medicinais. Hoje a comunidade é constituída por aproximadamente 20 famílias, sendo que metade delas participam diretamente do turismo: duas delas possuem restaurantes, uma é dona de pousada; e indiretamente as outras 18 famílias ao venderem ostra, camarão vivo e caranguejo. As moradoras de Barbado afirmam que a comunidade tem o diferencial de ser um “lugar lindo, pedras maravilhosas, muitas flores lindas, uma trilha limpa e encantadora”. Elas comentaram que a comunidade é constituída por pescadores artesanais que passam seu conhecimento de geração para geração.

FOTO — BARBADO

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

FOTO — COSTÃO E CENTRO HISTÓRICO DE GUARAQUEÇABA

Fonte: Os autores.

Os principais atrativos da Ilha de Almeida são: as trilhas que cruzam a Ilha; visitas ao lugar onde os papagaios dormem; possibilidade de avistar botos; observação do “veludo” (espécies de musgo que formam verdadeiros tapetes ao longo das trilhas); bromélias raras; grande diversidade de comidas típicas produzidas localmente; rodas com músicas antigas; passeio de canoa a remo; rios de água doce; “tempo” de caranguejo; possibilidade de conhecer três Ilhas numa só; pescaria com vara. Segundo as pessoas da comunidade, os diferenciais são o acolhimento, a culinária, a humildade, brincadeiras, casa de farinha, várias igrejas “para todos os gostos”.

FOTO — VISTA DO PÔR DO SOL, NA COMUNIDADE DO ALMEIDA, GUARAQUEÇABA

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

FOTO — SIRI PREPARADO NA COMUNIDADE DO ENGENHO, EM FRENTE À ALMEIDA

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

Todos os roteiros são realizados em unidades de conservação e incluem atividades de interação entre os anfitriões e visitantes. Assim, a paisagem configurada por morros, florestas e águas constitui-se um atrativo por si, que atrai muitas pessoas. Como já mencionado, há de se destacar a observação de aves em Guaraqueçaba (Costão, Almeida, Barbado), além da observação de botos durante o trajeto de barco entre Paranaguá e Guaraqueçaba e em Almeida.

Na aldeia indígena de Kuaray Guata Porã, os indígenas que participaram do curso apontaram para a dança (xondaro), cantos e culinária guarani serem atrativos potenciais da comunidade; bem como a trilha e visita à casa de reza.

REDE CAIÇARA

A Rede Caiçara é fruto do envolvimento de algumas pessoas que faziam parte da já consolidada Rede Caiçara, constituída em 2013, com envolvidos nas localidades do Valadares, Eufrasina, Ponta do Ubá, São Miguel e Piaçaguera. O curso possibilitou a expansão para outras comunidades, como é o caso de Encantadas, na Ilha do Mel. Atualmente conta com 43 participantes, que trabalham de forma direta na rede, divididas nas 6 comunidades.

O símbolo da Rede Caiçara tem 4 elementos que representam as tradições caiçaras: a Rabeca, o Peixe, o Pescador e o Sol. Cada um com uma cor diferente de fundo, que representa a diversidade entre as comunidades caiçaras e todos envoltos pela cor verde, que representa a sustentabilidade como um dos principais objetivos da Rede.

Os atrativos e serviços, nos "cardápios turísticos" e palavras dos anfitriões

A divulgação dos atrativos da rede é feita através de um "cardápio turístico" que contempla caminhadas, passeios de canoa caiçara e de caiaque, trilhas, pescarias, exploração do manguezal, visita à Ilha da Banana e ao Morro do Careca, oficina de cestaria e muito mais que pode ser conferido no site da Rede.

A fonte de renda dos moradores vem da pesca artesanal e da coleta de ostras. Em São Miguel a produção de cestos de cipó e junco, a pesca artesanal e o descarne de siris (desmariscar), o artesanato em cipó são relevantes. Valadares, situada no perímetro urbano de Paranaguá, e com uma população estimada em mais de vinte mil habitantes, tem como principal fonte de serviços a atividade portuária e comércio e é um dos grandes centros de tradições como o fandango caiçara[4] e da festa do Divino.

Eufrasina está localizada no contraforte da Serra do Mar, em frente do porto de Paranaguá, e faz parte do continente, para acessar o local é necessário

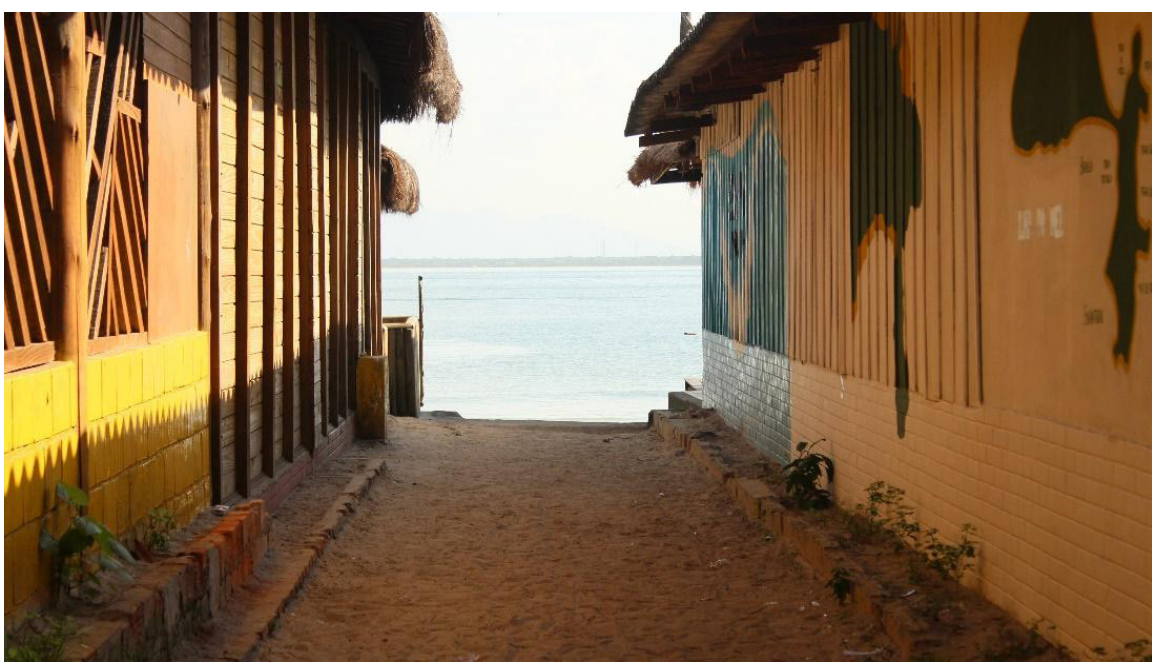
[4] Anualmente são realizados os festivais do Fandango em Valadares. Estes eventos congregam pessoas de comunidades que se estendem desde o Rio de Janeiro até Santa Catarina.

ir de barco via Paranaguá ou Antonina. Piaçaguera possibilita visitação ao sambaqui e igreja do século 20. São Miguel está distante 14 km da cidade de Paranaguá e o acesso é por meio marítimo, lá acontece a festa da Folia do Divino. Ponta do Ubá é uma comunidade formada por famílias de pescadores e localiza-se na parte central do Complexo Estuarino de Paranaguá, no continente. Ilha dos Valadares está ligada à Paranaguá por uma passarela intitulada Antônio José Sant'Anna Lobo. O acesso também pode ser por barco, cruzando o rio Itiberê. É considerada rica em história e cultura e remanescente da preservação da cultura caiçara.

O morador de Valadares, que fez o curso Anfitriões do Litoral e que atualmente é estudante do curso de Gestão de Turismo da UFPR comenta sobre o turismo na Rede Caiçara: "Vejo o turismo, como este que estamos fazendo com a Rede, como um fator gerador de renda extra. É viável, entendendo que o princípio é o pescador tradicional não deixar de pescar para viver apenas do turismo, mas sim fazer dessa outra atividade um complemento de renda", destaca Ytalo.

Mais recentemente a Rede formulou um roteiro Fandango do Mel que deverá incluir a visita à Ilha do Mel, como é o caso da Praia do Miguel, em Encantadas, ao cultivo de mel de abelhas nativas e visita à comunidade; de forma associada à visitação ao Valadares, com oportunidade de conhecer os mestres fandangueiros e passear de bicicleta na comunidade. O morador anfitrião da comunidade de Encantadas possui camping e pretende com isto atrair grupos organizados de estudantes de todos os níveis escolares.

FOTOS — PRAIA DO MIGUEL E MAR DE FORA, NA ILHA DO MEL, COMUNIDADE ENCANTADAS



Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

1 PRODUÇÕES DO EIXO 6: O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE RENDA PARA AS COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ

Nesta seção pretendemos descrever as experiências e sistematizar as informações dos procedimentos e ações executadas para concretizar iniciativas de Turismo de Base Comunitária no litoral do Paraná. Nos três anos de projeto, cerca de quinhentas (500) pessoas foram mobilizadas direta ou indiretamente nas atividades realizadas, tais como moradores das comunidades, anfitriões, visitantes, professores e estudantes.

As atividades foram desenvolvidas nos mais variados espaços, em salas de aula, nas casas dos moradores das comunidades, em espaços comunitários (salões de igrejas, praças etc.), no Espaço Marista (em Guaraqueçaba), nas baías, ilhas e manguezais e pontos turísticos. Durante os três anos de projeto, quinze (15) estudantes universitários (entre bolsistas e voluntários) participaram e viabilizaram a realização das atividades, além de quinze (15) ministrantes convidados, em caráter voluntário.

As atividades do projeto foram iniciadas com as comunidades da baía de Guaratuba em 2015, quando houve uma parceria entre o projeto Mutirão e o projeto de extensão Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba do curso de Gestão de Turismo da UFPR — Litoral.

Metodologia

Para desenvolvimento das ações a serem apresentadas, considerou-se o princípio fundamental do turismo de base comunitária, qual seja: o protagonismo das comunidades e meios para possibilitar a participação dos anfitriões envolvidos, em todas as etapas do planejamento do turismo. Para criação dos roteiros, levou-se em conta o fato de que os serviços de turismo de base comunitária devem ser planejados pelos anfitriões; bem como as atividades devem expressar o seu cotidiano em uma relação marcada pela troca de conhecimentos e experiências.

Neste sentido, o papel da universidade foi construir ferramentas junto com os anfitriões das iniciativas de turismo de base comunitária, para valorizar sua cultura e território; organizar o turismo de base comunitária com os demais integrantes do coletivo a que pertence; e buscar mecanismos de divulgação e comercialização dos roteiros. Deste modo, a Universidade teve o papel de mediar o processo de construção dos grupos, via atividades formativas e de apoio ao marketing. Conhecimentos e habilidades que não eram de domínio dos anfitriões foram debatidos, para que as pessoas pudessem se apropriar de questões como divulgação, comunicação com o cliente, vendas e organização do trabalho.

Os ministrantes e mediadores das atividades foram fundamentais para conduzir os momentos de reflexão e debate, para exaltação dos saberes das pessoas das comunidades; e para construção de novos saberes adquiridos por técnicas e conhecimentos sobre cultura, turismo e território, produzidos no campo acadêmico. As atividades de intercâmbio cultural, bem como as demais ações vinculadas à estruturação do TBC no litoral paranaense, estiveram relacionadas ao contexto de cada grupo: o Grupo Guarapés, a Rede Caiçara e o Grupo Guaraguatá.

O contexto, a experiência e a percepção dos sujeitos de cada um dos grupos de turismo de base comunitária foi de extrema importância para construção dos conteúdos a serem discutidos e para a proposição das atividades. Tendo em vista que parte do público-alvo é constituído por pessoas detentoras de considerável conhecimento sobre a cultura e ambiente locais, mas que possuem baixo grau de escolaridade, foi priorizada a oralidade, em detrimento dos materiais escritos.

Além das trocas de conhecimento entre gerações da mesma comunidade, há de se destacar as atividades de intercâmbio cultural que possibilitaram a aproximação de moradores de diferentes comunidades do litoral do Paraná e até também com pessoas de comunidades de Cananeia, litoral sul de São Paulo. As visitas técnicas, ao pressuporem a permanência dos participantes por mais de um dia nos locais visitados, possibilitou que eles tivessem eles próprios a experiência de serem turistas, algo que é fundamental para a hospitalidade no turismo de base comunitária. Tais processos de educação para e pelo turismo foram viabilizadas através dos intercâmbios culturais ou en-

contros intercomunitários. Nos cursos, oficinas e encontros foi concebida a importância das ideias e saberes produzidos via o compartilhamento de experiências e intercâmbios culturais em que as experiências de pessoas de distintas comunidades eram compartilhadas durante a visita às comunidades.

A metodologia para tais atividades viabiliza o diálogo, a observação direta, a assimilação, comparação, e, posteriormente, aplicação de algumas práticas ou questões assimiladas no território de origem.

Os momentos de encontro entre moradores de diferentes comunidades propiciaram discussões sobre aspectos comuns e peculiares de cada território, a troca de experiências de organização comunitária e atendimento ao visitante, sendo isto parte do processo formativo dos anfitriões e anfitriãs. Os processos educativos evidenciaram também a importância de o trabalho coletivo ser realizado de modo colaborativo, entre os anfitriões de um mesmo núcleo territorial. As visitas técnicas possibilitaram que os participantes tivessem acesso a modos específicos de gerir o turismo de base comunitária e lidar com os contextos de cada território. As peculiaridades de distintas unidades de conservação também foram discutidas nas rodas de conversa durante as visitas técnicas, tendo em vista que houve visita técnica à Reserva Extrativista do Mandira; ao Parque Estadual Ilha do Cardoso; à APA de Paranaguá; à APA de Guaratuba, além da organização territorial na aldeia indígena e comunidade quilombola.

Alguns eventos favoreceram o intercâmbio de informações. O diálogo entre diferentes comunidades a partir do Eixo de Economia Criativa foi proporcionado no III Encontro das comunidades do litoral, realizado com a participação de comunidades quilombolas e indígenas, nos dias 17 e 18 de agosto de 2017. O evento ocorreu no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, Paranaguá — Paraná e atingiu cerca de cinquenta (50) representantes de comunidades do litoral, reunindo indígenas, quilombolas e caiçaras para refletir, debater e planejar sobre o turismo de base comunitária no litoral do Paraná. No evento foi realizada uma palestra sobre redes de Turismo de Base comunitária no Brasil, proferida por Mariana Madureira, e constituídos grupos de trabalho organizados por Larissa Mellinger, com objetivo de discutir potencialidades, desafios e possíveis caminhos e significados que o turismo poderia assumir em cada território.

O Encontro Turismo em Comunidades tradicionais do litoral do Paraná, realizado em Guaraqueçaba, foi realizado no dia 15 de março de 2018 e reuniu pessoas da Rede Caiçara, representantes do Grupo Guarapés e moradores de Guarqueçaba. Deste modo, os anfitriões já formados no curso transmitiam seus conhecimentos e compartilhavam suas experiências com os futuros participantes.

De abrangência internacional, no Fórum Mundial do Turismo, realizado em Salvador, destacamos a presença, através do Projeto Mutirão, de uma integrante do Grupo Guarapés e um integrante da Rede Caiçara no evento que reuniu pessoas do mundo inteiro, em debates sobre turismo de base comunitária.

Marketing

Paralelamente à perspectiva de trabalho com os anfitriões, muitas ações foram direcionadas para o marketing vinculado ao turismo de base comunitária com o intuito de: elaborar e comercializar roteiros e atividades turísticas "autênticas" no mercado turístico, que possibilitem aos visitantes momentos de interação com a cultura e com os ambientes visitados. O modelo de turismo que está sendo proposto e construído de modo participativo com famílias de comunidades tradicionais do litoral paranaense demanda novas estratégias de marketing e comunicação, sejam elas para possibilitar a organização comunitária, como para acessar, interagir e vender para os visitantes. Em termos turísticos e estritamente vinculado ao marketing, nota-se que foi possível diversificar os produtos turísticos do litoral paranaense e o fomento ao empreendedorismo local. A comunicação com o visitante caracteriza um modo de hospitalidade peculiar, em que a interação entre visitantes e visitados não é mediada unicamente por trocas monetárias, mas também por partilhas de conhecimento, interações que idealmente são marcadas pelo respeito mútuo.

Sendo o trabalho com o turismo algo novo para muitos dos anfitriões, a prática proporcionou a reflexão sobre os modos de comercialização do turismo pelo Grupo Guarapés e é aprimorada após os roteiros realizados. O estabelecimento de ações educativas e de comunicação, não somente para o público que trabalharia com o turismo de base familiar, mas também com as

instituições parceiras e algumas escolas é um ponto relevante para que este modelo de turismo que está sendo proposto e construído seja reconhecido e valorizado por familiares e moradores da região.

Ainda em relação ao marketing, era presente a falta de conhecimento básico do uso de ferramentas, como Facebook, Canva, Instagram, Tripadvisor, que podem ser manejados para a divulgação das atividades, muitos não fazem o uso de celular ou *smartphone* e os que faziam o uso nunca tinham usado os aplicativos para fins de comercialização. Foi fundamental nessa fase a contribuição dos participantes do projeto para a criação de textos de divulgação, folders informativos e postagem em redes sociais, até que os anfitriões se habituassem a usar o *smartphone* para tal uso.

Com os roteiros construídos e aperfeiçoados, o próximo passo foi pensar e organizar formas de divulgação e o marketing que envolvem o grupo e os roteiros. Foram realizadas atividades de produção de textos, de atendimento ao cliente, de informática, do uso de ferramentas como WhatsApp e Facebook. Pela equipe do projeto e com a ajuda dos anfitriões, foi criado um site (www.guarapesturismo.com.br) e uma página no Facebook (www.fb.com/grupoguarapes.com), foram também desenvolvidos folders e flyers para a divulgação do grupo e dos roteiros, foram impressos banners e utilizadas imagens compartilhadas via WhatsApp.

O papel dos anfitriões nesta fase do projeto foi de divulgar e informar ao máximo de pessoas a importância do TBC e a criação e existência de um grupo de turismo na baía de Guaratuba. Foram feitos contatos com organizações, jornalistas, políticos e representantes da sociedade civil para o auxílio na divulgação, por meio do compartilhamento de informações em suas páginas de redes sociais e por aplicativos de mensagens instantânea.

Para definir estratégias de alcance dos clientes potenciais foi contratada assessoria de marketing, em que foram definidas as personas que seriam os possíveis clientes e clientes em potencial. Para isto, foi aplicado um questionário via mídias sociais (Facebook e WhatsApp), no qual foi explicado brevemente sobre o conceito de turismo de base comunitária, a proposta da visitação e localizando-os, assim seguido com perguntas para ver a aptidão e a disposição desses clientes a visitação em ambiente natural e passeio de barco. A partir disso foram definidos três perfis de personas, que seriam uma

representação fictícia dos clientes: O turista ideal, o turista padrão e o turista que não tem nenhuma relação com o turismo comunitário.

Todo o material de marketing foi criado com base em estudos de identificação de personas, levando em consideração: qual o tipo de turista que pratica esse turismo; onde ele está; como ele recebe as informações; com que frequência pratica essas atividades; com quem pratica a atividade; qual a renda; e por quais tipos de atrativos ele tem mais interesse.

Também vinculado ao marketing, ocorreu no segundo semestre de 2017 o curso de extensão Turismo na rede! cujo objetivo era fazer a formação em internet e aplicativos online de membros das Comunidades para fazer a gestão do site Grupo Guarapés bem como usar as novas ferramentas tecnológicas para divulgar os roteiros turísticos oferecidos pelas famílias.

Uma das medidas que teve sucesso em relação à promoção do Grupo Guarapés foi o evento Bike+Canoa, que teve grande parte da sua divulgação online. O evento, criado no Facebook, teve de público online, duzentas e sessenta e seis (266) pessoas, entre interessados e pessoas que confirmaram presença e mais de seis mil (6000) pessoas acessaram a página. Esses números não dão certeza de que os que compareceram ao evento confirmaram sua presença via rede social. Porém, podemos medir a importância e a qualidade da divulgação online de um evento, e o que ele deve passar a quem possa se interessar. A página do grupo conta atualmente, com 700 seguidores. À primeira vista, um número baixo, porém satisfatórios para um projeto de TBC.

Um dos aspectos debatidos após a produção dos roteiros foi a definição dos preços e organização do trabalho quando envolvia mais de uma pessoa ou comunidade. Inicialmente eles definiram o valor que os piloteiros, condutores de trilha e pessoas que serviriam refeições iriam ganhar. Posteriormente foi realizado grupo de trabalho para debater sobre as formas de pagamento. Foi definido que o pagamento deveria ser feito antes do passeio, adiantando uma parte do pagamento para a reserva da data e que o restante seria pago ao anfitrião que recebesse o grupo e iniciasse o roteiro, sugestão da equipe da universidade e acatada pelo grupo. Quem recebesse o pagamento seria responsável por pagar os demais anfitriões que estivessem envolvidos no roteiro.

Após alguns roteiros terem sido executados, pessoas do Grupo Guarapés e Universidade perceberam a necessidade de rever os valores a serem cobrados em alguns roteiros, necessidade de adequar os valores pagos aos anfitriões que acompanham as trilhas, bem como a necessidade de desmembramento dos roteiros, para oferta de algumas atividade e serviços comercializados de forma "avulsa". Diante dos problemas e possíveis soluções os ajustes foram realizados e os passeios foram divulgados através de eventos no Facebook. Com o barateamento dos roteiros algumas atividades passaram a ser procuradas por turistas que estavam em Matinhos e Guaratuba. Esses processos e discussões aconteceram em reuniões e encontros marcados pelos anfitriões e participantes do Projeto Mutirão.

Apresentação das ações realizadas

As ações ocorreram em tempos distintos, nos primeiros anos, em 2015 e 2016, sobretudo em Guaratuba, a partir de 2017 em Paranaguá e de 2018 em Guaraqueçaba. O tempo de duração de cada atividade também variou, conforme o contexto da região e peculiaridade da atividade proposta, como é possível visualizar no quadro a seguir.

TABELA 1 — ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO E GRUPOS ATENDIDOS

AÇÕES	CARÁTER	GRUPOS CONTEMPLADOS	ANO	DURAÇÃO
Curso: Anfitriões da Baía de Guaratuba	EDUCAÇÃO	GUARAPÉS	2016	128
Encontro Baía de Guaratuba e Batuva	EDUCAÇÃO	GUARAPÉS E BATUVA	2016	16 HORAS
Visita técnica: "Aprendendo com a Rede Caiçara de Paranaguá"	EDUCAÇÃO	REDE CAIÇARA E GUARAPÉS	2016	24 HORAS

Formatação de roteiros turísticos	MARKETING	GUARAPÉS E GUARAGUATÁ	2016 2018	30 HORAS CADA
Produção de identidade visual e folheteria	MARKETING	GUARAPÉS	2016	30 HORAS
Elaboração de página do *Facebook* e site	MARKETING	GUARAPÉS	2016	120 HORAS
III Encontro de Comunidades	EDUCAÇÃO	GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2017	16 HORAS
Curso Culinária e Turismo de Base Comunitária	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2017 2018	08 A 20 HORAS
Participação de duas pessoas no Fórum Mundial do Turismo	EDUCAÇÃO	GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2017	30 HORAS
Curso Turismo na Rede!	MARKETING	GUARAPÉS	2017	2 DIAS
Oficina de confecção de canoa de um pau só	EDUCAÇAO	GUARAPÉS	2017	6 MESES
Teste e apoio à comercialização dos atrativos	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2016-2018	PERMANENTE
Visita técnica: Quilombo do Mandira, Ilha do Cardoso	EDUCAÇÃO	GUARAPÉS, BATUVA	2017	24 HORAS
Projeto Escola e Turismo	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2018	60 HORAS
Curso de extensão: Anfitriões do Litoral	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ E REDE CAIÇARA	2018	120 HORAS
Evento de extensão: Bike +Canoa	MARKETING	GUARAPÉS	2018	08 HORAS

Encontro “Turismo em Comunidades tradicionais do litoral do Paraná”	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2018	08 HORAS
II Encontro “Turismo em Comunidades tradicionais do litoral do Paraná”	EDUCAÇÃO	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2018	16 HORAS
Produção de vídeos promocionais	MARKETING	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2017 2018	130 HORAS
Implantação de placas de sinalização	MARKETING	GUARAGUATÁ, GUARAPÉS E REDE CAIÇARA	2016 2018	40 HORAS

Fonte: Equipe do Projeto.

CURSOS DE EXTENSÃO

Os cursos de extensão: Anfitriões da Baía de Guaratuba e Anfitriões do Litoral, bem como o curso de Culinária e Turismo de base comunitária tiveram como propósito a qualificação dos serviços turísticos da região, bem como a valorização do território, cultura e atrativos.

O processo formativo dos anfitriões está diretamente relacionado às habilidades para que possam exercer de forma remunerada o ato de acolher e conduzir visitantes em atividades como: passeios de barco e de canoa caiçara; realização de trilhas em meio à Mata Atlântica; e interação com os visitantes, durante a realização de atividades rotineiras que estão associadas à cultura local. Tudo isso influencia no modo de hospitalidade que caracteriza o encontro entre visitantes e visitados; anfitriões e turistas.

CURSOS DE FORMAÇÃO DOS ANFITRIÕES

Os cursos de extensão Anfitriões da Baía de Guaratuba e Anfitriões do Litoral foram as duas ações estruturantes para a construção dos núcleos de turismo de base comunitária. Eles tiveram como propósito formar anfitriões aptos a construir um modelo de turismo que promova alternativas de renda para famílias da região, com valorização e conservação dos ambientes e cultura. As inscrições e o processo de sensibilização sobre a importância do Curso de extensão foram efetivados com visitas às famílias das comunidades e encontro de mobilização das pessoas.

Na Baía de Guaratuba, o curso ocorreu em todas as terças de julho a novembro de 2016, tendo um total de 128 horas. Os encontros foram conduzidos por professores e ministrantes convidados, que abordaram os seguintes temas: O papel do anfitrião e relação com o turismo (Beatriz Cabral e Patrícia Farias — UFPR); Relações interpessoais (Daniele Silva e Camila Valentim, assistentes sociais e terapeutas comunitárias, Aline Gonçalves — UFPR); Sambaquis e Manguezais (Marcos Gernet, gestor ambiental); Mata Atlântica e Unidades de Conservação (Rodrigo Torres e Luiz Faraco — ICMBio e Célia Lima Rocha — IAP); Aves da Mata Atlântica (Juliana Rechetelo, ornitóloga); Técnicas de hospitalidade e condução de visitantes (Beatriz Cabral — UFPR e Patrícia Farias — voluntária e guia de turismo); O Anfitrião como educador (Valdo Cavallet — UFPR); Histórias de vida e a Arte de contar histórias (Luiz Rogério de Oliveira — UFPR e Francisco Muniz — estudante de mestrado e fandangueiro); Impactos do Turismo e Gestão Social do Turismo (Beatriz Cabral). Também foi realizado um encontro temático sobre primeiros socorros (Everaldo Silva Arzão, bombeiro de Guaratuba), em que foram abordadas questões gerais sobre primeiros socorros; resgate e transporte de vítimas. Essa etapa do curso exigiu das pessoas um intenso processo de pesquisa e reconhecimento de suas práticas culturais e de seu território. Os encontros semanais ocorreram de forma entre as seguintes localidades de Guaratuba: Prainha, Caieiras, Cabaraquara, Ferry Boat, Parati e Mirim.

A organização dos encontros em Guaratuba foi responsabilidade de um representante da comunidade, com colaboração de um dos seis estudantes universitários. As refeições foram elaboradas por pessoas das famílias dos

cursistas, em que foram selecionados pratos que tivessem relação com a cultura local.

A exemplo da importância e potencial da atividade de observação de aves, os anfitriões no módulo de aves tiveram o seguinte material de apoio, que resulta do curso Anfitriões da Baía de Guaratuba e pode ser utilizado como apoio durante as visitas guiadas na baía:

Fonte: Rechetelo e Cabral (2017).

O curso Anfitriões do Litoral, por sua vez, ao abranger pessoas de localidades distantes entre si, de Guaraqueçaba e Paranaguá, demandou que os encontros fossem mais extensos, com cada módulo ocorrendo quinzenalmente, entre sexta e domingo, de modo a otimizar os recursos com o deslocamento dos ministrantes, estudantes e participantes. Os temas a serem trabalhados e aspectos logísticos dos encontros foram discutidos e acordados previamente entre equipe do projeto de extensão e cursistas, para atender aos interesses e às demandas do grupo.

No Anfitriões do Litoral, o curso foi realizado por uma turismóloga (Beatriz Leite Ferreira Cabral) coordenadora do eixo e por um antropólogo (Paulo Roberto Homem de Góes), com o propósito de conduzir a primeira parte do curso, que em Guaraqueçaba foi a etapa mais longa. Esta etapa buscou trabalhar conceitos e experiências referentes aos modos de vida e territórios tradicionais e sua potencial relação com o turismo em comunidade. Também foram trabalhados conceitos básicos sobre turismo a partir de uma metodologia prática, na medida em que o curso foi realizado de forma itinerante e cada comunidade era anfitriã dos demais colegas de curso.

A equipe tomou como pressuposto que a abordagem de temas como território, cultura e turismo influencia diretamente no modo como as atividades turísticas são organizadas por anfitriões, pois se relaciona com a forma como expressam seus conhecimentos, apresentam seus lugares, se comunicam com os possíveis clientes. Ou seja, a relação que cada pessoa estabelece com sua cultura e com seu território influencia no modo como se relaciona com sua própria comunidade, com o ambiente e com o turismo. Deste modo, buscamos fomentar processos que desnaturalizassem o modo de vida caiçara para essas comunidades, com intuito de promover reflexões sobre como a pessoa "de fora" se relacionaria com essa cultura.

O curso em Guaraqueçaba também contou com a participação de socorristas responsáveis pelo conteúdo vinculado a noções de primeiros socorros, e outros que irão contribuir com temáticas específicas, tais como ambiente, gestão e comunicação. Em Guaraqueçaba e Paranaguá as comunidades contempladas foram: Valadares, Encantadas (ambas em Paranaguá); Almeida, Engenho, Kuaray Guata Porã, Costão e Barbado.

As diversas etapas dos cursos Anfitriões da Baía de Guaratuba e Anfitriões do Litoral foram realizadas, como dito, de modo itinerante, com o grupo de cursista sendo recebido por cada uma das comunidades representadas. Essa opção metodológica teve como principal propósito a realização da atividade Nossa comunidade, nosso turismo, em que morador(es) da comunidade que sediaria(m) o curso em determinado encontro deveriam preparar uma programação de meio dia a um dia. Deste modo, foi demandado de cada cursista a posição de protagonista, devendo organizar atividades que possibilitaram ao grupo conhecer locais, coisas e pessoas que eles identificam como atrativo

turístico de sua própria comunidade, simulando que os demais integrantes do curso fossem “turistas”.

A(s) pessoa(s) que sediaram o curso em sua comunidade fizeram então atividades de planejar a recepção do grupo, de estudar sobre determinados atrativos que seriam posteriormente apresentados aos supostos visitantes e, quando havia mais de um morador na comunidade, a etapa anterior à chegada do curso exigia que as pessoas se reunissem para organizar a divisão das atividades, tal como: quem cozinha, quem vai levar o grupo, quem recebe o grupo, onde as pessoas vão dormir. Já para as pessoas que seriam os “turistas”, elas teriam que assumir diferentes posturas, simulando a diversidade de perfil e interesses dos turistas, tal como o “questionador”, o apressado, o atrasado, o que busca comer comidas típicas. Ademais, os “turistas” teriam a oportunidade de serem atendidos como tal, de terem uma experiência turística de planejar sua bagagem, formular suas expectativas em relação ao local, assumiriam condutas de visitantes. Colocar-se no lugar do outro constituiu o princípio desta atividade.

Em Guaratuba, a atividade Nossa comunidade, nosso Turismo evidenciou a importância da reflexão sobre o potencial turístico do território em que habitam, sistematização dos dados referentes ao local de residência e simulação de atividades de interação com os visitantes. Conforme relatos dos cursistas, eles passaram a valorizar mais o local e perceberam a importância da participação do grupo nos processos de decisão sobre o território, para conservação e valorização dos atrativos. A realização da trilha do Barreiro, tradicionalmente utilizada como caminho, foi um importante exercício de diálogo entre os cursistas sobre o território percorrido; na medida em que nem todos conheciam aquele percurso e, entre os que já haviam passado por ali, cada qual possui diferentes perspectivas e conhecimentos sobre o ambiente e história.

Após essa etapa do curso, ao se trabalhar aspectos sobre autoestima, comunicação e relações interpessoais os anfitriões também mostraram possuir habilidades diferenciadas. Como resultado dessa modalidade de trabalho, tem-se o relato de pessoas que passaram a indicar para os visitantes atrativos turísticos que até então desconheciam, outro resultado direto está na realização de um roteiro que sempre era realizado na região, desta vez em

parceria entre pessoas de diferentes comunidades; além da criação de um grupo virtual em rede social.

Com os atrativos identificados, foi feito um levantamento de como e onde cada anfitrião gostaria de atuar. Dentre as áreas de atuação estão a recepção na chegada do turista, a preparação das refeições, a contação de histórias, o guiamento em trilhas e caminhadas pela praia e comunidades, piloteiros para passeios de barco, guia para remadas e outras. Os roteiros envolvem trilhas pela mata atlântica, passeio de barco a motor, remada em canoa caiçara, almoço com pratos e insumos típicos da região, vivências comuns às tradições caiçaras e muita conversa e troca de saberes e conhecimento. Posteriormente, eles foram todos testados com pessoas convidadas e pelos membros participantes do grupo. Após o teste, foram realizadas entrevistas para saber a opinião dos participantes e fazer alterações e adaptações que tornaram os roteiros mais atrativos e vendáveis aos turistas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CURSOS E SEUS EFEITOS

Anteriormente ao curso, como resultado dos eventos locais realizados pelo projeto, foi possível registrar depoimentos de pessoas que diziam não acreditar em alternativas de turismo para a região, que fossem diferentes ao turismo de sol e praia. No entanto, ao final do curso, durante a atividade de elaboração de roteiros, muitas dessas pessoas propuseram atividades de lazer que eram extremamente inovadoras, tal como a retirada de marisco; a visita ao moinho antigo; a realização de trilhas, entre outros. Tal situação indica o processo de construção de um novo modelo de turismo para região, objetivo traçado para o presente curso de extensão.

Em diálogo com Gedivaldo Amorim, anfitrião de Guaratuba da comunidade do Parati, em julho de 2018, ele afirmou que o curso propiciou a interlocução e aproximação entre famílias e comunidades que, embora fisicamente próximas umas das outras, tinham pouco contato. Além disto, a visibilidade do grupo favoreceu o estabelecimento de parcerias aos órgãos ambientais da região, para discussão sobre gestão do turismo em áreas protegidas. O relato do anfitrião Gedivaldo expressa um pouco de sua experiência com o curso:

> O curso anfitriões mudou o pessoal que trabalha com o turismo, porque as pessoas não têm a visão de como receber os turistas, sobre os atrativos, melhorando, inovando. Dar nome para as coisas, valorizar o que muitas vezes a gente não dá tanto valor quanto os turistas. Eu gosto da natureza e por isso vivo nela, mas o turista tem outro olhar. A gente acaba valorizando mais o que pra gente é normal. O curso ajudou a gente a ter mais contato com outras comunidades. (Gedivaldo Amorim, 06 de agosto de 2018).

Marisa da Silva comenta sobre a divisão de trabalho entre as pessoas do grupo:

> Aí tem um pessoal que faz trilha ne pela mata, tem um pessoal que tá mais pro mar, né, leva o pessoal para fazer passeio de barcos, tem um outro pessoal também que leva o pessoal pra fazer, quem gostar, levar fazer um pescaria, eu tô dessa ne de fazer a pescaria, de levar pros roteiros de passeio de barco e até nas trilhas, se tiver disponível aí a gente vai também.

Elvisley Rocha Ferreira, cujo apelido é Belém, maricultor do Cabaraquara, expressa algumas das atribuições dos anfitriões, de auxiliar, receber, orientar os turistas, tornando os anfitriões um diferencial nos passeios realizados:

> estamos aí pra poder trabalhar, poder auxiliar as pessoas e hoje com a oportunidade da UFPR aí, de a gente poder estar fazendo esse curso também ne, se especializar melhor em como receber, como atender esse cliente ne. Como orientar ele numa trilha e muita das vezes parece que é tão fácil, mas muita das vezes você vê que tem pequenas coisas que vão fazer a diferença lá na frente.

Diversos caminhos de importância histórica passaram a ser concebidos como atrativos turísticos, entre eles o Caminho do Barreiro e a Trilha das Farinheiras, ambas em Guaratuba; além da caminhada entre as comunidades de Ilha Rasa e Caminho do Telégrafo, ambos em Guaraqueçaba.

Os resultados gerados a partir das ações apresentadas vão além de questões vinculadas unicamente ao turismo, pois contribuíram para a melhoria das relações entre famílias e comunidades de um mesmo território, para ampliação dos conhecimentos e do debate sobre a história e identidade das diversas localidades, promoveram intercâmbios entre os moradores, evidenciaram a singularidade de práticas culturais e valorizaram conhecimentos e ambientes através da possibilidade de visitação turística. As atividades geram impactos que nem sempre podem ser observados diretamente e outras transformações são mais lentas e de difícil mensuração.

CURSO DE EXTENSÃO: CULINÁRIA CAIÇARA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A alimentação tradicional é algo essencial na hospitalidade vinculada ao turismo de base comunitária. Não só as refeições servidas ao visitante, como também os processos de produção dos alimentos são extremamente enriquecedores para os visitantes e que possibilitam que o dinheiro advindo do turista circule de forma indireta, por outras pessoas da comunidade que desenvolveu atividades de produção e comercialização de alimentos.

Neste caso, há de se destacar os processos de produção da farinha de mandioca, realizadas nas poucas casas de farinha ainda em funcionamento. Na propriedade do Denilson e da Vanderleia, moradores do Cabaraquara-Guaratuba, a mandioca é plantada na roça familiar, na casa de farinha a Vanderleia produz a farinha e quando recebe grupos de visitantes costuma oferecer além da farinha o delicioso sorvete de aipim. Tal atividade é organizada mantendo a autonomia característica do caiçara, conforme Denilson Alves:

> desde então faz vinte e três anos que eu trabalho aqui na roça, é o meu ganha pão, onde eu planto aipim, faço farinha, e é um serviço um pouco árduo, é cansativo mas que vale a pena, é um serviço que a gente é patrão da gente, da gente própria, a gente faz o horário da gente, não é um serviço estressante, e como todo serviço exige sacrifício o nosso não é diferente mas é compensador.

A gastronomia é um atrativo relevante, incluída em roteiros e atividades dos Grupos de Turismo de Base Comunitária. Em Guaratuba atualmente existe o roteiro “marisco e manguezais”, também na região da Baía de Guaratuba, em que os visitantes são levados até o mangue para retirar uma quantidade demonstrativa de mariscos, junto com duas anfitriãs; e ao retornar, elas vão até a casa das moradoras e preparam o delicioso prato típico “lambe-lambe”. Em Barbado, comunidade na Ilha de Superagui, em Guaraqueçaba, as participantes do curso identificaram a culinária como importante atrativo, foram destacados os seguintes insumos, disponíveis em épocas específicas do ano: ostra, siri, pescadinha, robalo, betara, parati, bagre, corvina; cana durante o ano todo. Carambola, em janeiro e ferreiro; cajá, em março e abril; maracujá, entre janeiro a junho; camarão de fevereiro a maio. Laranja, limão e abacate, de março a junho; tainha e linguado de maio a agosto. Pêssego, em novembro e dezembro. Caranguejo e goiaba de dezembro a março. A importância da culinária também foi destacada em Almeida, comunidade da Ilha Rasa onde estão disponíveis os seguintes alimentos: caranguejo — 01 de dezembro a 15 de março; camarão — 15 de fevereiro a 15 de março; tainha entre maio e agosto; baiacu/marisco — maio/outubro. São Miguel também é uma comunidade de Paranaguá onde a produção do siri é o destaque na gastronomia local.

A alimentação passa a ser concebida não apenas como algo para o sustento familiar, mas também como um diferencial de cada localidade:

> Então eu estou nesse ramo a muito tempo, eu trabalho não só com a farinha como eu trabalho fazendo o biju e de uns tempos pra cá também aprendi fazer muita coisa com o aipim, que nem o bolo de aipim, sorvete de aipim e muito outras coisas. Então fazendo o curso aprendi muitas coisas também, deram a oportunidade de mostrar a culinária que é a parte que eu gosto, e é isso aí. (Vanderleia da Rocha Alves).

Também com o foco da geração de renda e valorização cultural, há de se destacar o Curso de extensão Culinária Caiçara e Turismo comunitário, objetivando a produção de alimentos tradicionais, aproveitando o conhecimento já presente nas comunidades sobre sua culinária tradicional para complementar com outras práticas.

O curso Culinária Caiçara e Turismo comunitário foi promovido em 2017 em três localidades do litoral do Paraná: no Setor Litoral da UFPR, em Matinhos; na comunidade do Parati, nos dias 24 e 25 de novembro; e na comunidade de São Miguel, no município de Paranaguá, com a presença de integrantes das comunidades de São Miguel e Ponta do Ubá, localizadas no entorno da Baía de Paranaguá. Em setembro de 2018 o curso ocorreu novamente em Matinhos, sendo ofertado para as comunidades de Guaraqueçaba vinculadas ao Grupo Guaraguatá. Essa etapa teve por objetivo contribuir para a geração de renda através da produção de alimentos da culinária caiçara; trocar e apresentar receitas da culinária caiçara; valorizar o uso dos insumos tradicionais da região; incentivar a confecção de pratos típicos, nas ações do turismo de base comunitária.

O curso foi ministrado pelo cozinheiro profissional, que no momento era estudante da UFPR Litoral, Dirson Teixeira Junior, com a colaboração de estudante bolsista e sob a coordenação da professora Beatriz Cabral. Entre as atividades realizadas durante o curso destaca-se a elaboração coletiva das receitas; apresentação sobre boas práticas na manipulação de alimentos; introdução à culinária caiçara; panificação e produção de doces e geleias artesanais; degustação dos pratos preparados e períodos de discussões em grupo.

O curso teve duração aproximada de vinte (20) horas e contou com a preparação de cerca de dez receitas, em destaque o Barreado, o Bolinho de Taioba, Geleia de laranja com cenoura e de frutas vermelhas com Malvavisco, Doce de Banana, salgados à base de carne de Siri, preparações com frango, pães, pizzas e molho pesto de alfavaca nativa da região.

FOTO — CURSO EM SÃO MIGUEL — PARANAGUÁ

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

OFICINAS CULTURAIS

As oficinas desenvolvidas tiveram como foco não apenas despertar nos participantes novas perspectivas e descobertas, mas também propiciar a oportunidade de revelar talentos e potencialidades. Cultura e território foram temáticas horizontais, trabalhadas em todas as oficinas, sem que os conteúdos teóricos fossem discutidos diretamente, mas que novas habilidades fossem passadas. Foram espaços organizados para dois grupos distintos, as crianças e os adultos na Oficina de Canoa, direcionadas a fazer a canoa, fazer a farinha, cultivar ostras.

Tais atividades possibilitaram o ato de aprender com os “mestres” da cultura de entorno, levando em consideração a disponibilidade das pessoas e características das comunidades. O objetivo das oficinas foi sensibilizar as pessoas sobre os aspectos da cultura e território, buscando propiciar aos sujeitos, o sentimento de “sentir-se parte” daquele território.

OFICINAS CULTURAIS NAS ESCOLAS

Em Guaratuba, essas atividades proporcionaram a aproximação entre gerações (crianças e anfitriões), na realização de atividades que movimentam o turismo na região e que fazem parte do modo de vida e de relação com o meio das pessoas da região. Foram realizadas nas casas, sítios, e oficina de trabalho dos anfitriões, onde os alunos tiveram a oportunidade de conhecer algumas técnicas culturais como a fabricação de canoa de um pau só, cultivo de ostras, pesca na Baía de Guaratuba, fabricação de farinha de mandioca e artesanato com recicláveis.

A organização e metodologias das oficinas foram elaboradas com as professoras da escola e com os oficineiros. A possibilidade de os anfitriões serem educadores é algo inerente ao ofício de receber visitantes no turismo comunitário, o diferencial foi apresentar os conhecimentos às crianças que vivem nas proximidades de onde moram. O objetivo das atividades foi atrelar, na perspectiva interdisciplinar, manifestações culturais locais, meio ambiente, cultura e turismo.

Diversas atividades foram desenvolvidas na Escola Antônio Barbosa Pinto em Guaraqueçaba e na Escola Municipal de Guaratuba Iraci Miranda Kruger. Os estudantes do ensino fundamental iam até as casas dos anfitriões, realizavam atividade práticas e momentos de conversas. Universitários bolsistas do projeto acompanharam todos as oficinas com o objetivo de, posteriormente na escola, contextualizar os temas abordados com brincadeiras e ações culturais. Isso resultou na elaboração da paródia da música A canoa virou e a elaboração das pistas de um caça ao tesouro, ambas das atividades foram de autoria dos bolsistas do Projeto.

OFICINA DE CONFECÇÃO DE CANOA CAIÇARA

Na Baía de Guaratuba e Paranaguá, as canoas tradicionais vêm sendo substituídas por barcos de alumínio ou fibra, perdendo-se assim tradições e conhecimentos milenares que estão sintetizados no feitio das canoas caiçaras. Considerando essa tendência, a oficina de canoa permitiu que os conhecimentos e modo coletivo de organização do trabalho fosse reavivado por aqueles que participaram desse processo, valorizando os conhecimentos e práticas culturais que passam por constantes transformações e ressignificações.

Tendo em vista o potencial turístico e significado cultural do uso das canoas caiçaras no litoral paranaense, foram realizadas as seguintes ações: oficina de construção de Canoa "Com pau só se constrói uma canoa caiçara", que contou com integrantes adultos das comunidades Cabaraquara, Prainha, Caieiras, Porto de Passagem, localizadas em Guaratuba; oficinas ministradas pelo Mestre canoeiro Sr. Aroldo Cordeiro de Freitas aos estudantes da escola municipal Iraci Miranda Kruger.

Anteriormente ao início da oficina de construção de canoa, foi necessário solicitar ao órgão ambiental ICMBio, gestor do Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, autorização para o uso do tronco a ser esculpido. O mestre canoeiro Sr. Aroldo Cordeiro de Freitas avaliou a qualidade da madeira, tendo em vista o diâmetro do tronco e estado de conservação, selecionou os troncos mais apropriados e identificou que seria possível obter uma canoa maior, com a base do tronco e duas menores.

Em julho de 2017, foi realizada a etapa de escavação do tronco, com a utilização de motosserras. Neste momento, Sr. Aroldo convidou alguns moradores que possuem autorização de uso do equipamento, para que o trabalho fosse realizado com mais agilidade. Neste dia, reuniram-se aproximadamente dez pessoas, sendo que os homens se revezavam entre o trabalho com machado e motosserra, enquanto que as mulheres prepararam um almoço, a base de cozido de peixe. Para o nivelamento utilizou-se um barbante mergulhado em tinta feita com pó de carvão. Após este momento coletivo, Sr. Aroldo e seu ajudante retornaram lá algumas vezes, para dar continuidade ao trabalho de "cavoucar" a madeira.

Em 28 de setembro de 2017, foi dado início à etapa mais árdua deste processo, a puxada da canoa. Este momento exigiu um trabalho coletivo, de aproximadamente 15 homens da região da Baía de Guaratuba: Prainha, Cabaraquara, Parati e Porto de Passagem. Ao chegar lá, a canoa foi furada na proa e na popa, por onde passou uma longa corda amarrada nas extremidades. Após a puxada da canoa até a parte de baixo do terreno, os dois troncos entalhados foram colocados em um caminhão que conduziu as futuras embarcações até a casa do mestre canoeiro. O árduo serviço durou a manhã toda e como recompensa, Sr. Aroldo ofertou em sua casa um farto almoço, que havia sido preparado pelas mulheres da família desde às 8:30 da manhã, nos oferecendo então, como ele mesmo disse, “um belo guaju”! Conforme o relato de Sr. Aroldo, aquele momento de trabalho organizado pelo mestre, em que as pessoas trabalhavam sem remuneração, foi muito importante pois reuniu moradores da região que nunca haviam presenciado a feitura de uma canoa caiçara.

Após a retirada da canoa na mata, o acabamento da canoa foi realizado na oficina do mestre canoeiro. As ferramentas utilizadas para a construção de canoa foram motosserra, machado enxó de duas mãos e goevá para dar acabamento. Antes do término das canoas, em novembro de 2017, foi realizada uma oficina demonstrativa para crianças do ensino fundamental da Escola Municipal de Guaratuba Iraci Miranda Kruger, em que as crianças aprenderam sobre as etapas do processo de produção das canoas e esculpiram pequenas “canoinhas”, sob a orientação do mestre canoeiro. A conclusão da confecção da secagem das canoas e pintura possibilitou que as mesmas fossem utilizadas para fins turísticos na Baía de Guaratuba.

FOTO — SEU AROLDO, MESTRE CANOEIRO, INICIANDO O CORTE DO TRONCO DO GUAPURUVU, PARA DAR A FORMA DA CANOA

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

FOTO — MESTRE CANOEIRO E SEU AJUDANTE TIRANDO A PRIMEIRA PRANCHA DO TRONCO DE GUAPURUVU

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

.

FOTO — PARTICIPANTES DO GRUPO GUARAPÉS INICIANDO O PROCESSO DE CAVOUCAR O TRONCO NA OFICINA DO FEITIO DA CANOA

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

FOTO — INTEGRANTES DO GUARAPÉS CAVOUCANDO O TRONCO, JÁ COM A FORMA DA CANOA BEM ESTABELECIDA E CLARA

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

FOTO — PESSOAL QUE AUXILIOU NA RETIRADA DAS CANOAS DO MATO

Fonte: UFPR LITORAL e Acervo projeto Mutirão — Eixo Economia Criativa, 2015-2018.

RELATO DE EXPERIÊNCIA — ABORDAGEM UNIFICADA DOS DESAFIOS OBJETIVOS (TÉCNICOS E OPERACIONAIS) DAS PRODUÇÕES

O registro da experiência de três anos de trabalho do Projeto Mutirão, do Eixo de Economia Criativa, revelou a complexidade que é a organização das redes de turismo de base comunitária, levando em conta a diversidade de atrativos e especificidade de cada comunidade. Observamos que algumas iniciativas de TBC apoiadas pelo Projeto Mutirão, por seu tempo de existência, estão mais consolidadas do ponto de vista de organização, gestão, oferta e em termos de visibilidade.

Nota-se a consolidação dos roteiros, sua inovação e inserção no mercado turístico. Os Grupos de TBC são os únicos que reúnem pessoas de comunidades habilitadas para trabalharem com uma proposta de turismo comunitário na região de Guaratuba, bem como a Rede Caiçara em Paranaguá e o Grupo

Guaraguatá em Guaraqueçaba. Além disso, é importante evidenciar alguns movimentos gerados por iniciativa das comunidades, que possivelmente estejam relacionados ao projeto, tais como: realização de reuniões por iniciativa do grupo, sem a participação do projeto; realização de "mutirões" para melhoria das condições dos atrativos turísticos e organização comunitária que foram extremamente relevantes, tal como limpeza da Trilha do Barreiro no Parati; a retomada das cirandas em Almeida; a limpeza da Trilha em Guaraqueçaba e retomada da associação de Almeida. São efeitos colaterais positivos dos diálogos construídos ao longo do Projeto.

Para alavancar e consolidar o turismo de base comunitária faz-se necessário, no entanto e ainda, aprimorar os mecanismos de gestão interna aos Grupos. Para a solidificação do grupo de pessoas envolvidas será necessário o acompanhamento, processos de adequação, renovação e criação que possibilitem definição de estratégias para gestão e cooperação interna e com os parceiros, sejam eles da esfera pública ou privada (micro e pequenos empresários) para consolidar o modelo de turismo que se espera. Ademais, gradativamente será necessário estabelecer regras de visitação e de uso dos atrativos, tem-se o caso da necessidade de estabelecer regras para visitação ao atrativo Salto do Parati, que integra o roteiro mais procurado pelos visitantes.

Do ponto de vista cultural percebe-se que há uma valorização quanto a utilização de aspectos cotidianos como elementos de atratividade turística. Para tanto, é importante realçar a necessidade de estabelecer mecanismos de comunicação que sejam eficazes, para entendimento da complexidade do turismo de base comunitária, em comunidades onde muitas vezes a atividade turística não é bem compreendida e pode ser complementar aos ganhos advindos com a pesca, agricultura e os serviços pagos em sistema de diárias. Portanto, a geração de renda advinda com o turismo poderá incrementar famílias que trabalham no acolhimento dos visitantes e outras famílias da região, a partir de atividades tradicionalmente praticadas nas comunidades em ambientes da região.

Em seus três anos de atividade até final de 2018, o Projeto Mutirão acumulou uma série de conquistas, já compartilhadas através desta publicação. Com isto, se espera que o relato das experiências possa inspirar iniciativas semelhantes do litoral do Paraná e Brasil. No entanto, mesmo tendo em vista

todas as conquistas vivenciadas ao longo dos três anos de projeto, existem alguns desafios, que devem ser enfrentados para continuidade do trabalho aqui iniciado.

Ao final da sistematização das experiências, foi possível a identificação de desafios e potencialidades no que se refere à consolidação do turismo de base comunitária, sendo os principais:

- Marketing e comunicação;
- Gestão interna dos grupos;
- Reconhecimento dos produtos de turismo de base comunitária, por parte dos moradores e turistas que frequentam a região.

Em relação ao marketing, um dos desafios para estruturação, organização e comercialização das experiências de TBC no litoral do Paraná requer mecanismos para aprimorar o funcionamento das redes de turismo e alavancar o ingresso dos roteiros no mercado turístico. Quanto ao processo de promoção e comercialização da atividade, será necessário aprimorar as formas de comunicação entre as pessoas da mesma rede e com os turistas potenciais. Ademais, ao reconhecer que o planejamento de marketing é algo que requer maior grau de profissionalização, será necessário criar mecanismos que possibilitem a venda dos roteiros, seja a partir de parcerias com agências de turismo especializadas ou empresas da região.

As ações de educação, comunicação e marketing associadas ao turismo de base comunitária, desenvolvidas até o momento e ainda em vigência, geram o fortalecimento de processos de governança local e, ainda que de forma incipiente, indicam para a ampliação da autonomia das famílias em processos de tomada de decisão sobre questões de organização do grupo. A gestão do turismo de base comunitária deverá alcançar os órgãos públicos e influenciar as políticas públicas do turismo.

Para atração dos visitantes às comunidades, será necessário qualificar a estrutura básica nas comunidades, tanto no que se refere ao lixo como também aos espaços de uso turístico e acesso às localidades. Além de tudo, há dificuldades inerentes à escassa estrutura das comunidades, como é o caso da falta de sistema de coleta de lixo em comunidades da Ilha Rasa e do Supe-

ragui, em Guaraqueçaba; a questão de apoio à saúde e segurança; e a existência de serviços turísticos que não funcionam aos finais de semana, como é o caso dos restaurantes no centro de Guaraqueçaba. Ademais, a oscilação de sinal de celular ou ausência de sinal em alguns lugares, acarretando em dificuldade na comunicação entre os próprios membros do grupo, para alinhar certos temas, conversar e informar sobre novidades dos passeios, dificulta a comunicação do turista com o grupo, causando a demora na resposta ou em caso de ligação, a dificuldade em relação ao entendimento do que o turista necessita.

Portanto, será necessário pautar o turismo de base comunitária na formulação das políticas públicas de turismo do litoral do Paraná, bem como incluí-lo na formulação dos planos de desenvolvimento regional. Outro ponto que merece destaque é o estabelecimento de mecanismos de ordenamento do uso público das unidades de conservação que possibilitem garantir a inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo nas Áreas de Proteção Ambiental e Parques Nacionais.

O tema da gestão de cada núcleo, cuja configuração se dá em rede, é o maior desafio que enfrentam todas estas iniciativas com o fim do projeto, pois as comunidades envolvidas nas redes de TBC deverão definir quais serão as estratégias para manter a colaboração intracomunitária, viabilizar a operacionalização dos roteiros, atividades e serviços turísticos, tais como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento; estabelecer parcerias que sejam benéficas para a comunidade; apontar meios para que o turismo valorize os territórios através de uma atividade economicamente rentável.

Entende-se que a Universidade Federal do Paraná — representada aqui pelo Projeto Mutirão — Eixo de Economia Criativa — desempenhou um papel fundamental no sentido de dar início a dois grupos de TBC no litoral e apoiar o grupo já existente na região, mesmo antes do início do Projeto Mutirão, por meio da execução de ações de cunho educativo e vinculadas ao marketing. No entanto, a universidade não é a única responsável pela continuidade do turismo de base comunitária, pois acreditamos que o sucesso do TBC no litoral do Paraná depende da consolidação de uma rede de sujeitos e instituições.

Entendemos que ações formativas complementares e assessoria aos grupos são necessárias para que efetivamente esta gestão seja realizada de for-

ma autônoma pelos grupos no futuro. Tendo em vista que o processo de fortalecimento do TBC no litoral não será findado ao término do Mutirão e é algo lento, nossa contribuição como universidade está em desenvolver ações que integrem ensino, pesquisa e extensão para reforçar a noção de colaboração entre os membros da comunidade; realizar parcerias; buscar meios para instituir o TBC nas políticas públicas de desenvolvimento para a região; constituir formas para formar uma rede de turistas que tenham interesse e responsabilidade para consumo dos roteiros e propostas comercializadas. Portanto, para que o turismo de base comunitária não seja apenas uma estratégia do Eixo de Economia Criativa e sim uma alternativa real de desenvolvimento para o litoral, será necessário que os diversos sujeitos e instituições que influenciam na gestão da atividade concebam a importância de aperfeiçoar este tipo de turismo, bem como de consolidar este tipo de turismo como uma opção de viagem ao litoral, através de uma experiência com os anfitriões da região, conforme expressa o *slogan*: “Conheça o litoral com quem vive lá”.

Capítulo 10

MUSEUS E CULTURA POPULAR: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR NO LITORAL

Prof.ª D.ra Laura Pérez Gil
D.ra Bruna Marina Portela

Quando Loureiro Fernandes criou o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná sabia que estava dando origem a uma instituição que marcaria de forma significativa a vida social e cultural da cidade de Paranaguá. Não é por acaso que escolheu para a sua constituição o mesmo dia, 29 de julho, em que se comemora a criação de Paranaguá. No mesmo sentido, Loureiro o imaginou inicialmente como um museu dedicado às populações tradicionais do litoral paranaense. Tudo isso indica que concebeu o museu como uma instituição intimamente ligada à vida intelectual, cultural e artística da cidade, e assim continuou sendo desde então. Embora atualmente o museu não se restrinja ao litoral paranaense — pelas particularidades das suas coleções, pelo seu caráter de museu universitário, e pela amplitude das ações que desenvolve — está desde seu início estreitamente ligado a essa região, como evidenciam as memórias e experiências que as pessoas da cidade guardam do museu.

A participação do MAE no projeto Mutirão Mais Cultura ofereceu uma oportunidade excepcional para explorar esta relação histórica entre o museu e o litoral paranaense por meio de várias ações que tiveram como princípio orientador a colaboração com diferentes segmentos da população regional. Nesse sentido, as ações e programas realizados no MAE foram o produto da articulação entre a comunidade universitária e determinados segmentos da

população local. Conforme é definido pelas correntes contemporâneas da museologia, a prática do MAE focou no fazer com, em vez de fazer para.

Foram vários meses de atividade muito intensa que se refletiu na quantidade de ações realizadas: inauguração de duas exposições colaborativas; lançamento do catálogo de uma terceira exposição; celebração de um evento de três dias, atrelado ao Festival de Inverno da UFPR que acontece em Antonina, com diversos espetáculos e atividades. Para além disso, houve atividades importantes, mas que não tiveram visibilidade para a comunidade externa. Por exemplo, foi realizada uma pesquisa importante sobre a possibilidade de criar uma loja no museu a partir dos princípios da economia solidária, como forma de canalizar e dar suporte aos artesãos e artistas da região. É sobre todas essas experiências que tiveram como foco o MAE-UFPR que vamos tratar ao longo do texto.

OS GUARANI NO MAE: A EXPOSIÇÃO NHANDE MBYA REKO

Embora eles sejam habitantes do litoral paranaense desde muito antes da chegada dos europeus na região, as pessoas costumam conhecer pouco sobre os Guarani, para além de vê-los vender eventualmente artesanato nas ruas. Por vezes, as pessoas não sabem sequer que muitos dos objetos vendidos nas lojas do mercado municipal de Paranaguá são elaborados por eles. Infelizmente, são frequentemente tratados como se fossem estrangeiros, com desconhecimento e preconceito. A exposição Nhande Mbya Reko é idealizada, em parte, como forma para enfrentar esta situação por meio do conhecimento e da arte. Nessa exposição, os Guarani falam sobre eles mesmos, oferecendo ao visitante a possibilidade de se assomar, como se de uma janela se tratasse, à sua forma de vida, ao seu conhecimento, à sua espiritualidade. Por meio dos objetos, se pretende não apenas que o visitante aprecie a artisticidade dos homens e mulheres guarani das comunidades localizadas na região do litoral paranaense, mas que se descubra alguns aspectos da cosmologia, da economia, do saber fazer, da relação com a natureza e da espiritualidade guarani.

Dado que se tratava de fazer uma exposição colaborativa, o primeiro passo por parte do MAE foi visitar as seis comunidades Mbya guarani localizadas no litoral paranaense e suas proximidades: Pindoty (TI Ilha da Cotinga/Paranaguá-PR), Kuaray Guata Porã (TI Cerco Grande/Guaraqueçaba-PR); Guaviraty e Karaguata Poty (TI Sambaqui/Pontal do Paraná-PR), Kuaray Haxa (Guaraqueçaba-PR) e Araxa'i (TI Araçá'i/Piraquara-PR). Durante essas visitas, conversamos sobre a nossa ideia, mostramos materiais de exposições realizadas pelo museu em anteriores ocasiões e consultamos sobre o interesse das comunidades em que a exposição fosse efetivada e em participar nela. Todas elas se mostraram favoráveis, destacando a importância de dar a conhecer e valorizar a cultura guarani na região. A partir de sua aceitação, foram feitas três reuniões da equipe de curadoria da exposição, que era ao mesmo tempo transcultural e interdisciplinar, constituída por dois representantes de cada comunidade participante (apenas Araxa'i não conseguiu propor representantes para integrar a equipe), a equipe de técnicos do MAE (antropóloga, museóloga e fotógrafo) e alunos de vários cursos (Pós-graduação em Antropologia, Ciências Sociais, História, Design). Nas etapas finais do processo, contamos com a colaboração tanto de outros técnicos e bolsistas do MAE, como da equipe de Geoprocessamento também do projeto Mutirão Mais Cultura.

Duas das reuniões de curadoria foram realizadas no MAE em Paranaguá e outra na Reserva Técnica em Curitiba. Ao longo dessas reuniões, que duraram cada vez entre dois e três dias, foi discutida e definida a narrativa da exposição; foram escolhidos os objetos que seriam expostos e como seriam expostos; foi delineada a identidade visual da exposição; foram selecionadas as imagens que seriam usadas; foram escritos coletivamente os textos dos painéis e as legendas que acompanhariam os objetos. Foi um trabalho coletivo no qual cada um aportou sua experiência, sua opinião, seu saber-fazer. Se a equipe do MAE orientou os aspectos técnicos do processo (os passos a seguir, os elementos que deveriam ser produzidos para a montagem, a viabilização da expografia) e participou do processo de construção do conteúdo, foi a equipe guarani que a este respeito tomou a frente. O tema escolhido e o enfoque dado foram estabelecidos a partir de uma série de discussões sobre quais eram os objetivos da exposição para os próprios Guarani. Especialmente na primeira reunião, ficou claro que a importância dada à exposição estava diretamente relacionada com duas preocupações.

De um lado, insistiram no fato de que são objeto de preconceito, e de que a população com a qual convivem, no geral, demonstra um grande desconhecimento em relação à sua realidade, à sua cultura e à sua história. Dentre os vários aspectos decorrentes dessa situação, o territorial é de grande preocupação para várias das comunidades. O segundo aspecto tem a ver com a venda de artesanato, que desde algumas décadas atrás se transformou em um dos poucos meios que algumas famílias têm para obter os recursos monetários necessários para viver, considerando especialmente que precisamente a escassez de terras e a falta de caça tornam impossível sobreviver a partir de uma economia de subsistência. Por outro lado, os Guarani são parte do mundo contemporâneo no qual é perentório ter recursos monetários para poder acessar não apenas a alimentação, mas também a educação, a saúde, a comunicação, o deslocamento etc.

Apesar do artesanato ser a sua principal fonte de renda, explicam que em Paranaguá é pouco valorizado e mal pago, e precisam viajar a cidades distantes para receber um pagamento mais justo pelos objetos que fabricam.

Em função dessas duas razões, foi escolhido como tema da exposição o artesanato a partir de dois eixos: de um lado, as técnicas de elaboração, e de outro, a conexão com a espiritualidade. O primeiro eixo, a partir da exibição e explicação dos processos de fabricação, tem como objetivo mostrar a complexidade do saber-fazer, e a laboriosidade necessária para a produção das peças vendidas. O segundo eixo tem como objetivo revelar aspectos da cultura guarani que estão implícitos nos objetos, mas ocultos para os não indígenas. Quais são as conexões cosmológicas dos artesanatos? Quais os significados dos grafismos e das formas? Quais as implicações de suas qualidades estéticas? Nesse sentido, os artesanatos ganham um novo significado quando opostos aos objetos que não se vendem: os objetos sagrados usados durante os rituais na casa-de-reza (*opy*).

Um dos aspectos que ficou muito claro ao longo de toda essa experiência foi que, apesar de que os participantes guarani enxergavam pontos muito positivos na efetivação da exposição, havia também alguns aspectos polêmicos. A possibilidade do aumento das vendas e da valorização do artesanato era um objetivo imediato e que teria um impacto positivo direto na economia das aldeias. Nesse sentido, durante as reuniões acordamos que o

MAE disponibilizaria um espaço para que pessoas das comunidades pudessem vender suas criações.

Por outro lado, consideravam que a exposição era uma forma de mostrar aspectos de sua cultura e sua forma de vida que muitos não indígenas não conheciam, o que geraria uma maior empatia e respeito. De fato, nos meses prévios à inauguração ocorreu um acontecimento dramático: um rapaz guarani, durante uma visita a uma cidade do litoral, foi acusado injusta e erradamente de roubo, e foi agredido por várias pessoas, sendo ferido e acabando na prisão. Os colaboradores indígenas narraram contrariados e indignados o fato, e o interpretaram como um exemplo triste do tipo de preconceito que sofrem com frequência.

Contudo, apesar dos benefícios que a exposição poderia trazer como mecanismo para combater o preconceito, gerava um sério dilema. Os Guarani se caracterizam por serem muito zelosos de determinados aspectos da sua tradição cultural. Rodeados por uma sociedade que tratou, ao longo de vários séculos, de integrá-los e de transformá-los por vários meios, um mecanismo para resistir como povo foi precisamente ocultar, reservar, manter em segredo especialmente tudo aquilo que tem a ver com a espiritualidade, porque é nessa espiritualidade que se depositam aspectos essenciais do que é ser guarani: “A casa de reza faz parte da gente desde que nascemos, não tem o que se dizer de nós se a gente não falar da casa de reza” (Juliana Kerexu, Paranaguá, 18/12/17). Dessa forma, a todo momento, antes de tomar a decisão de mostrar elementos relacionados com esse aspecto da sua tradição, insistiam em que era necessário ter o aceite dos mais velhos e das lideranças das suas aldeias. A proposta, por exemplo, de incluir na exposição o interior de uma casa de reza, com todos os objetos usados nos rituais sagrados, foi controvertida e apenas aprovada uma vez que os representantes consultaram cada uma de suas comunidades. Trata-se de aspectos raramente mostrados aos não indígenas. Nesse sentido, o fato que tenham acedido a fazê-lo nessa ocasião é uma honra para o MAE e para seu público.

Para quem nunca participou, fica difícil entender a tensão que há por trás da inauguração de uma exposição. A equipe do MAE teve que fazer um grande trabalho em um curto prazo para poder concluir a tempo. Como em todas as exposições, a museóloga precisou demonstrar a sua capacidade inventiva

para poder contornar os limites técnicos e financeiros, mantendo o conteúdo definido pela equipe de curadores. Para além dos expositores, os folders, cartazes, vídeos, painéis, legendas... tudo precisa ser concluído, corrigido, impresso. Nos dias anteriores, tanto em Paranaguá como em Curitiba, o MAE fervia de energia, determinação e coragem.

No dia 11 de julho de 2018, dia da inauguração da exposição, de manhã os convidados guarani começaram a chegar de suas comunidades pelas estradas de chão ou atravessando em barco a baía, enquanto a equipe do MAE se esforçava em concluir a montagem. O claustro do antigo Colégio dos Jesuítas acolheu os Guarani que se sentiam à vontade para fumar nos seus cachimbos *petyngua*, ensaiar as músicas e danças que iriam apresentar mais formalmente na parte da tarde, e tomar chimarrão enquanto conversavam. Uma sensação de satisfação e alegria invadiu o museu ao som de chocalhos e violinos. A montagem da exposição ao longo de nove meses foi um desafio que nos levou, a uns e outros, a partilhar conhecimentos e experiências, e a dialogar. Mas resta ver o que a exposição vai produzir durante o ano que estará aberta ao público, se, para além de ser o produto do diálogo, é capaz, como esperamos, de produzir novos diálogos, gerar novas ideias e transformar as que já existem. Isso é, para todos os que participaram, uma incógnita.

O CIRCUITO CULTURA E ARTE NO MAE EM PARANAGUÁ

Este Circuito Cultural aconteceu em um final de semana do mês de maio, nos dias 18, 19 e 20, e contou com uma programação cultural bastante intensa e para todos os públicos. A ideia do Circuito foi trazer um pouco da programação do Festival de Inverno da UFPR, que acontece em Antonina no mês de julho, para a cidade de Paranaguá e para o MAE.

No primeiro dia de evento, houve a abertura de uma exposição com trabalhos dos alunos do curso de Design da UFPR, intitulada “direitos, para quem?” e também a apresentação da Téssera Companhia de Dança da UFPR, que apresentou o espetáculo “Aquela que é”.

No segundo dia do Circuito aconteceu a abertura de mais uma exposição, elaborada em parceria com outro Eixo do Projeto Mutirão Mais Cultura e com

o Grupo Folclórico Boi Barroso de Antonina. A exposição “Rogai por Nós” trata sobre as capelas da cidade de Antonina através de estandartes e de imagens, que foram produzidos e selecionados pelas mulheres integrantes do Grupo. No dia da abertura o Grupo Boi Barroso fez uma apresentação do Boi-de-Mamão, manifestação cultural que acontece no litoral paranaense e catarinense, além de fazer uma fala sobre a constituição do Bloco em Antonina e sua tradição no carnaval (ver mapa Cap. 8).

No último dia de evento foi preparada uma programação para crianças e adolescentes em parceria com o GEPLEC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade) do curso de Educação Física da UFPR. Foram disponibilizados diversos jogos e brincadeiras dentro do espaço do museu durante todo o dia e foi aberta a porta do museu que fica junto à Praça 29 de julho, atraindo mais visitantes do que o usual para um domingo.

A experiência do Circuito no MAE em Paranaguá foi bastante positiva e mobilizou a cidade para dentro do museu. O público nos três dias de evento foi bastante significativo e trouxe movimento e vida ao MAE, para além das exposições. Foi um evento importante para estreitar os laços com a comunidade e para expandir a ideia inicial que se tem de museus como apenas um espaço expositivo.

O PROCESSO DE PESQUISA PARA CRIAÇÃO DE UMA LOJA DENTRO DO MAE

Nos cadernos de sugestões disponibilizados ao público no museu sempre aparecem pedidos para abertura de uma loja para venda de produtos relacionados ao MAE. Por meio do Projeto Mutirão Mais Cultura foi possível fazer um estudo detalhado sobre a viabilidade de abertura de uma loja dentro do espaço do MAE em Paranaguá. A ideia era não apenas pensar na comercialização de itens do próprio museu (como canetas, blocos de anotação, chaveiros e canecas), mas também na inclusão de comunidades parceiras, da região litorânea do Paraná, para comercializarem seus produtos. Um exemplo seriam as comunidades indígenas Guarani, que fazem artesanato. Eles poderiam ser potenciais parceiros na loja do MAE UFPR. Da mesma maneira, outros grupos

tradicionais do litoral, como os caiçaras, também poderiam ser incluídos nesse circuito comercial que se formaria no museu.

A equipe do Eixo 8, formada por bolsistas dos cursos de Design Gráfico, Design de Produto e História, pensou em uma proposta para uma loja do MAE, que envolveu a identidade visual e o mobiliário. Foi também realizada uma pesquisa de público a respeito do tipo de loja que se esperaria em um museu. O público foi bastante simpático à ideia de ter uma loja e demonstrou interesse tanto em produtos com a marca do próprio MAE, como também em produtos da comunidade local. Publicações, artesanato local e camisetas foram alguns dos itens que mais despertaram interesse do público que respondeu à pesquisa.

O mobiliário pensado para o espaço da loja é todo modulado, podendo ser modificado e transportado de acordo com a necessidade. Esse foi um ponto fundamental do projeto, uma vez que no prédio do museu em Paranaguá existe mais de um espaço possível para a loja. Dessa maneira, a loja pode estar em diferentes lugares de acordo com a programação de eventos no museu, por exemplo.

Apesar de não ter sido possível a execução da loja, toda a pesquisa desenvolvida pelos alunos, bem como o relatório e o projeto do mobiliário, servirá de base para quando o MAE UFPR conseguir realizar a implantação da loja.

OS IMPACTOS DO PROJETO MUTIRÃO MAIS CULTURA NO MAE UFPR E NA COMUNIDADE DO LITORAL DO PARANÁ

O Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, por meio do Projeto Mutirão Mais Cultura, desenvolveu um grande número de ações e produtos que atingiram direta e positivamente a população de Paranaguá e seu entorno. A programação oferecida no museu, como as apresentações artísticas e as exposições, fez com que houvesse uma movimentação e uma apropriação pela comunidade dos espaços do museu. A exposição Guarani, por exemplo, permitiu a entrada no MAE de uma comunidade até então pouco representada e conhecida do restante da população. Todo o processo de curadoria compartilhada trouxe para o museu representantes dos indígenas Guarani e suas

famílias, desde a realização das reuniões até a inauguração da exposição. Por outro lado, a comunidade parnanguara tem a oportunidade de conhecer e aprender a respeitar e valorizar a cultura guarani, que está presente na região desde antes da chegada dos europeus no século XVI.

Outro impacto bastante positivo do Projeto Mutirão Mais Cultura foi a participação dos bolsistas de graduação e de pós-graduação. O caráter interdisciplinar do projeto uniu alunos de diferentes cursos — tais como História, Ciências Sociais, Pedagogia, Design — que dificilmente teriam a oportunidade de trabalhar juntos. Além disso, a experiência do trabalho envolvendo ações voltadas para museus permitiu que os estudantes adquirissem conhecimentos que extrapolam aqueles aprendidos em sala de aula.

O Projeto Mutirão, portanto, estreitou os laços do museu e sua equipe com a comunidade, tanto interna à UFPR quanto externa. Permitiu a expansão das atividades do MAE e a participação ativa da comunidade, tanto na posição de autores como na de espectadores das exposições, apresentações artísticas e publicações resultantes do projeto.

SOBRE OS AUTORES

Ana Josefina Ferrari

Pós Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas com a pesquisa «Memória de mulheres quilombolas: análise das falas de mulheres quilombolas da comunidade de Batuva — Guaraqueçaba — Paraná" (2013-2014), com bolsa CNPq processo número:503701/2012-2. Participa do Grupo de pesquisa "Mulheres em Discurso" cadastrado no CNPq e do NEABI da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Comunidades Tradicionais: Quilombos, Comunidades de Terreiro, Povos do Campo. Doutora em Linguística na área de Análise do Discurso na Universidade Estadual de Campinas. Possui título de graduação em Letras Português pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Coordenou o Curso de extensão de Educação para as relações étnico-raciais em 2018 no Setor Litoral da UFPR além de projetos Licenciar e de extensão que relacionavam a cultura afro brasileira e o ensino. Docente colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (PROFCIAMB) na UFPR Litoral.

Beatriz Leite Ferreira Cabral

Turismóloga e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). É Professora do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR — Setor Litoral. Participou do projeto Mutirão Mais Cultura e é coordenadora de projetos de extensão para fomento do Turismo de Base Comunitária, em comunidades caiçaras do litoral do PR, desde 2015.

Claudia Madruga Cunha

Licenciada (UFPEL) e Mestre em Filosofia (PUCRS), Doutora (UFRGS) e Pós-Doutora Educação (UP/2016). Atua no Setor de Educação Profissional e Tecnológica, no Pós-Graduação em Educação/ PPGE e no Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino. Coordena o Grupo Rizoma: laboratório de pesquisa em filosofia da diferença e arte e educação.

Deise Cristina de Lima Picanço

Professora Associada do Departamento de Teoria e Prática de Ensino e do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR. Graduada em Letras Português/ Espanhol (1995), Mestre em Educação (2001) e Doutora em Letras (2006) pela UFPR. Pró-reitora de Extensão e Cultura (2013-2016). Pós-doutorado no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ.

Denni Capetta

Artista Popular, Arte Educador e Pesquisador Histórico

Dione Maria Menz

Professora do Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT). Graduada em Psicologia (1994) e em Enfermagem e Obstetrícia (1987) ambas pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Saúde Mental Comunitária pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1996). Mestra em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2012). Doutoranda em Educação — UFPR.

Dornelles Vissotto Junior

Professor adjunto do Departamento de Engenharia e Tecnologia Florestal da UFPR. Chefe da unidade de creditação da extensão da Pró-reitoria de extensão e cultura da UFPR. Graduação em Engenharia de Produção Civil pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR (2000) e mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná PPGMNE-UFPR (2003) e doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná PPGMNE-UFPR (2016) na área de mecânica dos fluídos computacional.

Felipe Lazoski

Bacharel em Gestão de Turismo (UFPR Litoral) e participou, entre os anos de 2016 e 2019, do Projeto Mutirão Mais Cultura e de projetos de extensão da UFPR Litoral, voltados para fomento do Turismo de Base Comunitária na região.

Iara Picchioni Thielen

Professora titular do Departamento de Psicologia da UFPR. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Mobilidade (NIMOB). Graduada em Psicologia (1976) e em Licenciatura em Psicologia (1975) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Educação - Recursos Humanos e Educação Permanente pela Universidade Federal do Paraná, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002).

Leandro Franklin Gorsdorf

Pró-reitor de Extensão e Cultura da UFPR (2017-2020), professor de Prática Jurídica em Direitos Humanos, pesquisador dos grupos de Pesquisa LABÁ-Direito, Espaço e Política e Centro de Estudos Constitucionais e do projeto de Extensão Máquina de Ativismos em Direitos Humanos.

Luiza Stopasolla Pinto

Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná.

Maria Virginia Filomena Cremasco

Professora Titular do Departamento e da Pós-graduação em Psicologia na UFPR. Coordenadora de Extensão da Pró Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR. Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1991), Mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996), Doutorado em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e pós-doutorado no Centre d'Etudes en Psychopathologie et Psychanalyse na Université Denis Diderot (2009-2010).

Michele Camila Greuel

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Graduada em Administração pelo Fundação Universidade Regional de Blumenau (2013), graduação em Turismo e Lazer pelo Fundação Universidade Regional de Blumenau (2009). Atualmente é Administradora da Coordenação de Cultura na Universidade Federal do Paraná.

Paulo Roberto Homem de Góes

Etnólogo e Doutor em Antropologia Social (UFPR). Atua na elaboração de relatórios relativos à demarcação fundiária, assessoria a associações indígenas, estudos de impacto ambiental e projetos de mitigação de impactos em comunidades quilombolas e indígenas. Ministrou o curso de extensão Anfitriões do Litoral, pelo Projeto Mutirão UFPR.

Raquel dos Santos Vieira

Mestre em Turismo e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná.

Rodrigo Arantes Reis

Professor associado da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná, mestre e Doutor em Ciências (Bioquímica) pela Universidade Federal do Paraná (2001). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Líder de Grupo de Pesquisa e Coordenador do Programa Laboratório Móvel de Educação Científica da UFPR Litoral. Atualmente atua como Coordenador de Cultura da UFPR e como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Centos e Museus de Ciências (ABCMC) Gestão 2019-2021. Desenvolve pesquisas e trabalhos nas áreas de Divulgação Científica e Poluição do ar e Saúde.

Rogério Reis Palácio

Graduando em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Sandro Miguel Mendes

Administrador, Mestre em Turismo, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenador da Incubadora Tecnológica.

Sidney Vikou

Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral e Mestre em Geografia pela mesma Instituição na linha de pesquisa Paisagem e Análise Ambiental. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

Vinicius Oliveira Costa

Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, tem como formação inicial o curso de Licenciatura em Letras. Atualmente está como Chefe da Seção de Gestão Cultural da Coordenadoria de Cultura da UFPR, onde também é membro do Comitê Gestor do Plano Institucional de Cultura da UFPR.

Vitor Pavan

Bacharel em artes pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Trabalha principalmente com fotografia, área na qual ministrou cursos, participou de exposições e foi premiado no edital Arte como Respiro do Itaú Cultural (2020).

SECRETARIA ESPECIAL DA **CULTURA**

MINISTÉRIO DO **TURISMO**